

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2008**

**Banif - SGPS, SA
e
Banif - Grupo Financeiro
Consolidado**



Banif - SGPS, SA
Sociedade Aberta
Sede Social: Rua de João Távira, 30 – 9004-509 Funchal
Capital Social: 350.000.000 Euros
Número Único de Matrícula e Pessoa Colectiva 511 029 730



ÍNDICE

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2008

1. SOCIEDADES *HOLDING*

- 1.1 Banif SGPS, SA
- 1.2 Banif Comercial SGPS, SA
- 1.3 Banif Investimentos, SGPS, SA

2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

- 2.1 Recursos Humanos
- 2.2 Operativa e Tecnologia
- 2.3 Controlo dos Riscos de Actividade
- 2.4 *Compliance*
- 2.5 Auditoria
- 2.6 Imagem e Comunicação

3. BANCA COMERCIAL

3.1 Actividade em Portugal

- 3.1.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
 - 3.1.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira
 - 3.1.1.2 Actividade Comercial no Continente
 - 3.1.1.3 Actividade Financeira
 - 3.1.1.4 Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- 3.1.2 Banco Banif e Comercial dos Açores, SA
 - 3.1.2.1 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores
 - 3.1.2.2 Síntese da Actividade e Resultados do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.
- 3.1.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- 3.1.4 Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

3.2 Actividade Internacional

- 3.2.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.
- 3.2.2 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- 3.2.3 Banif International Bank, Ltd
- 3.2.4 Banif Finance (USA) Corp.
- 3.2.5 Banif Financial Services Inc.
- 3.2.6 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- 3.2.7 Finab – International Corporate Management Services, Ltd
- 3.2.8 Banca Pueyo, SA
- 3.2.9 Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.
- 3.2.10 Banif Bank (Malta), Ltd
- 3.2.11 Outras Actividades Offshore e Internacionais



4. BANCA DE INVESTIMENTO

4.1 Banif – Banco de Investimento, SA

4.2 A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha

4.2.1 Banif Securities, Inc.

4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA

4.2.3 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)

5. SEGUROS

5.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

6.1 Banif Imobiliária, SA

6.2 Banifserv–Empresa de Serviços, Sist. e Tecnologias de Informação, ACE

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BANIF – GRUPO FINANCEIRO

III ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

IV APLICAÇÃO DE RESULTADOS

V NOTA FINAL

VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Demonstrações Financeiras Separadas

1.1 Balanço

1.2 Demonstração de Resultados

1.3 Demonstração de Variações em Capitais Próprios

1.4 Demonstração de Fluxos de Caixa

1.5 Anexo às Demonstrações Financeiras

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.1 Balanço

2.2 Demonstração de Resultados

2.3 Demonstração de Variações em Capitais Próprios

2.4 Demonstração de Fluxos de Caixa

2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras

VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

VIII OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Informação nos termos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais



2. Informação nos termos do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais
3. Informação sobre Acções Próprias
4. Titulares de Participações Sociais Qualificadas

**IX RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE
INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS**



Índice de Abreviaturas Utilizadas

Açoreana	Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
Banco de Investimento	Banif - Banco de Investimento, S.A.
Banif	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.
Banif Açores	Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.
Banif Açor Pensões	Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Banif BI (Brasil)	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
Banif (Brasil)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
Banif (Malta)	Banif Bank (Malta) Plc
Banif (Cayman)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), S.A.
Banif Comercial	Banif Comercial, SGPS, S.A.
	Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
Banif Gestão de Activos	
Banif Go	Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Banif Imobiliária	Banif Imobiliária, S.A.
Banif Investimentos	Banif Investimentos - SGPS, S.A.
Banif Rent	Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, S.A.
Banif Serv	BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, A.C.E.
Banif SGPS	Banif - SGPS, S.A.
Bankpime	Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
BBCA	Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.
BCE	Banco Central Europeu
BCN	Banco Caboverdiano de Negócios
BFC	Banif Forfaiting Company
BFS	Banif Financial Services, Inc.
BFUSA	Banif Finance (USA), Inc.
BIB	Banif International Bank, Ltd
BIH	Banif International Holdings, Ltd
BT	Banif Trading, Inc.
Companhia	Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
CSA	Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
DAJ	Direcção de Assessoria Jurídica (Banif)
DCA	Direcção de Canais Agenciados (Banif)
DCRAM	Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (Banif)
DEO	Direcção do Executivo de Operações (Banif)
DEP	Direcção de Empresas e Banca Privada (Banif)
DF	Direcção Financeira (Banif)
DGR	Direcção de Gestão Global de Risco (Banif)
DI	Direcção Internacional (Banif)
DMC	Direcção de Marketing e Comunicação (Banif)
DME	Direcção de Marketing Estratégico (Banif)
Dólares	Dólares norte-americanos (USD)
DRA	Direcção da Rede de Agências (Banif)
DRE	Direcção de Residentes no Exterior (Banif)
DRD	Direcção de Rede Directa (Banif)
FED	Reserva Federal Norte-americana (<i>Federal Reserve</i>)
Finab	Finab International Corporate Management Services Ltd
GIA	Gabinete de Inspecção e Auditoria (Banif Açores)
GRII	Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais (Banif)
Grupo	Banif - Grupo Financeiro



IFB
RERAM

Instituto de Formação Bancária
Rede de Agências da Região Autónoma da Madeira (Banif)



MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

Durante o ano 2008, o sistema financeiro foi justamente colocado no centro das atenções e da reflexão de todos os sectores da sociedade, à medida que sucessivos eventos foram progressivamente obrigando os agentes económicos e as autoridades dos diversos países a repensar os seus modelos de desenvolvimento e a sua política económica.

A situação difícil em que, subitamente, se encontraram algumas das maiores instituições financeiras mundiais levou à perda da confiança dos agentes económicos, provocou quedas generalizadas nos mercados financeiros e paralizou os mercados monetários interbancários, dificultando o acesso ao crédito, ameaçando o desenvolvimento e a estabilidade da economia de uma forma sem precedentes.

Foi neste enquadramento macroeconómico de grande turbulência, com particular impacto no sector financeiro, que conduzimos a nossa actividade durante o exercício transacto, a qual se traduziu em resultados que, apesar da adversidade da conjuntura e dos substanciais investimentos efectuados, demonstram a solidez e a consistência do nosso projecto de criação de valor.

Durante o ano 2008, o Banif – Grupo Financeiro obteve um *Cash Flow* consolidado de 173,2 milhões de euros e um Resultado Líquido consolidado de 59,2 milhões de euros, tendo o Activo Líquido atingido 12.876,6 milhões de euros.

Além dos resultados do exercício, são também dignos de registo os ambiciosos investimentos realizados na rede de distribuição do Grupo, os quais nos permitem contar, no final de 2008, com 622 pontos de venda, dos quais 332 no Continente, 117 nas Regiões Autónomas e 173 no estrangeiro.

Em 15 de Janeiro de 2008, o Banif celebrou vinte anos de existência e assinalou o aniversário com a atribuição de um prémio especial aos seus trabalhadores, o qual materializa o apreço que todos eles nos merecem, bem como o reconhecimento da sua importância e da sua contribuição para os sucessos alcançados nestas duas décadas.

O aniversário do Banif foi o momento escolhido para a adopção de uma nova imagem corporativa, comum a todas as empresas, cuja divulgação pública foi suportada pela maior campanha publicitária alguma vez promovida pelo Grupo e pela reconversão do *layout* de todos os seus pontos de venda, iniciativas das quais resultaram níveis de notoriedade e de visibilidade nunca antes alcançados.

O exercício de 2008 caracterizou-se também pela evolução do processo de implementação do Centro Corporativo da Banif - SGPS, através do qual tem sido promovida a condução transversal e concertada da actividade societária e comercial do Banif – Grupo Financeiro, bem como o seu progressivo alinhamento com as melhores práticas de *corporate governance*, de desenvolvimento sustentável e de solidariedade social.

Encontram-se agora devidamente implementadas as principais funções corporativas, as quais têm potenciado a concertação de estratégias e objectivos entre as principais sociedades do Grupo.

Ao nível da banca comercial, a fim de adequar as estruturas existentes às crescentes exigências da actividade bancária, foram implementadas medidas transversais de reorganização e racionalização, entre as quais se destaca a fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores no Banif – Banco Internacional do Funchal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009, por via da qual o Grupo passou a dispor de um banco comercial mais forte, apto a tirar partido das sinergias decorrentes do processo de concentração.

Neste sentido, o Banif – Banco Internacional do Funchal alargou significativamente a sua rede comercial, concretizando em 2008 a abertura de 51 Agências e preparando a abertura de mais 20 durante o exercício de 2009, medidas que, juntamente com o aumento da variedade de produtos financeiros disponibilizados, permitiu aumentar a base de clientes activos e o número de produtos por cliente, com o consequente crescimento da quota de mercado.



Este aumento da dimensão do Banco tem sido acompanhado por um cuidado muito especial no que se refere à qualidade de serviço, salientando-se a conclusão, em 2008, dos processos de Certificação da Qualidade do Atendimento ao Cliente e do Crédito Pessoal, que acrescem às certificações já obtidas, em matéria de Banca Electrónica, Call Center, Gabinete de Provedoria do Cliente e Crédito à Habitação e os resultados dos inquéritos realizados por entidade independente, que reconheceram ao Banif a maior qualidade de atendimento nas agências de entre os sete maiores bancos a operar em Portugal e a maior qualidade de atendimento do *Call Center* em todo o sistema bancário português.

No que se refere à banca de investimento e à actividade seguradora, foram tomadas as medidas de capitalização e reorganização necessárias para a adaptação das estruturas existentes à actual realidade económica e às presentes condições do mercado.

No plano internacional, foi consolidada e reforçada a posição em entidades consideradas estratégicas, do que são exemplos a aquisição de 25% do Banif – Banco de Investimento (Brasil), em virtude da qual detemos agora a totalidade do capital social daquela instituição bancária e o reforço da participação no Banco Caboverdiano de Negócios que nos conferem cerca de 52% do respectivo capital social e direitos de voto.

Consciente das necessidades de capital decorrentes da actual conjuntura económica e do próprio crescimento da sua actividade, o Banif – Grupo Financeiro levou a cabo importantes medidas de capitalização das suas empresas. Além da Banif - SGPS, que aumentou o seu capital social de 250 para 350 milhões de euros aumentaram também o seu capital a Banif - Investimentos, SGPS, de 8,75 para 10 milhões de euros, o Banif – Banco de Investimento, de 30 para 40 milhões de euros, a Companhia de Seguros Açoreana, de 36,25 para 57,25 milhões de euros, o Banif Bank (Malta), de 15 para 25 milhões de euros, e o próprio Banif – Banco Internacional do Funchal, de 240 para 290 milhões de euros.

Toda esta intensa actividade, concertada e dirigida a objectivos concretos de crescimento e reorganização, tem merecido o reconhecimento das mais diversas entidades.

O Banif – Banco Internacional do Funchal tem visto a sua solidez e estabilidade reconhecidas não só por entidades especializadas, como as agências de *rating*, as quais, não obstante o agudizar da conjuntura económica e a generalizada falta de confiança dos mercados, mantiveram todas as notações atribuídas à instituição, mas também pela generalidade da opinião pública, auscultada através de sondagem da Aximage, divulgada pela comunicação social no início de Dezembro, onde surge como o quarto banco nacional “*com maior capacidade para resistir à crise financeira internacional*”.

Paralelamente, a Banif - SGPS voltou a obter, em 2008, uma notável classificação na lista “*S&P Global Challengers Class*”, elaborada pela Standard & Poor’s, uma das mais conceituadas agências de notação financeira a nível mundial. Pelo segundo ano consecutivo, a Banif SGPS volta a figurar neste prestigiante “*ranking*” de 300 empresas mundiais cotadas de média dimensão candidatas a desafiarem as companhias líderes mundiais, sendo a única instituição financeira da Península Ibérica a marcar presença na referida lista.

Iniciamos a terceira década de existência do Banif conscientes de que os anos que se avizinham colocarão grandes exigências e importantes desafios, a que estarão sujeitos todos os agentes económicos, em particular aqueles que integram o sector financeiro.

Temos, igualmente, a consciência de que somos depositários de grandes expectativas, por parte dos nossos Clientes, Accionistas, Colaboradores e de todos os demais *Stakeholders*.

Contamos, para o Futuro, como no Passado, com o valor dos nossos princípios, o rigor da nossa estratégia, a dedicação dos nossos Colaboradores e a confiança dos nossos Clientes para continuarmos a desenvolver este nosso gratificante projecto de criação e distribuição de valor.

HORÁCIO DA SILVA ROQUE
Presidente do Conselho de Administração



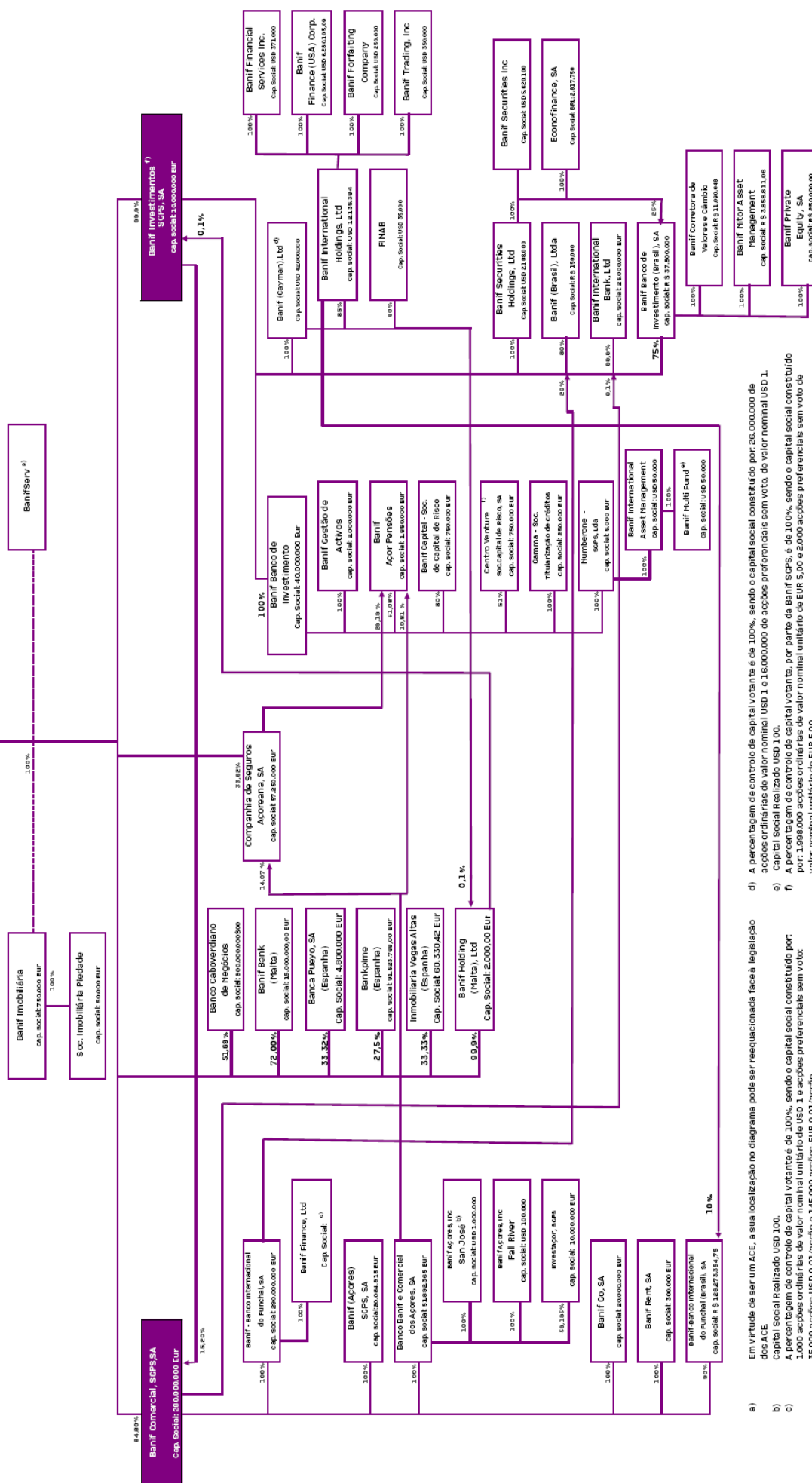
Redes de Distribuição do Grupo Banif
Pontos de Atendimento em 31 de Dezembro de 2008

	Continente	Madeira	Açores	Estrangeiro	Total
Banif Comercial	285	43	52	160	540
1. Banif	280	42	0	3	325
- Agências	242	37	0	0	279
- Centros de Empresas	20	1	0	0	21
- Banif Privado	15	1	0	0	16
- Call Centre	1	0	0	0	1
- S.F.E.	0	2	0	0	2
- Lojas de Habitação	2	1	0	0	3
- Escritórios de Representação/Outros	0	0	0	3	3
2. Banif Açores	0	0	52	4	56
- Agências	0	0	45	0	45
- Centros de Clientes	0	0	6	0	6
- S.F.E.	0	0	1	0	1
- Outros	0	0	0	4	4
3. Banif GO	3	1	0	0	4
4. Banif-Banco Internacional do Funchal (Brasil)	0	0	0	20	20
5. BANIF BANK (Malta)	0	0	0	4	4
6. Banco Caboverdiano de Negócios	0	0	0	18	18
7. Banca Pueyo (Espanha) (*)	0	0	0	82	82
8. Bankpime (Espanha) (*)	0	0	0	23	23
9. Outros	2	0	0	6	8
Banif Investimentos	4	1	1	13	19
1. Banif-Cayman	0	0	0	1	1
2. Banif International Bank	0	0	0	1	1
3. Banif Banco de Investimento	2	1	1	1	5
4. Banif Banco de Investimento (Brasil)	0	0	0	6	6
5. Outros	2	0	0	4	6
Seguros	43	3	17	0	63
1. CSA	43	3	17	0	63
TOTAL	332	47	70	173	622

(*) Não Consolida integralmente

GRUPO BANIF
DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES
31-12-2008

Banif SCPS, SA
Capital Social: 350.000.000 Euros



a) Em virtude de ser um ACE, a sua localização no diagrama pode ser reequacionada face à legislação

dos ACE
Capital Social Realizado USD 100.

c) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 3.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de 100 €, e acções preferenciais de valor nominal unitário de 100 €, e acções preferenciais de valor nominal unitário de 100 €, e acções preferenciais de valor nominal unitário de 100 €.

35.000 accões-USD 0,01/acção e 145.000 accões-EUR 0,01/acção.

i) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por 26.000.000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 16.000.000 de acções preferenciais sem voto, de valor nominal USD 1. Capital Social Realizado USD 100.

b) Capital Social Realizado USD 100.

A percentagem de controlo de capital votante, por parte da Banif SCPS, é de 100%, sendo o capital social constituído por: 1.998.000 ações ordinárias de valor nominal unitário de EUR 5,00 e 2.000 ações preferenciais sem voto de valor nominal unitário de EUR 5,00.

por: 1.998.000 ações ordinárias de
valor nominal unitário de EUR 5,00.



I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. *Conjuntura Internacional*

O ano de 2008 ficou marcado pela eclosão daquela que é já considerada a mais grave crise financeira e económica desde meados do século XX. Apesar de um início de ano ainda relativamente robusto em termos de crescimento, os sinais de debilidade no sector financeiro apareceram logo em Março, quando a Reserva Federal americana foi obrigada a intervir no banco de investimento Bear Stearns, forçando a sua compra pelo banco J.P. Morgan. A deterioração já visível nos mercados financeiros – o FMI estimou em cerca de 2,200 mil milhões de dólares o total de perdas associadas à crise do “*subprime*” - viria a atingir um pico crítico em Setembro, na sequência da falência do banco de investimento Lehman Brothers. Este evento provocou uma redução abrupta nos níveis de confiança dos investidores, que se viria a traduzir em quedas generalizadas nos mercados financeiros – 2008 terá sido o pior ano para os mercados americanos desde 1931 - e na total paralisação dos mercados monetários interbancários. A partir daí, a sucessão de eventos foi vertiginosa: nos Estados Unidos, o Governo apresentou um plano de intervenção no sistema financeiro, centrado na compra de activos problemáticos mas que rapidamente evoluiu para intervenções directas nos capitais dos bancos; além das várias injeções de liquidez por parte de vários bancos centrais, registou-se um corte de taxa inédito, concertado entre seis bancos centrais, incluindo a Reserva Federal e o Banco Central Europeu (BCE), em Outubro; montaram-se programas de apoio público à recapitalização de alguns bancos europeus, nomeadamente no Reino Unido e no Benelux.

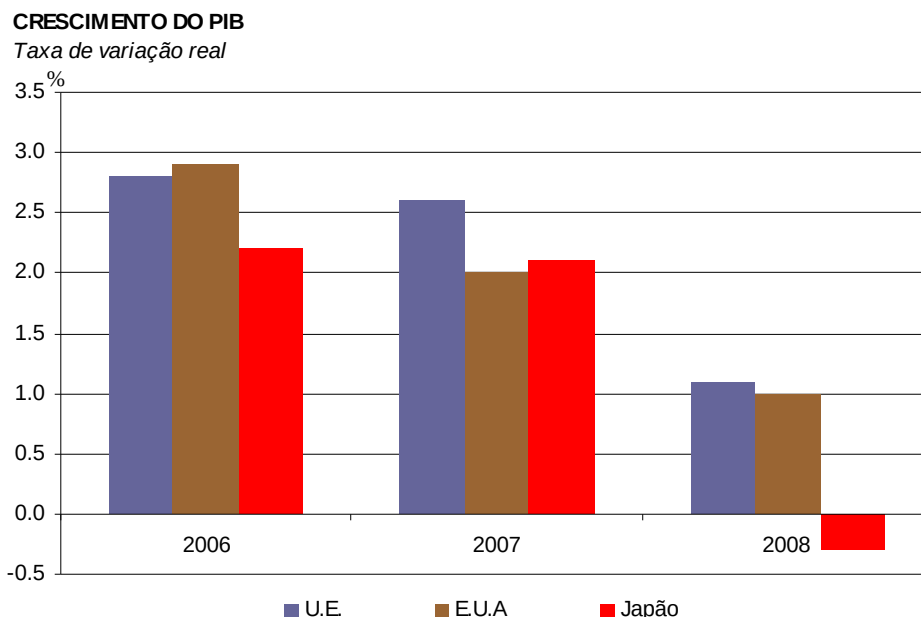
A intensidade da crise não tardou em reflectir-se na economia real, assistindo-se a uma deterioração significativa dos níveis de confiança para mínimos históricos nos dois lados do Atlântico; nos Estados Unidos, a economia perdeu cerca de 1,9 milhões de empregos apenas no 4.º trimestre. As crescentes preocupações com um potencial cenário de deflação, provocado primeiro pela forte queda dos preços das matérias-primas e agravado pela contracção da procura, levaram a Reserva Federal a reduzir a sua taxa de 2,00% em Setembro para um intervalo entre 0,00% e 0,25% em Dezembro e a optar por medidas de política monetária alternativas, focadas na expansão do seu balanço através da compra de activos. Na Europa, o BCE viria igualmente a cortar a *refi rate* de 4,25% para 2,50% no mesmo período, um movimento acompanhado por várias outras autoridades monetárias, nomeadamente o Reino Unido. Neste contexto, as perspectivas para o andamento da economia global foram revistas em baixa com bastante frequência, sobretudo a partir de Setembro. O FMI considera que a economia global registou um forte abrandamento, sincronizado pela primeira vez em 2008 desde a 2.ª Grande Guerra Mundial, estimando um crescimento de 3,75% face a 5,00% em 2007. Neste contexto, foram anunciados vários pacotes fiscais em todo o mundo, destacando-se aquele apresentado pela União Europeia, estimado em 200 mil milhões de euros, equivalente a cerca de 1,5% do PIB da União Europeia.

O comportamento das matérias-primas foi outro factor marcante de 2008, com o petróleo a atingir máximos históricos ligeiramente acima dos 140 dólares por barril, em Junho, mas registando uma inversão abrupta a partir do Verão até fechar o ano perto dos 40 dólares. A implosão da crise financeira, que obrigou muitos investidores a desfazer as suas carteiras pressionando os preços dos activos, e as expectativas de um forte abrandamento na procura do lado da economia real justificaram o extremismo desta inversão de tendência. Outro aspecto a reter de 2008 foi a acentuada depreciação do Dólar durante a primeira metade do ano, atingindo um mínimo de 1,5991 contra o Euro, justificada pela divergência de expectativas quanto ao andamento das políticas monetárias dos dois blocos, mas também por alguma correlação com o preço do petróleo.

As economias emergentes não permaneceram imunes à crise, embora a persistência de elevados preços das matérias-primas, das quais muitas são exportadoras, durante a primeira metade do ano, por um lado, e a pouca exposição dos seus sistemas financeiros à crise do “*subprime*”, por outro, tenham contribuído para alguma resiliência. Setembro marcou o ponto de inversão, já que a subida repentina nos níveis de aversão ao risco levou a generalidade dos investidores a refugiar-se em



activos de baixo risco – o *yield* da obrigação do Tesouro americano na maturidade a 10 anos caiu para 2,08% no fim do ano - em detrimento das classes de activos de maior risco. Este fenómeno traduziu-se em correcções generalizadas dos respectivos mercados de capitais e acentuadas depreciações cambiais.



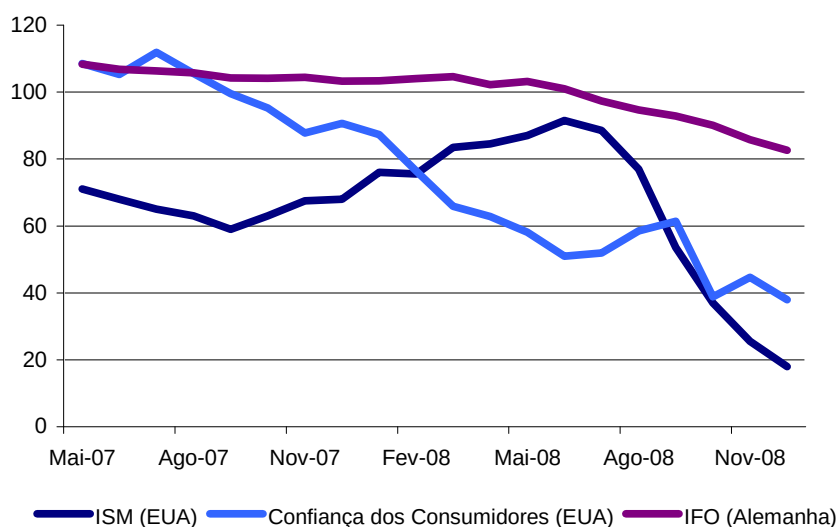
Fonte: FMI.

Estima-se que a economia americana tenha registado um crescimento de 1,1% em 2008, ligeiramente abaixo do nível de 2,0% observado em 2007. No entanto, esse diferencial esconde um perfil intra-anual muito distinto, já que a economia fechou a primeira metade do ano a crescer cerca de 2,8% em termos homólogos mas terá registado, de acordo com o consenso de mercado, uma queda de 4,35% no último trimestre do ano. Até meados do ano, a evolução do mercado imobiliário mantinha-se como o grande foco de preocupação, devido ao elevado stock de casas por vender e à queda persistente dos preços, que se reflectiu em maus desempenhos de todos os indicadores associados, nomeadamente os do sector da construção. Neste contexto, a Reserva Federal cortou a sua taxa de referência em 3 pontos percentuais até Abril, incluindo um corte extraordinário entre reuniões de 75 pontos base logo em Janeiro.

Com o agravamento da crise financeira a partir de Setembro, os principais índices de confiança, quer de consumidores, quer das empresas, atingiram mínimos históricos (desde o início das respectivas séries estatísticas, em meados do século XX) e acentuou-se a subida da taxa de desemprego, que chegou a 7,2% em Dezembro face a 4,9% em Janeiro. Do lado dos preços, a taxa de inflação homóloga atingiu um pico em 5,7% em Julho, que reflectiu essencialmente a subida do preço do petróleo, mas inverteu rapidamente a tendência, fechando o ano em 0,1%.

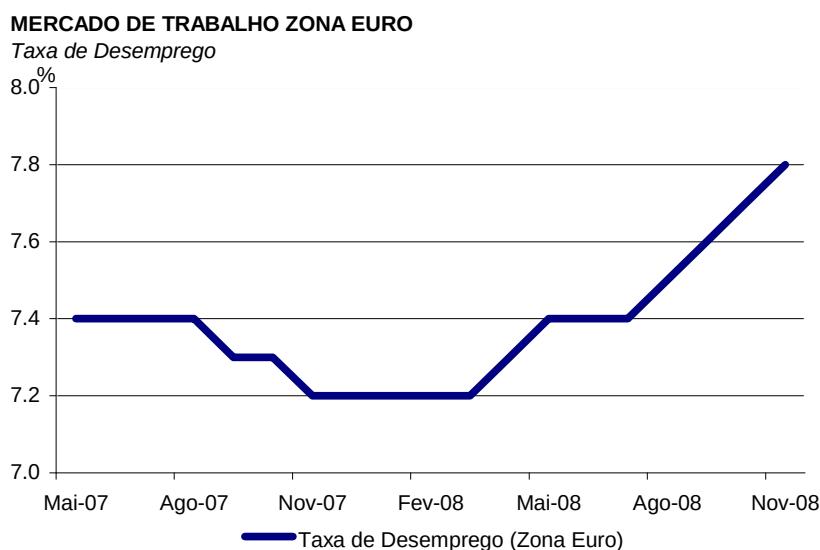


ÍNDICES DE CONFIANÇA



Para a **Zona Euro**, o FMI estima um crescimento de 1,0% em 2008, implicando uma forte desaceleração face ao ritmo de 2,6% registado em 2007. Embora o padrão de abrandamento tenha sido generalizado, as economias espanhola e irlandesa iniciaram o ano já em clara trajectória descendente, devido aos problemas estruturais nos sectores de imobiliário e construção. A França, a Itália e a Alemanha seriam as seguintes a dar sinais de abrandamento, levando o bloco europeu a desacelerar de um ritmo de crescimento homólogo de 2,1% no 1.º trimestre para 0,6% no 3.º trimestre, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego foi subindo gradualmente, de 7,2% para 7,7% (dados de Outubro). Apesar deste contexto, a taxa de inflação harmonizada da União Europeia elevou-se substancialmente acima do objectivo de 2% estabelecido pelo BCE – 4,0% em Junho – devido à subida dos preços das matérias-primas, levando o banco central a manter um discurso muito conservador, que viria a resultar numa subida de 25 pontos base da *refi rate* em Julho.

O agravamento das condições no sector financeiro a partir de Setembro ditou uma deterioração substancial do ambiente macroeconómico na parte final do ano, com a maioria dos indicadores de confiança a cair para mínimos históricos - o índice IFO, que mede a confiança dos empresários alemães, desceu aos níveis de início dos anos 90, por altura da reunificação alemã. As vendas a retalho e a produção industrial aceleraram igualmente o ritmo de queda homóloga que já vinham registando desde meados do ano. Com este enquadramento, o BCE viria a inverter a trajectória das taxas, reduzindo a *refi rate* em três momentos, um dos quais um corte extraordinário entre reuniões em concertação com outros bancos centrais em Outubro, para 2,5%. De referir que, para lá das movimentações na taxa de referência, o BCE se manteve presente nos mercados monetários interbancários ao longo de todo o ano, actuando como contraparte preferencial dos bancos nos seus processos de financiamento, já que o mercado de obrigações de médio prazo se manteve praticamente encerrado durante 2008. Os crescentes sinais de recessão levariam também a maioria dos governos europeus a apresentar planos de estímulo fiscal, ao consumo e ao investimento, enquadrados numa proposta da Comissão Europeia que previu o dispêndio de 200 mil milhões de euros, equivalente a cerca de 1,5% do PIB da União Europeia.



Fonte: FMI

Estima-se que a **economia japonesa** tenha registado uma contracção de 0,3% em 2008, que compara com um crescimento de 2,4% em 2007, embora o padrão intra-anual denote uma desaceleração muito acentuada na 2.^a metade do ano. Com efeito, o PIB chegou a crescer acima de 3% em termos homólogos no 1.º trimestre, suportado pelo consumo privado e pelas exportações. No entanto, a forte apreciação do Iene face ao Dólar durante a primeira metade do ano, que reduziu a atractividade das exportações japonesas, e a eclosão da crise financeira internacional durante o Verão, acabariam por levar a economia à recessão na parte final de 2008. Neste contexto, vários indicadores económicos, com destaque para os índices de confiança e de produção industrial, registaram comportamentos semelhantes aos da recessão de 2001, levando o Banco do Japão a cortar a sua taxa de referência em 20 pontos base, de 0,5% para 0,3%, apesar de a inflação ter batido um máximo de 15 anos (2,2%) durante o 3.º trimestre.

As principais **economias asiáticas** terão registado um crescimento de 7,8% em 2008, ligeiramente abaixo do ritmo registado no ano anterior (10,0%), reflectindo a desaceleração quer da China – estima-se que o PIB tenha crescido 9,0%, abaixo do nível de 13,0% registado em 2007 – quer da Índia, cuja economia terá crescido cerca de 7,3% face a 9,3% em 2007. A desaceleração do comércio global – o FMI estima que o ritmo de crescimento das trocas globais tenha abrandado de 7,2% para 4,2% e que o crescimento das exportações das economias emergentes e em desenvolvimento tenha desacelerado de 9,6% para 5,6% – afectou o desempenho daquelas economias. Deve ser sublinhado, contudo, que o menor grau de sofisticação dos respectivos sistemas financeiros contribuiu para mitigar o impacto da crise financeira internacional e que a reacção atempada das autoridades – o Governo chinês apresentou um ambicioso plano de estímulo orçamental no 4.º trimestre – deverá dar algum suporte à procura interna.

Estima-se que a **América Latina** tenha registado um crescimento de 3,8% em 2008, o que compara com 5,0% em 2007, com a taxa de inflação a atingir 5,7% face a 5,4% em 2007. A procura doméstica continuou a ser o grande motor de crescimento do bloco latino-americano, beneficiando do baixo nível de taxas de juro e do aumento do crédito ao consumo, enquanto que o crescimento económico mundial, especialmente da procura da China, assim como o comportamento favorável dos preços das matérias-primas, beneficiaram o sector exportador.

A **economia brasileira** terá crescido a uma taxa anualizada de 4,8% em 2008, abaixo dos 5,7% registados no ano anterior, mas ainda assim um nível robusto. A economia beneficiou da forte expansão da procura interna (consumo das famílias, investimento e gastos do governo) estimulada



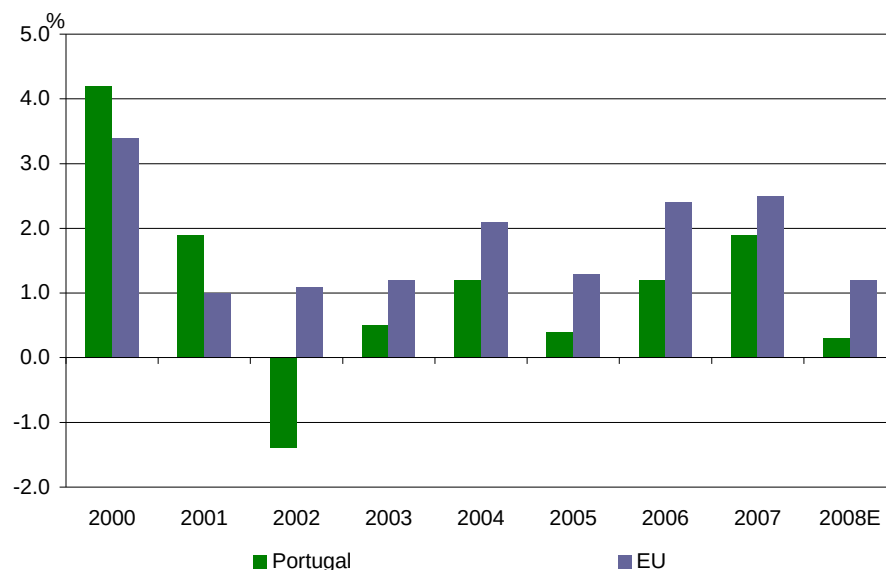
pelo crescimento do rendimento disponível, pelo baixo nível de desemprego e pela expansão do crédito ao consumo. O dinamismo das componentes do investimento, resultado do baixo nível de taxas de juro no ano anterior, e o forte crescimento das exportações explicam igualmente a boa performance da economia brasileira. O bom andamento da economia e a melhoria estrutural nas contas externas acabariam por levar a agência de rating Standard&Poors a subir a notação de risco da dívida de longo prazo em moeda externa do país para a categoria de Investment Grade em Maio, uma decisão há muito desejada pelas autoridades brasileiras. No que diz respeito ao índice de preços no consumidor, a inflação subiu 5,9%, ficando acima dos 4,5% registados em 2007. Perante um cenário de crescimento económico acima do potencial, o Banco Central do Brasil decidiu iniciar um ciclo de subida de taxas, aumentando a taxa SELIC para 13,75%, 250 pontos base acima do nível observado no início do ano. Contudo, a forte deterioração das condições externas e incertezas quanto à recuperação económica, a partir da crise financeira mundial deflagrada em Setembro de 2008, levariam o Banco Central a interromper essa estratégia. Neste contexto, o Real inverteu o movimento de apreciação face ao Dólar que vinha apresentando até meados do 3.º trimestre de 2008 e acabou por registar uma desvalorização de quase 40%, encerrando o ano em R\$ 2,32/US\$ face a R\$ 1,79/US\$ no início do ano e R\$ 1,59/US\$ em Julho de 2008. O forte incremento nos níveis de aversão ao risco por parte dos investidores internacionais reflectiu-se também no alargamento do spread do principal referencial de risco Brasil (o índice EMBI+) para um nível idêntico ao registado em finais de 2003: 428 pontos base face a 220 pontos base no início de 2008.

2. Conjuntura Nacional

De acordo com o Banco de Portugal, a **economia portuguesa** terá crescido cerca de 0,3% em 2008, bastante abaixo do nível de 1,9% registado em 2007 e interrompendo o ciclo de aceleração observado desde meados de 2006. À semelhança da envolvente externa, as condições económicas ter-se-ão agravado particularmente no último trimestre do ano, levando o Banco de Portugal a rever em baixa para 0,3% uma estimativa que se situava em 1,2% a meio de Junho.

CRESCIMENTO DO PIB

Taxa de variação real



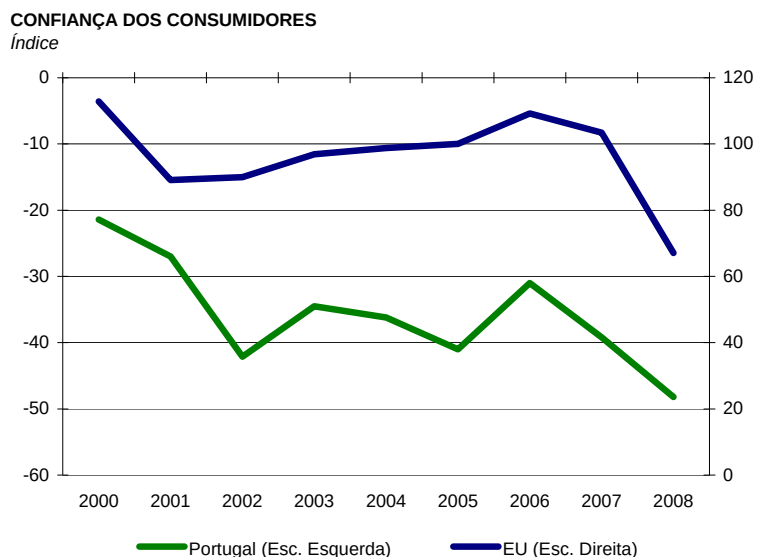
Fonte: Dados de Portugal pelo Banco de Portugal e da União Europeia pelo FMI.

O comportamento ligeiramente positivo da economia portuguesa ao longo de 2008 ter-se-á ficado a dever à procura doméstica, sobretudo à rubrica de consumo privado, que terá aumentado cerca de 1,4%, enquanto o consumo público se manteve praticamente inalterado, registando uma taxa de

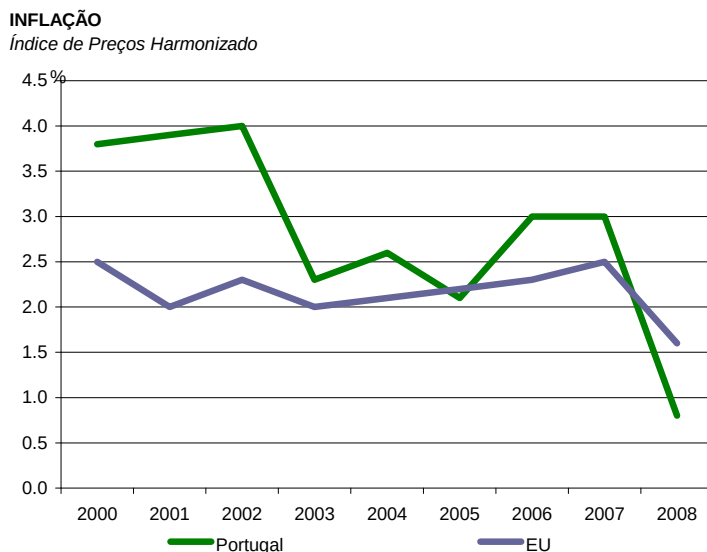


variação homóloga de 0,2%. A formação bruta de capital fixo terá caído 0,8% em 2008, reflectindo uma forte desaceleração da procura externa na segunda metade do ano e uma deterioração acentuada nos níveis de confiança das empresas, sobretudo no segmento da indústria transformadora.

Do lado da procura externa, as exportações líquidas apresentaram um contributo para o crescimento da economia negativo em 0,8%, que reflecte o maior crescimento das importações (2,4%) face ao das exportações (0,6%). Em resultado, o saldo da balança comercial ter-se-á deteriorado para 8,0% do PIB face a 6,9% em 2007, embora deva ser sublinhado que o agravamento é parcialmente explicado pelo saldo da balança energética, devido ao aumento dos preços do petróleo em 2008 (o valor médio do ano subiu de 73 dólares para 99 dólares).



A evolução da inflação ao longo de 2008 acabou por reflectir os dois grandes factores marcantes do ano: na primeira metade, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) chegou a atingir 3,4% em Junho, reflectindo o pico nos preços do petróleo. Na segunda metade de 2008, a inversão abrupta do preço do petróleo associado à forte e rápida deterioração das condições económicas terá levado a taxa de inflação a fechar o ano em cerca de 1,0%.





3. Sistema Financeiro

3.1 Situação Global

O ano de 2008 foi um ano particularmente difícil para o sector financeiro. A crise do “subprime” – crédito hipotecário de alto risco – originou uma turbulência financeira sem precedentes e pôs em questão a viabilidade dos modelos do negócio bancário assentes na desintermediação de risco e na dependência dos mercados de dívida por grosso, sobretudo atendendo à quase paralisação dos canais de financiamento interbancários. A instabilidade no sector viria a resultar em intervenções governamentais nos Estados Unidos e na Europa, com o objectivo de restaurar a qualidade dos activos de balanço e recapitalizar os bancos, na sequência de novas exigências regulamentares relativamente a rácios de capital. Portugal não foi excepção a este padrão: o Banco de Portugal passou a recomendar um rácio mínimo de 8% para os Fundos Próprios de Base a partir de Setembro de 2009, face a 6% anteriormente, o que levou o Governo português a disponibilizar cerca de 4 mil milhões de euros para a recapitalização dos bancos, juntamente com 20 mil milhões de euros de garantias para o financiamento de médio prazo dos bancos portugueses. Ao nível da política monetária, a rápida propagação da crise financeira à economia real, particularmente visível no 4.º trimestre, resultou numa inversão abrupta do ciclo de taxas de juro na Europa – depois de ter subido a sua taxa de referência em 25 pontos base para 4,25% em Julho, o Banco Central Europeu viria a reduzi-la para 2,5% em Dezembro.

No que diz respeito aos grandes agregados da demonstração de resultados, observou-se uma queda generalizada das principais rubricas de receita. Quanto à margem financeira, o seu comportamento foi beneficiado, por um lado, pela subida generalizada dos spreads cobrados, a que acresceu a forte subida das taxas Euribor durante o ano em reflexo das tensões nos mercados monetários. No entanto, os custos de financiamento aumentaram substancialmente, já que a paralisação dos mercados monetários levou a generalidade dos bancos a financiar-se directamente junto do Banco Central Europeu, por um lado, e a oferecer taxas de depósito bastante mais atractivas, de forma a aumentar o peso dos depósitos face a outras alternativas de financiamento. Enquanto as receitas de operações financeiras foram largamente prejudicadas pelas quedas dos mercados de acções e obrigações, as comissões sofreram também reduções decorrentes do menor volume de crédito concedido e da redução dos volumes transaccionados em mercado e dos activos sob gestão. Finalmente, a conjuntura de abrandamento económico associada à subida muito acentuada das taxas Euribor levou a um aumento dos níveis de incumprimento de crédito, com reflexos no custo de risco. Relativamente aos agregados de balanço, merece destaque a desaceleração de crescimento do volume de crédito concedido para 7,1% em 2008 e a redução nas carteiras de títulos, reflectindo não apenas a perda de valor explicada pelas quedas nos principais mercados de activos mas também uma intenção deliberada de redução dos activos ponderados de risco, com vista ao controlo de consumo de capital.

3.2 Mercado de Retalho e de Empresas

As dificuldades no acesso ao financiamento de dívida por grosso e a pressão sobre a rentabilidade decorrente da redução das receitas levou a generalidade dos bancos a reavaliar as suas políticas de preços durante o ano de 2008. Neste contexto, o ano evidenciou uma tendência de subida sustentada e progressiva das taxas activas praticadas pelos bancos em todos os segmentos de crédito embora a acentuada queda das taxas Euribor na parte final do ano tenha mitigado significativamente essa tendência. Assim, a taxa aplicada aos novos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras para operações até 1 milhão de euros fechou o ano em 7,24%, estável face a Dezembro de 2007, embora tendo registado um pico de 8,08% em Outubro. No segmento dos particulares, o diferencial nos novos empréstimos à habitação caiu cerca de 22 pontos base para 4,96%, face a 5,18% em Dezembro de 2007, embora a taxa tenha atingido um pico de 5,76% em Setembro. O segmento de crédito pessoal foi o único onde a taxa de remuneração aumentou durante o ano de 2008 face ao



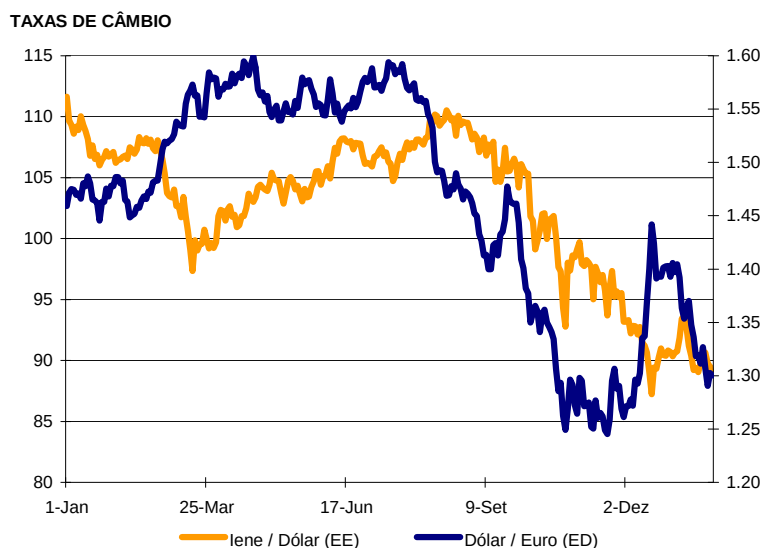
fecho de 2007 (9,91% face a 9,59%) embora, mais uma vez, o pico tenha sido atingido Novembro (10,53%).

No que respeita às taxas passivas praticadas pelas instituições bancárias, o segmento empresarial viu a sua taxa de remuneração passar de 4,81% no fim de 2007 para 3,71% um ano depois, enquanto no segmento dos particulares a queda foi inferior, de 4,06% para 3,71% no mesmo período. Importa ter em conta que, neste segundo caso, o movimento de subida manteve-se apesar da descida das taxas Euribor, implicando uma redução da margem de intermediação.

Quanto a volumes, o crédito global aumentou cerca de 7,1% face ao ano anterior, com o segmento de particulares a denotar uma clara desaceleração. Assim, o crédito hipotecário aumentou cerca de 4,3% em termos homólogos em Dezembro, face a 8,5% no final de 2007, enquanto o crédito ao consumo subiu 6,1% no mesmo período, que compara com um crescimento de 11,3% no ano de 2007. Do lado das empresas, o abrandamento foi marginal, com o segmento a apresentar um crescimento homólogo de 10,6% face a 11,2% em 2007.

3.3 Mercados Monetário e Cambial

No que respeita aos **mercados cambiais**, 2008 caracterizou-se pela elevada volatilidade em torno do dólar, que registou novos mínimos históricos contra o Euro (1,5991) e o Iene (87,24) em meados do ano. A divergência de discursos entre as autoridades monetárias – enquanto a Reserva Federal iniciou um ciclo agressivo de descida de taxas logo em Janeiro, o Banco Central Europeu continuou a mostrar-se preocupado com pressões inflacionistas e chegou a subir a sua taxa ainda em Julho – justificou grande parte desse comportamento. A rapidez do movimento de depreciação acabou por gerar alguma pressão técnica, permitindo ao dólar fechar o ano nos 1,39 dólares contra o euro, o que representa uma perda anual de apenas 5%. A rápida deterioração das condições macroeconómicas levou o Banco Central Europeu a cortar a refi rate por três vezes no último trimestre do ano, reduzindo o diferencial para a fed funds da Reserva Federal e amenizando igualmente a pressão sobre o dólar.

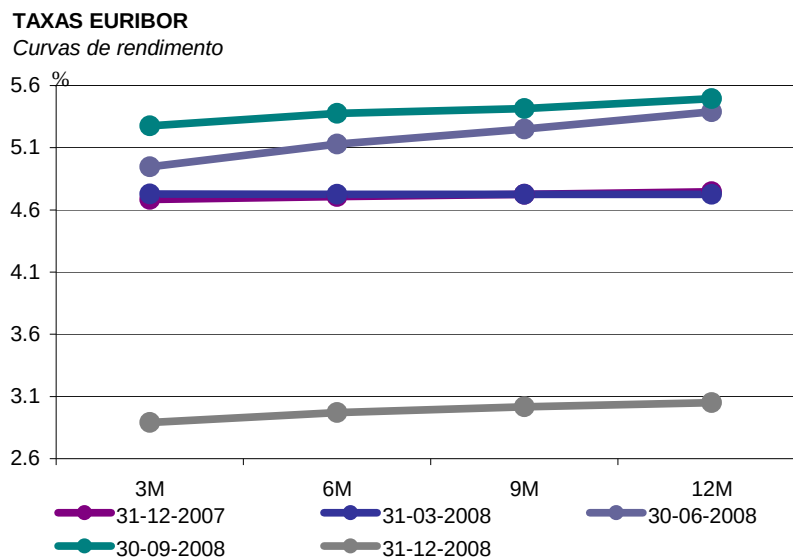


O mercado monetário interbancário continuou a apresentar um comportamento deficiente em 2008 apesar das várias intervenções do Banco Central Europeu, já que a persistência de um diferencial entre as taxas Euribor e a taxa de referência num patamar elevado em termos históricos desincentivou o recurso por parte dos bancos a este canal de financiamento. A falência do banco de investimento Lehman Brothers em Setembro agravou ainda mais esse contexto, implicando uma paralisação quase total do mercado e levando as taxas **Euribor** a bater máximos – assim, a taxa a 12 meses atingiu 5,526% no início de Outubro, uma subida de 78 pontos base desde o início do ano e representando um diferencial de 127 pontos base face à taxa do Banco Central Europeu. O corte cumulativo de 175



pontos base implementado pelo BCE até ao final de 2008 viria a produzir efeitos expressivos nas taxas Euribor – a taxa a 12 meses situava-se a 3,05% a 31 de Dezembro – embora os volumes no mercado monetário se tenham mantido anormalmente baixos e concentrados em operações de curtíssimo prazo.

Assim, para o conjunto do ano, a taxa a 3 meses viria a cair 179 pontos base, para 2,89%; a taxa a seis meses reduziu-se em 174 pontos base para 2,97% e a taxa a doze meses caiu 170 pontos base.



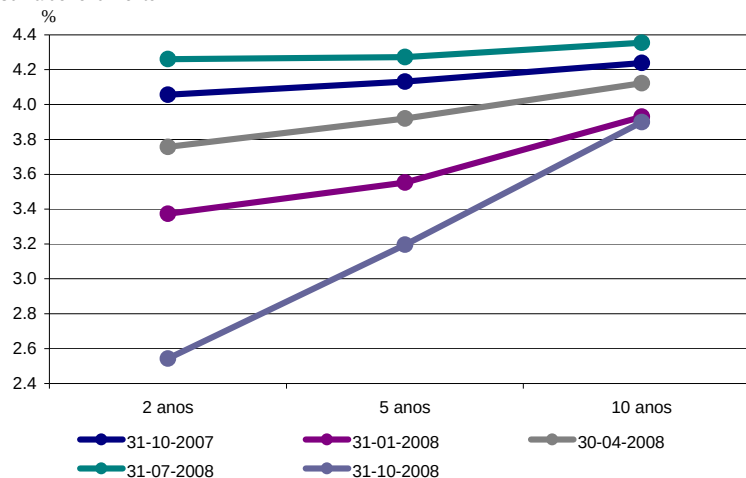
3.4 Mercado de Obrigações

A curva de rendimento das obrigações soberanas nos Estados Unidos começou por reflectir, na primeira metade do ano, a rápida descida da taxa da Reserva Federal, de 4,25% para 2,0%, com as maturidades entre os 2 e os 5 anos a reagirem de forma mais acentuada, o que resultou num aumento da inclinação da curva. No entanto, a partir de Setembro, a redução drástica da fed funds rate para o intervalo 0,00% – 0,25% provocou uma translação descendente da curva de rendimentos, com as taxas de rentabilidade a dois anos e dez anos a descer para 0,75% e 2,08%, respectivamente. É importante sublinhar que a opção da Reserva Federal de descer a sua taxa para 0% foi acompanhada de outras medidas de política monetária centradas essencialmente na compra de activos em mercado, implicando portanto uma expansão do balanço do banco central. No conjunto do ano, observou-se um aumento do diferencial entre as rendibilidades a dois e dez anos de 98 pontos base para 133, a que não serão alheias as preocupações dos investidores com o aumento esperado para a oferta de dívida soberana tendo em conta a dimensão dos pacotes fiscais entretanto anunciados.



OBRIGAÇÕES DO TESOURO ALEMÃO

Curva de rendimento



Na **Europa**, as taxas de rendibilidade das obrigações soberanas alemãs mantiveram-se razoavelmente inalteradas durante a primeira metade do ano, reflectindo alguma apreensão dos investidores quanto às perspectivas macroeconómicas tendo em conta o discurso particularmente vigilante do Banco Central Europeu sobre a inflação. No entanto, a alteração do rumo de política a partir de Setembro, produziu uma translação descendente da curva, ligeiramente mais acentuada nas maturidades mais curtas. Assim, para o conjunto do ano, e à semelhança dos Estados Unidos, o diferencial entre as taxas de juro das maturidades de 2 e 10 anos aumentou de 34 pontos base para 119 pontos base, com a perspectiva de oferta acrescida de dívida pública a pesar nas maturidades mais longas. A maior agressividade da política monetária conduzida pela Reserva Federal levou a que o diferencial entre a rentabilidade das obrigações a 10 anos nos EUA e Alemanha passasse de -29 pontos base para -87 pontos base.

A curva de rendimentos portuguesa acompanhou a tendência dos movimentos do bloco Euro ao longo de 2008, com a rendibilidade da Obrigação do Tesouro a 10 anos a cair de 4,54% para 3,93%. No entanto, a perspectiva de deterioração das contas públicas devido aos pacotes orçamentais acabou por ditar um alargamento do diferencial face à obrigação de referência alemã no prazo a 10 anos de 24 pontos base no fim de 2007 para 102 pontos base a 31 de Dezembro de 2008. Este movimento deve ser enquadrado num contexto de alargamento generalizado: a Grécia viu o seu diferencial aumentar de 33 pontos base em Dezembro de 2007 para 227 pontos básicos no fim de 2008, a Espanha de 13 para 86 e a Itália de 35 para 143.

3.5 Mercado de Acções

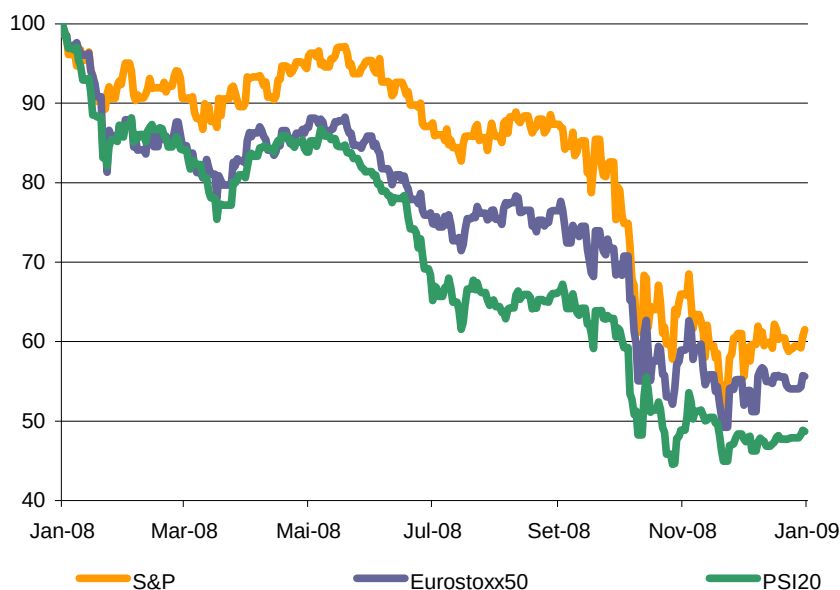
O mercado português de acções registou em 2008 o pior desempenho da sua história, tendo registado uma queda de 51,3%. Este comportamento ficou a dever-se a uma combinação variada de factores, dos quais se destaca a conjuntura de correcção generalizada – os mercados americanos registaram o seu pior ano desde 1931 e o índice VIX atingiu máximos históricos a 80,86 – agravada pela condição periférica e pelos baixos níveis de liquidez do mercado português. Com efeito, o volume total transaccionado no mercado português (PSI20) registou uma queda de 30%, de 81 mil milhões de euros para 55 mil milhões de euros. A venda forçada de activos por parte de investidores mais alavancados em conjunto com a saída de muitos investidores estrangeiros constituiu igualmente um factor de pressão sobre as cotações. As empresas de pendor mais cíclico, reflectindo as expectativas de recessão económica, por um lado, e os bancos, devido à crise financeira, por outro, apresentaram as maiores quedas do mercado. Apesar das condições adversas, merecem destaque os aumentos de capital efectuados pelo Millennium BCP (1,3 mil milhões de euros), pelo BPI (400 milhões de euros) e pela Banif-SGPS (100 milhões de euros).



Quanto aos restantes mercados, o índice Eurostoxx50 registou uma perda de 44,3%, o DAX caiu 40,4% e o IBEX 39,4%. Do lado dos mercados americanos, as perdas atingiram os 39,3% para o S&P e 34,7% para o Dow Jones. Embora tenham conseguido permanecer relativamente imunes à tendência de correcção nos mercados desenvolvidos durante grande parte de 2008, as bolsas de mercados emergentes acabariam o ano com perdas igualmente substanciais - o Hang Seng (Hong Kong) caiu 48,3% enquanto o Bovespa (Brasil) perdeu 41,2% - na sequência da falência da Lehman Brothers e da forte subida nos níveis de aversão ao risco que se lhe seguiu.

Em termos intra-anuais, os mercados sofreram dois grandes momentos de correcção: um, logo no início do ano, à medida que as expectativas dos investidores começaram a apontar para um cenário de recessão em vez de abrandamento económico global, e o segundo, em Setembro, quando a crise no sector financeiro se agudizou, na sequência da falência da Lehman Brothers. A intervenção das autoridades governamentais e monetárias a partir de Outubro, com o corte concertado de taxas entre vários bancos centrais e o anúncio de pacotes de intervenção no sector financeiro, viria a permitir uma recuperação ligeira dos mercados em Novembro.

MERCADOS ACCIONISTAS





II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2008

1. SOCIEDADES HOLDING

1.1 Banif SGPS, SA

Durante o ano 2008 a sociedade centrou a sua actividade na gestão das suas participações financeiras, complementada com a gestão da sua tesouraria e com a definição e dinamização de estratégias a serem implementadas nas diferentes sociedades do Banif - Grupo Financeiro, em termos que se concretizam no capítulo 2 “Actividade Corporativa”.

No que se refere especificamente à gestão das suas participações financeiras e tesouraria, destaca-se a amortização, junto do accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, do montante de 50 milhões de euros, de um financiamento, junto deste accionista, para apoio de tesouraria. Após a amortização, o endividamento a que se refere o dito empréstimo ficou reduzido a 15 milhões de euros. A Banif SGPS obteve ainda dois outros financiamentos, ambos junto do Banif, nos montantes de 100 e 30 milhões de euros, respectivamente, tendo ainda liquidado o financiamento obtido no exercício anterior, junto do Banif Açores, no montante de 10 milhões de euros.

No ano de 2008, a sociedade procedeu ao aumento do seu capital social em 100 milhões de euros, o qual passou de 250 milhões de euros para 350 milhões de euros. O referido aumento de capital foi concretizado através da incorporação de reservas de prémios de emissão, no montante de 50 milhões de euros, da qual resultou a emissão de 50 milhões de novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, cabendo a cada accionista uma nova acção por cada cinco detidas, e através de oferta pública de subscrição de 50 milhões de novas acções ordinárias, escriturais e nominativas reservada a accionistas no exercício do direito de preferência, ao preço de 2 euros por acção e cabendo a cada accionista uma nova acção por cada cinco detidas.

Os financiamentos obtidos destinaram-se a sustentar o crescimento da actividade do Banif – Grupo Financeiro, quer no reforço de participações financeiras em instituições de crédito nacionais e internacionais, quer ainda na constituição de novas filiais e no reforço dos fundos próprios de diferentes sociedades do Grupo, nomeadamente da Banif Comercial, SGPS, SA e da Banif Investimentos – SGPS, SA, a quem concedeu prestações acessórias/suplementares de capital nos montantes de 18 milhões de euros e 10 milhões de euros, respectivamente.

A sociedade acompanhou o aumento de capital social de 8,75 milhões de euros para 10 milhões de euros da sua participada Banif Investimentos – SGPS, SA, através da conversão de suprimentos no valor de 1,24 milhões de euros e os restantes 10 mil euros por subscrição da participada Banif (Holding) Malta, Limited.

Durante o ano de 2008, a sociedade investiu cerca de 1,7 milhões de euros no Banco Caboverdiano de Negócios, SA (BCN). Este investimento consubstanciou-se na compra de 35.000 acções desta instituição, da qual passou a Banif SGPS passou a deter 357.000 acções, correspondentes a 51,0% do seu capital social e respectivos direitos de voto e na participação do respectivo aumento de capital, o qual passou de 700.000.000 CVE para 900.000.000 CVE. Em consequência do referido aumento de capital, foram emitidas 200.000 novas acções, tendo estas sido integralmente subscritas pelos accionistas e cabendo à Banif SGPS um lote de 108.182 acções. Deste modo, a Banif SGPS detinha, em 31 de Dezembro de 2008, 465.182 acções do BCN, correspondentes a 51,69% do seu capital social e respectivos direitos de voto.

Na sequência da constituição, em 2007, do Banif Bank (Malta) PLC, a sociedade subscreveu e realizou o montante de 1,8 milhões de euros, em Janeiro de 2008, após a concretização da operação de aumento do capital social daquele banco para 25 milhões de euros, dos quais se encontram realizados



15 milhões de euros, passando a deter 72% do capital social daquele banco, sendo o restante detido por parceiros locais.

Durante o ano de 2008, a sociedade adquiriu 571.951 acções próprias, representativas de 0,16% do seu capital social, ainda detidas pela sociedade no final do exercício, num conjunto de operações que representou um investimento de 0,8 milhões de euros,

A sociedade adquiriu, durante o ano de 2008, 2.210.821 acções do Finibanco Holding, SA, pelo valor de 8,2 milhões de euros, passando a deter 11.119.874 acções representativas de 9,67% do capital social daquela entidade.

A Banif SGPS adquiriu ainda 7.739 acções da Zon TV Cabo Madeirense, SA pelo valor aproximado de 0,86 milhões de euros, passando a deter 97.147 acções representativas de 16,19% do capital social desta sociedade.

Foram também adquiridas, ao Banif Açores, 66.000 acções representativas de 10% do capital social da Zon TV Cabo Açoreana, pelo valor de 5,9 milhões de euros.

A sociedade subscreveu 2.197.034 acções da CSA pelo montante de 7.060.345 euros, provenientes do aumento de capital social desta Companhia de 36.250.000 euros para 57.250.000 euros.

A sociedade concedeu ainda financiamentos, a título de suprimentos, à CSA, no montante de 2,4 milhões de euros e à sociedade Banif Imobiliária, SA no valor de 24 milhões de euros, ficando esta última com um endividamento junto da Banif SGPS no valor global de 61,3 milhões de euros.

A sociedade emitiu, em 15 de Julho de 2008, um novo empréstimo obrigacionista no montante de 50 milhões de euros, com vencimento em 15 de Julho de 2011, tendo, em 15 de Dezembro de 2008, liquidado o empréstimo obrigacionista no montante de 70 milhões de euros, que se vencera naquela data.

A Sociedade recebeu dividendos das suas participadas no montante global de 42,8 milhões de euros e colocou à disposição dos seus accionistas dividendos no valor de 37,5 milhões de euros, traduzidos num dividendo por acção de € 0,15. A Banif SGPS recebeu ainda dividendos da Finibanco Holding, SA, no valor de 0,8 milhões de euros, da Banca Pueyo, SA no valor de 0,3 milhões de euros, da sociedade Imobiliária Vegas Altas, SA, no valor de 0,1 milhões de euros e da Zon Cabo TV Madeirense, SA, no valor de 0,8 milhões de euros.

Atendendo à especificidade da actividade das sociedades gestoras de participações sociais, as quais, por si só, não geram resultados susceptíveis de serem distribuídos, bem como à cadeia de participações existentes no Banif – Grupo Financeiro e à necessidade de se assegurar uma adequada remuneração aos seus accionistas, a sociedade Banif SGPS, SA, continuou a utilizar o mecanismo de apropriação de resultados consagrado no parágrafo 30 da IAS 18, conjugado com o parágrafo 33 da IAS 37, em virtude de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes e ainda de acordo com a carta circular 18/DSB/2004 do Banco de Portugal, tendo reconhecido como resultados o valor de 37,7 milhões de euros proveniente das suas sociedades directamente participadas, Banif Comercial, SGPS, SA e Banif Investimentos, SGPS, SA. Este mecanismo de apropriação de resultados foi aplicado na cadeia de participações do Banif – Grupo Financeiro.

No que se refere aos principais indicadores e ao nível das contas individuais, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade ascendia a 695.813 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008, enquanto no final de 2007 atingia o montante de 642.581 milhares de euros, o que representa um crescimento de 8,7%. Em 2008 a sociedade obteve um Resultado Líquido de 29.719 milhares de euros, contra 44.879 milhares de euros em 2007, o que traduz um decréscimo de 33,8%, elevando-se, no final de



2008, os seus capitais próprios a 480.565 milhares de euros, enquanto, no final de 2007, este agregado atingia o valor de 411.149 milhares de euros.

A sociedade não dispunha, no final de 2008, de um quadro de pessoal próprio.

1.2 Banif Comercial, SGPS, S.A.

A actividade da *sub-holding* Banif Comercial consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade da banca comercial e crédito especializado.

A sociedade obteve, junto da sua accionista Banif SGPS prestações acessórias suplementares de capital no montante de 25,0 milhões de euros, sendo utilizados, apenas, 18,0 milhões de euros.

A sociedade comprou ao Banif 4.016.983 acções representativas de 100% do capital social da sociedade Banif (Açores), SGPS, SA, pelo valor de 20,7 milhões de euros e converteu as prestações acessórias/suplementares de capital no montante de 50 milhões de euros, concedidas em 2007 à sociedade participada Banif, no aumento de capital desta instituição de crédito, que passou de € 240.000.000,00 para € 290.000.000,00.

Ao nível das participações internacionais, a sociedade subscreveu e realizou o aumento de capital social do Banif (Brasil), no montante de BRL 45.100.990,29, com o contra-valor de 18,4 milhões de euros.

A sociedade recebeu dividendos das participadas no montante global de 25,0 milhões de euros, tendo pago dividendos aos seus accionistas no valor de 23,5 milhões de euros.

Atendendo à especificidade das sociedades gestoras de participações sociais, as quais, por si só, não geram resultados susceptíveis de serem distribuídos, bem como à cadeia de participações existentes no Banif – Grupo Financeiro e à necessidade de se assegurar uma adequada remuneração aos seus accionistas, a Banif Comercial continuou a utilizar o mecanismo de apropriação de resultados consagrado no parágrafo 30 da IAS 18, conjugado com o parágrafo 33 da IAS 37, em virtude de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes e ainda de acordo com a carta circular 18/DSB/2004 do Banco de Portugal, tendo reconhecido como resultados o valor de 6,8 milhões de euros proveniente da sua participada, Banif Açores. Este mecanismo de apropriação de resultados foi aplicado na cadeia de participações do Banif – Grupo Financeiro.

No que se refere aos principais indicadores relativos ao exercício de 2008, o Activo Líquido da sociedade atingiu o valor de 455,1 milhões de euros contra 442,8 milhões de euros no ano anterior, tendo sido obtido um Resultado Líquido de 6,8 milhões de euros, contra 26,3 milhões de euros em 2007.

Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 31 de Dezembro de 2008, a 401,4 milhões de euros enquanto no final de 2007, atingiam o valor de 409,9 milhões de euros.

A sociedade não dispunha, no final de 2008, de um quadro de pessoal próprio.

1.3 Banif Investimentos - SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Investimentos consistiu fundamentalmente na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas do mercado de capitais e da gestão de activos, nacionais e internacionais.



A sociedade obteve junto do seu accionista Banif SGPS, prestações acessórias/suplementares de capital no montante de 10 milhões de euros.

A sociedade procedeu ao aumento de capital social em 1,25 milhões de euros, passando de 8,75 milhões de euros para 10 milhões de euros, através de conversão de suprimentos no valor de 1,24 milhões de euros que tinham sido obtidos junto do seu accionista Banif SGPS e pela entrada de um novo accionista, Banif Holding Malta, Ltd, com o valor de 10 mil euros, representativos de 0,1% do capital social da sociedade.

A sociedade recebeu dividendos das suas participadas no valor global de 30,7 milhões de euros e pagou dividendos ao seu accionista no valor de 18,4 milhões de euros.

Atendendo à especificidade das sociedades gestoras de participações sociais, as quais, por si só, não geram resultados susceptíveis de serem distribuídos, bem como à cadeia de participações existentes no Banif – Grupo Financeiro e à necessidade de se assegurar uma adequada remuneração aos seus accionistas, a Banif Investimentos, continuou a utilizar o mecanismo de apropriação de resultados consagrado no parágrafo 30 da IAS 18, conjugado com o parágrafo 33 da IAS 37, em virtude de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes e ainda de acordo com a carta circular 18/DSB/2004 do Banco de Portugal, tendo reconhecido como resultados os montantes de 28,3 milhões de reais e de 5,4 milhões de euros proveniente das suas participadas, Banif BI (Brasil) e da Banif Comercial, respectivamente. Este mecanismo de apropriação de resultados foi aplicado na cadeia de participações do Banif – Grupo Financeiro.

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da sociedade elevava-se a 162,6 milhões de euros no final de 2008, contra 165,8 milhões de euros no final de 2007, tendo sido apurado um Resultado Líquido de 7,4 milhões de euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2007, havia sido obtido um Resultado Líquido de 18,8 milhões de euros. Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 31 de Dezembro de 2008, a 39,5 milhões de euros contra 41,4 milhões de euros no final de 2007.

A sociedade não dispunha, no final de 2008, de um quadro de pessoal próprio.



2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

2.1 Recursos Humanos

Os Recursos Humanos Corporativos iniciaram a sua actividade em Setembro de 2008, com o recrutamento do Adjunto do Responsável de Recursos Humanos Corporativos. Com o objectivo de estruturar e activar este novo órgão do Grupo, foi elaborado e aprovado o Estatuto Orgânico e Funcional dos Recursos Humanos Corporativos.

Para estabelecer as prioridades de actuação foi elaborado, conjuntamente com os Órgãos de Recursos Humanos das Empresas Participadas, o plano de acção para o último trimestre de 2008 e para o ano de 2009, o qual apresenta um plano global de projectos, assim como um cronograma e um orçamento de suporte. Deste plano, salientam-se pela sua importância, os projectos “Gestão de Talentos” e “Cultura e Valores do Grupo Banif”, os quais pretendem, por um lado, criar sinergias e potenciar o talento interno, e por outro, reforçar o sentimento de pertença e afiliação ao Grupo Banif.

De destacar, neste plano, o desenvolvimento do modelo de “Gestão de Talentos do Banif – Grupo Financeiro”, que se constitui como o primeiro projecto dos Recursos Humanos Corporativos. Este modelo visa a identificação, a avaliação e o desenvolvimento dos talentos internos e, ao mesmo tempo, promover a existência de políticas concertadas em relação à mobilidade e à rotação de empregados intra e inter-empresas. Num trabalho articulado com os Órgãos de Recursos Humanos das empresas participadas, foram definidas as diferentes fases do modelo, com a segmentação dos quadros, a estruturação de critérios de identificação, a metodologia de confirmação de talento a adoptar e, não menos importante, quais as estratégias de desenvolvimento a empreender.

É objectivo do Banif - Grupo Financeiro conhecer de forma detalhada o seu potencial interno e desenvolvê-lo, de modo a que estes empregados possam assumir funções de maior responsabilidade numa política de promoção do mérito e da excelência. Igualmente importante é a criação de uma base sólida para um ajustado plano de sucessões nas empresas do Grupo, permitindo, desta forma, assegurar a sustentabilidade do negócio a longo prazo.

No final de 2008, o quadro de pessoal das empresas do Banif – Grupo Financeiro era composto por 4.626 empregados, contra 4.412 no final de 2007.

Com referência aos Recursos Humanos do Banif, entidade com o maior número de colaboradores do Grupo, indicam-se os principais indicadores da actividade desenvolvida.

No que respeita às admissões de pessoal, foram admitidos no ano em apreço 340 empregados, a maioria para fazer face à abertura de novas Agências. Saíram, entretanto, no mesmo período, 174 empregados, parte dos quais admitidos para fazer face a situações temporárias e sazonais.

No final de 2008, o quadro de pessoal do Banif era composto por 2.162 empregados, contra 1.996 no final de 2007.

Em relação aos “ratios” de idade e de formação superior, que importa monitorar constantemente numa perspectiva de equilíbrio do quadro de pessoal e do seu potencial, foi possível manter os 37 anos de idade média, tendo a percentagem dos empregados com formação superior subido de 48% para 51%.

No âmbito da formação, manteve-se o grande esforço de formação interna, com formadores internos e externos, que se traduziu em mais de 62.000 horas de formação - 29 horas por empregado – em termos similares ao que foi feito em 2007, com um volume total de 61.151 horas - 30 horas por empregado.

De entre as acções realizadas com maior impacto no Banco salientam-se a formação em “Gestão do Tempo/Stress” que abrangeu grande parte dos empregados com funções directivas e de chefia. Esta acção vai prolongar-se pelo 1.º semestre de 2009, esperando-se que contribua para uma maior



racionalidade, organização e planeamento do trabalho e tenha reflexos positivos na *performance* e na vida pessoal dos empregados. Realça-se, também, a acção "*Customer 2 TOP*", na linha do programa "*TOP2TOP*" levado a efeito em 2007, destinado às áreas operativas de retaguarda, que visa aumentar os padrões de atendimento e de qualidade do serviço.

Merecem, ainda, destaque os Ciclos de Gerentes, de Gestores Comerciais e de Gestores Privados, no total de cinco, em que participaram cerca de uma centena de empregados com as referidas funções.

Em 2008, reforçou-se, também, a formação via *e-learning*, tendo-se registado cerca de 2.170 participações em acções de Branqueamento de Capitais e Métodos de Prevenção, de Conhecimento da Nota Euro e, integrada no projecto de Certificação do Atendimento Comercial, a acção "*Banif 4Client*".

Visando monitorar o clima social, foi feita nova Análise de Satisfação no Trabalho, em Outubro/Novembro, tendo-se concluído que os resultados de 2008, quando comparados com os de 2006, revelam uma evolução positiva nos principais indicadores dos inquéritos. Com efeito, aumentou: a taxa de participação no inquérito de 65% em 2006 para 75% em 2008; o índice global de satisfação de 58% para 62,2% e a resposta positiva à "*Top of mind question*" de 67% para 68,2%. Sendo positiva a evolução do clima, importa continuar a desenvolver acções que potenciem o aumento dos níveis de satisfação dos empregados, sobretudo nas áreas com resultados percebidos como menos positivos, como sejam a área de comunicação inter-órgãos e das retribuições.

Continuando a tradição de anos anteriores, foi atribuído a 22 empregados do Banif o Prémio Dignitas, pelo elevado mérito demonstrado.

É de referir, também, o esforço desenvolvido no sentido de melhorar os suportes básicos de informação e de comunicação entre os serviços, empresas do Grupo e serviços oficiais e officiosos, nomeadamente ao nível do diagnóstico de necessidades e de validação de protótipos informáticos.

Em 2008, foi negociado com os Sindicatos do sector um Acordo de Empresa (AE) que, para além de outras questões de índole laboral e de carreira, consignou a transformação do Fundo de Pensões Banif em três Planos: Plano 1, de benefício definido, e Planos 2 e 3, de contribuição definida, onde estão integrados todos os empregados, conforme a sua situação profissional.

No Banif Açores, a actividade dos Recursos Humanos foi mais relevante no que se refere à formação e às acções conducentes à fusão do Banco no Banif.

Assim, para além das realizações inerentes à gestão corrente, foram realizadas, no período em apreço, cerca de 25 horas de formação por empregado, em média, mais nove que no ano anterior. No total, foram realizadas durante o ano 10.229 horas de formação.

As acções de maior relevo foram: o programa "*Customer 2 Top*", destinado à Direcção do Executivo de Operações, nos Açores; "*Tempo é vida*", Directores de Centro e Chefias de Serviços Centrais; "*Leadership 2 Top*", visando a valorização das competências específicas no âmbito da informática, tendo em vista a preparação da fusão.

Na linha das realizações de anos anteriores, foi atribuído o "Prémio Dignitas", tendo sido distinguidos seis empregados do BBKA.

Foi, também, aferido, no ano de 2008, o "Clima Social" interno - que é medido de 2 em 2 anos -, tendo-se verificado uma taxa de participação de 61%, taxa considerada bastante satisfatória em estudos desta natureza.

Os resultados do inquérito traduzem uma evolução positiva, ao longo dos anos, em relação aos dois resultados globais apurados; "Índice de Satisfação Global (ISG) com 61,8% e "Top of Mind Question"



com 64,3%. Os pontos mais fortes registados dizem respeito às relações pessoais e profissionais, ao tipo de funções que desempenham e às suas relações com a chefia directa. Merece, também, destaque o sentimento de pertença ao Grupo Banif que passa de 40% para 60%. Como áreas menos favoráveis e que importa melhorar, foram apontadas a retribuição e a carreira profissional.

O quadro de pessoal manteve, aproximadamente, os mesmos números: foram efectuadas 25 admissões e saíram 35 empregados, 23 dos quais por reforma, 7 por caducidade dos contratos de trabalho e 5 por outras situações. No final do ano, o quadro de pessoal no activo era composto por 408 empregados, com uma idade média de 45,57 anos.

No que se refere à formação base, 20,83% tinham habilitações superiores, 38,72% habilitação secundária, 36,02% habilitações de 9.º ano e 4,41% tinham habilitações inferiores ao 9º ano de escolaridade.

Também no âmbito do recente modelo de Governo do Banif-Grupo Financeiro, foi aprovada pela Banif SGPS em Junho de 2008 a função Corporativa de Segurança e Higiene no Trabalho (SHT). Foram definidas as suas principais responsabilidades e aprovado o seu Estatuto Orgânico e Funcional.

A Segurança e Higiene no Trabalho Corporativa tem âmbito de actuação ao nível de todas as empresas participadas directa ou indirectamente pela Banif SGPS, e pretende assegurar o cumprimento das normas legais, bem como da estratégia e políticas definidas para a actividade de SHT, reportando os factos e as situações que se constituam como desvios ao que se encontra determinado.

Com o objectivo de nivelar as políticas e procedimentos de Segurança e Higiene no Trabalho, em todas as posições nacionais e internacionais do Banif SGPS, foi desenvolvido o levantamento global de processos com vista a uma auditoria prévia de SHT que incluiu os principais aspectos de segurança e higiene no trabalho e de segurança de pessoas e bens, permitindo realizar, de uma forma sistemática, o planeamento de SHT. Através desta abordagem em macro processos, foi possível obter uma visão geral e detalhada, o posicionamento de cada Unidade Orgânica e uma base para a definição dos planos estratégico e anual de actividades.

Com base nas atribuições do Órgão da SHT Corporativa e na legislação em vigor, foram revistos eixos estratégicos de intervenção para 2008/2009, cujas acções se resumem:

Em termos da conformidade legal, refere-se a criação do Acordo de Serviços Interempresas, aprovado entre as empresas do Grupo, destinado a assegurar a prestação de serviços de Segurança e Higiene no Trabalho, com intervenção a nível nacional. Neste âmbito, foram nomeados representantes em cada uma das empresas do Grupo com o objectivo de assegurar o cumprimento dos requisitos legais, a execução das estratégias definidas e a implementação dos planos de actividade aprovados. No quadro da implementação do Acordo de Serviços Interempresas, foram realizadas reuniões com os representantes das várias empresas do Banif – Grupo Financeiro para definição e acompanhamento do plano de actividades. Foi solicitada a dispensa de Serviços Internos de SHT, no Banif, à Autoridade para as Condições de Trabalho, para posterior requerimento e autorização dos Serviços Interempresas.

No âmbito da formação, foi desenvolvido um módulo de qualificação inicial em Segurança contemplando uma abordagem integrada de SHT e Segurança Bancária, o qual tem sido ministrado em todas as acções de formação vestibular no Banif, desde Janeiro de 2008.

Foram realizadas 10 acções de formação em prevenção e segurança contra-incêndio, primeiros socorros e evacuação, com formação prática de extinção de incêndio, para reforçar e alargar o número de elementos com as competências necessárias para a constituição das equipas de 1.ª intervenção, em todos os edifícios centrais das empresas do Grupo.



As acções de formação das equipas de 1.^a intervenção foram complementadas com exercícios de evacuação. No final de cada exercício, foi realizada uma avaliação formal, com base no questionário entregue aos colaboradores dos pisos evacuados. Do inquérito de avaliação efectuado foi perceptível a importância destas acções reconhecida pelos trabalhadores.

Foi realizada a manutenção dos meios de extinção do fogo e dos sistemas de detecção e alarme em todas unidades de negócio e nos edifícios centrais, de modo a assegurar a disponibilidade e adequação dos meios de 1.^a intervenção e a detecção imediata de qualquer incidente ou anomalia.

No âmbito nacional e internacional, foi desenvolvido o Plano de Contingência do Banif – Grupo Financeiro, com o objectivo de gerir, de uma forma eficiente, eventuais situações de crise operacional, nas suas formas de segurança, higiene no trabalho, danos em activos físicos e interrupções da actividade e sistemas, reduzindo os impactos resultantes para os colaboradores, accionistas, clientes, fornecedores e outras partes interessadas. O Plano de Contingência foi aprovado em Comissão Executiva do Banif a 06 de Junho de 2008 e ratificado em Conselho de Administração de 27 de Junho de 2008, estabelecendo as estratégias e os princípios de organização, comunicação, infra-estruturas alternativas e a estrutura dos planos de contingência parcelares.

Para adaptação do Plano de Contingência à especificidade de cada negócio/actividade bem como às políticas e requisitos legais locais, das várias empresas do Grupo, foram recolhidos os contributos das várias Instituições e elaborado um relatório com a análise efectuada aos factores essenciais à continuidade do negócio.

Com a finalidade de avaliar os riscos dos postos de trabalho de um modo sistemático, foram aplicadas as metodologias desenvolvidas, permitindo a hierarquização dos riscos existentes e a definição das medidas correctivas para melhoria das condições de trabalho. As avaliações de risco foram realizadas ao nível das unidades de negócios com avaliação de parâmetros específicos ao nível do posto de trabalho.

Nos edifícios centrais, foram realizadas avaliações do nível de iluminação, aplicando normativos internacionais, e da qualidade do ar interior, dando cumprimento à legislação em vigor.

Por forma a promover uma cultura de prevenção, em que cada um está consciente do papel importante a desempenhar para garantir a segurança pessoal e colectiva, foi reforçada a participação dos trabalhadores e dos seus representantes através de reuniões da Comissão de Segurança e de uma dinâmica contínua de troca de informações durante as auditorias aos locais de trabalho.

2.2 Operativa e Tecnologia

O ano de 2008, em termos das infra-estruturas tecnológicas, ficou marcado pelo projecto de fusão, entre o Banif Açores e o Banif, e pela continuidade na aposta do reforço da qualidade e dos níveis de serviços das aplicações, serviços e infra-estruturas dos edifícios centrais.

Neste âmbito merecem referência as seguintes realizações:

- Conclusão do projecto Serviços 24 x 7, de identificação das linhas de evolução das infra-estruturas técnicas centrais, com o objectivo de aumentar a janela de disponibilidade dos sistemas, aplicações e serviços;
- Reestruturação completa da rede de comunicações (voz e dados) dos edifícios do Grupo em Lisboa, na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro e na Avenida Estados Unidos América, bem como no Funchal, na Rua de João Távira;



- Lançamento do projecto de construção do novo *datacenter*, assente nas melhores práticas de mercado e tendo em consideração a melhoria das condições técnicas dos espaços que irão albergar equipamentos;
- Revisão funcional do serviço de acesso à Internet, elevando por essa via os padrões de segurança, qualidade do acesso, redundância, escalabilidade, facilidade de configuração e de gestão;
- Suporte integral ao projecto de fusão, incluindo a disponibilização de réplicas dos ambientes e das aplicações de produção em ambiente específico isolado, para suporte a testes e formação, a adaptação dos acessos, dos postos de trabalho e a migração de todos os utilizadores do Banif Açores para o ambiente Banif;
- Conclusão do projecto de re-engenharia dos postos de trabalho dos edifícios centrais, com a disponibilização da infra-estrutura central de equipamentos *ThinClient* nos edifícios do Grupo na em Lisboa, na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, na Avenida José Malhoa, no Porto, na Avenida dos Aliados e no Funchal, na Rua de João Távira;
- Lançamento do projecto de disponibilização de uma solução *ThinClient* Linux, para os edifícios centrais;
- Reestruturação da infra-estrutura central de servidores distribuídos e o lançamento do projecto de evolução do sistema central;
- Aumento da abrangência da utilização das ferramentas de monitorização de sistemas e redes em funcionamento, permitindo desta forma reforçar a pro-actividade na detecção e resolução de ocorrências;
- Continuação da evolução das plataformas SWIFT rumo a Target II;
- Conclusão do estudo de definição técnica das linhas de evolução da infra-estrutura central de backup's, com vista a suportar o crescimento vegetativo dos SI do Banif – Grupo Financeiro.

Em Novembro foi concluída a implementação da 2.^a etapa do Plano de Continuidade de Operações, com a disponibilização do processo de sincronização *on-line* entre a infra-estrutura central de produção (Lisboa) com o centro de recuperação de desastre (Porto).

No final do ano foi ainda concluída a renegociação da rede de comunicações do Banif e do Banif Açores, incluindo todas as componentes de voz e dados dos edifícios centrais e da rede de balcões. Como habitualmente, foram realizados testes de intrusão da infra-estrutura de comunicações e sistemas distribuídos.

Ainda ao nível da banca comercial, foram promovidas importantes medidas no que se refere à organização e qualidade dos serviços, tendo o Banif, através da Direcção de Organização e Qualidade (DOQ) empreendido um ambicioso plano, integrado por 47 projectos, dos quais 30 foram já concluídos e 17 se encontram em curso.

No âmbito da Qualidade, obteve-se, em 2008, a Certificação da SGS nas áreas do Crédito Pessoal e do Atendimento nas Agências, alargando para 6 os processos certificados, evidenciando que o Sistema de Gestão da Qualidade está concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos das Normas ISO de referência, demonstrando aptidão para atingir os objectivos e realizar as políticas do Banif.



A Certificação obtida incrementou o grau de eficácia e de eficiência das áreas e processos certificados e contribuiu decisivamente para uma maior consciencialização e responsabilização de todos os profissionais do Banco. Esta consciencialização difundida pelo Banif - Grupo Financeiro, Clientes e Parceiros, insere-se na estratégia de Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito da Organização, num quadro de franco desenvolvimento do Grupo, destaca-se, face à sua relevância e impactos, o esforço efectuado no projecto de fusão dos bancos comerciais, que culminou na incorporação do Banif Açores no Banif e que contemplou, entre outros aspectos, a unificação dos sistemas de informação e de todos os processos de suporte à actividade, a continuação do processo de integração de serviços de Ponta Delgada em Lisboa, designadamente os referentes a letras, livranças e UTR,s e ainda a formação dada ao colaboradores do Banif Açores em Ponta Delgada, relativamente aos sistemas e procedimentos do Banif.

Destaca-se igualmente a conclusão dos projectos de preparação para a recirculação de numerário e de levantamento dos processos críticos, a participação na implementação da nova operativa de Cartões de Crédito, bem como, a adopção de novas metodologias que se traduziram em ganhos ao nível do controlo interno e de eficiência operativa.

Também a Direcção do Executivo de Operações (DEO), à qual cabe assegurar, diariamente, a execução propriamente dita das operações que consubstanciam a actividade do Banif, conheceu um significativo aumento de actividade, atento o crescimento verificado em quase todas as operações, com maior expressão nos Cartões, Penhoras, UTR's, Cheques, Transferências, Passagens para Contencioso, Contas Empréstimo, Créditos, Remessas Exportação/Importação e Financiamentos Externos;

No início de 2008, a DEO esteve envolvida num projecto de reestruturação designado SMART MOB, coordenado pela Consultora McKinsey & Company, que decorreu ao longo de aproximadamente quatro meses e permitiu implementar uma forma distinta de abordar o quotidiano da Direcção, com significativos melhoramentos na sua actividade;

Neste contexto, foram implementados novos procedimentos tendentes a aumentar a eficácia e produtividade da estrutura operativa, entre os quais se destacam o encerramento do Núcleo de Operações do Porto, com a centralização das operações em Lisboa, a acção de formação denominada - Orientação para o Cliente Interno - *Customer 2 Top*, na qual participaram todos os empregados e a acção de formação sobre "Gestão do Stress e do Tempo" onde participaram todas as chefias.

Ainda no que se refere a medidas tomadas, durante o exercício de 2008, com particular relevância na actividade operativa, destacam-se os projectos de integração da contratação do crédito à habitação na DEO e da avaliação de imóveis na Direcção de Crédito Imobiliário (DCRI), a preparação, em colaboração com os auditores externos e com o Banco de Investimento, de diversas operações de securitização de crédito imobiliário e a colocação em *outsourcing* das fichas de assinaturas dos processos de abertura de conta.

2.3 Controlo dos Riscos de Actividade

O Grupo Banif reconhece, desde há muito, a importância da gestão dos riscos na sua actividade, garantindo que o desenvolvimento dos seus negócios se encontra suportado numa cultura de risco assumida por toda a organização, constituindo um pilar importante para a implementação das estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração, alinhadas com as orientações emanadas pelos Órgãos de Supervisão.

O Grupo tem vindo a promover, ao longo dos últimos anos, diversos projectos com vista ao progressivo aperfeiçoamento das práticas de gestão e monitorização dos riscos, considerando a cadência e



complexidade evolutiva dos riscos a que o Grupo se encontra exposto e a prioridade da sua implementação.

Por outro lado, prosseguem as acções que visam o progressivo e contínuo desenvolvimento de um sistema de informação de risco completo e tempestivo, suportado por tecnologias de informação específicas para a gestão dos diversos riscos das actividades desenvolvidas. O Grupo tem vindo a efectuar um investimento gradual, mas consistente, e integrado em tecnologias de informação e gestão de risco, com vista a dar resposta aos mais exigentes padrões de informação neste domínio.

Em 2008, o Grupo implementou, no âmbito do novo Modelo de Governação, a função de Risco Corporativo, formalizando assim a constituição de um órgão central para a gestão de riscos, dando assim continuidade a muitos dos projectos que vinham a ser desenvolvidos no enquadramento do Programa Basileia II.

Cada entidade do grupo, possui a sua própria estrutura orgânica de gestão de riscos, dimensionada em função da actividade e dos respectivos riscos associados, seguindo as políticas emanadas pelo órgão de Administração da Banif SGPS.

A política e a gestão de risco do Grupo mantêm a sua estrutura de desenvolvimento transversal, sendo da responsabilidade do Conselho de Administração da Banif SGPS a gestão das funções corporativas onde o Risco Corporativo se engloba. O Conselho de Administração é responsável pela definição das políticas de risco apoiado pela avaliação e monitorização dos riscos realizada pela Função Corporativa, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de mercado, liquidez e operacional, entre outros – e, propondo sempre que necessário novas políticas e medidas correctivas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

Procedeu-se à realização de exercícios de *self-assessment*, para o sistema de gestão de riscos e para o sistema de controlo de riscos em linha com as orientações do Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, identificando-se as principais deficiências encontradas em cada entidade do Grupo e ao nível Corporativo, tendo-se inventariado e classificado quer as categorias de risco quer o seu grau. Deste exercício, resultaram acções de mitigação e de remediação identificadas e planeadas no tempo em função da importância, severidade e frequência dos riscos identificados.

O Grupo procedeu à realização de testes de esforço em conformidade com a Instrução n.º 18/2007 do Banco de Portugal, seleccionando os testes em função da sua dimensão, dos produtos comercializados, das características dos clientes, das principais massas de balanço, do seu plano estratégico e das ferramentas disponíveis para a gestão dos riscos. Assim os testes foram aplicados aos principais riscos a que o grupo se encontra exposto. O resultado dos testes constitui, assim, mais um instrumento de gestão, contribuindo para a planificação de medidas correctivas em todos os casos considerados materiais.

Basileia II

No exercício de 2008, o Grupo manteve o desenvolvimento e preparação interna para atender às novas exigências em matéria de reporte prudencial solicitadas no Novo Acordo de Capital (Basileia II), tendo sido o primeiro exercício onde se adoptaram as regras previstas no conjunto de Avisos e Instruções regulamentares do Acordo.

Consciente dos desafios e oportunidades que este Novo Acordo vem trazer para o Grupo, têm sido promovidas diversas actividades com vista a dotar o Grupo de ferramentas e uma estrutura de informação indispensável à adaptação das práticas requeridas pelas entidades de Supervisão e pelos Órgãos de Gestão.

As metodologias utilizadas pelo Grupo para o cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios ao nível do Pilar I, situam-se, ainda, na óptica menos sofisticada. Os métodos utilizados são:



- O Método *Standard* para o risco de Crédito;
- O Método do Indicador Básico para o risco Operacional;
- Método de Avaliação ao Preço de Mercado para risco de Mercado.

O Grupo dispõe, à data, de Modelos Internos de Notação de Risco para uma parte significativa do crédito concedido e para os segmentos mais relevantes. Os modelos foram desenvolvidos considerando as metodologias mais adequadas e preditivas para cada um dos segmentos e/ou produtos. O Grupo pretende, no futuro, adoptar ao nível do risco de crédito, o Método Avançado (*IRB*), contudo somente apresentará a sua candidatura formal após um período de *use test* que considere suficiente para garantir a adequada conformidade das metodologias desenvolvidas, dos mecanismos de avaliação de performance e actualização e da sua aplicação efectiva no processo de decisão.

Os sistemas internos de notação de risco desenvolvidos subdividem-se nas seguintes categorias:

Segmentos	Momento da Utilização	
	Concessão	Acompanhamento
Retalho		
Crédito à Habitação	<i>Scoring</i> de concessão CH	<i>Scoring</i> comportamental CH
Crédito Pessoal	<i>Scoring</i> de concessão CP	<i>Scoring</i> comportamental CP
Pequenos Negócios	<i>Scoring</i> de concessão PN	<i>Scoring</i> comportamental PN
Empresas		
PME's	<i>Rating</i> de PMEs	

▪ Modelos Internos de *Scoring* – Admissão e Comportamental

Os modelos de *Scoring* de Concessão permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*), sendo utilizados no momento da concessão do crédito. Estes modelos permitem também classificar uma operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

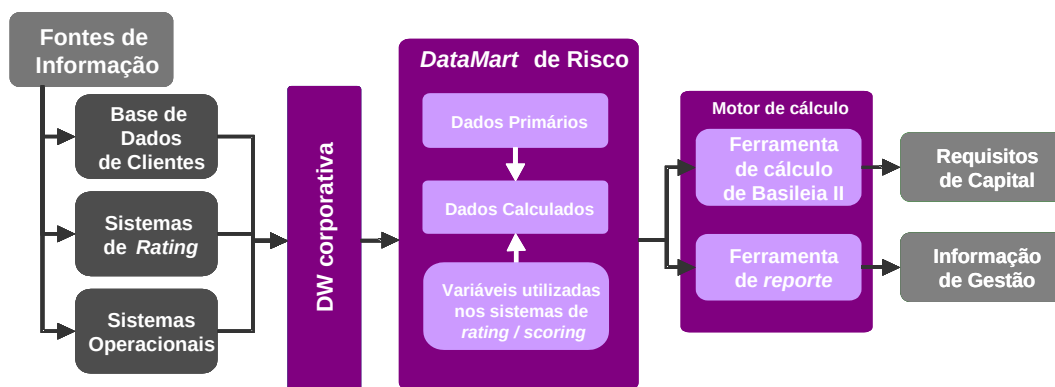
Os modelos de *Scoring* Comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito ao longo da sua vida útil, através do comportamento irregular ou não, da contraparte da operação, com mais de um ano de vida.

▪ Modelo Interno de *Rating* para carteiras de Empresas

O modelo de *Rating* atribui a cada cliente (Empresa), uma classificação de risco de acordo com a sua probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte. Este modelo comporta as vertentes de admissão e comportamental, considerando a regularidade de actualização para cada entidade.

Tendo em conta as exigências que envolvem o processo de cálculo dos requisitos de capital, o Grupo segue um conjunto de procedimentos sistematizados num Manual desenvolvido para o efeito, designado de *Reporting Package*, onde constam de forma analítica todas as tarefas, responsabilidades e informação indispensáveis ao cálculo requerido.

As principais fases do processo de cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios pode ser sintetizada, como segue:



Este processo é realizado centralmente, resultado da entrada de dados de todas as filiais que concorrem para o cálculo consolidado de requisitos de fundos próprios, disponibilizando a Equipa Central os cálculos individuais a cada uma das entidades.

Capital Económico

No contexto do Pilar II do Acordo de Basileia II e em particular na resposta aos requisitos da Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal, o Banif – Grupo Financeiro iniciou um conjunto de actividades que conduzem ao cumprimento dos normativos regulamentares e visam dotar o Órgão de Administração de instrumentos que possibilitem uma gestão adequada dos níveis de capital interno face aos riscos das suas actividades e da sua capacidade para absorver impactos adversos.

O Grupo encontra-se a desenvolver o Processo Interno para a Avaliação da Adequação do Capital Interno, centrando a sua particular atenção para o conjunto de filiais que concorrem para a definição do seu perfil de risco, no âmbito do Modelo de Avaliação de Riscos.

Este processo tem como objectivos dotar o Grupo de um Planeamento de capital económico, adequado à sua estratégia de risco, acompanhado pela realização de exercícios que permitam a quantificação de perdas inesperadas para a globalidade do seu activo e a consequente adequação da estrutura organizacional de governo, processos e controlos. A especificação do perfil de riscos do Grupo irá permitir a criação de cenários para avaliar o capital económico em conjunturas adversas, adoptando planos de contingências de capital que mitiguem as suas consequências.

Este desafio permitirá ao Grupo, em breve, uma melhor percepção dos riscos da sua actividade e a sua incorporação mais activa na tomada de decisões, considerando o processo de aculturação alinhado com a estratégia de gestão de riscos.

2.3.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Grupo, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

A estratégia de risco de crédito no Grupo assenta num conjunto de políticas que orientam a actividade de concessão e acompanhamento do crédito que, sempre que necessário, são ajustadas em função do desenvolvimento do negócio e das condições de mercado.



A gestão do risco de crédito e, bem assim, a delegação de competências desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a clientes previstos em normativos, os quais são alvo de actualizações e ajustamentos sempre que tal se mostre necessário.

Os normativos são de aplicação genérica no Grupo porquanto, incluem regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização assim como, regras de preparação, análise e seguimento do crédito concedido aos clientes.

Gestão do Risco de Crédito

O Grupo promove a monitorização contínua do risco de crédito, pela avaliação regular da estrutura global do crédito concedido e de um conjunto de operações consideradas significativas.

A avaliação da carteira é realizada tendo em conta os objectivos qualitativos estabelecidos anualmente e, visa orientar os objectivos quantitativos definidos para a actividade comercial. Assim, fazem parte deste enquadramento, a definição de objectivos de notação de risco da carteira, de concentração/dispersão de exposição ao risco, de distribuição geográfica, sectorial, de grandes riscos, de riscos por colateral/garantias, entre outros.

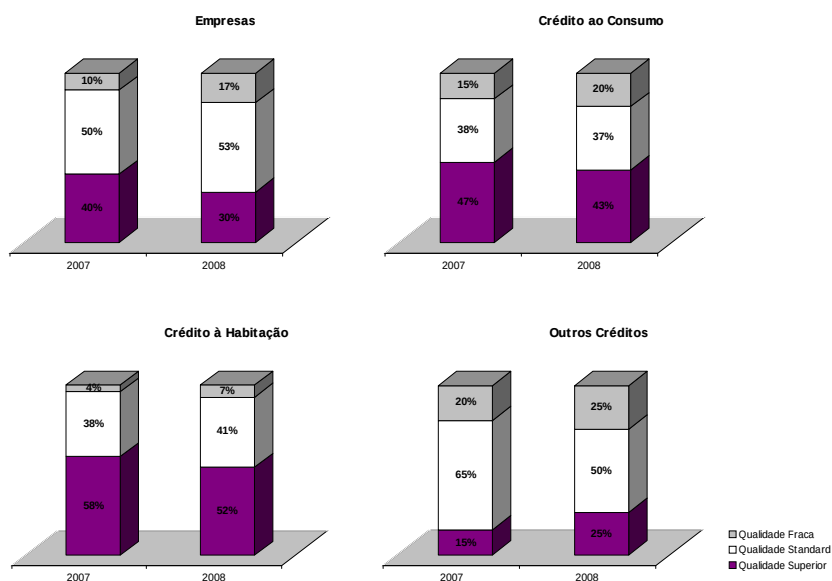
O Grupo tem prosseguido com o desenvolvimento de projectos no âmbito da modelização de sistemas internos de notação de risco, que têm evidenciado uma capacidade adequada no que concerne à identificação e predição do risco de crédito.

Considerando as particularidades do *Portfolio* de crédito do Grupo, os modelos internos de notação de risco atendem às características específicas dos clientes, a variáveis históricas e de relacionamento e às características das operações quer qualitativas quer quantitativas.

a) Qualidade dos activos financeiros

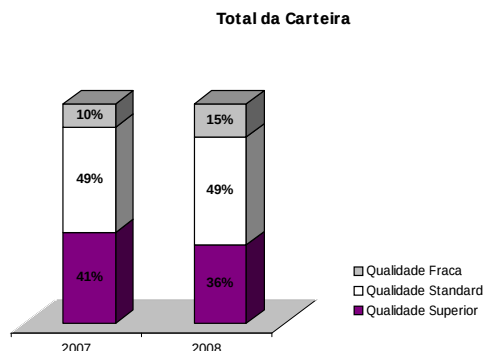
Crédito Concedido

A repartição da carteira de crédito do Grupo por notação de risco para os principais segmentos de negócio, a 31 de Dezembro de 2008, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:





A evolução da carteira total do crédito apresenta a seguinte distribuição:



A distribuição da qualidade do crédito a clientes, baseia-se na classificação atribuída às carteiras das Entidades mais representativas do Grupo, desagregadas pelos segmentos mais significativos e qualificadas em três níveis de risco. A carteira de crédito do Grupo foi objecto de avaliação interna de risco, baseada nas Probabilidades de *Default* (*PD*) aplicáveis aos principais produtos e segmentos de negócio. As *PD*'s foram agregadas por níveis de risco de modo a serem classificadas nas categorias de Risco de Qualidade Superior, de Qualidade Standard e de Qualidade Fraca.

Ainda e, no que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade apresentam a 31 de Dezembro de 2008, os seguintes valores:

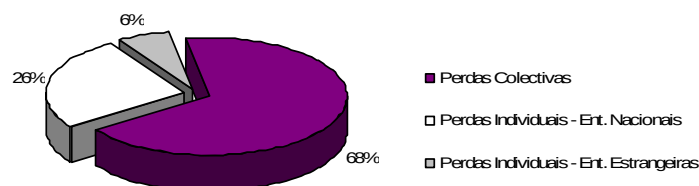
	(valores expressos em milhares de Euros)	
	2008	2007
Crédito a Clientes, do qual:	10.590.663	8.816.168
Crédito e juros vencidos	329.760	244.726
Crédito vencido há mais de 90 dias	299.480	225.441
Imparidade do crédito	(253.714)	(196.393)
Indicadores (%)		
Crédito e juros vencidos/Crédito a clientes	3,11%	2,78%
Imparidade do crédito/Crédito a clientes	2,40%	2,23%
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito e juros vencidos	90,82%	92,12%

Avaliação de imparidade

À data de 31 de Dezembro de 2008, o valor das perdas por imparidade colectiva e individual, incluindo as perdas extrapatrimoniais, ascendem a 175.072 milhares de euros (2007 - 158.061 milhares de euros) e 81.852 milhares de euros (2007 - 40.950 milhares de euros), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito analisado individualmente ascendeu a 287.795 milhares de euros, correspondendo a 386 clientes com responsabilidades acima dos 250 milhares de euros.

No final do exercício, a contribuição para o montante total das perdas estimadas para o crédito concedido pelas Entidades nacionais e estrangeiras do Grupo, é apresentado como segue:

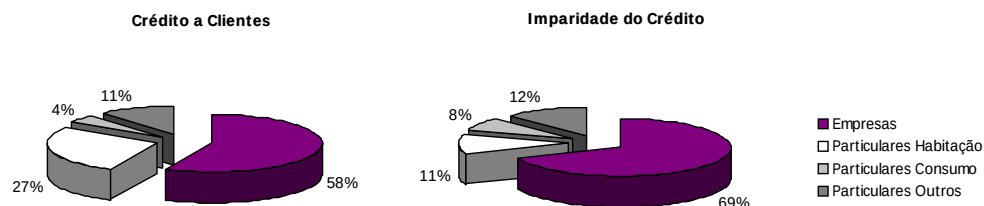


À data, a avaliação da imparidade do crédito concedido e valores a receber pelas Entidades estrangeiras do Grupo, é efectuada em base casuística, apurando-se apenas um total de perdas individuais, considerando a inexistência de histórico de incumprimento que possibilite a obtenção de factores de risco (*PD's* e *LGD's*) para uma avaliação colectiva das carteiras.

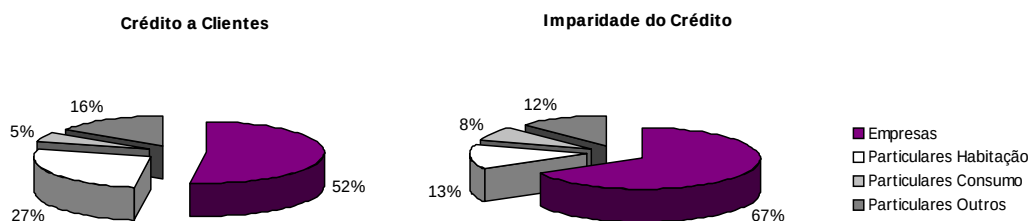
Ainda, no exercício findo em 2008, o justo valor dos colaterais associados às operações analisadas individualmente, para efeitos do apuramento da imparidade individual, ascendem a 231.918 milhares de euros (2007: 153.159 milhares de euros). Os colaterais associados a estas operações são representados, essencialmente, por hipotecas, títulos e depósitos.

O montante do crédito concedido face às perdas estimadas por segmento, para os exercícios de 2008 e 2007, apresenta os seguintes valores:

2008



2007





Em 31 de Dezembro de 2008, a imparidade do crédito concedido apresenta a seguinte movimentação face a 2007:

(valores expressos em milhares de Euros)					
	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2007	131.421	26.080	15.139	23.753	196.393
Reforços	55.383	7.253	5.554	14.246	82.437
Utilizações	(6.661)	(18)	0	(59)	(6.738)
Reversões e Recuperações	(5.468)	(5.027)	(1.161)	(6.722)	(18.378)
Saldo 2008	174.675	28.288	19.533	31.218	253.714

(valores expressos em milhares de Euros)					
	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2006	126.148	14.900	4.890	18.802	164.740
Reforços	48.156	11.258	10.885	14.899	85.198
Utilizações	(561)	(78)	-	(729)	(1.368)
Reversões e Recuperações	(42.322)	-	(636)	(9.219)	(52.177)
Saldo 2007	131.421	26.080	15.139	23.753	196.393

Crédito e juros vencidos

À data de 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante de crédito e juros vencidos por antiguidade apresenta a seguinte desagregação:

2008

(valores expressos em milhares de Euros)

Classe	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	20.944	2.816	2.730	3.790	30.280
3 - 6 m	13.129	1.916	2.549	4.898	22.492
6 - 9 m	19.280	3.555	2.161	5.866	30.862
9 - 12 m	12.231	3.069	1.891	3.842	21.033
12 - 15 m	14.447	1.613	2.316	3.694	22.070
15 - 18 m	9.528	1.413	1.946	3.326	16.213
18 - 24 m	22.015	2.433	2.286	8.706	35.440
24 - 30 m	11.209	1.239	1.866	8.364	22.678
30 - 36 m	18.612	767	982	5.477	25.838
36 - 48 m	19.030	695	2.384	7.013	29.122
48 - 60 m	17.289	747	1.308	7.836	27.180
> 60 m	25.885	7.325	2.407	10.935	46.552
Total	203.599	27.588	24.826	73.747	329.760



2007

(valores expressos em milhares de Euros)

Classe	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	11.702	2.788	3.152	1.643	19.285
3 - 6 m	12.187	2.400	2.088	2.666	19.341
6 - 9 m	11.112	2.809	2.254	1.850	18.025
9 - 12 m	11.203	2.478	1.169	3.012	17.862
12 - 15 m	6.579	1.643	728	5.558	14.508
15 - 18 m	7.186	1.092	1.607	1.657	11.542
18 - 24 m	20.796	2.042	1.653	4.709	29.200
24 - 30 m	12.872	1.939	1.040	3.853	19.704
30 - 36 m	7.160	2.502	2.046	503	12.211
36 - 48 m	16.879	3.412	2.526	5.261	28.078
48 - 60 m	13.224	2.352	1.718	3.692	20.986
> 60 m	17.551	6.638	2.242	7.553	33.984
Total	148.451	32.095	22.223	41.957	244.726

Créditos Renegociados

As políticas seguidas pelo Grupo para a renegociação de créditos, em situação de crédito vencido, pressupõem a realização de procedimentos de regularização, como seguem:

- Pagamento dos juros vencidos;
- Reforço de garantias;
- Reclamação junto das Instâncias Judiciais com vista à recuperação dos valores em dívida;
- Reclamação, quando aplicável, de montantes a receber relativo a indemnizações decorrentes de sinistros reclamados.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito não vencido, mas cujas condições foram renegociadas ascendem aos seguintes valores:

	(valores expressos em milhares de Euros)	
Créditos renegociados	2008	2007
Empresas	8.677	12.116
Particulares - Consumo	290	229
Particulares - Imobiliário	3.566	2.750
Particulares - Outros	2.054	3.006
Total	14.587	18.101

Títulos e Derivados

Os quadros seguintes apresentam as carteiras de títulos de dívida e derivados ventiladas por *ratings* externos (emissão/emiteente). Os *ratings* das carteiras foram apurados com base nos *ratings* das agências internacionais Moody's, Fitch e S&P, segundo as regras de Basileia II.



2007

(valores expressos em milhares de euros)

	Classificação Interna				
	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	1.163	4.535	57.241	126.418	189.357
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	160.917	18.523	4.106	4.055	187.601
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.533	-	5.533
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Total	162.080	23.058	66.880	130.473	382.491
Em %	42,4%	6,0%	17,5%	34,1%	100,0%

2008

(valores expressos em milhares de euros)

	Classificação Interna				
	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	182	9.637	75.018	99.009	183.846
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	50.611	1.487	-	14.720	66.818
Activos financeiros disponíveis para venda	38.617	6.693	11.468	42.435	99.213
Investimentos detidos até à maturidade	69.843	6.148	6.693	1.319	84.003
Total	159.253	23.965	93.179	157.483	433.880
Em %	36,7%	5,5%	21,5%	36,3%	100,0%

A identificação dos títulos incluídos nas diversas carteiras encontra-se descrita nas notas 8,9 e 10.

b) Processo de avaliação do risco de crédito

A avaliação do crédito não padronizado é realizada individualmente e, desenvolvida considerando as condições dos mercados onde os clientes operam, a evolução das suas notações de risco e a qualidade dos indicadores de transacção com o Grupo. Os créditos padronizados - crédito habitação, crédito pessoal, crédito a pequenos negócios – são avaliados com regularidade de forma colectiva, estando cada *portfolio* monitorizado no que se refere ao risco e qualidade do crédito.

Ainda e, no que se refere ao controlo dos riscos, o Grupo realizou no exercício, testes de esforço no âmbito dos diversos riscos que vieram contribuir para uma gestão mais eficaz e eficiente dos riscos. Os testes de esforço são considerados para o Grupo como instrumentos de gestão e de apoio à tomada de decisão pelo que contribuem para uma gestão mais sã e prudente dos riscos aos quais as Entidades do Grupo se encontram expostas.

As acções desenvolvidas no âmbito de Basileia II, para dar resposta à prestação de informação adicional de âmbito prudencial, vieram contribuir para a melhoria dos sistemas de informação e dos demais modelos preditivos de factores de risco, promovendo uma melhoria das condições ao exercício da gestão e mitigação dos riscos da actividade.

c) Monitorização do risco de crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito da carteira do Grupo e, na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos.

No exercício de 2008, o Grupo iniciou um projecto para a implementação de sinais de alerta num sistema central de informação do Grupo.

Esta iniciativa assenta num projecto de reestruturação das práticas, políticas e procedimentos inerentes à gestão de recuperação do crédito vencido que envolve o desenvolvimento de um conjunto de ferramentas com vista a proporcionar melhorias na gestão preventiva do incumprimento e respectiva recuperação.



Através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas é efectuada a monitorização do risco de crédito, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas, a rentabilidade ajustada ao risco e eventual aplicação de medidas correctivas.

d) Mitigação do risco de crédito

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido - bem como o grau de cobertura necessário depende do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte.

O Grupo dispõe de procedimentos internos no que respeita à aceitação de determinados tipos de colaterais com critérios específicos de avaliação.

No entanto, existem certo tipo de colaterais que, por natureza, estão associados a determinado tipo de crédito concedido, a saber:

- No crédito de médio/longo prazo a Particulares, como o crédito imobiliário, o colateral tem normalmente a natureza de garantia real, nomeadamente a hipoteca do imóvel e/ou penhor de depósitos;
- No crédito de curto prazo a Particulares são normalmente exigidas apenas garantias pessoais.
- No caso do crédito a Empresas, nomeadamente o crédito *revolving*, são solicitadas garantias pessoais dos sócios/accionistas sendo que, nalguns casos, são exigidas garantias reais, tais como a hipoteca de imóveis ou penhor de depósitos ou títulos. Estas situações variam em função do risco atribuído ao cliente e da maturidade do crédito concedido a Empresas.

Os colaterais que, por incumprimento do cliente, são executados e passam para a posse do Grupo são, na sua generalidade, vendidos para o cumprimento total ou parcial da dívida, sendo raras as situações em que o Grupo permanece com a propriedade desses bens executados para seu uso comercial.

Análise do Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2008, face ao final do ano anterior é apresentada como segue:

(valores Expressos em milhares de Euros)

	2008		2007	
	Exposição*	Exposição**	Exposição*	Exposição**
	máxima	líquida	máxima	líquida
Activos Financeiros detidos para negociação	277.124	277.124	253.447	253.447
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	248.046	248.046	285.731	285.731
Activos Financeiros disponíveis para venda	159.476	159.476	218.537	218.537
Crédito a Clientes	10 336.949	5 570.458	8.619.775	4.629.292
Investimentos detidos até à maturidade	84.003	84.003	-	-
Outros Activos	1.771.018	1.771.018	1.383.470	1.383.470
Sub-Total	12.876.616	8.110.125	10.760.960	6.770.477
Passivos contingentes	2 235.007	2 235.007	818.503	818.503
Compromissos assumidos	1 575.955	1 575.955	1.729.777	1.729.777
Sub-Total	3.810.962	3.810.962	2.548.280	2.548.280
Total de exposição a risco de crédito	16.687.578	11.921.087	13.309.240	9.318.757

* **Exposição máxima:** respeita ao valor líquido de balanço

** **Exposição líquida:** Respeita à Exposição máxima deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor.

Relativamente à exposição ao risco de crédito por segmentos, de acordo com Basileia II, a exposição patrimonial bruta ao risco, à data de 31 de Dezembro de 2008, apresenta a seguinte distribuição:



(valores expressos em milhares de Euros)

2008

Segmento		Exposição	RWA
Administrações regionais ou autoridades locais		83.003	16.601
Administrações Centrais e Bancos Centrais		120.273	48.073
Carteira de Retalho		2.207.402	1.591.201
Corporate	Corporate	703.221	649.199
	SME	3.399.443	3.138.295
Instituições		282.589	156.672
OIC		279.559	279.559
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos		35.880	5.047
Outros Elementos		1.903.635	1.449.672
Posições garantidas por bens imóveis	Comercial	301.234	122.385
	Residencial	3.034.802	1.232.972
Elementos Vencidos (definição de Basileia II)		599.301	520.939
Total de Exposição Bruta a riscos de crédito		12.950.342	9.210.615

Os segmentos “Corporate” e “Posições Garantidas por Bens Imóveis”, apresentam-se como os segmentos mais representativos com 32% e 26%, respectivamente, face ao total da exposição ao risco de crédito.

O Segmento “Carteira de Retalho” apresenta um valor relevante, evidenciando a disseminação do risco de crédito por Pequenas Empresas e Particulares.(excepto Crédito à Habitação).

No exercício de 2008, o segmento com maior consumo de capital é o segmento “Corporate” com um RWA de 3,7 mil milhões de Euros (41 % face ao total de RWA), destacando-se em termos opostos, o segmento de “Posições Garantidas por Bens Imóveis”, o qual apresenta um RWA de 15 %, apesar do seu peso no total da exposição ser de 26 %, resultando esta situação da menor ponderação de risco dos activos incluídos neste segmento, nomeadamente dos Imóveis Residenciais.

a) Estrutura da carteira de crédito

À data de 31 de Dezembro de 2008, o crédito a clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2008		2007	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Indústria	742.719	630.571	774.122	670.534
Construção	940.905	622.420	674.642	347.352
Vendas a Retalho	400.527	300.693	350.809	230.189
Serviços	1.843.756	1.110.880	1.019.537	313.983
Instituições financeiras e seguradoras	161.598	135.340	265.231	198.802
Sector Público	84.365	83.474	175.023	165.583
Outros (inclui Particulares)	6.163.079	2.687.080	5.360.411	2.702.850
Total de Exposição a riscos de crédito	10.336.949	5.570.458	8.619.775	4.629.293

Nota: Serviços inclui actividades imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

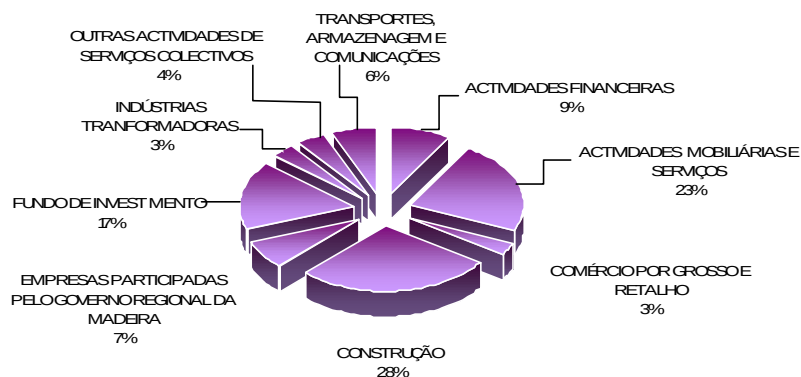
O segmento “Serviços” representa 18% do total da exposição máxima em 2008, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias.

Ainda, e no que se refere à exposição de risco por sector, salientamos que a exposição ao risco de crédito dos top-20 clientes e/ou grupos económicos ascende, à data de 31 de Dezembro de 2008



(incluindo crédito directo e garantias prestadas), a 1.079 milhões de euros. A distribuição do crédito pelos diversos sectores é apresentada, como segue:

Distribuição sectorial - TOP 20



b) Exposição aos Mercados

Em 31 de Dezembro de 2008, a exposição ao risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado português, assumindo uma representatividade de 88%, destacando-se o expressivo contributo das Regiões Autónomas (30% do total do crédito concedido):

(valores expressos em milhares de Euros)

	2008		2007	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Portugal Continental	6.057.037	3.191.879	6.534.632	3.545.721
Regiões Autónomas	3.056.842	1.559.739	1.489.870	826.653
União Europeia	313.217	36.995	293.249	98.879
Resto da Europa	145.507	136.208	60.244	53.911
América do Norte	142.622	109.042	140.128	41.924
América Latina	398.422	373.997	59.157	31.599
Resto do Mundo	223.302	162.598	42.495	30.605
Total de exposição a riscos de crédito	10.336.949	5.570.458	8.619.775	4.629.292

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil de 4% e, sendo também de salientar o mercado da União Europeia com uma expressividade de 3%.

c) Exposição aos mercados por distribuição sectorial

Em 31 de Dezembro de 2008, é de destacar a já referida concentração do crédito em Portugal, bem como o peso significativo das Instituições Financeiras e Seguradoras no Resto da Europa (65 % neste segmento).



(valores expressos em milhares de Euros)

	2008					
	Portugal	Resto da Europa	América latina	União Europeia	Resto do Mundo	América do Norte
Serviços*	1.825.413	7.702	5.949	3.838	4	850
Construção	940.705	200	-	-	-	-
Instituições financeiras e seguradoras	58.336	94.685	1.777	5.861	939	-
Indústria	742.574	107	3	35	-	-
Vendas a retalho	399.235	532	-	760	-	-
Sector público	84.365	-	-	-	-	-
Outros (inclui Particulares)	5.063.251	42.281	390.693	302.723	222.359	141.772
Total Exposição por Sector de Actividade / Áreas Geográficas	9.113.879	145.507	398.422	313.217	223.302	142.622
						10.336.949

* Serviços inclui Actividades Imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

d) Montantes médios por intervalos de exposição

Em 31 de Dezembro de 2008, a exposição média da carteira de crédito por intervalos de valor de operação, apresenta os seguintes montantes:

(valores Expressos em milhares de Euros)

2008				
Intervalo de valor por Operação	Nr Clientes	Crédito	Exposição média	Peso
] 0M a 0,5M]	743.515	6.320.566	9	61,1%
] 0,5M a 2,5M]	1.785	1.817.272	1.018	17,6%
] 2,5M a 5M]	229	766.347	3.346	7,4%
] 5M a 10M]	85	565.469	6.653	5,5%
] > 10M [	46	867.295	18.854	8,4%
Total	745.660	10.336.949		

Face aos valores apresentados, 79% do montante total do crédito resulta de operações com uma exposição ao risco de crédito até 2,5 milhões de Euros, o que denota a disseminação existente no crédito concedido.

2.3.2 Risco de Mercado

Risco de mercado entende-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias.

A gestão de risco de mercado no Grupo define-se como prudente e é monitorizada de forma contínua. Em base sistemática, os limites de actuação nos mercados são revistos e ajustados pelo Órgão de Gestão, sempre que necessário. A sua actuação assenta em regras de funcionamento e controlo internas e nas normas emanadas pelas Órgão de Supervisão.

Gestão do Risco de Mercado

A política de gestão do risco de mercado no Grupo caracteriza-se pela cobertura de risco nos activos de maior volatilidade, nomeadamente nos produtos de taxa fixa e taxa de câmbio das operações contratadas com clientes. As posições registadas na carteira de negociação do Banco incluem riscos de natureza cambial, taxa fixa e taxa variável cujas oscilações são relevadas contabilisticamente a preços de mercado.

São realizadas periodicamente análises de sensibilidade à taxa de juro, com recurso a cenários para medição do seu impacto ao nível da margem de juros e nos fundos próprios, de acordo com as recomendações do Órgão de Supervisão.



Análise do Risco de Mercado

a) Análise de sensibilidade à taxa de juro

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro tem como objectivo avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos, sendo que, no exercício, manteve-se dentro dos limites superiormente aprovados.

Foram realizados no exercício testes de esforço ao risco de taxa de juro da carteira bancária, com base nas metodologias preconizadas na Instrução 19/2005 e Instrução 18/2007 do Banco de Portugal. A magnitude dos impactos simulados não é considerada significativa.

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros tem por base a análise efectuada para efeitos do reporte a entidades de supervisão. A análise considera um choque standard de 200 p.b. na taxa de juro positiva ou negativa, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), contudo o Grupo determina o impacto nos seus indicadores de outras magnitudes de choque.

Desta análise foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extrapatrimoniais que, por definição, não são afectados pelas variações ocorridas nas taxas de juro.

Análise de sensibilidade Impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes

(valores Expressos em milhares de euros)

		2008	2007
EUR	Impacto na Situação Líquida	-64.607	-42.650
	Fundos Próprios	911.899	829.877
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-7 %	-5 %
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-7.141	30.031
	Margem Financeira	169.431	239.064
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-4 %	13 %
USD	Impacto na Situação Líquida	-4.842	2.153
	Fundos Próprios	911.899	829.877
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-1 %	0 %
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	332	-6.351
	Margem Financeira	169.431	239.064
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	0 %	-3 %
TOTAL	Impacto na Situação Líquida	-69.449	-40.497
	Fundos Próprios	911.899	829.877
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-8 %	-5 %
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-6.809	23.680
	Margem Financeira	169.431	239.064
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-4 %	10 %



b) Análise de sensibilidade à taxa de câmbio

O risco cambial representa o risco de que o valor de instrumentos financeiros expressos em moeda estrangeira apresentem flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira, centra-se na carteira de crédito concedido em USD, conforme divulgado no quadro seguinte:

(Valores expressos em milhares de Euros)

Moeda	2008
	Crédito
EUR	9.551.355
USD	393.827
BRL	306.696
CVE	74.957
JPY	5.521
CHF	3.189
GBP	1.383
CAD	9
DKK	8
SEK	4
Total	10.336.949

Apesar do montante não ser significativo, representando menos de 5% da exposição, é de referir que existem, no Grupo, instrumentos de cobertura do risco cambial.

c) Análise de sensibilidade aos riscos de preços

Os riscos de preços resultam essencialmente do negócio da Banca de Investimento, tendo um peso pouco significativo no total consolidado do Grupo.

Reflectindo este reduzido peso em termos relativos, a generalidade das entidades do Grupo sujeitas a reporte prudencial com excepção do Banco de Investimento, está a fazer uso da disposição constante da regulamentação do Banco de Portugal (cf. DL 103/2007), que permite que os requisitos de capital relativos à carteira de negociação sejam calculados de acordo com os requisitos de capital para risco de crédito, caso se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- A actividade da carteira de negociação não ser normalmente superior a 5% da actividade global;
- A exposição total da carteira de negociação ser normalmente inferior a 15 milhões de euros;
- A actividade da carteira de negociação não exceder 6% da actividade global e o valor não ultrapassar os 20 milhões de euros.

Relativamente ao Banco de Investimento, no âmbito do controlo e avaliação do risco de mercado, existe uma rotina diária do cálculo do VaR (*value-at-risk*), para a sua carteira de negociação, a qual é composta essencialmente por títulos de renda fixa e acções, e que visa medir a volatilidade e o risco



destas carteiras, não existindo, contudo, uma gestão diária de limites de exposição com base na metodologia VaR.

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do *Value-at-Risk* (VaR) para carteira de títulos de negociação detidos pelo Banco de Investimento que, a 31 de Dezembro de 2008, ascendia a cerca de 40 milhões de euros, composta essencialmente por títulos de renda fixa, em que a componente de acções apresenta um valor residual.

Para o cálculo desta métrica de risco foi utilizado o software especializado BarraOne, propriedade da “MSCI Barra”, tendo sido calculado o VaR com um horizonte de 10 dias e uma probabilidade de 99%, em linha com as boas práticas internacionais, em particular, seguindo as recomendações constantes do acordo de capital de Basileia.

A 31 de Dezembro 2008, o VaR da carteira de negociação ascendia a cerca de 1,1 milhões de euros, representando 3.2% do valor de mercado da carteira (foram excluídos 3 títulos por insuficiência de informação de mercado para aferir o risco, correspondendo a 7% do valor da carteira total em análise). O VaR global da carteira de negociação do BBI correspondia a 2,5% dos fundos próprios de base (*Tier 1*) da instituição.

A decomposição do VaR por tipo de títulos a 31 de Dezembro de 2008 é a seguinte:

(valores expressos em milhares de euros)

	2008	
	VaR	VaR %
Acções	4	4,38%
Obrigações	1.224	3,60%
<i>Efeito diversificação</i>	-152	n.a.
Total	1.076	3,16 %

A decomposição do VaR por tipo de risco, a 31 de Dezembro de 2008 é a seguinte:

(valores expressos em milhares de euros)

Fontes de Risco	2008			
	Desvio Padrão	% Risco da Carteira	Variância da Carteira	VaR da Carteira
Risco de Mercado	6,39	87,80%	40,77	1.008
Risco Global (factores comuns)	6,29	85,10%	39,54	993
Indústria	0,01	0,00%	0	2
Taxa de Juro (<i>Yield Curve</i>)	1,36	4,00%	1,85	215
<i>Spread</i>	0,59	0,70%	0,34	93
Mercados Emergentes	6,23	83,60%	38,82	984
Commodities	0	0,00%	0	0
Correlação - factores comuns	N/A	-3,20%	-1,48	N/A
Risco Específico	1,11	2,70%	1,23	175
Risco Cambial	4,76	48,80 %	22,66	752
<i>Correlação Moeda / Mercado</i>	N/A	-36,60%	-16,99	N/A
Risco Total	6,81	100 %	46,44	1.076



2.3.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada.

Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Gaps* de liquidez.

As políticas de obtenção de *funding*, quer junto dos Clientes, quer no mercado financeiro e Banco Central Europeu, têm garantido, apesar de uma redução generalizada dos níveis de liquidez no sistema financeiro, a estabilidade dos recursos, mantendo-se quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* dentro dos limites aceitáveis para os vários períodos analisados.

A volatilidade nos mercados no ano de 2008, obrigou a um acompanhamento mais apertado na situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados a uma gestão eficiente diária.

Análise do Risco de Liquidez

À semelhança do risco de taxa de juro, foram realizados também testes de esforço relativos ao risco de liquidez. A magnitude dos impactos simulados permitiram concluir que a exposição a este risco é aceitável dado o enquadramento macro-económico verificado.

No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas e *stress testings* que permitem identificar debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas num Plano de Contingência, que visem o restabelecimento da situação de liquidez, sempre que se julgue necessário.

a) Concentração de risco por data de maturidade

(valores Expressos em milhares de Euros)

2008	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo	2.837.875	2.151.038	1.659.109	1.288.609	2.704.381	1.372.834	12.013.846
Recursos de IC's	644.452	406.384	242.475	364.100	1.321.707	67.734	3 046 852
Debitos para com Clientes	2.150.698	1.707.048	1.315.277	644.680	557.232	139.928	6 514 863
Debitos representados por Títulos	17.187	20.116	72.289	259.395	713.768	303.140	1 385 895
Passivos Subordinados	-	15.202	15.231	-	109.539	183.133	323.105
Outros Passivos	25.538	2.288	13.837	20.434	2.135	665.675	729.907
Provisões	-	-	-	-	-	13.224	13 224
Capital e reservas	-	-	-	-	-	862.770	862.770
Total	2.837.875	2.151.038	1.659.109	1.288.609	2.704.381	2.235.604	12.876.616
Activo							
Credito sobre IC's	45.636	31.077	20.211	14.687	-	187.288	298 899
Credito sobre Clientes	922.424	908.907	812.548	1.086.159	2.551.845	4.055.066	10 336 949
Títulos de Rend fixo e variavel	61.424	73 230	91.551	139.894	189.652	128.895	684 646
Participações e Imobilizações	736	-	-	-	-	398.211	398.947
Outros Activos	270.211	59.923	3.137	117.020	43.988	662.896	1.157.175
Total	1.300.431	1.073.137	927.447	1.357.760	2.785.485	5.432.356	12.876.616



(valores Expressos em milhares de Euros)

2007	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo							
Recursos de IC´s	1 059 043	258 260	75.450	174.802	45.913	163.555	1.777 023
Debitos para com Clientes	1.753 041	1.104.736	991.365	929.243	546.919	6.194	5.331.498
Debitos representados por Titulos	3 295	1 638	12.765	26.572	1.650 847	7.556	1.702 673
Passivos Subordinados	0	193	216	0	112.960	240.487	353.856
Outros Passivos	321.734	78 057	6.074	16.860	17.123	349.374	789.222
Provisões	0	0	0	0	16 564	0	16 564
Capital e reservas	0	0	0	0	0	790.124	790.124
Total	3.137.113	1.442.884	1.085.870	1.147.477	2.390.326	1.557.290	10.760.960
Activo							
Credito sobre Ic´s	103 360	22.788	77.875	16.015	29 892	58.436	308.366
Credito sobre Clientes	728.970	849 211	867.655	1.109.769	1.763.780	3 300.390	8.619.775
Titulos de Rend fixo e variavel	221.466	31 858	25.867	161.460	163 868	153.196	757.715
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	0	329.788	329.788
Outros Activos	366 244	4 272	4.011	41.127	2 624	327.038	745.316
Total	1.053.796	903.857	971.397	1.287.244	1.957.540	3.841.810	10.015.644

A análise dos desfasamentos (Gap) verificados entre os prazos de refixação ou revisão das taxas de juro dos instrumentos financeiros considerados, permite também verificar concentrações de riscos de taxa de juro nos vários prazos.

2008

(valores expressos em milhares de euros)

	GAP	GAP Acumulado	% GAP /Total Activo	% GAP acumulado /Total Activo
Até 1m	(1.537.444)	(1.537.444)	-11,9%	-11,9%
1-3m	(1.077.901)	(2.615.345)	-8,4%	-20,3%
3-6m	(731.662)	(3.347.007)	-5,7%	-26,0%
6-12m	69.151	(3.277.856)	0,5%	-25,5%
1-5y	81.104	(3.196.752)	0,6%	-24,8%
>5Y	3.196.752	-	24,8%	-

2007

(valores expressos em milhares de euros)

	GAP	GAP Acumulado	% GAP /Total Activo	% GAP acumulado /Total Activo
Até 1m	(1.717.073)	(1.717.073)	-16,0%	-16,0%
1-3m	(534.755)	(2.251.828)	-5,0%	-20,9%
3-6m	(110.462)	(2.362.290)	-1,0%	-22,0%
6-12m	180.894	(2.181.396)	1,7%	-20,3%
1-5y	(430.162)	(2.611.558)	-4,0%	-24,3%
>5Y	2.611.558	-	24,3%	-

Considerando o interesse do Grupo em aperfeiçoar as metodologias que permitem desenvolver a actividade de medição e gestão dos vários riscos de balanço e, bem assim, alinhar os procedimentos e estrutura organizacional de acordo com as melhores práticas de mercado, iniciou-se no exercício, um projecto para o desenvolvimento de um Modelo de *ALM - Asset and Liability Management* que permitirá uma melhoria efectiva da actividade de gestão de activos e passivos no Grupo.



2.3.4 Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo é desenvolvida por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo e que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

O conhecimento, actualmente, em várias entidades do Grupo a nível nacional, a orientação para a identificação de focos de risco e respectiva mitigação está presente através da acção dos seus GestoresRO, seleccionados para as áreas de negócio, funcionalmente mais relevantes no território nacional.

Dos reportes realizados pelas principais entidades do Grupo a nível nacional, encontra-se disponível uma base de dados de eventos que permite avaliar a sua distribuição por categorias de risco, por tipos de eventos e por linha de negócio possibilitando a sua medição, em frequência e severidade, promovendo-se as acções correctivas adequadas à prevenção e mitigação dos riscos percebidos ou ocorridos.

Relativamente às Entidades/Filias no exterior está programado a manutenção das acções de *Roll-Out* tendo-se já iniciado diversas acções de formação dedicadas ao reporte de eventos críticos.

No exercício de 2008, foram identificadas as principais deficiências das filiais que concorrem mais significativamente para o perfil de risco do Grupo e efectuada a sua relação com os eventos de risco operacional, monitorizando-se as acções de remediação a nível central.

Mantêm-se em curso o desenvolvimento de acções com vista à implementação do interface com aplicações que dispõem de informação relevante para a medição do risco operacional, bem como, para o aprofundamento das diferentes fontes de risco operacional.

2.4 Compliance

No exercício de 2008, de acordo com os princípios delineados pelo Conselho de Administração para a reconfiguração do modelo de governo do Grupo, foi formalmente constituído o órgão de *Compliance* Corporativo que, no quadro do Centro Corporativo do Grupo, consolida a dimensão corporativa da função *compliance*, contribuindo para o alinhamento daquele modelo com as recomendações e melhores práticas de conduta, reforçando a transparência, o rigor, o controlo de riscos e a sustentabilidade do Grupo.

Neste contexto, foram submetidas à apreciação do Conselho de Administração, e por este aprovadas, as propostas relativas ao Estatuto Orgânico e Funcional do órgão de *Compliance* Corporativo, ao respectivo Plano de Acção para 2008 e ao Estatuto da Função *Compliance* no Banif – Grupo Financeiro.

O carácter estruturante da iniciativa regulatória do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) – *Better Regulation do Sector Financeiro em matéria de controlo interno* –, determinou uma especial atenção do *Compliance* Corporativo no acompanhamento – aos níveis interno e externo – do processo de consulta pública do CNSF n.º 3/2008.

Assim, este órgão acompanhou o processo de selecção de consultores externos, com vista ao alinhamento do sistema de controlo interno do Grupo Rentipar Financeira/ Banif SGPS com as exigências regulamentares do Aviso BdP n.º 5/2008, participando nos trabalhos desenvolvidos



conjuntamente com o Risco Corporativo e a Ernst & Young, envolvendo a elaboração de *gap analysis*, definição dos elementos estruturantes do *Framework* de Controlo Interno e o respectivo plano de implementação.

No âmbito do Plano de Acção para 2008, o desenvolvimento da actuação do *Compliance* Corporativo materializou-se nas seguintes iniciativas:

- Projecto de Manuais de Ética e Deontologia
- Programa de Prevenção do Branqueamento de Capitais – AML
- Abordagem Global do Grupo ao tema do *Compliance*

No desenvolvimento do Projecto de Manuais de Ética e Deontologia foi elaborada uma proposta de **Código de Conduta dos Colaboradores do Banif – Grupo Financeiro**, desenvolvida com a cooperação de um consultor externo e devidamente articulado com a *Task Force* "Códigos de Conduta e *Business Principles*" do Projecto de Sustentabilidade na *Governance* do Grupo. Esta proposta foi oportunamente aprovada pelo Conselho de Administração, estando em curso o processo de divulgação transversal deste documento no seio do Banif – Grupo Financeiro.

O aprofundamento do Programa de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo constituiu outra preocupação central do Grupo em matéria de *compliance*, no contexto do processo de transposição para a ordem jurídica interna das Directivas n.ºs 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro, e 2006/70/CE, da Comissão, de 1 de Agosto, relativas, nomeadamente, à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, que culminou com a publicação da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho. Desde então tem vindo a desenvolver-se o processo relativo à regulamentação da Lei, cujo desfecho, à data da elaboração deste documento, não é ainda conhecido.

Esta nova Lei introduz novidades importantes, tais como a prevenção e combate do financiamento ao terrorismo, o dever de diligência, a exigência de redução a escrito do resultado do dever de exame e a adequação ao grau de risco (*risk based approach*), que terão impactos relevantes nas práticas do sector financeiro.

Neste contexto, o *Compliance* Corporativo formulou uma proposta de **Declaração de Princípios/ AML Statement do Banif – Grupo Financeiro**, aprovada pelo Conselho de Administração e tem vindo a analisar impactos e a delinear abordagens que permitam alinhar as práticas do Grupo com o novo enquadramento legal nacional, que deverá constituir-se como seu referencial de cumprimento em matéria de actividades de prevenção e monitorização.

Ainda no domínio da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, o *Compliance* Corporativo tem acompanhado o processo de implementação de ferramentas de software de monitorização e filtragem (que decorre no Banif e Banco de Investimento, envolvendo igualmente a Banifserv e o fornecedor externo SSP), que permitirá reforçar a eficácia e efectividade dos mecanismos internos de prevenção e controlo daqueles fenómenos. Em fases posteriores, este processo de implementação deverá ser replicado noutras entidades do Grupo.

Na abordagem do Grupo ao *Compliance* Corporativo, o Conselho de Administração considerou relevante formalizar o **Estatuto da Função Compliance**, documento onde estabelece os grandes princípios que enquadram a função *compliance* no Banif – Grupo Financeiro, a sua missão, organização e responsabilidades de reporte. Em simultâneo com a deliberação respectiva, este Órgão emitiu uma recomendação dirigida aos órgãos de administração executivos de todas as entidades do Grupo, no sentido de adoptarem formalmente o Estatuto da Função *Compliance* ou os princípios nele expressos.

No aprofundamento desta abordagem, os desenvolvimentos já referidos a respeito das matérias de controlo interno e, em concreto, o *Framework* de Controlo Interno do Grupo Rentipar Financeira/ Banif



SGPS, permitem perspectivar importantes progressos no desenvolvimento de um modelo de reporte para a função *compliance* ao nível do Grupo.

Em linha com a superior orientação do Conselho de Administração, o órgão de *Compliance* Corporativo tem vindo ainda a promover, em estreita cooperação com o Secretário da Sociedade, o aprofundamento do Programa de *corporate governance* da Banif SGPS, em duas vertentes específicas:

- O alinhamento das práticas da Banif SGPS com as exigências do Código dos Valores Mobiliários e com as iniciativas da CMVM em matéria de prevenção do abuso de informação privilegiada;
- O desenvolvimento de propostas sobre medidas para aumentar o cumprimento das recomendações da CMVM para o Governo das Sociedades – Código de Governo das Sociedades Cotadas.

Para além dos mecanismos de *compliance* implementados nas vertentes assinaladas, as evoluções registadas em matéria de cumprimento das recomendações da CMVM vão expressas no Relatório sobre o Governo da Sociedade.

2.5 Auditoria

O novo modelo de governação contemplou a criação do Órgão de Auditoria Interna Corporativa (AIC), cujo início de implementação, verificado ainda em 2008, traduziu-se essencialmente na formulação das suas bases organizacionais e participação na elaboração do relatório de controlo interno.

Integrado no Centro Corporativo do Banif - Grupo Financeiro, a AIC, segundo o seu Estatuto Orgânico e Funcional, detém as seguintes atribuições principais:

- Assessorar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a Auditoria Interna, nomeadamente no que respeita à definição e implementação da respectiva estratégia e política no universo do Grupo.
- Coordenar a elaboração e a implementação do Programa anual de Auditoria Interna, para todo o Grupo.
- Acompanhar as actividades do Grupo na área da auditoria interna e executar directamente ou coordenar a subcontratação das acções de auditoria nas entidades do Grupo que não disponham de Órgão de Auditoria Interna próprio.
- Garantir o reporte consolidado da auditoria interna do Grupo aos respectivos Órgãos Sociais e às Entidades de Supervisão.

Este estatuto vai ao encontro das exigências previstas no Aviso 5/2008, do Banco de Portugal, o qual estabelece, nomeadamente, que os requisitos definidos de controlo interno devem ser garantidos em termos globais, considerando toda a actividade do Grupo.

Tais atribuições impuseram a realização de diagnósticos prévios do sistema de informação e comunicação existentes e do “estado de arte” das auditorias individuais, com a consequente avaliação dos ajustamentos necessários à luz do aludido Aviso nº 5/2008, num processo que terá a sua continuidade e aprofundamento em 2009, na esfera do Grupo, incluindo as filiais e outras estruturas no estrangeiro.

Os ajustamentos requeridos detêm impactos relevantes ao nível dos sistemas, ferramentas e tecnologias, políticas, procedimentos e cultura organizacional, agora em sentido corporativo, pressupondo crescentes exigências no desenvolvimento da função de auditoria, em conformidade com os princípios reconhecidos e aceites internacionalmente.

Este processo está a implicar, e reforçará no futuro, uma abordagem especial no relacionamento funcional da Auditoria Interna com o “*Compliance*” e a Gestão de Riscos, como pilares do controlo



interno, assegurando uma articulação eficiente e consistente, com o objectivo de aplicação de um modelo organizacional sólido e eficaz de controlo da actividade e dos riscos no âmbito corporativo.

No que se refere especificamente à actividade bancária, ao nível do Banif, a Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI), assegurou a verificação e avaliação do controlo interno instituído, sobressaindo o aprimorar dos programas de trabalho para a auditoria operacional, dirigidos às Unidades de Negócio.

A evolução da perspectiva do Banco de Portugal, relativamente à eficácia e adequação do sistema de controlo interno e às exigências reconhecidas e aceites ao nível internacional, transposta na publicação do Aviso n.º 5/2008 levaram ao desenvolvimento de novas rotinas para os processos de análise de Prevenção de Fraude Interna, assim como à especialização dos âmbitos e alargamento do campo de acção dos mesmos.

Em resultado da experiência acumulada intensificou-se a planificação e estruturação das acções de auditoria interna com enfoque no objectivo de desempenho, informação e *compliance*, aproveitando as sinergias advindas da implementação da “Matriz dos Riscos e Controlos Relevantes por Áreas Funcionais” ao nível do controlo interno. Além disso, foram estruturadas as verificações por tipos de risco, num esforço tendente a racionalizar a operacionalidade e manter as acções de auditoria em todo o território nacional.

As acções de harmonização dos processos de auditoria operacional, entre o Gabinete de Inspecção e Auditoria (GIA) do Banif Açores e o Gabinete de Auditoria Operacional e Inspecção (GAOI), iniciadas em 2007, culminaram, em 2008, numa concretização plena e eficaz que viabilizou a execução de auditorias operacionais conjuntas no Continente, na Madeira e nos Açores, tanto a nível de metodologia como de programas e trabalho, permitindo a integração dos auditores do Banif Açores no Banif de forma completa durante o processo de fusão.

O Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI) garantiu o acompanhamento do controlo e análise do funcionamento dos sistemas de informação geridos pela BanifServ, focando, em especial, o serviço de Banca Electrónica - Banif@st - tanto quanto à qualidade como à segurança dos serviços prestados por ambas as instituições.

Este Gabinete integra dois grupos de trabalho, um primeiro ligado à Polícia Judiciária (Secção Central de Investigação da Criminalidade de Alta Tecnologia) e um segundo interbancário, ambos ligados ao combate à Fraude Electrónica.

Foram tomadas várias acções de formação em Auditoria Bancária e formação no Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, no âmbito do combate à Fraude, com o objectivo de desenvolver competências profissionais no pessoal afecto à DAI.

Do plano anual de actividades constam acções como:

- Auditorias a Unidades de Negócio (Agências /Centros de Empresa);
- Auditorias aos Serviços Centrais;
- Auditorias à Distância (monitorização contínua);
- Auditorias aos Sistemas de Informação.

Foram realizadas, durante o ano 2008, as seguintes auditorias:

	Banif	Banif Açores
Unidades de Negócio	419	72
Serviços Centrais	12	5
Sistemas de Informação	16	---
	447	77



A incidência da actividade de auditoria à distância, com suporte na monitorização contínua e em acções de âmbito transversal por estruturas comerciais, também reforçou a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

Todas as acções executadas foram objecto de planeamento, revisão dos papéis de trabalho e relatório. De acordo com o circuito de relatórios instituído, todos estes foram alvo de Despacho da Comissão Executiva e obtiveram acompanhamento dos órgãos auditados, ou que foram envolvidos nas recomendações, tendo sido devidamente arquivados uma vez verificadas as acções correctivas às anomalias identificadas.

As acções desenvolvidas pelos Gabinetes da DAI, incluindo o GIA do Banif Açores, asseguraram através da concretização das suas actividades um adequado contributo no âmbito da revisão do sistema de controlo interno do Banif e do Banif Açores.

A nível dos meios humanos foi efectuado um enfoque na especialização dos recursos com vista a proporcionar uma maior eficiência e a possibilitar a separação da Área Operacional da Área de Inspeção. Na sequência da expansão da Rede Comercial e dos novos requisitos do Banco de Portugal, relativamente às obrigações de supervisão, também, se assistiu a um aumento do quadro de auditores com a admissão de dois auditores.

Para o ano de 2009 encontra-se planeado um conjunto de auditorias a Direcções de Serviços Centrais e aos Sistemas de Informação, cuja coordenação irá permitir uma aferição do risco de acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal, assim como a revisão do Controlo Interno Instituído.

	Banif
Unidades de Negócio	370
Serviços Centrais	12
Sistemas de Informação	12
	394

2.6 Imagem e Comunicação

No ano de 2008, a Função Imagem Corporativa efectuou a gestão da marca do Banif – Grupo Financeiro e, nesse pressuposto, assegurou o cumprimento, por todas as empresas do Grupo, das normas estabelecidas nesta matéria.

No âmbito do projecto de *rebranding*, a Função Imagem Corporativa coordenou e geriu todas as acções que envolviam o Banif – Grupo Financeiro, o que garantiu que no dia 15 de Janeiro, data do 20.º aniversário, todas as empresas do Grupo apresentassem já integralmente implementada a nova imagem corporativa que adoptou de forma transversal um novo símbolo – Centauro -, cor –Indigo- e uma nova assinatura – “A força de acreditar”.

Com a implementação da nova imagem, um projecto global orçado em cerca de 20 milhões de euros, registou-se um aumento significativo das Notoriedades Expontânea e Total, na ordem dos 9 e 18 pontos percentuais respectivamente, face ao ano anterior.

Ainda neste contexto, e de acordo com o plano previamente estabelecido para as comemorações do 20.º aniversário, destaca-se a execução de um conjunto de iniciativas: o envio de *mailing* e da *newsletter* Banifactos especial a todos os Colaboradores do Grupo, a produção de um novo filme corporativo, a apresentação do *rebranding* à comunicação social e quadros directivos do Banif - Grupo



Financeiro, que decorreu a 14 de Janeiro, no Convento do Carmo, em Lisboa, a Conferência de Jordi Pujol e o espectáculo “Cantar Max”, estes últimos realizados no Funchal, a 15 de Janeiro, data do aniversário do Grupo.

No âmbito da promoção de eventos susceptíveis de conferir uma maior visibilidade institucional, salienta-se a realização do Ciclo de Conferências, uma iniciativa que decorreu ao longo do ano e que visou promover junto dos Clientes e entidades locais um contacto mais próximo com o Banif – Grupo Financeiro, através de 8 Almoços Conferência, com temas da actualidade proferidos por oradores de renome.

De referir também a realização do Jantar de Gala que decorreu no Palácio da Bolsa do Porto, o qual contou com a presença do Presidente da Região Autónoma da Madeira – Dr. Alberto João Jardim - como orador, numa iniciativa onde estiveram presentes cerca de 400 convidados.

Devido à maior presença do Grupo no estrangeiro, foram igualmente acompanhadas várias acções relacionadas com inaugurações e eventos, nomeadamente em Malta, Londres e Caracas.

Internacionalmente, o Grupo foi distinguido pela Standard & Poor's, ao fazer parte da “S&P Global Challengers List”, que inclui as 300 empresas de média dimensão, cotadas em bolsa, com potencial para concorrerem com as grandes do mercado mundial. Esta distinção é ainda mais relevante, pelo facto do Banif – Grupo Financeiro ter sido o único grupo financeiro ibérico a consegui-lo nos últimos dois anos.

Em termos de Sustentabilidade, o Banif - Grupo Financeiro decidiu incorporar o desenvolvimento sustentável como uma componente estratégica fundamental. Nesse âmbito, e sob a coordenação da Função Imagem Corporativa, foram desenvolvidos importantes projectos, nomeadamente, a criação de um modelo de *Governance* para o Grupo, a coordenação e execução do 1.º Relatório de Sustentabilidade do Banif – Grupo Financeiro, em português e em inglês, a coordenação do trabalho de *Task Forces* criadas para gerir estas temáticas de forma transversal ao Grupo e a definição de objectivos e projectos para o biénio 2008-2009.

Foram igualmente desenvolvidos projectos em áreas como a sensibilização dos colaboradores para o Código de Conduta do Grupo e diversas acções do foro ambiental, entre as quais se destacam a análise de risco ambiental à carteira de crédito e investimento, produtos destinados a fins ambientais, relacionamento com *stakeholders* e comunicação junto do grande público e de segmentos alvo que se relacionam com estas temáticas. Todas estas actividades encontram-se descritas de forma mais pormenorizada no Relatório de Sustentabilidade do Grupo 2008.

Decorrente da estratégia definida para certificar áreas chave da actividade do Grupo, nomeadamente, as que implicam relação com os Clientes, o Banif obteve em 2008 a marca de certificação da SGS nas áreas do Crédito Pessoal e do Atendimento nas Agências. Encontravam-se anteriormente certificados a Banca Electrónica (Banif@st), a Banca Telefónica, a Provedoria do Cliente e o Crédito à Habitação, tendo-se alargado para seis o número de processos certificados.

O ano de 2008 ficou ainda marcado por importantes manifestações de reconhecimento, em termos de qualidade de serviço, tendo o Banif sido considerado o 4.º Banco a operar em Portugal com a melhor qualidade no atendimento, num estudo de *Mystery Shopping* realizado todos os anos por auditores independentes. Registe-se ainda o facto de no referido estudo, o Banif ter sido o único Banco português com presença entre os cinco melhores classificados.

Procedeu-se também à edição do Relatório e Contas de 2007 da Banif SGPS, em versão bilingue e em CD.

Relativamente ao *site* do Banif – Grupo Financeiro, para além do *rebranding*, foram desenvolvidas novas áreas de conteúdos (Sustentabilidade e Ciclo de Conferências), actualizadas todas as



informações referentes à relação com os investidores (indicadores financeiros, relatórios e contas, dividendos, assembleia geral, etc) e disponibilizados todos os comunicados efectuados ao mercado, bem como o *clipping* de notícias sobre o Grupo.

3. BANCA COMERCIAL

3.1 Actividade em Portugal

3.1.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

3.1.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

Na sequência do que tem sido a actuação estratégica da Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (DCRAM) nos últimos anos, a actividade desta direcção em 2008 foi estruturada em dois vectores: manutenção do crescimento do negócio e consolidação da posição de liderança alcançada no mercado regional.

A deterioração da economia mundial, agravada sobretudo no 2.º semestre do ano, nomeadamente pela falta de liquidez nos mercados financeiros, teve naturais repercussões na economia nacional e regional. Contudo, a orientação estratégica da Direcção manteve-se, reforçando-se, durante este período, o enfoque na captação de recursos. Neste contexto, e ainda que influenciada pela volátil evolução dos mercados cambiais, a rubrica “Recursos de Clientes” registou um crescimento de 8,2%, face ao ano anterior.

Apesar do contexto macroeconómico, intensificou-se a já forte concorrência sentida ao nível do sector bancário na região, tendo a DCRAM continuado a revelar o dinamismo da sua estrutura comercial, que se reflectiu nas principais rubricas do balanço.

A corroborar esta afirmação, sublinhe-se o aumento da base de Clientes (+ 8.084 novos Clientes) e o desempenho das unidades de negócio (retalho, *private* e empresas) na prestação de um serviço de qualidade e diferenciado, proporcionando um acréscimo de valor à carteira, nomeadamente através do aumento do número médio de produtos por Cliente e da sua consequente fidelização.

O crédito concedido a Clientes registou um crescimento de 7,4% em 2008. Para este resultado, contribuíram os acréscimos no volume das carteiras de crédito ao consumo (+5,2%) e de crédito imobiliário (+8,5%). Tais crescimentos foram inferiores aos do ano transacto, fruto da verificada desaceleração do investimento e consumo público e privado.

Por forma a sustentar este crescimento, foram realizadas formações internas nas áreas de desenvolvimento pessoal e profissional, que permitiram igualmente reforçar a qualidade do serviço prestado e os níveis de eficiência da actividade desenvolvida, como o demonstram os resultados da análise do *Mystery Shopping*, realizada no âmbito da prossecução dos objectivos de qualidade delineados pelo Banco.

Fruto da conjuntura e da acentuada redução das margens, a variação da contribuição financeira total cresceu, de 2007 para 2008, apenas 0,3%. Relativamente ao comissionamento, e após um forte crescimento em 2007, a cobrança de comissões aumentou apenas 1,6% em 2008.

Como forma de acentuar a presença geográfica na RAM e desenvolver ainda mais a actividade bancária, procedeu-se ao aumento da rede de Agências, com a abertura da Agência Torre – Machico,



e à remodelação das Agências do Livramento, Loreto e Ribeira Brava. O Centro de Particulares e Institucionais viu a sua estrutura crescer com mais um Director de Institucionais e foi reformulada a estrutura do Centro de Empresas com a criação de duas Sub-Coordenações.

No âmbito do crescimento da actividade do Banif – Grupo Financeiro, com o objectivo de potenciar a captação de novos Clientes e negócios, a DCRAM lançou e dinamizou Campanhas específicas na Região, nomeadamente a Campanha “Banif Geração + / Desporto Escolar”, a Campanha “Banif – Cabo TV” e a Campanha “Nova Geração – Gabinete Acesso ao Ensino Superior”.

Foi também lançado pela DCRAM o produto “DP 100 Dias”, um Depósito a Prazo com condições especiais para os Clientes, assim como um Depósito a Prazo específico, dinamizado aquando da realização do Jantar Comemorativo dos 20 anos Banif, em Caracas. Foram concretizadas viagens aos Países de forte implementação da comunidade emigrante madeirense, nomeadamente Venezuela, África do Sul e Reino Unido, assim como alguns encontros na RAM com emigrantes com elevado potencial, no sentido de incrementar ainda mais os níveis de envolvimento dessa comunidade com o Banif.

Conscientes da importância do papel assumido ao longo dos últimos 20 anos no desenvolvimento da Região, foram realizadas diversas iniciativas próprias, assim como foram concretizadas parcerias com entidades de diversos quadrantes da sociedade. O apoio a um diversificado e alargado conjunto de iniciativas enquadráveis no projecto de Responsabilidade Social do Banco, foi novamente reafirmado.

Neste contexto, realce para os eventos realizados na RAM no âmbito das iniciativas da comemoração do 20.º aniversário do Banif, nomeadamente o Concerto “Cantar Max” e a conferência “Autonomias”, que teve como convidado especial Jordi Pujol, antigo Presidente do Governo da Catalunha.

Na perspectiva de potenciar o desenvolvimento regional, em parceria com a NYSE Euronext, promoveu-se um encontro com alguns dos maiores grupos económicos regionais sobre o mercado bolsista e realizou-se mais um “Fórum do Investidor”, em parceria com o Banco de Investimento. Patrocinou-se ainda o Dia do Empresário Madeirense e a iniciativa “100 Maiores Empresas”, dois eventos que promovem as empresas e os empresários que se destacam no contexto regional

No seio da comunidade escolar e do público jovem, com o intuito de promover o papel da actividade bancária, o Banif foi novamente o Patrocinador Oficial da Semana do Desporto Escolar, do Festival Infantil da Canção, do concurso regional de matemática “Agente X”, e do projecto “*Road Show for Entrepreneurship*”. Foi também assinado um protocolo de Cooperação para os próximos 5 anos com a Escola Lucinda de Andrade.

Dirigido ao segmento da emigração, destaque para a realização do “VII Encontro de Gerações” que este ano contou com a presença do Primeiro-Ministro de Portugal. Sublinhe-se ainda os fortes apoios à primeira “Comemoração do Dia das Comunidades Madeirenses” que decorreu em Londres, e à comemoração dos 500 anos da Cidade do Funchal, que teve lugar em Caracas, Venezuela. Nota, ainda, para a realização de um Torneio de Golfe na África do Sul.

Relativamente à potenciação de parcerias entre o Banif e entidades públicas e privadas, regionais e nacionais, foi assinado um protocolo de cooperação com a AREAM – Agência Regional da Energia e Ambiente da RAM. Foram assinados igualmente na RAM, um protocolo de âmbito nacional entre o Banif e quatro Sociedades de Garantia Mútua, e um protocolo de cooperação com a Secção Regional da Madeira da Ordem dos Biólogos.

No quadrante Desportivo, continuou-se a desenvolver o trabalho de parceria com o Clube Sport Marítimo, Clube Desportivo Nacional, assim como com os Clubes de Golfe do Santo da Serra e do Porto Santo. Nota de destaque para a realização de dois Torneios de Golfe, no Porto Santo e no Santo da Serra, o patrocínio ao Torneio de Solidariedade em Golfe Porto Santo – Banif, a realização do Jogo de Solidariedade entre o Clube Sport Marítimo e o Clube Desportivo Nacional, e o patrocínio à



cerimónia de entrega da Bota de Ouro ao atleta madeirense Cristiano Ronaldo, um evento que decorreu no Hotel Savoy, no Funchal, e que projectou mundialmente a Região e o nome do Banif.

Rubrica	Varição 08/07
Recursos	+8,2%
Crédito	+7,4%
Contribuição Financeira Total	+0,3%
Base de Clientes	+3,6%

3.1.1.2 Actividade Comercial no Continente

a. Negócio no Segmento de Empresas e Médio/Alto de Particulares

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento. Para além destas unidades de negócio integra o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *Factoring* e *Confirming* do Banco.

A actividade desenvolvida pela DEP em 2008 centrou-se no acompanhamento e controlo do negócio face à conjuntura macroeconómica desfavorável, implementando medidas que permitiram reagir de forma eficaz aos desafios financeiros que surgiram.

Desta forma, o recurso a políticas de gestão e de seguimento do negócio rigorosas e eficientes permitiram que, apesar da referida conjuntura, se registasse um crescimento das principais rubricas do Balanço, face ao ano anterior. Em 2008, o crédito concedido a Clientes da DEP atingiu os 3.421 milhões de euros e os recursos de clientes 1.020 milhões de euros.

Por outro lado e como consequência da implementação do Projecto “Empresas*2”, continuou-se a apostar na racionalização e optimização das unidades de negócio. Paralelamente, iniciou-se o Projecto de Reestruturação do Segmento Privado, com a alocação de Gestores Privados a Centros de Empresas.

a.1 Negócio no Segmento de Empresas

O ano de 2008, que correspondeu ao primeiro ano de funcionamento pleno do Modelo aprovado no âmbito do Projecto Empresas*2, iniciou-se com enfoque nos 3 grandes Objectivos que resultaram do referido Projecto: aumentar a base de Clientes, reforçar o envolvimento com os Clientes de Bom Risco e reforçar a oferta de produtos estratégicos.

No que respeita ao modelo organizacional, a grande alteração processada foi a extinção do conceito de Equipas de Serviço ao Cliente. A gestão das Carteiras de Clientes deixou de ser efectuada por uma Equipa constituída por 2 elementos, para passar a ser directamente assegurada por um Gestor especializado. Paralelamente, cada Centro passou a deter uma equipa de elementos direccionada à execução de tarefas de apoio à actividade comercial.

Por outro lado e tendo em vista assegurar a correcta segmentação do negócio (Clientes com Facturação superior a 2 milhões de euros), processaram-se fluxos de migração de Clientes para outras áreas do Banco, como o segmento de particulares e o de retalho. Verificou-se, assim, um decréscimo da carteira de Clientes (-9%) face ao exercício anterior.



Consequentemente, foram efectuados ajustamentos na Estrutura ao longo do ano. A DEP Empresas iniciou o ano de 2008 com uma rede de 25 Centros de Empresas e 59 Gestores e encerrou com 20 Centros de Empresas e 52 Gestores.

Não obstante a diminuição da sua Carteira, a DEP Empresas contribuiu para o crescimento da base de Clientes do Banif, promovendo a abertura de contas do segmento de retalho no âmbito do Programa de Gestão de Clientes do Continente.

No último trimestre do ano, face à evolução da conjuntura económica e financeira, procedeu-se a um ajustamento de estratégia. Através de uma política comercial e de pricing rigorosa, conseguiu-se que a contribuição total registasse um acréscimo de +17% face ao ano anterior. Esta variação positiva foi fortemente influenciada pelo crescimento da contribuição financeira do crédito, que se fixou em +25%.

A rubrica de Crédito concedido a Clientes registou um crescimento assinalável face ao ano anterior (+26%), ao contrário da rubrica Recursos de Clientes de Balanço (-19%). Esta diminuição foi influenciada pelas transferências processadas para outros segmentos, nomeadamente para o segmento privado.

Rubrica	Variação 08/07
Recursos	-19%
Crédito	+26%
Contribuição Financeira Total	+17%
Base de Clientes	-9%

Actividade do Núcleo de Factoring

Em 2008, a actividade desenvolvida pela área de *Factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou um crescimento assinalável.

As variações positivas, em relação a 2007, registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações, cifraram-se em 19% e 40%, respectivamente, atingindo no final de 2008 um valor de 386 milhões de euros e 91 milhões de euros.

Em linha com o crescimento do volume de negócio gerido por esta área, o produto financeiro apresentou uma evolução positiva de 46%, relativamente ao ano de 2007, atingindo os 7,5 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o incremento de 12%, do volume de comissões cobradas e o acréscimo dos proveitos financeiros no valor de 57%.

Em 2008, não houve alterações relevantes na estrutura da carteira de créditos sobre clientes, comparativamente a 2007, continuando o sector da construção a registar o maior peso (34%), seguindo-se o Comércio por Grosso e Industria de Madeiras e Cortiças com um peso de 9% e 6% respectivamente.

a.2 Negócio no Segmento de Particulares de Médio-Alto Rendimento

O ano de 2008 da DEP Privado foi marcado pelo arranque do Projecto de Reestruturação da Rede Comercial. Foram alocados Gestores Privados aos Centros de Empresa, sendo que actualmente todos os Centros de Empresa da DEP têm um Gestor Privado em permanência.

Com a implementação do Projecto, pretende-se potenciar as sinergias entre segmentos, ampliar a capacidade comercial de captação de Clientes e melhorar o serviço prestado. Estes objectivos serão alcançados através do aumento da capacidade de resposta integrada para sócios/accionistas e empresas, bem como para Institucionais.



O reforço da equipa comercial privada, estruturada em 21 equipas comerciais, e a consequente articulação da sua actividade com a área de empresas, contribuiu para o aumento da base de Clientes deste segmento. Este crescimento tem sido ainda potenciado pelo Programa Banif Privado.

Como consequência da conjuntura económico-financeira e do elevado custo de *funding* da carteira de recursos deste segmento, que caracterizou essencialmente o 2º semestre de 2008, a contribuição total sofreu um decréscimo acentuado face ao período homólogo (-105%).

A rubrica “Recursos de Clientes” apresentou um acréscimo de +23% para um total de 685 milhões de euros, reflectindo quer a captação de novos recursos, quer os fluxos de Clientes recebidos da DEP Empresas. Ainda fruto da conjuntura económica e financeira, a captação de recursos através de produtos de investimento registou um ligeiro decréscimo (-6%) face a 2007. Por outro lado, a evolução do crédito concedido a Particulares foi positiva face ao ano anterior, registando um acréscimo de 26%.

Rubrica	Varição 08/07
Recursos	+23%
Crédito	+26%
Contribuição Financeira Total	-105%
Base de Clientes	+53%

b. Negócio no Segmento de Retalho

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA) consolidou o enfoque comercial na captação de recursos, na colocação de produtos estratégicos e na prestação de serviços no seu segmento alvo: particulares, pequenas empresas e profissionais liberais.

Assumindo uma cada vez mais forte atitude multiproduto na venda, a DRA reforçou o seu papel como canal principal da comercialização dos produtos estratégicos da Banca Comercial (Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário, Conta Gestão de Tesouraria e Cartões), mantendo uma posição de destaque na captação de recursos e na colocação de produtos de outras empresas do Grupo.

A DRA terminou o ano com uma Rede de 242 Agências, após a abertura de 50 novos postos de venda desde o início do ano. Em pouco mais de 3 anos, o Banco duplicou a sua Rede de Agências no Continente, tendo aberto a Agência ducentésima em 20 de Maio - Caldas/Arneiros.

Com o Programa de Gestão de Clientes no Continente, traçou-se para 2008 um objectivo muito ambicioso quanto à captação de Clientes e colocação de produtos: 50.750 novos Clientes activos e 120.000 produtos, em termos de acréscimo líquido, e um rácio de 2,30 produtos por Cliente activo.

A DRA terminou o ano ligeiramente abaixo desses referidos objectivos, captando 50.000 novos Clientes activos e colocando, em termos líquidos cerca de mais 100.000 produtos.

Durante o 1.º semestre lançaram-se as bases para a implementação, em 2008, de 3 grandes projectos estruturantes do negócio, os quais arrancaram no 2.º semestre, a saber:

- O **Segmento Empresas e Empresários** que visa apresentar uma nova oferta de qualidade para as pequenas empresas e empresários, com produtos inovadores e gestores dedicados aos clientes. Esta nova rede já tem 35 Gestores de Negócios.
- O **Projecto Assurfinance**, através do qual se pretende, de forma profissional e disciplinada, criar uma rede de Promotores de Negócios para o Banco assente nos Agentes da Companhia de Seguros Açoreana. Esta nova Rede de Promotores arrancou com 42 Mediadores, prevendo-se um reforço significativo no início de 2009.



- **Novo Modelo de Agências:** Das 50 Agências, abertas em 2008, 36 são Agências “Standard” e 14 são Agências Associadas. As Agências Associadas são Agências universais, quanto aos serviços prestados e produtos vendidos, mas mais pequenas, com apenas 2 empregados e um horário diferenciado. Estas Agências dependem de um Gerente de uma Agência “Standard” próxima.

Durante 2008 decorreram os trabalhos que permitirão, com todo o envolvimento da Rede, certificar a Qualidade do Atendimento nas Agências. Trata-se de um projecto inovador na banca portuguesa, que tem entusiasmado toda a estrutura comercial e deverá ser motivo de orgulho para todos os Colaboradores, quando terminado.

Comparando os finais de 2007 e 2008, a DRA registou uma variação positiva nos Recursos de Clientes de +23%, tendo atingido o montante total de 2.206 milhões de euros. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito da DRA ascendeu a 2.708 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de cerca de +16%, destacando-se o Crédito Imobiliário com +14%, o Crédito Pessoal com + 8%, o Crédito Cartões com + 24% e a Conta Gestão de Tesouraria com +3%.

Apesar da forte quebra na margem financeira dos Recursos, a Contribuição Financeira Total apresentou um crescimento de 8,1 milhões de euros (+8%), tendo tido como principal contributo o montante apurado em Comissões, cuja variação foi de +17%.

Rubrica	Variação 08/ 07
Recursos	+23%
Crédito	+16%
Contribuição Financeira Total	+8%
Base de Clientes Activos	+16%

c. Contas de Depósitos e Produtos de Poupança

No âmbito da gestão dos produtos de passivo efectuada pela Direcção de Produtos de Retalho (DPR) e do processo de *rebranding* do Banif – Grupo Financeiro assistiu-se, no decurso de 2008, à revitalização da oferta dirigida ao segmento de Clientes Particulares.

Com o objectivo de promover a captação de recursos a partir da disponibilização de um amplo leque de soluções de poupança, desenvolveram-se produtos e campanhas que, simultaneamente, contribuíram para alavancar a notoriedade da nova imagem institucional do Banco.

A associação da figura de animação infantil “Ruca” ao lançamento da Conta Nova Geração (solução de depósito dirigida ao segmento jovem, em paralelo com a atribuição de brindes de elevado valor percebido pelo Cliente) bem como a implementação da Campanha Poupança Flexível, desenhada com o intuito de incentivar a poupança periódica, foram iniciativas determinantes para o crescimento da rubrica Recursos de Clientes. A Campanha de lançamento da Conta Nova Geração contribuiu para a captação de 8.034 novos Clientes.

O ajustamento permanente das características técnicas e do *pricing* do portfólio de produtos às condições do mercado e ao perfil dos Clientes proporcionou o desenvolvimento de propostas de valor pontuais, das quais se destacam o DP Centauro e as Campanhas Duplo Investimento e Banifuturo/ Geração Mais.

No global, o montante de Recursos de Clientes captados a partir das iniciativas realizadas, cifrou-se em 72 milhões de euros.



No período em análise, iniciou-se o projecto de segmentação e revisão de Contas de Depósito à Ordem, cuja conclusão está prevista para o corrente ano.

d. Crédito Imobiliário

A estratégia comercial do Banco em 2008, no que respeita ao Crédito Imobiliário, ficou marcada pelo aprofundamento de algumas linhas mestras, a saber: oferta de produtos competitivos e ajustados às necessidades dos clientes, flexibilidade e celeridade de resposta ao cliente e aposta em nichos de mercado.

Pese embora a conjuntura económica desfavorável, em particular no negócio imobiliário, o ano encerrou com um crescimento da carteira de Crédito Imobiliário de 12,7%, ou seja, um aumento de 271,8 milhões de Euros, reforçando-se, nesta medida, a posição competitiva do Banif no Crédito Imobiliário.

O saldo da carteira de Crédito Imobiliário, incluindo a carteira securitizada, que no início do ano representava 2.147,1 milhões de euros (Continente: 1.709,8 milhões de euros e Madeira: 437,3 milhões de euros) correspondentes a 37.200 contratos, ascendeu, no final de 2008, a 2.418,9 milhões de euros (Continente: 1.943,1 milhões de euros e Madeira: 475,8 milhões de euros) correspondentes a, aproximadamente, 40.384 contratos.

No final do exercício, o total da carteira securitizada sob gestão do Banif ascendia a 1.167,4 milhões de euros.

A produção de contratos novos totalizou 475,9 milhões de euros, tendo-se obtido indicadores bastante positivos: cobertura média de 72% no rácio *loan-to-value* para uma exposição média por cliente de 100,6 milhares de euros, com um prazo médio mutuado de 30 anos e uma média de idades de 42 anos.

Em 2008, e face às condições económicas, o Banco reavaliou as políticas de concessão de crédito, do que resultou uma redução da taxa de aprovação, que se fixou em 60% do crédito proposto, com a média de crédito aprovado por Cliente a atingir cerca de 120 milhares de euros.

Em termos de originação de negócio, a Rede de Agências do Banco foi responsável por 65% do negócio novo e os Canais Agenciados pelos restantes 35%.

O saldo global líquido das transferências atingiu 55,2 milhões de euros a favor do Banif, evidenciando um bom nível de competitividade da solução disponibilizada pelo Banco para captação destes créditos à concorrência.

No âmbito dos Clientes Não Residentes, o Banif consolidou a posição de destaque que detém neste segmento de mercado, obtendo um crescimento da carteira de 60%, pese embora o abrandamento significativo observado na procura, na segunda metade do ano, o que demonstra o acerto das medidas implementadas de reformulação e alargamento da oferta, tendentes a aproximar mais os produtos e serviços das necessidades específicas destes clientes.

A nível de iniciativas de promoção dos produtos de Crédito Imobiliário levadas a cabo em 2008, destaca-se a participação na Feira de Imobiliário e Construção do Funchal, no Salão Imobiliário de Lisboa e a realização da 2ª edição do evento *West Living* no Algarve, destinado ao segmento dos Clientes Não Residentes.



De referir ainda, a renovação da certificação da qualidade dos serviços de Crédito Habitação, de acordo com a norma internacional NP EN ISO 9001:2000, demonstrando o compromisso com os objectivos de melhoria continua, presentes na política de qualidade do Banif.

e. Crédito ao Consumo

e.1 Cartões de Pagamento

O crescimento da carteira de cartões de crédito do Banif foi de 13% para um total de 91.707 cartões emitidos, o que correspondeu a um aumento de cerca de 8 milhões de euros no crédito concedido em cartões. Por seu turno, a carteira de cartões de débito cresceu cerca de 19%, atingindo-se, no final de 2008, 254.654 cartões em circulação.

Os proveitos decorrentes da actividade de cartões, em 2008, ascenderam a cerca de 12 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 37% face a 2007, com especial destaque para as comissões cobradas, num total de 4,9 milhões de euros.

Com o lançamento dos cartões com a nova imagem institucional do Banif, todos os cartões passaram a ser enviados para a residência do Cliente, num *pack*, que inclui, embalagem, cartão, “Guia de Utilizador” e “Condições Gerais de Utilização”.

Ainda no âmbito do “rebranding” institucional, teve lugar a alteração da imagem de todos os cartões e a inclusão nos mesmos de um recorte especial destinado a facilitar a sua utilização por Clientes invisuais.

Após ter sido o primeiro Banco na Península Ibérica a introduzir, em 2005, o chip nos seus cartões, garantindo maior segurança na sua utilização, o Banif volta a inovar através do lançamento de cartões adaptados às necessidades especiais dos Clientes.

e.2 Crédito Pessoal

A diversidade e a adequação da oferta de produtos de crédito ao consumo, ao perfil e ao relacionamento dos Clientes com o Banco, conduziram ao crescimento sustentado de produto no ano de 2008.

Para este crescimento contribuiu a manutenção do portfólio de produtos com taxa indexada ou fixa e a prática de bonificações para *targets* específicos, dos quais se destacam o Crédito Pessoal Imo, o Crédito Pessoal 100% Garantido e o Crédito Pessoal Protocolos, dirigidos a Clientes detentores de Crédito Habitação, Aplicações Financeiras ou beneficiários de Protocolos Ordenado, respectivamente.

O lançamento do Crédito Formação Académica e do Crédito para Universitários com Garantia Mútua, com a finalidade de financiar a frequência de cursos do Ensino Superior, permitiram expandir o leque de produtos de crédito ao consumo com finalidade pré-definida.

Na sequência das experiências positivas realizadas em anos anteriores na concessão de crédito para aquisição de bens de consumo específicos procedeu-se ao relançamento da Campanha Multimédia para financiamento da aquisição de uma vasta gama de artigos de informática e multimédia.

No segundo semestre de 2008 e com o objectivo de alavancar a criação de valor institucional, os níveis de serviço prestado e a satisfação dos Clientes, concretizou-se o projecto de Certificação de Qualidade do Crédito Pessoal, de acordo com a norma internacional NP EN ISO 9001:2000.



A promoção de iniciativas de crédito *revolving* e de atribuição de limites de crédito pré-concedido a novos Clientes, em articulação com o *call center*, bem como a simplificação do processo de concessão e distribuição de crédito, foram factores decisivos para o crescimento sustentado do volume da carteira de Crédito Pessoal em 15 milhões de euros (+7,5%) no ano de 2008.

No final do ano em apreciação, a carteira de Crédito Pessoal ascendia a 215 milhões de euros, correspondentes a 30.798 contratos.

f. Crédito Especializado - Crédito a Pequenos Negócios

A expansão da rede de distribuição do Banco, resultante da abertura de novas agências em todo o território nacional, o processo de *rebranding* do Banif – Grupo Financeiro, bem como a evolução da conjuntura económica no período, promoveram o reajustamento da estratégia de abordagem ao mercado empresarial.

Neste âmbito, iniciou-se em 2008 a implementação de uma proposta de valor específica para o segmento Pequenos Negócios, nomeadamente, para Micro e Pequenas Empresas, Empresários em Nome Individual e Profissionais Liberais.

Com o propósito de alavancar a carteira de Clientes e o volume de negócios gerado por este segmento, delineou-se, no período em análise, o plano de acção dirigido ao segmento Pequenos Negócios, com base em dois vectores estratégicos:

- captação, reactivação e vinculação dos Clientes ao Banco por via da contratação de Soluções Conta Gestão Tesouraria (CGT), produto-âncora do segmento;
- aposta na fidelização do Cliente a partir do lançamento de novos produtos e acções de *up* e *cross-selling* dirigidas exclusivamente ao segmento Pequenos Negócios.

Neste contexto, realizaram-se as Campanhas CGT+1 e 100% Business, com o objectivo de fomentar a venda cruzada associada às Soluções CGT e incrementar o número médio de produtos por Cliente. Paralelamente, e por forma a promover a satisfação global das necessidades dos Clientes do segmento, procedeu-se ao desenvolvimento de novos produtos assentes em práticas de subsidiação cruzada, dos quais se destacam o Depósito a Prazo e o Crédito Investimento Business.

Para a variação anual positiva de 18 milhões de euros (+6%), do volume da carteira de crédito concedido por via de Soluções CGT, registada em Dezembro de 2008, foi determinante a adopção de políticas rigorosas na fixação do *pricing* e no controlo de riscos de crédito. No final do ano, a carteira de Soluções CGT atingia os 19.355 contratos e os 318 milhões de euros, representando crescimentos de 2% e 6%, respectivamente, face a 2007.

No âmbito das prioridades estratégicas definidas para 2008, expandiu-se a rede de distribuição das Soluções CGT, com o início da sua comercialização pelas Agências do Banif Açores e promoveu-se, no 2.º semestre, o desenvolvimento de ferramentas de suporte à categorização e monitorização do negócio e carteira de Clientes do segmento de Pequenos Negócios.

g. Crédito Vencido

No ano de 2008, o crédito em incumprimento (sem crédito titularizado) do Banif, atingiu 136,5 milhões de euros, face a 108,3 milhões de euros em 2007, representando uma variação de +26% entre ambos os exercícios. O crédito afecto a contencioso (sem crédito titularizado) ascendeu, em 2008, a 108,3 milhões de euros, sendo que em 2007 ascendia a 87,1 milhões de euros, o que se traduz numa variação de +24,4%.



Os recebimentos totais (capital, juros e encargos) realizados no âmbito da recuperação de créditos, registaram, no ano de 2008, o valor de 59,5 milhões de euros, face a 38 milhões de euros no exercício anterior, o que significou uma variação positiva de 56,7%. Os juros e encargos recuperados ascenderam a 9,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 40% relativamente a 2007, ano em que aquele valor foi de 6,9 milhões de euros.

A recuperação de abatidos ao activo, que havia registado, no ano de 2007, 5,1 milhões de euros atingiu 5,4 milhões de euros em 2008, o que se traduz num ligeiro acréscimo de 4,5%.

No ano de 2008, de acordo com as normas do Banco de Portugal, as provisões constituídas para riscos específicos de crédito (crédito, juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa) atingiram 95,1 milhões de euros e as provisões totais (risco específico e riscos gerais de crédito) ascenderam ao montante de 153 milhões de euros, excluindo crédito securitizado. No ano anterior as mesmas rubricas registaram, respectivamente, 82,1 milhões de euros e 134,1 milhões de euros, o que corresponde um incremento de 15,8% e 14,1%. As provisões totais representavam, no final do ano em análise, 112,1% do crédito vencido total.

O rácio de crédito vencido/crédito total, no final de 2008, ascendeu a 2,1%, registando um agravamento de 30 basis points, face ao final do ano 2007, quando era de 1,8%.

No ano em apreciação foram efectuados abates ao activo de créditos considerados de difícil recuperação e já totalmente provisionados, no valor de 31,5 milhões de euros, contra 26,4 milhões de euros realizados no ano anterior, o que se traduz numa variação de +19,4%.

A harmonização de procedimentos e a redução de prazos do tratamento do incumprimento pela Direcção de Recuperação de Créditos continuam a ser vectores determinantes, aliados à prioridade absoluta da recuperação negocial de créditos e ao recurso a *outsourcing* na cobrança de créditos de montante reduzido e abatidos ao activo.

A crescente automatização de processos justificou a aquisição de uma aplicação informática específica para a gestão do crédito vencido, quer em recuperação negocial quer em recuperação judicial, a qual entrou em funcionamento no último trimestre de 2008.

Ainda no âmbito da recuperação de créditos, foi desenvolvido um novo modelo de recuperação do crédito vencido do Banco, em colaboração com consultores externos. Para além da diferenciação da recuperação do crédito concedido ao retalho e às empresas, este novo modelo permitiu a antecipação do prazo do tratamento em Recuperação Central das dívidas vencidas, bem como a integração das dívidas das empresas associadas (Banif Go e Banif Rent), sempre que os clientes sejam comuns ao Banif.

A implementação, com uma duração prevista de 6 meses, foi iniciada no mês de Novembro de 2008, tendo sido criadas seis equipas multidisciplinares, coordenadas por um Gabinete de Implementação, constituído para o efeito.

h. Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

h.1 Actividade de Call Center e Banca Electrónica

Nas acções de *outbound* realizadas durante o ano de 2008 das quais se destacam o Crédito Pessoal, a Conta de Gestão de Tesouraria e os Cartões de Crédito, as taxas médias de subscrição sofreram um acréscimo face ao ano anterior de, respectivamente, 6, 7 e 30 pontos percentuais, atingindo os 77%, 32% e 82% em 2008.



Por sua vez, o número de chamadas atendidas na Linha Banif (808 200 200) e Linha Banifone (atendimento personalizado do serviço Banif@st) evidenciou um aumento de 7% de 2007 para 2008.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade a DRD manteve a participação nos planos de acompanhamento e inquéritos de satisfação a clientes.

A actividade de recuperação de crédito, não contenciosa, através do canal telefónico, teve taxas globais de recuperação nos processos de Crédito Pessoal e de Crédito Imobiliário que rondaram os 90% (em comparação com os 85% de 2007) sendo que a recuperação dos juros e descobertos DO das Contas Gestão de Tesouraria evidenciou, em 2008, um acréscimo de 6 pontos percentuais relativamente ao ano anterior, para 96%.

No que diz respeito ao Banif Açores, a acção da DRD diversificou-se por vários domínios: reforço de Poupanças do Segmento Jovem, realização de inquéritos a Clientes e Promotores e acompanhamento da activação de cartões de crédito.

Ainda no que se refere ao Banif Açores, relativamente ao Crédito no Ponto de Venda, o crescimento no número de propostas aprovadas foi de 73%, reflectindo um acréscimo no montante de crédito colocado de 103% e a recuperação não contenciosa de Crédito Pessoal e de Crédito Imobiliário alcançou taxas de regularização de 84,5% apresentando assim uma melhoria de 10 pontos percentuais face ao ano anterior.

O lançamento da nova imagem do Banif - Grupo Financeiro, no início de 2008, e a uniformização do serviço Banif@st nos Bancos Banif e Banif Açores, permitiu a reformulação de alguns conteúdos na informação disponibilizada e simplificar a utilização do Serviço de Banca Electrónica, através da optimização da navegação no canal Internet.

Ao longo do ano realizaram-se contínuas acções de “*mobile marketing*”, com particular destaque para o aniversário do Banif, com mais de 110.000 SMS enviados no dia, e para a comunicação aos Clientes da activação dos seus contratos Banif@st, que totalizaram mais de 40.000 SMS.

A segurança do serviço continuou a ser uma preocupação e diversas medidas foram implementadas na manutenção dos níveis de segurança exigíveis a um serviço de Banca Electrónica.

Com o objectivo de continuar a prestar um bom serviço aos Clientes, disponibilizaram-se novas funcionalidades. Destas, destacam-se o Extracto Integrado Digital, o Agendamento de Transferências e os Valores Cativos das contas à ordem. Outras funcionalidades foram reformuladas, por forma a melhorar a sua utilização.

Tal como se tem vindo a verificar desde o lançamento do serviço, no ano de 2008 continuaram a realizar-se fortes campanhas de captação de recursos, confirmando o Banif@st como uma referência no mercado nesta área.

Também em termos quantitativos, foram alcançados crescimentos significativos face ao ano anterior. Globalmente, mais de 76% dos Clientes do Banco já aderiram ao serviço Banif@st e a percentagem de Clientes que o utilizam regularmente é, actualmente, superior a 17%. O número de entradas nos diversos canais associados ao serviço cresceu 34%, face a igual período de 2007, o que originou um crescimento de 44% nas transacções realizadas. A par destes valores os proveitos gerados aumentaram 40%.

As fortes e regulares campanhas de captação de recursos e o alargamento da oferta de novos produtos com condições diferenciadas, permitiram crescimentos significativos, do que são exemplo os mais de 50% no volume de depósitos a prazo constituídos em exclusivo através do serviço Banif@st.



A certificação dos Serviços de Banca Telefónica e Banca Electrónica de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000, bem como a manutenção do 1.º lugar do *ranking* geral do mercado na Qualidade de Serviço, de acordo com o inquérito *Mystery Calls*, realizado por entidade independente, traduzem a garantia da prestação de um serviço de referência enquadrado com os objectivos estratégicos definidos pelo banco.

h.2 Canais Agenciados

A Direcção de Canais Agenciados (DCA) coordena a actividade dos promotores de negócio externos ao Banco, os quais continuam a representar um importante contributo, nomeadamente na colocação de produtos de crédito considerados estratégicos e na captação de recursos. Este canal apresenta também um importante meio para a captação de novas contas.

A Rede de Canais Agenciados representou um contributo para o negócio, no período em análise, de 237 milhões de euros no crédito estratégico e de 100 milhões de euros nos recursos captados.

Face à estratégia definida, o crescimento dos recursos captados, via Rede de Canais Agenciados, aumentou 40,6% face ao ano anterior. No que diz respeito ao crédito estratégico, este apresentou um crescimento de 8% relativamente a 2007, em linha com os objectivos inicialmente propostos para a DCA,

O negócio que é direccionado a Clientes Não Residentes, nomeadamente financiamento à aquisição e construção imobiliária, assenta a sua comercialização essencialmente na intermediação de promotores especializados. O Banif, através de uma rede altamente profissionalizada, representa uma importante referência no mercado, evidenciando índices de crescimento de negócio nesta área específica, sendo simultaneamente uma referência internacional na sua qualidade de interveniente neste mercado, em território português.

Seguindo o exemplo de anos anteriores, os Promotores que constituem a Rede da Canais Agenciados contribuíram para o “Programa de Gestão de Clientes do Continente”, com a captação de 8119 novas contas, alargando nesta medida a base de Clientes do Banco.

Para o próximo ano prevê-se que, em termos de produção de negócio estratégico e de recursos, o contributo da Rede Assurfinance seja de cerca de 20% do negócio global da Rede de Canais Agenciados.

Face ao ano de 2007, a Rede de Canais Agenciados regista um crescimento de cerca de 26%, sendo, no final de 2008, composta por 1571 Promotores, dos quais 1023 Promotores Comerciais, 92 Promotores Assurfinance e 456 Consultores Financeiros e Agentes Imobiliários.

No último trimestre do ano, e em estreita colaboração com a CSA, foi iniciada a revitalização do “Projecto Assurfinance”, sendo expectável que através das sinergias do Grupo, os diversos agentes de seguros associados à Companhia promovam, em simultâneo com a sua actividade seguradora, o negócio bancário. O projecto piloto teve início com cerca de 50 colaboradores da CSA, sendo assumido como objectivo, por ambas as Empresas (Banif e CSA), chegar ao final do ano de 2010 com uma Rede de 400 Agentes Assurfinance.

h.3 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos

A Direcção de Meios de Pagamento (DMP) concluiu, no início de 2008, a execução de todas as tarefas inerentes ao “rebranding” em todas as suas áreas de intervenção (Cartões, ATM's e POS), continuou a estratégia de aumento da qualidade de serviço aos Clientes e da rendibilidade do negócio.



De Julho a Dezembro de 2008 decorreram os trabalhos preparatórios da fusão do Banif Açores no Banif. Este processo, foi estruturado em 4 grandes áreas de intervenção: Estratégia de Implementação, Meios Técnicos, Processos de Negócio e Recursos Humanos.

A DMP, durante o ano 2008, desenvolveu, em colaboração com a DME, os trabalhos preparatórios para lançamento, no primeiro semestre de 2009;

- do processo de segmentação de Clientes, com vista a disponibilizar às Unidades de Negócio meios para uma melhor adequação da oferta aos diversos Clientes, contribuindo assim para uma melhor qualidade de serviços e uma maior satisfação destes;
- de novos produtos e novas funcionalidades nos cartões de crédito Banif.

No que se refere à rede de Caixas Automáticos, em 2008 verificou-se um aumento significativo na quota de mercado do Banif, a qual passou de 2,55% em 2007 para 3,08% em 2008.

O forte crescimento do número de Agências permitiu ao Banco atingir 413 ATM's instalados, registando, paralelamente, um aumento dos proveitos na ordem dos 22%, em termos absolutos.

Por seu turno, no que se refere aos Terminais de Pagamento Automático, o Banco registava, no final do ano de 2008, 3.572 equipamentos em que é banco de apoio, correspondentes a uma quota de mercado de 1,76%. Os proveitos associados aos Terminais de Pagamento Automático registaram um aumento na ordem dos 7%, face ao ano anterior.

i. Protocolos e Cross-Selling

No ano de 2008, o Gabinete de Protocolos e *Cross-Selling* imprimiu um maior dinamismo na utilização dos “Protocolos” como importante alavanca de captação de novos clientes para o Banco.

Foi dado especial ênfase aos denominados “Protocolos Ordenado”, protocolos celebrados pelas Redes Comerciais com empresas, associações e instituições diversas, conferindo vantagens especiais aos respectivos trabalhadores, na condição de os seus salários serem domiciliados no Banco.

Assim, e como resultado desse enfoque, no Programa de Captação de Clientes de 2008, cerca de 17% dos novos clientes foram angariados via Protocolos.

A importância desta ferramenta assenta no facto de a domiciliação do ordenado do trabalhador ser um poderoso factor de ancoragem da relação do cliente com o banco, o que permite alargar o número de produtos vendidos ao cliente e um consequente reforço da sua fidelização.

Na área do *Cross-Selling* envolvendo as empresas do Grupo, prosseguiu-se com o objectivo de disponibilizar aos Clientes toda a panóplia de produtos e serviços que satisfaçam as suas necessidades de ordem financeira e de preservação do seu património.

Como resultado dessa actividade registaram-se apreciáveis acréscimos na venda de produtos das empresas do Grupo à base de Clientes do Banif.

j. Marketing Estratégico

A actividade de marketing estratégico na área da banca comercial foi desenvolvida essencialmente pela Direcção de Marketing Estratégico do Banif (DME), a qual, além da actividade desenvolvida no âmbito do próprio Banco, apoiou igualmente o Banif Açores e a Banif Go.

No decorrer de 2008, a DME conheceu uma reorganização orgânica, passando a ser composta por três Núcleos: Núcleo de Aplicações de Suporte ao Negócio, Núcleo de Planeamento e Estratégia de Marketing e Núcleo de Segmentação e Modelização de Dados.



A DME desenvolveu a sua actividade orientada para o conhecimento do Cliente, para a monitorização da actividade da concorrência e para a descoberta de novos mercados, maximizando a utilização de todos os canais de distribuição e optimizando o portfólio de Produtos e Serviços.

Das principais actividades desenvolvidas no ano de 2008, destacamos as seguintes:

- Produção de diversos estudos de *benchmarking* regulares e pontuais, a nível nacional e internacional, e de análise comparada do portfólio de produtos e serviços do Banco face ao mercado;
- Análise estratégica de segmentos de mercado, com particular enfoque para o Segmento Jovem: lançamento no mercado de uma nova proposta de valor para os jovens dos 0 aos 25 anos de idade, sob a marca *umbrella* “Nova Geração”. Foram desenvolvidas inúmeras acções de captação de Clientes e acções relacionais, com maior ênfase para o segmento infantil (0-6 anos), e ainda a redefinição dos produtos então existentes;
- Elaboração de estudos de mercado que contribuíram para o lançamento da Rede de Empresas e Empresários no Banco, um segmento que tem como alvo as empresas de retalho com facturação entre os 500.000 euros e os 2 milhões de euros;
- Análise estratégica do segmento sénior (particulares com idade igual ou superior a 55 anos), do ponto de vista interno e externo (concorrência);
- Análise do mercado bancário e posicionamento do Banif, bem como análises do mercado local;
- Análise sistematizada das campanhas da concorrência com implicações decisivas para o desenho de novos produtos ou redefinição de produtos existentes;
- Participação activa no processo de fusão do Banif Açores no Banif, nomeadamente na uniformização dos produtos e preço de ambos os Bancos;
- Gestão estratégica e operacional do Catálogo de Produtos e Serviços disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes;
- Gestão estratégica e operacional do Preço de Venda disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes, incluindo uma revisão geral do preço de venda do Banco efectuada no dia 1 de Setembro de 2008;
- Continuidade do Programa permanente de aferição do nível de satisfação dos Clientes particulares e empresas do Banco e introdução de novos inquéritos de satisfação: Clientes do segmento *private*, Clientes que lidam com os Gestores de Conta dos Centros de Empresas, Clientes com Crédito Habitação e Clientes com Crédito Pessoal (estes dois últimos no âmbito do processo de certificação de qualidade a que ambos os produtos foram sujeitos). Foi ainda desenvolvido um barómetro de resultados de todos os inquéritos à satisfação;
- Monitorização e divulgação de informação relativa ao processo de *Mystery Shopping*, no âmbito do projecto da “Qualidade de Serviço” das Agências Banif.
- Dinamização do Comité de Gestão Estratégica de Produtos, em parceria com as Direcções Comerciais, Direcções de Produto e Direcção de Marketing e Comunicação, com cinco objectivos fundamentais: desenvolvimento regular de uma matriz produtos - mercados; detecção de novas áreas de actuação; proposta de reposicionamento de produtos actuais; definição de acções complementares aos produtos nucleares e desenvolvimento de sinergias comerciais entre vários órgãos do Banco;



- Dinamização do Comité de *Benchmarking*, com a realização de diversos estudos de mercado que contribuíram, indirectamente, para reflexão interna e fornecimento de informação de relevo para o Comité de Gestão Estratégica de Produtos;
- Manutenção do portal do Marketing Estratégico (um para o Banif e outro para o Banif Açores), que permite o acesso às aplicações de suporte ao negócio e disponibiliza alguns conteúdos de relevo: novidades, notícias de natureza económico-financeira e produtos e campanhas do Banco em destaque;
- Manutenção e gestão das Aplicações de Suporte ao Negócio: Sistema de Informação de Gestão (SIG), Gestão Electrónica de Propostas de Crédito (GEPC), Gestor de Oportunidades (GOP) e Observatório do Mercado (OM);
- Administração e gestão de todo o *Data Warehouse* de suporte às Aplicações SIG, GOP e OM;
- Disponibilização do Sistema de Informação de Gestão (SIG) para a Rede de Empresas e Empresários (REE) criada no final de 2008;
- Implementação de melhorias ao nível do GOP no sentido de permitir um maior conhecimento do Cliente e, conseqüentemente, uma maior eficácia na actuação comercial;
- Implementação de um Sistema de monitorização de incidentes, com vista a uma acção comercial preventiva, em colaboração com a DGR e as Redes de Retalho;
- Implementação do Plano de Melhorias na Aplicação de *Workflow* da DEP Empresas (GEPC), a qual se apresenta, actualmente, como uma solução estável;
- Participação no Projecto “Construir Uma Máquina de Recuperação de Crédito” no âmbito da criação do Sistema de Informação de Gestão para a DRC (SIG DRC) e da criação da Aplicação de Gestão de Propostas, com data de conclusão para Junho 2009;
- Desenho e implementação de um sistema de informação especificamente desenhado para o Programa 200.000 do Banif Açores;
- Gestão estratégica das Campanhas Comerciais do Banif e do Banif Açores, assegurando também a sua operacionalização junto das Redes Comerciais;
- Realização de estudos de análise de dados e segmentação, disponibilizando às restantes Direcções um conjunto alargado de indicadores;
- Realização de acções de formação, no âmbito da Formação Vestibular do Banif, nos módulos “Segmentação, Produtos e *Cross-Selling*” e “Ferramentas Comerciais”.

3.1.1.3- Actividade Financeira

A Direcção Financeira do Banif manteve como principal função a gestão integrada dos activos e passivos do Banif e do Banif Açores, assegurando a intervenção deste e de algumas empresas do Banif - Grupo Financeiro nos mercados monetário e cambial, a coordenação da actividade dos Bancos com outras instituições financeiras nacionais e estrangeiras e, ainda, o apoio às Direcções Comerciais e de Produtos na sua área de actuação.

A Direcção Financeira manteve igualmente a sua colaboração na estruturação de produtos para venda nas redes comerciais.



Face às condições dos mercados, o Banif e o Banif Açores mantiveram a política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando as suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando a liquidez.

O ano de 2008 foi fortemente marcado pelos reflexos da crise do *subprime* que já afectara os mercados em 2007, a qual continuou a provocar problemas de liquidez e falta de confiança no sistema financeiro.

No Banif, os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se num resultado negativo de 4,5 milhões de euros em 2008, contra um resultado de 7,6 milhões de euros em 2007. No Banif Açores, os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se num resultado positivo de 5,22 milhões de euros em 2008, contra um resultado positivo de 2,86 milhões de euros em 2007.

Os valores apurados resultam principalmente de perdas com a reavaliação da carteira de títulos de investimento.

O mercado cambial continuou marcado por uma grande volatilidade durante o ano de 2008.

A convulsão no sistema financeiro, nos EUA e na Europa, e os sinais evidentes da queda do crescimento da economia mundial, como consequência da crise do *subprime*, levaram a que os principais Bancos Centrais baixassem as suas taxas directoras, de forma a evitar a agudização da crise económica, com o intuito de estabilizar o mercado financeiro.

As taxas directoras do FED situavam-se no final de 2008, numa banda entre 0% e 0,25% e as do BCE nos 2,5%.

A conjugação destes factores contribuiu para uma valorização de 5,25% do Dólar face ao Euro, situando-se, no final do ano, nos 1,3917.

Estes factores originaram um ligeiro aumento da actividade cambial durante o ano, resultante de operações comerciais, quando comparado com 2007.

Com a volatilidade a que se assistiu nos mercados financeiros e uma gestão conservadora nas operações de risco, os resultados cambiais do Banif ascenderam a 1,08 milhões de euros no final de 2008, contra os 1,08 milhões de euros obtidos em igual período em 2007, enquanto no Banif Açores os resultados cambiais foram de 0,29 milhões de euros contra 0,31 milhões de euros em 2007.

O Banif e o Banif Açores mantiveram uma política equilibrada de gestão da liquidez com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco, fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação periódica do risco de taxa de juro com o intuito de reduzir essa exposição.

Tendo em consideração a conjuntura particularmente adversa, ambas as instituições desenvolveram sistemas e procedimentos de acompanhamento, em permanência, da respectiva liquidez, que permitiram um maior controlo e a adequada gestão deste indicador.

A estabilidade da liquidez foi feita através do *funding* de Clientes, do recurso ao mercado monetário, do recurso a operações nos mercados internacionais através de empréstimos de médio/longo prazo e do recurso às operações de refinanciamento do BCE, na parte final do ano.

Durante o ano os Clientes continuaram a apostar em aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da grande instabilidade dos mercados financeiros.

Face a este quadro, o valor de CD's de médio/longo prazo da carteira de Clientes existente no Banif era de 43,4 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2008, contra 66,6 milhões de euros em 2007.



Também durante o exercício de 2008, o Banif descontinuou a comercialização da “Aplicação Financeira Banif” (AFB), uma vez que a particular natureza deste produto tendia a colocar algumas dificuldades ao nível do seu enquadramento regulamentar.

No âmbito dos mercados de capitais, a Direcção Financeira participou na preparação e montagem de duas operações de Titularização de Crédito Hipotecário do Banif no montante de 375 milhões e 600 milhões de euros, respectivamente, e que foram finalizadas em Março e Outubro, e de uma operação de Titularização de Crédito Hipotecário do Banif Açores no montante de 300 milhões de euros, finalizada em Julho.

Devido à conjuntura existente no mercado de capitais, as obrigações titularizadas resultantes destas operações foram adquiridas pelas entidades cedentes dos créditos (Banif e Banif Açores), tendo as obrigações com rating AAA sido incluídas nas respectivas “pool” de activos elegíveis para operações de refinanciamento junto do Banco Central Europeu.

A Direcção Financeira participou também, em conjunto com a Direcção Internacional, na emissão no mercado interbancário internacional de *Empréstimos Sindicados Médio/Longo Prazo*, pelos prazos de 1 e 2 anos, nos montantes de 55 e 125 milhões de euros, respectivamente e que foram concluídos entre Junho e Dezembro.

Foi também emitido, em Dezembro, um Empréstimo *Schuldschein*, com o prazo de 1 ano, no montante de 50 milhões de euros, com a garantia do Estado Português.

Deste modo, a liquidez do Banco mostrou alguma estabilidade, com o respectivo rácio de liquidez à vista a situar-se nos 105,3% no final do ano de 2008, face a 94,9% em 2007.

3.1.1.4- Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, relativas aos períodos em análise, foram preparadas em consonância com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das áreas seguintes:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, tendo o Banco de Portugal mantido a obrigatoriedade de constituição de provisões regulamentares nos termos do Aviso nº 3/95;
- Benefícios dos empregados, devido ao estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis, devendo os mesmos serem mantidos ao custo histórico.

Contudo, para efeitos da análise do desempenho económico, e da respectiva comparabilidade internacional, bem como do contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais apropriado o uso de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif-SGPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

Para este efeito, foram preparados elementos contabilísticos pró-forma, em base IAS/IFRS, e respectivos indicadores, apresentados no quadro no final desta análise, que são directamente comparáveis nos períodos em causa e que reflectem adequadamente o contributo do Banif para as contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.

A análise daqueles elementos contabilísticos e dos seus principais indicadores permite evidenciar o desempenho do Banco no tocante à actividade do exercício de 2008 do qual se destaca:

- O Lucro Líquido elevou-se a 23,6 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2008, uma diminuição de 50,4% face a 2007;



- Os Capitais Próprios atingiram 386,7 milhões de euros, mais 2,8% do que em 2007 e, como consequência,
- A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) atingiu 6,18% em 2008 que compara com 14% em 2007.

3.1.1.4.1 Demonstração de Resultados

Pese embora as condições adversas verificadas no mercado, quer a nível doméstico quer a nível internacional devido à crise sem precedentes que se instalou em 2008, e que originou uma escassez generalizada de recursos financeiros devido à elevada volatilidade dos mercados, o Banif conseguiu alcançar um desempenho positivo, reflectido no aumento do Produto da Actividade.

O Produto da Actividade, formado pela Margem Financeira, Lucros de Operações Financeiras e Comissões e Outros Resultados Líquidos, cresceu 4,0%, elevando-se a 239,7 milhões de euros, apesar do comportamento negativo dos Resultados de Operações Financeiras.

A Margem Financeira, que inclui o Rendimento de Instrumentos de Capital, cresceu 10% em relação ao ano anterior, cifrando-se em 172,8 milhões de euros, expressando o impacto do significativo crescimento da actividade creditícia, apesar da contínua descida da margem de intermediação financeira total (margem da carteira de crédito adicionada da carteira de recursos de clientes de balanço), que, entre o final de o exercício de 2007 e o de 2008, caiu 28 b.p. de 2,91% para 2,63%.

Os Lucros de Operações Financeiras decresceram 12,4 milhões de euros quando comparados com o ano anterior, cifrando-se num prejuízo de 54 milhões de euros em 2008. Esta evolução decorre do contexto desfavorável dos mercados financeiros e de, em 2007, se terem realizado ganhos significativos com a alienação à Banif SGPS da participação na Cabo TV Madeirense, que se encontrava relevada na rubrica “Activos Financeiros disponíveis para Venda”.

Os Outros Proveitos Líquidos, que incluem Comissões por Prestação de Serviços e Reembolso de Despesas, aumentaram 9% em 2008, elevando-se a 72,3 milhões de euros, em resultado da eficiência na prestação de serviços e a da existência de uma base mais alargada e fidelizada de clientes.

Como reflexo do crescimento orgânico do Banco, os Custos de Transformação (Custos com o Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações) cifraram-se em 169,3 milhões de euros, um crescimento de 17,7%, quando comparados com 2007.

Os Custos com o Pessoal, que se elevaram 87,3 milhões de euros, cresceram 16,1%, em relação do ano anterior, em resultado do reforço do quadro de pessoal em 166 colaboradores, para um total de 2.162 no final de 2008, e ao 15º mês pago ao pessoal por ocasião da celebração do 20º aniversário do Grupo.

Os Gastos Gerais Administrativos apresentaram também um acréscimo significativo de 20,7% relativamente ao final de 2007, para 71,9 milhões de euros, especialmente devido aos custos incorridos com a expansão da rede de agências - foram abertas 51 novas agências durante 2008 - assim como despesas com publicidade relacionadas essencialmente com a alteração da imagem do Grupo (ocorrida no início do ano) e, ainda, com o desenvolvimento de projectos de carácter tecnológico e de controlo dos riscos inerentes à actividade.

Por seu turno, as Amortizações apresentam, no período, um crescimento de 11,6%, em função dos investimentos realizados com a expansão da rede de agências.

Como consequência dos fortes investimentos realizados durante o ano de 2008, o rácio “Cost to Incorre” sofreu um impacto desfavorável de 8,2 p.p. quando comparado com o ano anterior, tendo passado de 62,42%, no final de 2007, para 70,62% no final de 2008.



O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 80,5 milhões de euros, no final de 2008, um decréscimo de 15,8% quando comparado com o alcançado no final de 2007.

As Provisões e Imparidade, líquidas, relevadas de acordo com as IAS/IFRS, conforme o referido na introdução a esta análise, totalizaram, no final do exercício, 42,7 milhões de euros, um acréscimo de 19,7 milhões de euros, evidenciando o impacto da degradação da conjuntura económico nacional e internacional, que obriga a uma política de maior prudência na avaliação de alguns coeficientes de análise colectiva da imparidade de crédito.

Assim, o Lucro Líquido depois de impostos do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA cifrou-se em 23,6 milhões de euros, em base IAS/IFRS, um decréscimo de 50,4% quando comparado com os 47,6 milhões de euros registados no final de 2007.

Balanço

Como reflexo da estratégia que tem vindo a ser implementada nos últimos anos, o desenvolvimento da actividade do Banif S.A. durante o ano de 2008 caracterizou-se por:

- Crescimento dos activos do Banco em 22, 7%;
- Aumento da carteira de crédito em 20,7%, incluindo o saldo das operações de titularização;
- Crescimento dos recursos de clientes em balanço de 20,6%.

No Balanço, regista-se o crescimento do Activo Líquido, que totalizou 9.542,3 milhões de euros no final de 2008, um acréscimo de 22,7% relativamente a 2007.

O “Crédito a Clientes” atingiu um valor bruto de 7.836,6 milhões de euros, exprimindo um aumento de 20,7% quando comparado com o registado no final de 2007. Para este aumento contribuiu o aumento de 22,9% verificado no crédito à habitação, representando, no final de 2008, 71,2% da carteira de Crédito a Particulares, e o acréscimo de 33,5% da carteira de Crédito a Empresas, que no mesmo período representava 55,0% do total do crédito, em valores brutos.

<i>Milhões de euros</i>			
	2008	2.007	Variação
Particulares	3.073,4	2.972,5	3,4%
Crédito à Habitação	2.189,0	1.781,6	22,9%
do qual titularizado	1.163,6	256,7	353,3%
Outro	884,4	1.190,9	-25,7%
Empresas	4.313,8	3.230,8	33,5%
Empréstimos	1.620,8	1.183,1	37,0%
Contas correntes	1.940,0	1.468,7	32,1%
Outros	753,0	579,0	30,1%
Outros	449,5	289,7	55,2%
Total de Crédito Bruto	7.836,8	6.493,8	20,7%
Imparidade de Crédito	-198,5	-161,1	23,2%
Total de Crédito Líquido	7.638,3	6.332,7	20,6%

Na actual conjuntura económica menos favorável, o banco continua a apostar numa criteriosa selectividade de clientes de menor risco e a fazer o acompanhamento do risco de crédito de modo a permitir a manutenção de bons níveis de qualidade da Carteira de Crédito, traduzidas num rácio de “Imparidade/Crédito Total” de 2,53% (2,48% em finais Dezembro de 2007) e um rácio de “Crédito em Incumprimento/Crédito Total” de 1,80% (1,84% em finais de 2007).



Relativamente à carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados, verificou-se um crescimento de 116,8 milhões de euros devido à aquisição de títulos emitidos por residentes no montante de 170,9 milhões de euros, sendo 141,6 milhões de euros de unidades de participação de fundos e 29,3 milhões de euros de obrigações.

Apesar das actuais condições de crise que têm condicionado o normal funcionamento do mercado, o Banif S.A. tem conseguido manter níveis adequados de liquidez, alargando a sua estrutura de *funding*.

<i>Milhões de euros</i>					
	2008	Est.	2.007	Est.	Variação
Recursos de Bancos Centrais	648	7,3%	-	-	-
Recursos de Outras Instituições de Crédito	2.168	24,6%	2.054	28,9%	5,6%
Recursos de Clientes	5.707	64,6%	4.733	66,7%	20,6%
Passivos Financeiros	40	0,4%	76	1,1%	-47,9%
Passivos Subordinados	270	3,1%	238	3,4%	13,5%
Total de funding	8.832	100,0%	7.100	100,0%	24,4%

Ao nível do *funding* captado, importa salientar o aumento verificado nos Recursos de Bancos Centrais, no montante de 647,7 milhões de euros, com a realização de operações de refinanciamento com o Eurosistema (operações de cedência de liquidez do BCE). Os recursos de Clientes (incluindo Responsabilidades representadas por Títulos), elevaram-se a 5.706,5 milhões de euros, um acréscimo de 20,6%, quando comparados com os 4.732,5 milhões de euros que esta rubrica totalizava no final de 2007. Os Depósitos de Clientes, atingiram 5.639,8 milhões de euros, um acréscimo de 22,6%, quando comparados com o final de 2007. Este crescimento deve-se ao aumento de 907,6 milhões de euros em Depósitos a Prazo como resultado da expansão da rede, do alargamento da base fidelizada de clientes e das diferentes iniciativas de captação de recursos através de produtos inovadores e taxas competitivas levadas a cabo durante 2008.

<i>Milhões de euros</i>			
	2008	2.007	Variação
Depósitos de Clientes	5.639,8	4.601,5	22,6%
À ordem	1.269,3	1.016,0	24,9%
A prazo	4.272,0	3.364,4	27,0%
Poupança	98,6	221,1	-55,4%

Durante o exercício de 2008 foram reembolsadas três emissões de obrigações de Caixa no montante total de 40,8 milhões de euros, das quais duas, totalizando 35 milhões de euros, foram reembolsadas antecipadamente por opção do Banco.

Ainda durante o período em análise, o Banco contratou um empréstimo subordinado no montante total de 15 milhões de euros, concedidos pela Banif Finance, emitiu obrigações subordinadas no montante de 25 milhões de euros, e amortizou obrigações da Emissão “obrigações de Caixa Subordinadas – 2001/2011 no montante de 8,6 milhões de euros, pelo que a rubrica “Outros Passivos Subordinados” apresentou um acréscimo de 13,5%, totalizando 270,1 milhões de euros.

Os Capitais Próprios do Banco, em base IAS/IFRS, atingiram os 386,7 milhões de euros no final de 2008, um aumento de 2,8% face ao registado no final de 2007, que reflecte o aumento de “Outras Reservas e Resultados Transitados” por resultados do exercício de 2007 não distribuídos.

O Rácio de Solvabilidade, em contas IAS/IFRS, e determinado de acordo com as *Core Criteria* de Basileia, situava-se em 9,65% no final de 2008 (10,58% em finais de 2007), enquanto o rácio *Tier I* atingiu 5,78% (6,36% em Dezembro de 2007). Para o mesmo período, este rácio, calculado numa base



consolidada do Banif e Banif Finance Ltd, entidade controlada pelo Banif e vocacionada para a emissão de dívida, em contas IAS/IFRS, situava-se em 11,83% (13,29% em Dezembro de 2007), enquanto o rácio *Tier I* atingiu 7,85% (7,70% em Dezembro de 2007).

Para o período em análise e como resultado do Lucro Líquido obtido pelo Banco em base IAS/IFRS, de 23,5 milhões de euros, e do aumento verificado ao nível da base de capital, registou-se um ROE de 6,18% (14,0% em 2007) e um ROA de 0,27% (0,66% em 2007), ambos calculados a valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Banco.



Análise Comparativa, em base IAS/IFRS:

Banif - Banco Internacional do Funchal SA - Indicadores Financeiros (IAS/IFRS)

Milhares de euros

	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação	
			Absoluta	%
Balanço				
Activo Líquido	9.542.302	7.776.292	1.766.010	22,7%
Crédito s/ Clientes (Bruto)	7.836.573	6.493.937	1.342.636	20,7%
Recursos de Clientes (incluindo Resp. Representadas por Titulos)	5.706.539	4.732.506	974.033	20,6%
Capitais Próprios	386.729	376.107	10.622	2,8%
Demonstração de Resultados				
Margem Financeira (inclui Rendimentos de Instrumentos de Capital)	172.796	157.070	15.726	10,0%
Lucro de Operações Financeiras	(5.407)	6.956	(12.363)	-177,7%
Outros Proveitos Líquidos	72.354	66.390	5.964	9,0%
Produto Bancário	239.743	230.416	9.327	4,0%
Custos Administrativos	(159.212)	(134.777)	(24.435)	18,1%
Cash-Flow	80.531	95.639	(15.108)	-15,8%
Amortizações do exercício	(10.089)	(9.044)	(1.045)	11,6%
Provisões / Imparidade	(42.739)	(23.030)	(19.709)	85,6%
Resultados antes de Impostos	27.703	63.565	(35.862)	-56,4%
Impostos	(4.127)	(15.997)	11.870	-74,2%
Resultado do Exercício	23.576	47.568	(23.992)	-50,4%
Outros Indicadores				
Imparidade de crédito/Crédito Total	2,53%	2,48%		
Resultados antes de Impostos /Activo Líquido Médio	0,32%	0,88%		
Produto Bancário /Activo Líquido médio	2,77%	3,19%		
Resultados antes de Impostos /Capitais Próprios Médios	7,26%	18,71%		
Cost to Income	70,62%	62,42%		
Custos com o Pessoal / Produto Bancário	36,42%	32,64%		
ROE	6,18%	14,00%		
ROA	0,27%	0,66%		
Rácio de Solvabilidade (Core Criteria de Basileia)	9,65%	10,58%		
Tier 1 (Core Criteria de Basileia)	5,78%	6,36%		
Nº de empregados	2.162	1.996	166	8,3%
Nº de Agências Bancárias	279	228	51	22,4%
Outros Indicadores conforme Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal				
Crédito em Incumprimento / Crédito Total	1,80%	1,84%		
Crédito em Incumprimento Líquido / Crédito Total Líquido	0,57%	0,55%		
Provisões para Crédito / Crédito em Incumprimento	218,77%	237,80%		
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	9,25%	10,18%		
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base	4,83%	5,60%		



3.1.2 Banco Banif e Comercial dos Açores, SA

Na sequência da nova denominação, por ocasião do vigésimo aniversário do Banif, com a uniformização das marcas do Grupo, o BBKA alterou a sua comunicação exterior para Banif Açores. Tal como sucedeu a todo o Banif – Grupo Financeiro, foram também adoptados, desde 15 de Janeiro, novo símbolo, nova cor e nova assinatura.

Ao longo do ano, a actividade comercial do Banif Açores foi marcada por diversas iniciativas institucionais e comerciais.

3.1.2.1 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

Em termos da actividade comercial, uma conjuntura marcada pela falta de liquidez no sistema financeiro impôs novas prioridades, nomeadamente na atenção ao Crédito Vencido, na sustentação e captação de Recursos e na maior selectividade na concessão de novo Crédito. Ainda assim, foram maioritariamente superados os principais objectivos anuais e alcançados elevados níveis globais de realização de muitos objectivos estratégicos.

No âmbito da actividade comercial, deu-se continuidade à política de campanhas permanentes, com o objectivo de contribuir, quer para o cumprimento dos objectivos de carteira, quer para o Programa de Gestão de Clientes.

De entre as iniciativas realizadas, destacam-se:

- Transformação de clientes de menor envolvimento em clientes mais fidelizados e multiproduto;
- Conquista de maior quota de mercado no âmbito da Nova Geração, com campanhas que apelaram à fidelização dos clientes, com incentivos claros à constituição de poupança, designadamente a campanha promocional do Crédito Formação Académica e, na sequência do protocolo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a linha de crédito denominada Crédito Universitário com Garantia Mútua, a qual envolve bonificações de juros a cargo do Estado. Acresce ainda a iniciativa de colocação do Cartão Universitário realizada em parceria com a Universidade dos Açores.
- Fomento do Leasing Mobiliário, dentro do qual tomou destaque o *Car Leasing*, em parceria com uma empresa local;
- Início da comercialização da solução Seguro Saúde e Assistência, da CSA;
- Dinamização das contas de Depósitos a Prazo e de Poupança, com condições de remuneração promocionais;
- Comercialização de Fundos de Investimento, com enfoque no Fundo Imobiliário;
- Diversificação de produtos, nomeadamente, o lançamento do Duplo Investimento (aplicação combinada de DP com PPR ou Fundo Imopredial) e Poupança Flexível;
- Venda do Cartão Interjovem, em parceria com a Direcção Regional da Juventude do Governo Regional dos Açores, com a inovação do cartão poder funcionar na vertente bancária e motivar os jovens não clientes a abrir conta;
- Aposta na dinamização da utilização dos Cartões de Crédito através do desenvolvimento de iniciativas com condições promocionais.



Fruto da gradual integração no Grupo Banif, algumas das Campanhas realizadas foram já comuns, o que proporcionou uma significativa economia de custos.

A Rede Comercial no arquipélago dos Açores foi ampliada, consubstanciando a aposta em Agências Associadas, que, neste ano, compreendeu as seguintes unidades de negócio:

- Azores Parque, um novo estabelecimento na zona industrial das Murtas, em S. Miguel;
- Valados, uma agência associada no seio do parque industrial dos Valados, em Ponta Delgada;
- Lojas Hiper da Lagoa, Ribeira Grande e Horta e Dependência do Aeroporto de Santa Maria, que passaram de centros apenas transaccionais para unidades de negócio, aptas à realização de todas as actividades associados a uma agência.

Foi igualmente redefinido o modelo de funcionamento da Rede de Centros de Empresas, que passou a contar com carteiras de clientes afectas directamente a um Director de Empresas, o qual, por sua vez, é apoiado por um conjunto de gestores especializados de cada Centro. Procedeu-se ainda à recomposição das carteiras das várias equipas, com transferência de clientes para a Rede de Agências.

No âmbito dos vários processos preparatórios para a fusão entre Banif e Banif Açores, desenvolveram-se diversas acções internas, das quais se evidenciam:

- A nova numeração dos códigos de todos balcões e departamentos;
- A progressiva harmonização de preçário, a desactivação da subscrição de produtos e serviços e, por outro lado, a criação de soluções alternativas já de acordo com a tecnologia comum de servicing, como, por exemplo, a reformulação realizada com a conta Banif Triplus;
- O estágio de vários colaboradores com funções de gestor de conta em agências do Banif, em Lisboa e Porto, para formação específica nos novos aplicativos.

Ao nível da intervenção cultural, o Banif Açores renovou o protocolo de cooperação com o Coliseu Micaelense, em que figura como mecenas, e assinou um protocolo com o Grupo dos Amigos do Museu Carlos Machado.

O ano foi ainda marcado por vários acontecimentos mediáticos – o torneio de Golfe com a marca Banif Açores, o patrocínio dos espectáculos de Adriana Calcanhoto e do Festival Epicentro que decorreu na Praia da Vitória e em Ponta Delgada e que cativou cerca de 2.000 participantes, assim como a deslocação a Toronto do futebolista Pedro Pauleta para promover o Banif Açores durante a XI Semana Cultural Açoriana, acontecimentos com elevada cobertura por parte da comunicação regional, que permitiram reforçar a visibilidade e notoriedade do Banif Açores no mercado.

3.1.2.2 Síntese da Actividade e Resultados do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.

O Activo Líquido do Banif Açores, em base IAS/IFRS, subiu 17,2% no exercício de 2008, ascendendo a 2.025 milhões de euros em 31 de Dezembro.

O Crédito sobre Clientes continua a ser o activo com maior exposição, representando cerca de 79% do total do Activo Líquido, contra 85% no ano anterior. No final de 2008, o saldo do Crédito sobre Clientes, ascendia a 1.594 milhões de euros, mais 8,5% do que um ano antes, correspondendo a um aumento de 124 milhões de euros. No exercício de 2008, a subida no crédito a empresas foi de 9,9%, contra 7,4% no crédito a particulares. Mesmo assim, o segmento de particulares continua a representar a maioria do saldo do crédito concedido, com 58,3% do total, menos 0,6% absolutos do que no ano anterior. Dentro do crédito a particulares, o crédito imobiliário representa 72% do crédito concedido a este segmento, sendo que 57% do seu saldo se encontra titularizado.



Em consequência da degradação da situação económico financeira, o indicador Imparidade de Crédito/Crédito Total passou de 1,1% em 2007 para 1,2% no exercício findo. A evolução do Crédito com Incumprimento no Crédito Total também foi penalizada, passando de 1,3% em 2007 para 1,6% em 2008.

Os Recursos Totais, em 31 de Dezembro de 2008, ascendiam a 1.164 milhões de euros, representando uma subida de 1,8% face ao final de 2007. Os Depósitos de Clientes subiram 4,2% relativamente ao ano anterior, enquanto os Recursos fora de Balanço, que incluem Produtos Estruturados, unidades de participação em Fundos e PPR's, apresentaram uma redução de 12,2%. Esta redução é explicada pela instabilidade dos mercados financeiros, que motivou, como alternativa, a procura de produtos de poupança com rendimento fixo, como é o caso dos Depósitos a Prazo, os quais, no período em análise, registaram uma subida de 11,1%. Neste contexto, o peso dos Recursos fora de Balanço, que em 2007 representavam 14,7% dos Recursos Totais, passou para 12,6% em 2008.

(em milhares de euros)	2008	2007	Variação
Recursos Totais	1.164.229	1.143.635	1,8%
Depósitos de Clientes	1.016.629	975.593	4,2%
à ordem	285.970	318.088	(10,1%)
a prazo e poupança	730.659	657.505	11,1%
Recursos fora de Balanço	147.600	168.042	(12,2%)

Em 2008 e relativamente a 2007, o Produto Bancário diminuiu 1%. As principais causas desta redução foram o aumento do custo do *funding*, em consequência da crise de liquidez que se assistiu a partir do final do 3.º trimestre de 2008, com impacto negativo na Margem Financeira, e as perdas verificadas na carteira de justo valor que o Banif Açores detinha, devido à instabilidade nos mercados financeiros.

O indicador *Cost to Income* passa de 56,1% em 2007 para 68,5% no ano findo devido, por um lado, à contracção do Produto Bancário, como já referido, e por outro, ao aumento dos Gastos Gerais Administrativos, nomeadamente os relacionados com o processo de fusão no Banif, e os Gastos com Pessoal, que incluem os custos com reformas antecipadas efectuadas em 2008, que ascenderam a cerca de 2,5 milhões de euros.

O Resultado Líquido, em base IAS/IFRS, ascendeu a 9.406 milhares de euros, -31,3% do que no final de 2007, proporcionando uma rentabilidade dos capitais próprios, medida pelo ROE, de 10,1%.

Até final de 2008 manteve-se o diferendo que opõe o Banco Banif e Comercial dos Açores à decisão da Comissão Europeia relativo à adaptação do Sistema Fiscal às Especificidades da Região Autónoma dos Açores, que excluiu o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores. Em 2008, o Banco prosseguiu com a constituição de provisões relativas à diferença de taxas, pelo que não há exposição a qualquer contingência nesta matéria.



Análise Comparativa, em base IAS/IFRS

Expresso em Milhares de euros

	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação	
			Absoluta	%
Balço				
Activo Líquido	2.025.046	1.728.194	296.852	17,2%
Crédito s/ Clientes (Bruto)	1.594.400	1.469.807	124.593	8,5%
Depósitos de Clientes	1.016.629	975.593	41.036	4,2%
Capitais Próprios	91.411	94.993	-3.582	-3,8%

	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação	
			Absoluta	%
Demonstração Resultados				
Margem Financeira	38.648	41.950	-3.302	-7,9%
Lucro Operações Financeiras	5.217	2.859	2.358	82,5%
Outros Proveitos Líquidos	11.736	11.289	447	4,0%
Produto Bancário	55.601	56.098	-497	-0,9%
Custos Administrativos	35.956	29.402	6.554	22,3%
Cash Flow	19.645	26.695	-7.050	-26,4%
Amortizações do exercício	2.110	2.068	42	2,0%
Provisões / Imparidade	5.718	6.988	-1.270	-18,2%
Resultados antes de impostos	11.818	17.640	-5.822	-33,0%
Impostos	2.412	3.953	-1.541	-39,0%
Resultados Líquidos	9.406	13.687	-4.281	-31,3%

Expresso em Milhares de Euros

	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação	
			Absoluta	%
Outros Indicadores				
Imparidade de Crédito / Crédito Total	1,2%	1,1%		
Resultados antes Impostos / Activo Líquido Médio	0,6%	1,1%		
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	3,0%	3,5%		
Resultados antes Impostos /Capitais Próprios Médios	12,7%	19,4%		
Cost to income	68,5%	56,1%		
Custos Pessoal / Produto Bancário	37,7%	31,1%		
ROE	10,1%	15,0%		
ROA	0,5%	0,8%		
Rácio de Solvabilidade (Core Criteria de Basileia)	10,54%	10,39%		
Tier 1 (Core Criteria de Basileia)	6,06%	6,10%		
Nº empregados	383	405	-22	-5,4%
Nº de Agências	51	49	2	4,1%

	31-Dez-08	31-Dez-07	Variação	
			Absoluta	%
Outros Indicadores conforme Instrução nº. 16/2004 do Banco de Portugal				
Crédito com incumprimento / crédito total	1,6%	1,3%		
Crédito com incumprimento líquido / crédito total líquido	0,7%	0,6%		
Provisões para crédito / Crédito com Incumprimento	112,3%	116,6%		

Em 2008 verificaram-se 25 admissões, 23 passagens à situação de reforma e 12 rescisões, pelo que se registou uma diminuição de 10 colaboradores no quadro de pessoal (efectivos e contratos a termo certo), que contava, em 31 de Dezembro de 2008, com 408 colaboradores.



3.1.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Produção e Carteira

A produção global no exercício de 2008, foi de 219,3 milhões de euros, dos quais, 162,4 milhões de euros referentes a contratos de locação financeira mobiliária, 38,5 milhões de euros a contratos de locação financeira imobiliária e 18,4 milhões de euros relativos a contratos de crédito.

Em relação ao exercício anterior, verificou-se um decréscimo de 7,5% da produção global da empresa. Em termos parcelares, há a referir que, em relação ao mesmo período, a locação financeira mobiliária decresceu 7,2%, a locação financeira imobiliária cresceu 28,8% e os contratos de crédito decresceram 42,9%.

As redes de distribuição do Banif e do Banif Açores contribuíram com 58% para a produção de *leasing* mobiliário e foram a principal origem da produção de *leasing* imobiliário, com 96%. No que concerne ao crédito auto, as delegações da empresa foram responsáveis pela totalidade das operações concretizadas (100%).

A carteira de crédito, antes de provisões, em 31 de Dezembro de 2008, ascendia a 595,3 milhões de euros, o que significa um crescimento de 9,6% relativamente a 31 de Dezembro de 2007.

Conta de Exploração

A margem financeira teve uma quebra de cerca de 14,8%, em relação a 2007, que foi motivada pelo aumento da concorrência, através do preço, junto dos clientes de melhor risco e, pela evolução muito desfavorável dos custos de refinanciamento da actividade.

O *Cost to Income*, relação entre custos operativos e o produto bancário, teve um acréscimo relevante, reflexo da quebra na margem financeira, tendo passado de 30,5% em 2007, para 34,6% em 2008.

O resultado líquido registou um decréscimo acentuado de 53,6%, em relação ao ano anterior, atingindo o valor de 2.546 milhares de euros, provocado essencialmente pela quebra da margem financeira e do reforço significativo do valor da imparidade associada ao crédito a clientes.

O *cash-flow* gerado no montante de 10.118 milhares de euros, representou um decréscimo de 11,2% face a 2007.

Em 31 de Dezembro de 2008, o número de colaboradores da sociedade era de 69.

Números significativos (base IAS/IFRS)	Em Milhares de Euros		
	31.12.2008	31.12.2007	Varição %
Activo líquido	598.024	546.012	+9,53%
Crédito Total	584.518	538.021	+8,64%
Capitais Próprios	47.872	46.326	+3,34%
Margem Financeira	10.886	12.778	-14,81%
Produção global	219.329	237.205	-7,54%
Cash-Flow	10.118	11.394	-11,20%



Resultado líquido	2.546	5.486	-53,59%
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	2,65%	3,24%	-18,17%
<i>Cost to Income</i>	34,58%	30,50%	+13,38%
Custos Pessoal/Produto Bancário	17,72%	13,82%	+28,27%
ROE	5,41%	11,76%	-54,02%
ROA	0,45%	1,09%	-59,18%
N.º de Empregados	69	75	-8,00%
RAI/Activo Líquido Médio	0,63%	1,49%	-57,91%
RAI/Capitais Próprios Médios	7,64%	16,11%	-52,59%
Rácio Solvabilidade	9,82%	8,18%	+20,05%
Crédito Vencido/Crédito Total	6,90%	6,01%	+14,81%
Crédito c/ incumprimento/ Crédito Total	8,90%	7,26%	+22,59%
Crédito c/ incumprimento/ Crédito Total Liq.	5,82%	4,62%	+25,97%
Imparidade/Crédito Vencido	49,15%	43,81%	+12,20%

3.1.4 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA.

Em 2008 foram celebrados 2.650 novos contratos (1.775 no ano anterior) num investimento total de 42 milhões de euros, o que se traduziu num crescimento de 49% face a 2007.

No final de 2008 a frota total sob gestão era de 3.732 veículos (2.606 no final de 2007), o que representa um acréscimo de 43%.

Do total dos veículos sob gestão, 2.482 (67%) incluem serviços (manutenção, pneus, viatura de substituição e seguro Açoreana) o que representa um acréscimo de 41% face a 2007.

O resultado líquido do exercício de 2008 foi de 45 milhares de euros o que representa um acréscimo de 246% face aos 13 milhares de euros de 2007 (valores em base IAS/IFRS).

Apesar da crise instalada a nível mundial, em particular no sector automóvel, e das previsões de declínio do crescimento económico para os próximos anos, os resultados alcançados, os projectos em curso e as estratégias já traçadas permitem encarar com prudente optimismo o ano de 2009.

A 31 de Dezembro de 2008, o número de colaboradores da sociedade era de 20.

Números significativos (base IAS/IFRS)

(Milhares de Euros)

	2008	2007	Var.
Produção - nº Contratos	2.650	1.775	49%
Produção – Investimento	42.075	28.800	46%
Frota sob gestão	3.732	2.606	43%
EBITDA	10.640	4.591	132%
Activo	83.666	51.312	63%
Capitais Próprios	157	144	9%
Resultado Líquido	45	13	246%



Nº empregados	20	15	33%

3.2 Actividade Internacional do Grupo

3.2.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.

Durante o ano de 2008, assistiu-se a uma gradual falta de confiança e instabilidade nos mercados interbancários/financeiros que se agravou principalmente no último trimestre de 2008 após a ocorrência de vários eventos como a falência da Lehman Brothers, a falência dos bancos islandeses, a nacionalização de vários bancos europeus, etc., os quais vieram reduzir drasticamente, ou mesmo anular, qualquer operação de crédito entre bancos.

Apesar da crise sentida nos mercados financeiros internacionais, o Banif conseguiu obter *funding*, durante o ano de 2008, num total de 230 milhões de euros, maioritariamente em regime de empréstimos bilaterais (banco a banco ou com grupos seleccionados de instituições financeiras de relacionamento), sendo que 50 milhões de euros foram obtidos no final do ano através de financiamento que contou com a garantia do Estado Português.

Para além desta forma de financiamento, o Banco continuou a contar com mais de 300 contrapartes com quem mantém limites de trabalho recíprocos e opera nos mercados cambiais e monetário. Vem trabalhando também, numa base regular e crescente, em operações comerciais, nomeadamente, Pagamentos, Remessas, Cartas de Crédito e Garantias.

O Banif conta com um universo de 1.498 bancos correspondentes em todo o mundo. De salientar que mantém 40 contas directas de correspondentes.

Por forma a dinamizar e alargar esta extensa rede de contactos, foram efectuadas, durante o ano, visitas a bancos correspondentes e contrapartes em países da União Europeia, CEE, CIS, Médio Oriente e África.

Em Junho de 2008, realizou-se a 26ª reunião anual do GEB (*Groupement Européen de Banques*) do qual o Banif é o membro português de pleno direito desde 2001 e com cujos demais membros tem vindo a estreitar relações nas mais diversas áreas. O Banif assumiu este ano a Presidência do GEB, no exercício de um mandato que terá a duração de 2 anos (2008/2009).

Ao abrigo das comemorações do 20.º aniversário da Instituição, o Banif propôs-se organizar o evento deste ano, que decorreu no Funchal, com grande sucesso.

Para todos estes resultados e *performances* tem contribuído o bom nome que o Banif tem vindo a construir no mercado, o histórico e a experiência obtidos com operações passadas e, também, as suas notações de rating “Moody’s” de A2 (no longo prazo) e P-1 (no curto prazo).

A agência “Fitch” manteve as notações de BBB+ e F2, respectivamente, no longo e no curto prazo e, em Março de 2008, aumentou o *support rating* de 4 para 3 e o *support floor* de B+ para BB, o que revelou um reforço da solidez e posição do banco, apesar da crise sentida nos mercados financeiros.

A Banif SGPS foi distinguida também pela Standard and Poor’s (S&P), uma das mais conceituadas agências de rating a nível mundial, nos “S&P Global Challengers Class of 2008” pelo segundo ano consecutivo.

Todos os anos a S&P Global Challengers List identifica as 300 empresas de média dimensão, cotadas em bolsa, que evidenciem o maior potencial para se constituírem em concorrentes às empresas líderes no mercado mundial. Pelo segundo ano consecutivo a Banif SGPS foi distinguida pela agência de



rating que incorporara a instituição na sua lista, sendo que, também, pela segunda vez consecutiva, foi a única instituição financeira de Portugal e da Península Ibérica a marcar presença na tabela dos líderes do futuro. O ranking abrangeu 33 países, englobando 9 sectores.

O Banif tem cumprido a sua estratégia de crescimento internacional posicionando-se em mercados com grande potencial de negócio, como Malta, Espanha, Reino Unido, Venezuela, e em mercados que oferecem possibilidades de negócio com outros países de expressão portuguesa como sejam Cabo Verde e o Brasil.

Ainda no Brasil, no início do ano, o Grupo chegou a acordo com a “Argon - Administração e Participações” e adquiriu os restantes 25% do capital social do Banif - Banco de Investimento Brasil, S.A. por 35,5 milhões de euros. O Grupo passou a deter 100% do capital e dos direitos de voto deste banco de investimento.

De destacar, adicionalmente, a aposta em Londres, onde o Banco abriu, em Outubro de 2007, uma Sucursal de banca comercial e outra para a banca de investimento. O grosso do negócio passa pelas actividades de *Trade Finance* (mercado secundário, com especialização em risco *corporate* brasileiro e interbancário com países CEE & CIS, Médio Oriente e África), pela oferta de soluções em *Real Estate Finance* (*mortgage and lending*) e pelo relacionamento com a comunidade portuguesa residente no Reino Unido.

O Banif reforçou a sua presença na Venezuela em Julho de 2008 com a inauguração de novas instalações do escritório de representação naquele país, sito em La Castellana, a sul da capital Caracas. Esta aposta do Banif irá servir também para fortalecer a posição do Banco junto da comunidade emigrante portuguesa na Venezuela, uma das mais expressivas neste país, à semelhança de igual posição assumida junto da comunidade emigrante portuguesa nos Estados Unidos da América, Canadá e África do Sul.

O Banif – Grupo Financeiro está também presente em Cabo Verde através do BCN – Banco Caboverdiano de Negócios, onde detém uma participação accionista de 51,7% e o controlo de gestão. O BCN expandiu a sua Rede de Agências durante o ano de 2008, de 8 para 18 Agências, tendo em vista a cobertura integral do Arquipélago.

O Banif – Grupo Financeiro e o BCN lançaram em Abril de 2008 a Linha de Crédito “Parceria Atlântica” Banif / BCN, vocacionada para o reforço das relações económicas entre Cabo Verde e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Esta Linha de Crédito destina-se a apoiar projectos de investimento em Cabo Verde por parte de empresas oriundas dos Açores e Madeira, preferencialmente em parceria com empresas caboverdianas. Trata-se de uma Linha de Crédito de médio-longo prazo de 15 milhões de euros.

Em termos de negócio internacional, e durante o ano de 2008, o Banif continuou a privilegiar a expansão das operações internacionais, em especial *trade finance*, com destaque para as operações de risco *corporate* brasileiro, até 3 anos, originadas pelo Banif (Brasil), cuja exposição no final do ano era de 37,4 milhões de dólares no curto prazo e de 50,5 milhões de dólares no médio prazo (*Tradeinvest Program*).

Na mesma linha, e durante os primeiros 3 trimestres de 2008, manteve-se a aposta na diversificação da carteira de operações *trade related*, com operações originadas com bancos de outros países, casos de Angola, Argentina, Bulgária, Cazaquistão, Letónia, Lituânia, Nigéria, Rússia, Ucrânia e Turquia, num total de 126,4 milhões de euros em final do ano. De referir que o incremento verificado nestas operações, relaciona-se principalmente com a actividade da Sucursal de Londres em Mercado Primário, desempenhando o papel de *Mandated Lead Arranger/Bookrunner* em algumas das operações, e em Mercado Secundário.



Correspondendo à actividade da Banif Mortgage Company na concessão de crédito hipotecário o banco procedeu ao “*funding*” da sua carteira num total de 178 milhões de dólares.

O Banif - Grupo Financeiro acaba de concluir o processo de fusão por incorporação do BBKA (inicialmente conhecido por Banco Comercial dos Açores) no Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. um processo que decorria desde Fevereiro e que envolveu, desde o início, para além de outros sub-projectos, o sub-projecto da área internacional com implicações na rede de correspondentes internacionais.

No final de 2008, o Banif - Grupo Financeiro apresentava uma cobertura geográfica composta por 517 pontos de venda, dos quais 68 no estrangeiro, com posições de liderança na Madeira e nos Açores e com presença física internacional já em 14 países.

3.2.2 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

No decurso do exercício de 2008, o volume de activos do Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd apresentou um crescimento de aproximadamente 19%, tendo passado de 640 milhões de dólares no final de 2007, para 761 milhões de dólares no final de 2008.

Este acréscimo do volume de activos é essencialmente explicado pela variação registada nas rubricas de “Crédito a Clientes” e “Outros Activos”, que sofreram um crescimento de cerca de 63 milhões de dólares e 23 milhões de dólares, respectivamente, face a 2007.

A variação registada na rubrica de “Crédito a Clientes” é essencialmente explicada pela concretização de novas operações de *trade finance* de curto prazo, financiamento de projectos imobiliários e outros financiamentos de tesouraria.

Adicionalmente, verificou-se também, neste período, um acréscimo no valor da participação na BIH de cerca de 3 milhões de dólares, em resultado do aumento de capital efectuado por esta entidade no 3.º trimestre de 2008. A percentagem de participação do Banif (Cayman) na BIH, manteve-se, no entanto, inalterada, correspondendo, à data de 31 de Dezembro de 2008, a 85%.

No que respeita ao passivo do Banif (Cayman), verificou-se, por um lado, a manutenção do volume da carteira de depósitos de outras instituições de crédito, que ascendia a cerca de 199 milhões de dólares no final de 2008, bem como um ligeiro decréscimo da carteira de depósitos de clientes, que passou de 166 milhões de dólares no final de 2007, para 157 milhões de dólares no final de 2008.

Por outro lado, verificou-se um aumento da rubrica de “Responsabilidades representadas por títulos” em cerca de 41 milhões de dólares.

No exercício de 2008, o Banif (Cayman) viria a apresentar um resultado líquido de 451 mil dólares. Esta situação evidencia uma quebra no resultado de cerca de 90% face ao exercício de 2007, em que ascendeu a cerca de 4,6 milhões de dólares.

Esta deterioração do resultado é essencialmente explicada pela contribuição da rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”, que passou a assumir um valor negativo de 6,7 milhões de dólares, quando no ano anterior se cifrou em 2,1 milhões de dólares positivos, em resultado da crise verificada ao nível dos mercados financeiros em 2008.

Dada a natureza limitada das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações aplicáveis e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro (“*AML rules and regulations*”) e as regras de identificação de Clientes (“*KYC rules*”), são devidamente assumidos e assegurados pela Direcção-Geral do Banif (Cayman) nas Ilhas Caimão, que reporta directamente ao Conselho de Administração.



À data de 31 de Dezembro de 2008, para além da participação acima referida na BIH, o Banco continuava a deter uma participação de 60% no capital da FINAB, sociedade de gestão e incorporação de empresas, sediada também nas Ilhas Caimão.

Valores expressos em milhares de dólares

	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	761.020	640.252	+19%
Crédito Concedido	363.808	300.778	+21%
Depósito de Clientes	157.347	165.608	-5%
Capitais Próprios	48.984	53.067	-8%
Resultado Líquido	451	4.634	-90%

Em 31 de Dezembro de 2008: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,3917Dólares (USD)

3.2.3 Banif International Bank, Ltd

O Banif International Bank, Ltd (BIB) desenvolve a sua actividade há cerca de quatro anos, desde a sua constituição e autorização pelo Banco Central das Bahamas. O capital social deste banco é detido pela Banif Investimentos em 99,9%, e pela Banif Comercial em 0,1%.

Dada a natureza e montantes das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro - "AML rules and regulations" - e as regras de identificação de Clientes - "KYC rules"), são devidamente assumidos e assegurados pelo Head Office nas Bahamas, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

No decurso do exercício de 2008, verificou-se um decréscimo do volume de activos do BIB, que passou de cerca de 979 milhões de dólares em 31 de Dezembro de 2007, para cerca de 675 milhões de dólares em 31 de Dezembro de 2008.

Este decréscimo de aproximadamente 31% no volume de activos do BIB, resulta essencialmente da quebra verificada ao nível da rubrica "Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito", que registou um decréscimo de 40% face a 2007. Pese embora o comportamento da referida rubrica, é de salientar o crescimento verificado na rubrica de "Crédito a Clientes", que registou um aumento de cerca de 19% face a 2007. À data de 31 de Dezembro de 2008, o montante de crédito concedido correspondia a 158 milhões de dólares, face aos 133 milhões de dólares registados no final de 2007.

No que diz respeito ao Passivo do BIB, as principais variações ocorridas face a 2007 foram registadas nas rubricas de "Recursos em Instituições de Crédito" e "Responsabilidades Representadas por Títulos". No final de 2008, a carteira de depósitos de outras instituições de crédito ascendia a 150 milhões de dólares, o que evidenciava uma redução de 62% face a 2007. No que respeita à rubrica de "Responsabilidades Representadas por Títulos", a quebra verificada foi de cerca de 56% face a 2007.



No final de 2008, a carteira de depósitos de clientes ascendia a 435 milhões de dólares, o que evidencia um ligeiro decréscimo de 1% face ao final de 2007, em que o volume de depósitos de clientes ascendia a 438 milhões de dólares.

A margem financeira do BIB aumentou no exercício de 2008 cerca de 50%, cifrando-se em cerca de 7 milhões de dólares em 2008.

No entanto, o BIB encerrou o exercício de 2008 com um resultado líquido de apenas 6 mil dólares, devido a um aumento significativo dos custos com pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Provisões.

Valores expressos em milhares de dólares

	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	675.067	978.889	-31%
Carteira de Crédito	158.215	133.291	19%
Depósitos de Cliente	434.803	437.993	-1%
Capitais Próprios	35.125	37.147	-5%
Resultado Líquido	6	106	-94%

Em 31 de Dezembro de 2008: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,3917Dólares (USD)

3.2.4 Banif Finance (USA) Corp.

A Banif Finance (USA), Corp. (BFUSA), anteriormente designada Banif Mortgage Company, é uma instituição de crédito hipotecário licenciada no Estado da Florida, cuja actividade principal consiste na concessão de crédito imobiliário para habitação e comércio e na concessão de financiamentos ao comércio internacional, a importadores e exportadores com sede nas Américas. De acordo com a regulamentação do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFUSA está sujeita a fiscalização governamental e correspondente legislação. A verificação ao nível de *compliance* local é também levada a efeito, anualmente, por uma terceira entidade independente, a fim de reduzir os riscos legais e operacionais a que possa estar exposta.

A sociedade iniciou a sua actividade em Fevereiro de 2002. Em 31 de Dezembro de 2008, mudou a sua designação de Banif Mortgage Company para Banif Finance (USA), Corp. assim reflectindo a expansão das suas actividades, as quais incluem hoje os financiamentos de comércio internacional, como resultado da fusão com a Banif Forfating (USA), Inc..

No que diz respeito ao crédito imobiliário, a BFUSA não só financia a compra e/ou construção de habitação própria ou para investimento a Clientes do Banif – Grupo Financeiro, mas também financia a compra e/ou construção de imóveis comerciais a Clientes institucionais. Todas as operações de crédito imobiliário são fundamentadas numa análise de crédito e/ou de viabilidade de projecto, para além de uma avaliação feita por uma firma independente especializada. Todos os projectos imobiliários financiados pela BFUSA estão garantidos por hipoteca sobre o activo financiado.

Durante o ano de 2008, um ano difícil para os mercados imobiliário e financeiro norte-americanos, a BFUSA financiou um montante total de USD 119 milhões. Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de crédito da BFUSA situava-se em USD 237 milhões.

No ano em apreciação, a empresa registou um total de 159 operações de financiamento, o que se traduziu num total de operações aprovadas no montante de USD 74 milhões, contra USD 151 milhões



em 2007. A taxa média ponderada da carteira diminuiu para 7,28% que compara com 8,40% no ano anterior.

As comissões levadas a resultados pela BFUSA durante o exercício de 2008 ascenderam a USD 897 milhares, contra USD 890 milhares em 2007.

Os proveitos totais, em 2008, ascenderam a USD 10,9 milhões, contra USD 11,7 milhões em 2007. O lucro líquido diminuiu de USD 1.350 milhares em 2007 para USD 20 milhares em 2008 em resultado do aumento das provisões contabilizadas durante 2008.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores

Expresso em milhares de dólares

	2008	2007	Variação 2008/2007 %
Activo Líquido	244,082	100,049	+144%
Capitais Próprios	9,030	8,480	+7%
Proveitos Totais	10,870	11,708	-7%
Lucro Líquido	20	1,366	-99%

3.2.5 Banif Financial Services, Inc.

A Banif Financial Services, Inc. (BFS) é uma sociedade registada no Estado da Flórida, que fornece aos seus Clientes serviços de aconselhamento ao investimento. Como entidade regulada pelo Governo e sob a jurisdição do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFS segue todos os procedimentos operacionais, códigos de ética e políticas anti-branqueamento de capitais a que está sujeita, assim reduzindo os riscos legais e operacionais da actividade.

A BFS actua nos EUA como *US Investment Adviser* e tem como missão:

- Desenvolver e apoiar os negócios do Banif - Private Wealth Management (Américas), contando, para tal, com uma equipa de *Investment Advisers* que, a partir de Miami, cobre os mercados do Brasil, Venezuela e Argentina;
- Articular com a sede do Banif – Grupo Financeiro em Lisboa, com o Banif Brasil, com o Banif (Cayman), com BIB e outros prestadores de serviços, todo o processo de criação, implementação e manutenção de serviços e produtos do Banif - Private Wealth Management (Americas).

No final de 2008, o Banif – Private Wealth Management (Américas) contava com um total de 542 Clientes e um total de activos sob gestão de USD 144 milhões.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores



Expresso em milhares de dólares

	2008	2007	Variação 2008/2007 %
Activo Líquido	358	452	-21%
Capitais Próprios	353	351	+1%
Proveitos Totais	631	483	+31%
Lucro Líquido	3	22	-88%

3.2.6 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA

Em 2008, o Banif-Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. cresceu a um ritmo considerável, fomentado pela forte expansão do mercado doméstico brasileiro, liderado pelo “*agro business*” e pela forte expansão dos preços das *commodities* muito importante no contexto das principais exportações brasileiras.

No final de 2008, O Banif (Brasil) ocupava a 45.^a posição no *ranking* dos bancos brasileiros, segundo classificação do Banco Central do Brasil, participando com destaque da selectiva lista desta entidade e do Ministério da Fazenda, dos “Cinquenta Maiores Bancos Brasileiros”.

Durante o exercício de 2008, o Banco manteve a tendência de expansão das operações de crédito comercial, financiamento imobiliário, tesouraria, câmbio e de comércio externo, com empresas de médio e grande porte. Porém, a novidade estratégica e que vinha sendo estudada com muito entusiasmo, foi a criação da Financeira Banif, que ocorreu no início do ano e dotou o Banif (Brasil) da capacidade de competir no mercado de bens de consumo, com empréstimos pulverizados e de excelentes margens de rentabilidade.

Grandes esforços foram desenvolvidos durante o ano na captação local de recursos com vista à expansão da actividade de crédito da instituição. O terceiro e quarto trimestre foram contaminados pela crise de confiança que assolou os mercados financeiros internacionais, e, visando uma menor dependência dos fundos do próprio Grupo para o seu crescimento, o Banif (Brasil) desenvolveu uma série de campanhas ao nível das suas Agências, continuando o seu projecto de crescimento orgânico através da abertura de Agências e Escritórios, em termos que o habilitam a competir adequadamente nas suas áreas de actividade.

A crise externa dos mercados financeiros afectou negativamente o mercado interbancário brasileiro, que se ressentiu fortemente da diminuição dos parceiros afectados pela crise e da ausência dos recursos externos nesse mercado. Em consequência, a estratégia do Banif (Brasil) evidenciou a importância do aumento da captação de depósitos na rede de Agências, a fim de obter estabilidade e evitar as dificuldades sentidas pelos bancos brasileiros sem rede comercial e dependentes do mercado interbancário.

O Banco inaugurará, no primeiro semestre do ano de 2009, a Agência Brasília (Distrito Federal) e a Agência Centro (São Paulo), devendo inaugurar, no segundo semestre, a Agência de Santana (São Paulo) e a Agência de Joinville (Santa Catarina). A Financeira Banif expandiu-se rapidamente durante o ano de 2008, estabelecendo oito escritórios nas principais cidades do Estado de São Paulo e em estratégicas capitais de estados brasileiros, principalmente no Nordeste do país onde o Banif (Brasil) tinha pouca representação. Importa ainda mencionar que o Banif (Brasil) já dispõe de um



representante residente em Recife (Pernambuco), que cobre o Nordeste brasileiro, incluindo Fortaleza (Ceará), zona que tem recebido enorme investimento português.

Não obstante a sua estratégia de crescimento continuado, o Banif (Brasil) manteve uma política conservadora na concessão do crédito, privilegiando os clientes já existentes que apresentam um excelente histórico na sua relação com o Banif – Grupo Financeiro e sendo extremamente criterioso e selectivo nas novas relações comerciais, ao mesmo tempo privilegiando a expansão da Financeira no crédito ao consumidor, pulverizando o risco e obtendo maior retorno do capital investido

As operações de crédito comercial atingiram, em 31 de Dezembro de 2008, o montante de R\$.833.2 milhões crescendo 51,3% no período quando comparadas com os R\$ 550,8 milhões registados no final de 2007.

Importa destacar, de entre as operações de crédito comercial, as de crédito consignado ao funcionalismo público, com pagamento descontado directamente no salário mensal dos clientes, que atingiram R\$.159,6 milhões, operações estas de excelente rendibilidade e baixíssimo risco. O objetivo do Banif (Brasil) é desenvolver o crédito consignado no financiamento a funcionários do sector privado, aproveitando a sua base de grandes clientes.

Outro produto importante no crescimento do Banif (Brasil) tem sido o Financiamento ao Comércio Externo, o qual, em 2008, atingiu R\$.180,7 milhões, apresentando um crescimento de 112% com relação a 2007, e que permite pela natureza da actividade, desenvolver negócios de reciprocidade entre o Banif (Brasil) e o Banco de Investimento no Brasil e mesmo com a própria rede no exterior.

A Financeira Banif encerrou o seu primeiro ano de actividade com um volume de financiamentos da ordem de R\$.115 milhões, tendo excelente histórico de crédito neste ano de actuação, uma vez que, fazendo uso da vantagem competitiva decorrente da falta de liquidez dos pequenos grupos não bancários que operam este produto, tem conseguido rapidamente ocupar o seu espaço e competir com os bancos médios. Os principais objectos de financiamento da Financeira Banif são os bens de consumo em geral, veículos leves, pesados, tratamentos de saúde e estéticos, máquinas e equipamentos.

Pela sua forte actividade no sector do financiamento ao comércio externo e pela sua forte actuação no mercado cambial, o Banif (Brasil) tem sido, consecutivamente, elevado pelo Banco Central do Brasil à condição de “*Dealer*”. No encerramento deste exercício o Banif (Brasil) apresentava-se como o décimo oitavo banco com maior volume cambial do país, superando os US\$.3,0 mil milhões de volume de operações por mês.

A liquidez no mercado brasileiro foi negativamente afetada no final do ano com a crise de confiança mundial, com sensível redução do investimento estrangeiro, deflagrando forte competição pelo cliente, sendo que os importantes *players* do mercado lutaram para expandir as suas carteiras e, apesar da sinalização latente de queda nas taxas de juros no exterior, no país, o mercado interbancário apresentou grande competitividade na captação dos recursos, com aumento sensível dos *spreads*.

O ambicioso programa de investimentos com a expansão da rede de Agências e Escritórios que, no final de 2008, já integrava vinte pontos de venda em todo o Brasil, o forte investimento na diversificação dos produtos, de que é exemplo o lançamento da Financeira Banif, e o desenvolvimento dos cartões de débito e crédito sob a bandeira da VISA, foram alguns dos investimentos que impactaram nos resultados finais do Banif (Brasil), atentos os montantes dispendidos.

Apesar da instabilidade dos mercados no segundo semestre, refletida no aumento dos custos financeiros associados à liquidez necessária à actividade e a necessidade de manter a estratégia de crescimento e expansão indispensável para criar um banco de retalho com relevância e futuro neste importante mercado mundial que é o Brasil, a instituição conseguiu uma razoável *performance* também em termos de rentabilidade, atingindo um resultado líquido positivo de R\$.4,7 milhões.



Valores em Milhares de Reais

	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	1.384.597	860.875	60.8%
Crédito Líquido	833.196	550.750	51.3%
Depósitos	452.186	453.963	-0,4%
Capitais Próprios	133.045	84.835	56.8%
Produto Bancário	65.589	61.349	6.9%
Cash-Flow	18.898	19.663	-3.9%
Resultado Líquido	4.737	10.090	-53.1%
Pontos de Venda	20	9	144%
Número de Colaboradores	284	251	13.1

Em 31-12-2008: 1 Euro equivalente a Reais 3,23815

Em 31-12-2007: 1 Euro equivalente a Reais 2,60859

3.2.7 Finab – International Corporate Management Services, Ltd

A Finab é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman, participada em 60% pelo Banif (Cayman), que presta serviços referentes à formação e incorporação de sociedades.

No ano de 2008 registou-se um aumento significativo na actividade desta sociedade, relativamente ao exercício de 2007, resultado da continuidade do esforço na venda dos produtos e serviços da Finab, bem como das alianças com empresas intermediárias, como a *Global Access Investments/Cayman*, a *Global Consultants/Hong Kong* e a *UBS/New York*.

Em resultado deste esforço, a Finab aumentou a sua carteira de clientes em aproximadamente 100 Sociedades, o que se traduziu num acréscimo de 15% em relação ao final de 2007. O número de sociedades representadas pela Finab era, no final de 2008, de 475, ascendendo a 519 mil dólares o montante recebido por comissões cobradas.

Dada a natureza limitada das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis e em vigor no país, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro ["*AML rules and regulations*"]) e as regras de identificação de Clientes ["*KYC rules*"]), são devidamente assumidos e assegurados pelo Head Office nas Ilhas Cayman, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

3.2.8 Banca Pueyo, SA

A Banca Pueyo, SA contava, em finais de 2008, com 82 agências bancárias nas Comunidades Autónomas da Estremadura, Madrid e Sevilha.

A Banca Pueyo, SA desenvolve a actividade típica de um banco comercial destinado a clientes de retalho, abrangendo não só os produtos típicos bancários, contas correntes e de depósitos, depósitos a prazo, contratos de crédito e de *leasing*, mas também outros, como os depósitos e a intermediação de valores mobiliários e ainda a comercialização de seguros de diferentes ramos, de fundos de investimento e planos de pensões.

A Banca Pueyo, SA é a sociedade-mãe de um grupo de empresas, entre as quais se encontram, como mais significativas, uma sociedade gestora de fundos de pensões - Pueyo Pensiones EGFP, S.A. - e uma sociedade agente de seguros – Pueyo Mediación OBSV, S.A.-.



O exercício de 2007 permitiu à Banca Pueyo, SA a consolidação da sua rede de agências, através da abertura de quatro agências novas, três na província de Badajoz e uma na de Cáceres. A este respeito, é ainda de destacar a abertura da primeira agência especificamente vocacionada para empresas, no parque empresarial “El Prado”, em Mérida.

A actividade do sector bancário, em 2008, esteve marcada pela crise económica internacional e pela falta de liquidez do sistema financeiro. Estas circunstâncias provocaram uma elevada procura de recursos financeiros de clientes e uma subida da remuneração dos depósitos. Por este motivo, um dos principais objectivos da Banca Pueyo, S.A. durante todo o ano de 2008 foi o de conseguir um crescimento equilibrado entre crédito e recursos de clientes, de modo a não fazer depender o seu crescimento de outro tipo de recursos, mantendo os seus excelentes rácios de liquidez.

Desta política, resultou um crescimento muito equilibrado de 7,72% no crédito concedido e de 6,77% nos depósitos de clientes. Estes números permitem à Banca Pueyo, SA iniciar o exercício de 2009 em óptimas condições de liquidez, com vista a atingir os objectivos propostos para o mesmo.

O crédito a clientes atingiu, em 31 de Dezembro de 2008, o montante de 618 milhões de euros. Deste valor, 68% está coberto por garantias reais, quase exclusivamente hipotecárias.

Os depósitos de clientes atingiram o montante de 744 milhões de euros.

Todos estes dados de crescimento estão acompanhados de um rácio de crédito vencido de 0,851% sobre o total da carteira de crédito, muito abaixo da média do sector em Espanha, com uma cobertura por provisões de 283,28%.

Quanto a resultados, o Grupo Banca Pueyo obteve, em 2008, um lucro líquido de 9,2 milhões de euros, o que representa um aumento de 0,41% em relação ao resultado do exercício anterior. A este respeito, destaca-se ainda a importante melhoria do rácio de *cost-to-income*, que se situa em 42,93%, melhorando em 2,95% o registado no ano anterior.

			Milhares de Euros
	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	840.251	790.016	+22,36%
Crédito Concedido Bruto	618.243	573.912	+7,72%
Depósitos de Clientes	744.034	696.865	+6,77%
Capitais Próprios	70.970	63.128	+12,42%
Margem Financeira	28.538	31.109	-8,26%
Produto da Actividade	14.661	16.282	-9,96%
Resultado Líquido	9.201	9.163	+0,41%
ROA	1,12	1,26	----
ROE	12,96	14,71	----
Crédito Vencido/Crédito Total	0,76	0,46	----
Cost to Income	42,93	44,24	----
Número de Agências	81	77	+5,19%
Número de Empregados	222	212	+4,72%



3.2.9 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

O BCN obteve, no exercício de 2008, resultados líquidos de 104.000 contos CVE (cerca de 944.000 Euros), o que corresponde a uma duplicação do resultado líquido obtido em 2007 (crescimento de 104%).

O desempenho obtido pelo BCN a nível dos resultados líquidos foi baseado nos seguintes contributos, apresentados em termos de variação obtida face ao exercício de 2007:

- Crescimento da margem financeira de 54%;
- Crescimento do produto bancário de 54%;
- Crescimento dos custos de pessoal de 25%;
- Crescimento dos gastos gerais administrativos de 36%;
- Crescimento do cash flow bruto de exploração de 104%;
- Crescimento das amortizações de 42%;
- Crescimento das provisões líquidas de 49%.

O BCN tem atingido níveis elevados de crescimento da sua base de proveitos, tanto na margem financeira como na margem complementar, sem descuidar o controlo da base de custos operacionais (nomeadamente, de pessoal), o que explica a evolução positiva do indicador de *cost-to-income* de 77,9% em 2007 para 67,1% em 2008.

O rácio de solvabilidade do BCN situa-se em 12%, beneficiando do aumento de capital realizado no 4.º trimestre de 2008 no valor de 200.000 contos CVE (cerca de 1,8 milhões de euros).

O rácio de crédito vencido em 2008 situa-se em 2,8%, mantendo-se em nível semelhante ao observado em 2007.

O BCN possui cerca de 25.000 clientes, dos quais 17.500 são activos, o que corresponde a uma taxa de actividade de 70%.

Em termos de volumes, a carteira de crédito bruto situa-se em 8,3 milhões de contos CVE (cerca de 75 milhões de euros), tendo esta apresentado um crescimento de 65% face ao ano anterior. A carteira de Depósitos de Clientes situa-se em 7,5 milhões de contos CVE (cerca de 68 milhões de euros), e apresentou um crescimento de 34% face ao ano de 2007.

A quota de mercado do BCN é de 12% e 8%, em termos de crédito e recursos, respectivamente.

A Rede de Agências passou de 8 para 18 no decurso de 2008, com a inauguração das Agências de Monte Sossego (em S. Vicente), Santa Maria (no Sal), S. Filipe (no Fogo), Ribeira Grande e Ponta do Sol (em Santo Antão), Terra Branca, Fazenda e Achada de Santo António/BCN *Private* na Cidade da Praia e Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos no interior da Ilha de Santiago. O BCN está presente em 6 das 9 ilhas do arquipélago, tendo passado a deter uma rede física em linha com a dos seus principais concorrentes, ganhando uma dimensão nacional.

O Centro de Empresas, instalado na Cidade da Praia, passou a ser constituído por 2 equipas de gestão de clientes. O BCN *Private*, composto por uma equipa comercial dedicada em exclusivo a servir particulares de elevado rendimento, entrou em funções nas suas instalações na Achada de Santo António.

O ano foi ainda marcado pelo lançamento de diversos novos produtos e serviços, entre os quais se destacam o *internet banking* (BCN Online), o *mobile banking* (BCN Mobile) e a Super Conta.



O BCN implementou, desde Setembro, uma nova identidade visual, que reflecte um maior alinhamento com o Grupo Banif, através da adopção da cor índigo, do logótipo “Centaurio”, do *lettering* institucional e da assinatura “a força de acreditar”, mantendo-se, contudo, a designação comercial “BCN”.

Por fim, é de destacar a alteração da estrutura accionista verificada no decurso de 2008, aquando do processo de aumento de capital, pela qual o Banif – Grupo Financeiro passou a deter 51,69% do capital do BCN.

<i>Milhares de Euros</i>			
	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	97.209	62.764	55%
Crédito Concedido Bruto	74.957	45.431	65%
Depósitos de Clientes	68.352	51.211	33%
Capitais Próprios	9.404	6.242	51%
Margem Financeira	3.972	2.584	54%
Produto da Actividade	5.425	3.517	54%
Cash Flow de Exploração	2.469	1.211	104%
Resultado Líquido	944	463	104%
ROA	1,0%	0,7%	----
ROE	10,0%	7,4%	----
Crédito Vencido / Crédito Total	2,80%	2,70%	----
Cost to Income	67,10%	77,90%	----
Número de Agências	18	8	125%
Número de Empregados	110	85	29%

NOTA: cotação em 31 Dez de 2007 = 31 Dez 2008 (currency peg existente)
1 € = 110,265 CVE

3.2.10 Banif Bank (Malta), Ltd

O Banif (Malta) iniciou oficialmente as suas operações comerciais, no mercado bancário local, em 21 de Janeiro de 2008, após intensos meses de trabalho de preparação e implementação.

Ainda em Janeiro, o Banif (Malta) conheceu uma alteração na sua estrutura de capital, a qual passou a contar com a participação de investidores locais. No total, quatro accionistas investiram, em partes iguais, um montante total de 7 milhões de euros correspondentes a 28% (7% cada). Este valor, juntamente com o reforço de participação da Banif SGPS em mais 3 milhões de euros, permitiu o aumento do capital subscrito de 15 milhões de euros para 25 milhões de euros. Dos referidos 25 milhões de euros de capital subscrito, 15 milhões de euros (60%) já se encontram integralmente realizados.

As operações iniciaram-se com a abertura da primeira Agência, no coração de St Julian's. Em linha com a estratégia de crescimento do banco, durante o ano, foram inauguradas mais três Agências, uma em Qormi, integrada no complexo comercial PAVI, uma em San Gwann e a terceira em St.Paul's Bay.



Aquando da abertura da segunda Agência, o banco participou, com enorme êxito, na feira “*Malta International Trade Fair*”, onde obteve uma assinalável notoriedade por parte do público.

Em linha com estas acções, o Banif (Malta) aumentou os seus recursos humanos, de forma a suportar o crescimento do negócio, assegurando um nível adequado de serviço no *back-office*. No final do ano, o banco contava já com 79 colaboradores.

A estratégia de crescimento assentou numa campanha de marketing desenvolvida no último trimestre de 2008, que visou o lançamento e a promoção da marca no mercado local. O êxito desta campanha viu-se rapidamente traduzido num aumento do volume de negócios do banco. A campanha foi complementada pelo lançamento da página web do Banif (Malta) e do serviço de “*internet banking*” – Banifast - disponível para ambos os segmentos, privado e empresas .

Durante o ano, o banco angariou cerca de 3.000 clientes de diferentes segmentos do mercado. Em Dezembro, atingiram-se os 2.268 clientes com depósitos, com um volume total de 21,6 milhões de euros. No que se refere ao crédito, este alcançou valores de 11,4 milhões de euros.

A nível interno, este período caracterizou-se igualmente pela preparação de uma profunda actividade de planeamento da actividade, através do qual foi delineado o plano de negócios do banco, tendo presente o impacto inicial do Banif (Malta) no mercado, estabelecendo estratégias para o crescimento da instituição.

O período que se segue deverá caracterizar-se por uma continuidade da expansão da rede de Agências e pela conclusão do pacote de serviços bancários fundamentais, designadamente, soluções personalizadas, produtos para sociedades e para a actividade empresarial, bem como um aumento da oferta na área do retalho, através de cartões de débito e de crédito, redes ATM, crédito pessoal e à habitação.

Conforme resulta do exposto, a actividade descrita consubstancia um significativo investimento, que se prevê rentabilizar no curto prazo, com o crescimento da carteira de crédito e de recursos do Banif (Malta).

Durante o exercício de 2008, o Banif (Malta) gerou apenas uma margem financeira de 552 milhares de euros. O valor líquido de serviços e comissões atingiu 60 milhares de euros. No total, estes proveitos permitiram cobrir apenas 11,8% da base dos custos operacionais (na sua grande maioria relacionados com investimentos relativos à implementação deste novo banco), os quais, incluindo a depreciação dos activos fixos e a amortização dos activos intangíveis, atingiram os 5,3 milhões de euros (dos quais 33% apenas representam custos com pessoal).

Em linha com o crescimento do crédito concedido, registado durante o período em análise, o Banif (Malta) iniciou a constituição de uma provisão colectiva para imparidade, de acordo com a política de provisionamento adoptada. No final do exercício, o valor desta provisão ascendia a 149 milhares de euros.

Os resultados do exercício, antes de impostos, traduziram-se, assim, numa perda de 4,816 milhões de euros. Tomando em consideração esta perda e a possibilidade de a vir a contrabalançar, para efeitos fiscais, com ganhos futuros nos próximos anos, foi registado um crédito fiscal diferido de 1,664 milhões de euros, de que resultou um prejuízo do exercício de 3,156 milhões de euros.

O total de activos, no final do período em análise, ascendia a 32,7 milhões de euros. A maior componente destes activos diz respeito a aplicações interbancárias, que ascendiam a 11,7 milhões de euros. Os Investimentos em activos imobilizados e activos liquidados intangíveis, antes de imparidade e amortizações, atingiram, no final do ano 4,876 milhões de euros.



	Milhares de Euros	
	2008	2007
Activo Líquido	34.307	8.477
Crédito Concedido Bruto	11.664	-
Depósitos de Clientes	22.178	2
Capital Social	15.000	9.000
Margem Financeira	552	-
Crédito Vencido / Total Crédito	0,00%	-
Produto da Actividade	625	219
Resultados Líquidos	- 3.156	- 1.226
ROA	-9,2%	-20.92%
ROE	-29,72%	-22.66%
Cost to Income	870,72%	904,11%
Número de Agências	4	-
Número de Empregados	79	18

3.2.11 Outras actividades *Off Shore* e Internacionais

A **Banif International Holdings, Ltd.** (BIH) é uma sociedade *holding* constituída nas ilhas Caimão , que possui 100% das acções ordinárias de quatro subsidiárias: Banif Finance (USA), Corp. (BFUSA), anteriormente designada como Banif Mortgage Company, com uma participação financeira de US\$9.030.019; Banif Financial Services, Inc. (BFS), (US\$353.346); Banif Trading, Inc (BT), (US\$213.968) e Banif Forfaiting Company (BFC), (US\$346.350).

Importa referir que a situação líquida da BFUSA, acima referida, ja traduz o resultado da fusão da Banif Mortgage Company com a Banif Forfaiting (USA), Inc. a qual teve lugar em 2008.

A BIH detém também no Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA, uma posição accionista de 10% do seu capital, com um valor contabilístico de US\$7.621.100.

O objecto da BIH consiste na gestão das participações no capital das suas subsidiárias, para que estas possam desenvolver os respectivos negócios, responder às suas obrigações financeiras e cumprir todos os requisitos regulamentares, de acordo com as licenças e jurisdições em que desenvolvem as suas actividades.

A BIH e todas as suas subsidiárias estão sujeitas a auditorias anuais independentes e a apresentar demonstrações financeiras auditadas, de acordo com o US GAAP, por um contabilista oficial independente e devidamente certificado.

Durante 2008, o capital social da sociedade foi aumentado de USD 8.513.105 para USD 12.135.384.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Expresso em milhares de dólares



	2008	2007	Variação 2008/2007 %
Activo Líquido	23,296	18,575	+25%
Capitais Próprios	16,333	13,952	+17%
Proveitos Totais	2,141	4,141	-48%
Resultado Líquido	-390	2,990	-113%

A **Banif Trading, Inc.** (BT) foi constituída no Estado da Flórida (EUA), em Novembro de 2006 e recebeu aprovação da sua licença de *Broker Dealer* por parte da FINRA (NASD) em Maio de 2008. Apesar de não estar ainda completamente operacional, esta empresa actuará como correctora do Grupo para os clientes do Banif nas Américas, em especial para operações de *Trade Finance*.

Os dados financeiros relativos a 2008 reflectem apenas a contribuição inicial de capital de USD 350.000 por parte da empresa mãe, a Banif International Holdings, Ltd. e os custos acumulados, até à data, durante o processo de candidatura e aprovação da sua licença de *Broker Dealer*.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Expresso em milhares de dólares

	2008	2007	Variação 2008/2007 %
Activo Líquido	\$ 218	\$ 312	-30%
Capitais Próprios	214	303	-29%
Proveitos Totais	0	0	n/a
Resultado Líquido	-89	-47	91%

A **Banif Forfaiting Company, Ltd** (BFC), empresa constituída nas Bahamas em Novembro de 2005, iniciou a sua actividade durante o segundo trimestre de 2007. A BFC fornece apoio adicional às operações de *trade finance* do Grupo. Especificamente, conserva nos seus livros uma carteira de instrumentos de *trade finance* (letras, promissórias, aceites, etc) para posterior venda/distribuição a terceiros.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Expresso em milhares de dólares

	2008	2007	Variação 2008/2007 %
Activo Líquido	30,782	6,265	+391%



Capitais Próprios	346	283	+22%
Proveitos Totais	953	152	+525%
Lucro Líquido	63	33	+92%

4. BANCA DE INVESTIMENTO

4.1 BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, SA

No cômputo global, e apesar da adversidade da conjuntura económica e financeira, o ano saldou-se por um desempenho positivo do Banif - Banco de Investimento, S.A. (Banco de Investimento) com o produto bancário a crescer de 16,0 para 20,8 milhões de euros permitindo que o resultado líquido chegasse a 1,28 milhões de euros, 35% acima do ano anterior.

Em termos do conjunto de empresas da banca de investimento o produto bancário cresceu de 24,2 para 31,3 milhões de euros elevando o resultado líquido de 1,33 para 3,04 milhões de euros. Desta forma, o ROE cresceu para 5,42% e o *Cost-to-Income* desceu para cerca de 77%.

À semelhança do que se passou na generalidade do sector, também o Banif Grupo Financeiro foi forçado a gerir dinamicamente o seu posicionamento estratégico na banca de investimento em face das alterações de enquadramento comentadas no capítulo sobre o ambiente macroeconómico.

Assim, mantendo o seu foco estratégico em Portugal, Espanha e Brasil, o Grupo iniciou, na segunda metade do exercício, um processo de redução da capacidade instalada nos Estados Unidos e no Reino Unido, como reflexo directo das dificuldades de enquadramento sentidas nesses mercados.

O Banco de Investimento manteve o seu papel nuclear na arquitectura do Banif - Grupo Financeiro, desenvolvendo directamente as actividades de Mercado de Capitais (vendas, carteira própria, estruturação, securitização), *Advisory & Structured Finance*, *Corporate Banking*, Crédito e *Private Banking* e indirectamente, através das suas participadas, as actividades de gestão de fundos de investimento (mobiliários, imobiliários e de pensões) e de capital de risco.

Nas actividades de Mercado de Capitais, merece destaque a gestão de risco do *portfolio* de títulos, procurando imunizar o balanço das flutuações do *mark-to-market* e também o bom nível de facturação das áreas de vendas, estruturação e securitização. Na estruturação concluíram-se dez operações, num total de 310 milhões de euros, e na securitização fecharam-se três operações de RMBS totalizando 1.320 milhões de euros.

As carteiras de negociação mantiveram um perfil de baixa exposição ao longo do exercício, particularmente em acções, enquanto a carteira a *fair value* perdia expressão a favor de *available for sale*, *held to maturity* e *loans & receivables* na sequência das alterações contabilísticas introduzidas no final do 3.º Trimestre. No lado do *funding*, é importante realçar o aumento de capital de 10 milhões de euros subscrito e realizado no exercício, bem como o continuado reforço do papel dos depósitos no financiamento do activo.

Na área de *Advisory & Structured Finance* o Banco de Investimento beneficiou do posicionamento que vem construindo no mercado, tendo realizado um conjunto de trabalhos de assessoria financeira materializado num significativo aumento da facturação. Merecem destaque os mandatos angariados junto do Grupo Soares da Costa, Somague Itiniere, Levap e TAP.



Apesar de directamente afectada pela desvalorização abrupta de preços nos mercados de acções e dívida verificada ao longo de 2008, a área de *Asset Management* cresceu em activos sob gestão, mercê da conquista de um mandato para a gestão da carteira de títulos da Companhia de Seguros Açoreana, S.A.. É também de realçar o crescimento da quota de mercado da Banif Gestão de Activos por via do posicionamento da empresa no segmento de Alternativos e de uma exposição relativamente elevada aos activos imobiliários. Na gestão de fundos de pensões há que registar uma redução dos activos sob gestão em 6,6%, fruto da conjuntura dos mercados e, numa nota mais positiva, a constituição de um fundo de pensões aberto, com duas dezenas de adesões colectivas.

O *Corporate Banking* desenvolveu ao longo de 2008 um laborioso plano de trabalho em articulação com os Centros de Empresa do Banif. Focalizada na acção junto do cliente, a actividade de *Corporate Banking* traduziu-se no levantamento de oportunidades subsequentemente materializadas na área de *Advisory & Structured Finance* e Mercado de Capitais e na obtenção de negócio directo de assessoria junto de clientes corporate e PME.

Adjacente às actividades de banca de investimento, a actividade creditícia cresceu a par da angariação de mandatos de assessoria, ainda que a menor ritmo, fazendo avançar a carteira do Banco de Investimento de 207 milhões de euros em Dezembro de 2007 para 262 milhões de euros no final de 2008. A carteira mantém as suas características de forte colateralização, predominantemente através de primeira hipoteca de activos imobiliários.

O exercício de 2008 caracterizou-se também por uma maior morosidade na carteira de crédito, acompanhada pelo crescimento das provisões (que reflecte, paralelamente e na sua maior parte, uma provisão específica para a exposição em risco de contraparte sobre o banco norte-americano Lehman Brothers de 2.158 milhares de euros).

Expresso em milhares de euros

<u>Contas Individuais</u>	31-12-2008	31-12-2007	Variação %
Activo Líquido	931.446	672.997	+38,4%
Capitais Próprios	45.436	36.227	+25,4%
Produto Bancário	20.806	16.001	+30,0%
Cash-Flow	6.142	1.947	+215,4%
Resultado do Exercício	1.277	946	+35,0%
ROA	0,16%	0,14%	-
ROE	2,81%	2,61%	-
Cost-to-Income	74,58%	92,88%	-
Rácio de Solvabilidade	11,30%	9,20%	-

Expresso em milhares de euros

<u>Contas Consolidadas</u>	31-12-2008	31-12-2007	Variação %
Activo Líquido	927.345	673.516	+37,7%
Capitais Próprios	56.115	45.135	+24,3%
Produto Bancário	31.264	24.213	+29,1%
Cash-Flow	8.278	3.624	+128,4%



Resultado do Exercício	3.043	1.327	+129,2%
ROA	0,38%	0,20%	
ROE	5,42%	2,98%	-
Cost-to-Income	76,78%	88,90%	-

Os principais elementos caracterizadores do desempenho do Banco de Investimento em 2008, por actividade, foram os seguintes:

a. Corporate Finance

Para o Banco de Investimento, 2008 foi o ano de afirmação como *player* de relevo na assessoria financeira em processos de Fusões & Aquisições em Portugal. Este ano foi também de estabilização e consolidação da equipa da Direcção de *Corporate Finance*, que se traduziu positivamente, não só no incremento expressivo do número de projectos em que a Direcção esteve envolvida, mas sobretudo na melhoria da qualidade do trabalho executado e no cumprimento mais rigoroso dos prazos de execução acordados com os clientes.

Entre os projectos em que a Direcção de *Corporate Finance* esteve envolvida, salientam-se as seguintes operações:

- Assessoria à Madre, S.G.P.S., S.A. na aquisição da empresa Acesso4 – Comércio e Aluguer de Equipamentos de Elevação, Lda e dos activos da empresa Elevação Europeia – Plataformas Hidráulicas, Lda;
- Avaliação económico-financeira da AMAL – Construções Metálicas, S.A.;
- Assessoria ao consórcio liderado pela Fomentinvest no concurso com vista à potencial aquisição da Aquapor – Serviços, S.A.;
- Assessoria ao Banif-Grupo Financeiro na tomada de uma participação maioritária em conjunto com um consórcio de bancos nacionais no capital da SdDH – Sociedade Portuguesa de Handling, S.A.;
- Assessoria à EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A na avaliação económico-financeira das suas participadas EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica S.A., Edisoft - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A. e Empordef - Tecnologias de Informação, S.A.;
- Assessoria ao Grupo Soares da Costa na aquisição da empresa Prince Contracting Co. Inc. no Estado da Florida nos E.U.A.;
- Avaliação económico-financeira da Cespú – Serviços de Saúde, S.A.;
- Avaliação económico-financeira do Grupo Mesquita e elaboração de um plano de reestruturação financeira;
- Assessoria ao Grupo Mesquita na alienação das participações nas concessões rodoviárias do Agrupamento AEONOR, a qual foi formalizada em Janeiro de 2009;
- Assessoria aos accionistas maioritários do Grupo Finançor na aquisição de 32,75% do capital da Finançor S.G.P.S., S.A.;



b. Project Finance

Durante o ano de 2008, a Direcção de *Project Finance* viu consolidado o seu posicionamento como área de negócio estratégica do Banco de Investimento, por via da estruturação e tomada firme de importantes operações de financiamento estruturado e da prestação de relevantes assessorias financeiras a clientes de referência no desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas e *Project Finance* para projectos de infra-estruturas e de energias renováveis.

Na vertente de assessoria financeira, a Direcção de *Project Finance* desenvolveu os seguintes mandatos:

- Assessoria aos agrupamentos liderados pela Somague Itinere na apresentação de propostas para os concursos públicos internacionais para as subconcessões rodoviárias denominadas Douro Interior, Baixo Alentejo e Baixo Tejo. As referidas subconcessões rodoviárias fazem parte de um pacote de onze concessões de auto-estradas inseridas no Plano Rodoviário Nacional;
- Assessoria ao Agrupamento liderado pela Edifer e pela Opway, no âmbito do concurso público para a PPP do novo Hospital de Angra do Heroísmo nos Açores;
- Assessoria ao Governo da Região Autónoma da Madeira, na análise de viabilidade de modelos de negócio alternativos para um projecto de infra-estruturas;
- Assessoria à LIPOR no âmbito do processo de selecção de um parceiro privado para o desenvolvimento de um novo aterro sanitário na Póvoa do Varzim.

Na vertente de financiamento estruturado, destaca-se a participação no financiamento concedido à Northwest Parkway, concessionária norte-americana detida pela Brisa, os financiamentos ao Grupo Soares da Costa na aquisição de uma empresa de construção nos Estados Unidos e no âmbito de uma concessão rodoviária na Costa Rica. Por último, destaca-se a participação como *Mandated Lead Arranger* na estruturação do financiamento ao Grupo Magnum Capital para aquisição do Grupo Farma APS/ Generis, operação concluída já em Janeiro de 2009.

Adicionalmente, a Direcção de *Project Finance* esteve ainda envolvida na análise da estruturação de vários financiamentos no sector das energias renováveis, nomeadamente em projectos de energia solar fotovoltaica, energia eólica e biomassa.

c. Mercado de Capitais

c.1 Mercado Primário de Dívida

No decorrer do ano de 2008, e não obstante a conjuntura adversa que se viveu, o Banco manteve actividade na área de Mercado de Capitais – Dívida ao nível de anos anteriores, tendo participado na estruturação e colocação de 11 transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 537 milhões de euros.

No âmbito do Programa de *Asset Backed Securities* do *Trade Invest Limited* e *Euro Invest Limited*, no qual o Banco actua como *arranger*, foram efectuadas diversas emissões que totalizaram um montante global de cerca de 71 milhões de euros.

No segmento de produtos estruturados, refere-se a colocação privada de duas emissões do Banif (Cayman), num montante de cerca de 10 milhões de euros, indexadas à *performance* de um cabaz de acções do sector financeiro e a risco de crédito de um cabaz de entidades brasileiras. De salientar que



se constatou uma menor receptividade dos investidores para este tipo de instrumentos financeiros, essencialmente por uma maior aversão ao risco associado ao ambiente instável vivido nos mercados.

No âmbito da política de captação de recursos para o Banif Grupo Financeiro, foram efectuadas diversas operações nomeadamente: uma emissão de obrigações de caixa subordinadas para o Banif no montante de 25 milhões de euros, uma emissão de acções preferenciais perpétuas para o Banif Finance Ltd. no montante de 25 milhões de euros e uma emissão de obrigações da Banif SGPS no montante de 50 milhões de euros através do lançamento de uma Oferta Pública de Distribuição para o público em geral. De referir, igualmente, a liderança e estruturação de uma emissão de obrigações, por via de uma Oferta Pública de Distribuição para o público em geral, para a Rentipar Financeira SGPS, S.A. no montante de 100 milhões de euros.

No respeitante ao mercado primário de dívida internacional para emitentes brasileiros, refira-se que, no 1.º semestre e aproveitando uma “janela” de mercado, o Banco de Investimento foi convidado a assumir o estatuto de *Co-Manager* de uma emissão do Banco Industrial e Comercial, S.A. (“BIC Banco”) no montante de 130 milhões de dólares, tendo também participado na qualidade de *Joint-Lead Manager* no âmbito de uma reabertura de outra emissão deste mesmo emitente no montante de 50 milhões de dólares. De salientar, ainda, o envolvimento do Banco de Investimento como *Co-Manager* no sindicato de uma emissão do Banco Pine, S.A. no montante de 150 milhões de dólares.

c.2 Mercado Primário de Acções

No segmento de Mercado de Capitais - Acções (primário), o Banco de Investimento foi convidado a assumir o estatuto de *Co-Manager* do sindicato de colocação na oferta de retalho do IPO da EDP Renováveis, S.A.. Refira-se ainda a liderança conjunta da operação de colocação de 50 milhões de acções da Banif SGPS integrada na operação de aumento de capital social desta última, de 250 milhões de euros para 350 milhões de euros.

c.3 Securitização

Conforme mencionado anteriormente, 2008 foi marcado por uma crise financeira sem precedentes, a qual afectou significativamente as instituições financeiras ao nível da sua capacidade de captação de recursos no mercado de capitais e monetário. Num contexto de enorme volatilidade e apreensão por parte dos agentes económicos, o Banco Central Europeu desempenhou um papel determinante, disponibilizando liquidez ao mercado, contra a absorção de obrigações Titularizadas que respeitassem os critérios definidos. O Grupo Banif seguiu a prática de mercado durante o ano de 2008, tendo Titularizado cerca de 1.300 milhões de euros de créditos imobiliários, através da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Gamma”) nos seguintes termos:

- I. Em Março, foi efectuada uma operação denominada Atlantes Mortgage No.2, no montante de 375 milhões de euros, cujo activo subjacente compreendeu créditos imobiliários originados pelo Banif. Esta operação recebeu *rating* AAA por parte das agências Standard & Poors e Moody's.
- II. Em Julho, o Banif – Grupo Financeiro concretizou uma segunda operação de Titularização, envolvendo créditos imobiliários originados nos Açores pelo Banif Açores. O montante desta transacção, denominada Azor Mortgages No.2, ascendeu a 300 milhões de euros e as obrigações emitidas contaram com *rating* AAA da Standard & Poors.
- III. Em Outubro, o Banif - Grupo Financeiro concluiu uma nova operação de Titularização, envolvendo créditos imobiliários originados pelo Banif no Continente e na Região Autónoma da Madeira. No âmbito desta transacção, denominada Atlantes Mortgage No.3, foram emitidas obrigações num montante global de aproximadamente 600 milhões de euros. A Standard &



Poors foi a agência envolvida, tendo atribuído um *rating* AAA à classe mais sénior de obrigações emitidas.

No total, as operações de Titularização do Banif - Grupo Financeiro ascendiam, em 31 de Dezembro, a aproximadamente 1.550 milhões de euros, dos quais 1.320 milhões de euros correspondem a obrigações emitidas pela Gamma.

Nesta mesma data, a Gamma registava um activo líquido total individual de 1.463 milhões de euros, capitais próprios de 1,7 milhões de euros e um resultado líquido de 51,1 milhares de euros:

<i>Expresso em milhares de euros</i>			
	31/12/2008	31/12/2007	Variação %
Activo Líquido	1.462.994	146.503	898,6%
Capitais Próprios	1.757	596	194,7%
Resultado do Exercício	51	17	196,4%

c.4 Carteira Própria

Ao longo de 2008, observou-se uma tendência generalizada de desvalorização de grande parte dos activos financeiros, um aumento da volatilidade dos principais índices de acções e dívida e uma redução substancial do nível de liquidez do sistema financeiro. Este conjunto adverso de factores foi agravado em Setembro, na sequência da falência do banco de investimento *Lehman Brothers*. Neste contexto, o Banco de Investimento adoptou um perfil conservador na tomada de posições para a carteira própria, nomeadamente anulando a exposição a acções e limitando o posicionamento da componente de dívida corporativa e estruturada a um investimento de carácter mais permanente. No seguimento deste processo, os activos representativos de dívida corporativa e estruturada, assumidos em exercícios anteriores e cujo valor fundamental se espera manter inalterado mesmo num cenário adverso, foram reclassificados e transferidos para *portfolios* de *held-to-maturity*, *loans & receivables* e *available for sale* pelo valor de 105.798 milhares de euros.

c.5 Carteira de Vendas de Obrigações

No segmento de mercado secundário, o volume de títulos transaccionados rondou os 2,5 mil milhões de euros, um valor inferior ao registado no ano anterior devido à conjuntura desfavorável vivida no sector da dívida em geral. Tendo presente que a intermediação da dívida brasileira é um dos negócios de referência do Banco de Investimento, o *upgrade* da notação de *rating* da República Federativa do Brasil para o estatuto de *Investment Grade* pela agência de *rating* *Standard&Poors* constituiu um factor positivo na abertura de novas contas de clientes e, consequentemente, no alargamento da base de investidores, quer domésticos, quer internacionais.

c.6 Mercado Secundário de Acções

A perda de confiança dos investidores fez de 2008 um ano particularmente negativo para as bolsas mundiais. A Euronext Lisboa não foi excepção, tendo registado uma redução no valor transaccionado de cerca de 45% e visto o seu índice de referência, PSI20, perder mais de 50%.

Esta conjuntura adversa afectou particularmente a área de intermediação de acções, que sofreu uma queda significativa no volume de negócios de cerca de 28%, porém aquém da descida evidenciada pela Euronext Lisboa (-45%). Apesar deste enquadramento, o Banco de Investimento manteve um



forte empenho no suporte/consolidação do negócio de acções Ibéricas, em Portugal e no estrangeiro, através das mais variadas iniciativas. Assim, além dos vários *roadshows* organizados durante o ano, dos quais se destacam as apresentações da Petrobras, da Galp e da Zon, o Banco foi igualmente patrocinador nacional exclusivo de dois Encontros de Investidores no estrangeiro – o MidCap Paris (Setembro) e o Midcap Londres (Dezembro). Estes eventos reuniram cerca de 70 investidores institucionais e 190 empresas, entre as quais 19 empresas cotadas portuguesas. Estas iniciativas, aliadas ao serviço de *Research* e Vendas, deverão contribuir para reforçar a posição competitiva do Banco de Investimento aquando de uma melhoria das condições do mercado. No âmbito do contrato de liquidez em vigor, o Banco de Investimento intermediou 2.536.420 acções da Banif SGPS.

d. Crédito

A carteira de crédito do Banco aumentou durante o ano de 207 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2007, para 262 milhões de euros no final de 2008, cerca de +27%. Parte substancial deste aumento deriva da concretização de várias operações de *corporate* e *project finance*.

Face à depreciação acentuada dos mercados accionistas, assistiu-se à liquidação da maior parte dos empréstimos para aquisição de títulos. A respectiva carteira assume agora valores pouco expressivos.

Também as perspectivas mais desfavoráveis para o mercado imobiliário, levaram a que a Direcção de Crédito tenha sido mais selectiva na proposta de novos investimentos e centrado a sua actuação no apoio aos actuais clientes e aos Fundos de Investimento Imobiliário geridos pela Banif Gestão de Activos.

Reforçaram-se os mecanismos de acompanhamento dos créditos em curso, monitorização das garantias e dos vários *covenants* bem como dos instrumentos utilizados na análise de risco.

Em linha com o encarecimento dos custos de *funding* e uma percepção acrescida do risco, os *spreads* praticados sofreram ao longo do ano um ajustamento gradual.

e. Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos foi desenvolvida pelo Banco de Investimento, na gestão de patrimónios de Clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos, nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e pela Banif Açor Pensões, nos fundos de pensões.

Em 2008 a estratégia de negócio na Área de Gestão de Activos assentou nos seguintes eixos prioritários:

- Minimizar o impacto, sobre os patrimónios dos fundos e sobre os proveitos da sociedade, da conjuntura extremamente negativa que afectou os mercados financeiros ao longo do período;
- Potenciar e estreitar o relacionamento com o Banif – Grupo Financeiro, de modo a preservar o mais possível as taxas de penetração destes produtos junto dos Clientes do Grupo;
- Reforçar a penetração no segmento dos investidores institucionais exteriores ao Banif – Grupo Financeiro, de modo a potenciar as aplicações desses investidores em fundos de investimento e em serviços de gestão integrada de patrimónios;

Em 31 de Dezembro de 2008 a Área de Gestão de Activos em Portugal administrava um volume total de activos de 1.860,5 milhões de euros, que compara com 1.408,0 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007, o que consubstancia um acréscimo de 32,1%. O grande contributo para esta evolução extremamente positiva resultou do mandato atribuído em Setembro pela Companhia de Seguros Açoreana para a gestão dos seus activos mobiliários.



e.1 Banif Gestão de Activos (Fundos de Investimento Mobiliário, Imobiliário e Fundos Especiais de Investimento)

Atendendo aos vectores estratégicos traçados para a Área de Gestão de Activos, a Banif Gestão de Activos continuou a colocar o acento tónico na promoção de um leque de fundos adequado aos objectivos dos diversos perfis de clientes e ao interesse comercial por eles suscitado, bem como no reforço do relacionamento com as redes de colocação dos seus fundos. Neste contexto, tem sido colocado especial foco na diferenciação e no valor acrescentado dos fundos de investimento geridos.

Em 31 de Dezembro de 2008, o volume de activos sob gestão cifrava-se em 914 milhões de Euros, o que representou um decréscimo de 20% relativamente ao valor gerido no final de 2007, ainda assim bastante menor do que a quebra de aproximadamente 30,8% registada pelo sector em Portugal. Neste contexto, a quota de mercado da Banif Gestão de Activos, que se situava nos 3,2 % em Dezembro de 2007, aumentou para cerca de 3,6% no final do exercício.

No que diz respeito aos fundos mobiliários os activos geridos passaram de 415 milhões de euros no final de 2007 para 217,7 milhões de euros no final de 2008 (47,6% de diminuição), ao passo que os fundos imobiliários evoluíram de 727,3 para 696,3 milhões de euros, no mesmo período, o que representou um decréscimo de 4,3%. Os activos geridos em fundos especiais passaram de 255,4 para 155,5 milhões de euros, ou seja, um decréscimo de 39,1%.

O contexto negativo de mercados não foi propício ao lançamento de novos fundos de investimento. Não obstante esse enquadramento adverso, deve-se realçar o aumento de capital de cerca de 48 milhões de euros efectuado no fundo Luso Carbon Fund - FEI, o qual, tendo reforçado o valor dos activos geridos para aproximadamente 80 milhões de euros, solidifica o posicionamento deste fundo junto dos principais investidores institucionais portugueses. Por outro lado, procedeu-se a um novo aumento do capital do fundo de investimento imobiliário Banif Property - FEIIF, no valor de cerca de 15 milhões de euros.

No que respeita a novos fundos, foi constituído, em Maio, o Banif Gestão de Retorno Absoluto-FEI, o qual foi, no entanto, condicionado pela conjuntura adversa dos mercados e das estratégias de retorno absoluto.

A sociedade conseguiu manter níveis elevados de quotas de mercado nos Fundos Especiais de Investimento e nos Fundos Imobiliários, com respectivamente, 8,6% e 6,5% no final do exercício.

Apesar do enquadramento muito desfavorável, a sociedade conseguiu manter estáveis os proveitos e o resultado líquido em 2008, comparativamente a 2007. Com efeito, os proveitos aumentaram cerca de 1 % e o resultado líquido – 3,26 milhões de euros - evidenciou uma ligeira quebra (5,6 %), continuando a apresentar um retorno muito apreciável sobre os capitais próprios investidos de cerca de 10 milhões de euros.

Expresso em milhares de euros

	<i>31/12/2008</i>	<i>31/12/2007</i>	<i>Variação %</i>
Activo Líquido	16.694	13.595	+22,8%
Capitais Próprios	10.093	9.832	+2,7%
Resultado do Exercício	3.261	3.453	-5,6%



e.2 Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)

A Banif Açor Pensões tem vindo a desenvolver uma actividade comercial intensa, a qual permitiu a obtenção da adesão colectiva/mandato de gestão da Banif Go aos 3 fundos de pensões abertos de comercialização conjunta que a sociedade lançou no exercício, a constituição do fundo aberto ONEBIZ, com 19 adesões colectivas/mandatos de gestão iniciais, e do fundo de pensões fechado FINVEN.

O volume de activos sob gestão passou de 264,7 milhões de euros no final de 2007 para 247,1 milhões no final de 2008, o que representou um decréscimo de 6,6%.

O Resultado Líquido obtido pela Sociedade, afectado pela redução dos respectivos resultados de operações financeiras, cifrou-se em 126 milhares de euros, contra 162 milhares em 2007.

<i>Expresso em milhares de euros</i>			
	31/12/2008	31/12/2007	Variação %
Activo Líquido	4.041	3.630	+11,3%
Capitais Próprios	3.662	3.536	+3,6%
Resultado do Exercício	126	162	-22,3%

e.3 Banif Investimento (Gestão de Patrimónios)

Na actividade de Gestão de Patrimónios destaca-se o aumento significativo de activos sob gestão, decorrentes da obtenção do referido mandato da Companhia de Seguros Açoreana.

O Banif Investimento detinha, em 31 de Dezembro de 2008, um total de activos sob gestão de 946,5 milhões de euros, contra os cerca de 265,7 milhões de euros em 2007, registando, assim, um crescimento de 256,2% no período.

f. Corporate Clients

A Direcção de *Corporate Clients* tem como missão a originação proactiva de negócios junto de empresas, outras entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do Banco de Investimento e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os clientes, contribuindo para o reforço da dimensão e posição competitiva do Banif - Grupo Financeiro.

Durante o ano de 2008 a Direcção de *Corporate Clients* foi responsável pela apresentação de mais de 60 propostas junto de clientes e pela angariação de 23 importantes mandatos de assessoria financeira e de 5 importantes operações de financiamento. Para além das 17 propostas presentemente em análise junto de clientes diversos, é de destacar a média de 4 reuniões semanais por *Corporate Banker* ao longo do ano, que permitiram o estabelecimento de importantes contactos junto de empresas e grupos financeiros de referência nacionais e que deverão permitir a criação de relacionamentos de longo prazo que se deverão materializar durante os próximos anos.

g. Private Equity

A Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. é, actualmente, a principal sociedade de capital de risco do Banco de Investimento e o veículo fundamental para concretizar a sua actividade de



Private Equity. No final do ano de 2008, a Banif Capital geria dois Fundos de Capital de Risco, num valor total de capital de 9 milhões de euros: o Fundo de Capital de Risco CAPVEN – Banif Capital e o Fundo de Capital de Risco Madeira Capital.

Durante o ano de 2008 verificou-se um abrandamento da actividade de *Private Equity*, registando-se a tomada de uma participação no valor de 33,4%, através do Fundo de Capital de Risco CAPVEN, na Astrocolor – Impressores Internacionais, S.A., empresa da área de impressão.

O ano de 2008 foi igualmente marcado pela liquidação dos Fundos New Early Stage Fund e New Family Companies Fund, ocorrida durante o 1.º semestre.

O Banco de Investimento detém uma participação de 10% no Fondo GED Sur F.C.R., especializado em investimentos na zona sul da Península Ibérica. No final do ano de 2008, este Fundo contava com um capital comprometido de 49 milhões de euros e realizado de 11,3 milhões de euros (23% do total de capital comprometido). Até à data, o Fundo realizou dois investimentos nas empresas Asijara Sur – Cellulem Block (estética) e Serlima Services (lavandaria e gestão industrial).

<i>Expresso em milhares de euros</i>			
<u>Contas Individuais</u>	31-12-2008	31-12-2007	Variação %
Activo Líquido	2.229	2.181	+2,2%
Capitais Próprios	558	670	-16,8%
Resultado do Exercício	-119	-300	-60,3%

h. Direcção Internacional

A Direcção Internacional foi criada em 2008 e tem como missão potenciar a actividade internacional do Banco de Investimento, replicando as suas competências em mercados internacionais e catalizando a capacidade de criação de valor pela presença internacional do Banif - Grupo Financeiro. Esta Direcção desenvolve a sua actividade actuando como *Cross Border Sponsor* de transacções das diferentes áreas do banco, bem como da Banif Gestão de Activos, estabelecendo e aprofundando o relacionamento com instituições financeiras internacionais (tais como fundos soberanos e de pensões, bancos multilaterais de desenvolvimento, fundos de *private equity* e *hedge funds*), com o objectivo de aumentar a capacidade de sindicância de transacções de *Project e Leverage Finance* e diversificar as fontes de financiamento do Banif – Grupo Financeiro.

Apesar de ter iniciado a sua actividade muito recentemente, a Direcção Internacional originou e executou transacções com instituições financeiras multilaterais tais como o European Bank for Reconstruction and Development e o International Finance Corporation (World Bank), originou diversos projectos de energias renováveis para os fundos geridos pela Banif Gestão de Activos e estabeleceu acordos de cooperação que permitiram aceder a mercados em que o Banif - Grupo Financeiro não está presente, tais como a Índia e a Rússia.

i. PMEs

A Direcção de PMEs tem como missão a execução de mandatos de assessoria financeira e a estruturação de financiamentos na área das pequenas e médias empresas (“PMEs”).

O ano de 2008 foi o primeiro ano de actividade desta Direcção, que está primordialmente direccionada para a oferta de soluções *tailormade* para a base de clientes dominante do Banif.



Não obstante, apesar de recente, a Direcção de PMEs teve sob sua execução 8 mandatos de assessoria financeira em diversas valências, onde se incluem avaliação de empresas, *management buy-out*, estruturação de financiamentos, reestruturações de dívida, colocação de capital (*sell-side*), etc.

A integração com o Banif, quer com as estruturas comerciais, nomeadamente com os Centros de Empresas espalhados pelo país, quer com as estruturas de análise e decisão de risco, foi fundamental para os resultados atingidos.

4.2 A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha

A actividade de Banca de Investimento do Banif – Grupo Financeiro é coordenada pelo Banco de Investimento e abrange a actividade desenvolvida nos Estados Unidos da América (Nova Iorque e Miami) pela Banif Securities, Inc e, no Brasil, pelo Banif BI (Brasil) e suas participadas, a que acresce a actividade desenvolvida em Espanha pelo Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime), no qual o Grupo detém uma importante participação.

4.2.1 Banif Securities, Inc.

Ao longo do ano de 2008, a Banif Securities, Inc., sociedade de corretagem especializada na negociação de acções e de títulos de dívida de emitentes latino-americanos, foi fortemente afectada por condições adversas de mercado, registando um prejuízo de 3,1 milhões de dólares.

Neste sentido, tendo em consideração que há uma forte probabilidade do actual ciclo económico recessivo se dilatar no tempo e de provocar alterações estruturais e profundas no negócio de intermediação, entendeu-se que seria adequado implementar um plano de reestruturação para esta unidade de negócio.

Esta iniciativa será centrada, no plano operacional, na redução de custos, na diminuição de efectivos e na concentração das operações no escritório de Miami (descontinuando a presença em Nova Iorque). No plano estratégico, pretende-se dar início a uma total integração desta empresa no universo do Banif BI (Brasil), abrangendo não só a gestão como também a própria estrutura accionista.

4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA

Com o aumento da incerteza no mercado internacional, a instituição diminuiu a actividade de *trading* e concentrou os esforços na venda de derivativos para clientes e na estruturação de operações com garantias reais.

O ano de 2008 caracterizou-se pelo aumento da procura pelos clientes, de operações de protecção para as suas dívidas e receitas. O resultado da Mesa de “Sales” aumentou 21% quando comparado com o ano de 2007. O bom desempenho pode ser atribuído não só ao crescimento da carteira de derivativos mas também à excelência na assessoria aos clientes nas suas tomadas de decisão. Com a contínua desvalorização do Real no 2.º semestre, muitas empresas optaram por diminuir a exposição ou transformar as suas operações de derivativos noutras modalidades de crédito, ainda num patamar bastante atraente.

Na área de Operações Estruturadas e Agronegócio, o Banif BI (Brasil) destacou-se na originação e parceria com outras instituições financeiras, na qualidade de originadores de créditos do agronegócio, possibilitando a emissão de Letra de Crédito do Agronegócio, título este que, no último semestre superou globalmente a marca de R\$ 4,5 mil milhões em stock na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).



No final do ano existia no mercado um total de activos estruturados de aproximadamente R\$ 138 milhões, mantendo-se o volume da carteira de 2007.

Por fim, destaca-se o aumento expressivo dos clientes de *Private Banking* na procura de papéis lastreados por títulos do agronegócio, o qual contribuiu para a redução do custo de captação do Banif BI (Brasil).

Ao longo do ano de 2008 observaram-se várias operações de emissão de dívida externa nas quais a área de Renda Fixa Internacional do Banif BI (Brasil) participou como coordenador. Foram três emissões ligadas ao sector bancário, das quais duas delas com o BIC Banco, no valor total de US\$ 180 milhões em parceria com os Bancos Votorantim e BB Securities e a terceira com o Banco Pine, no valor total de US\$ 150 milhões, em parceria com os Bancos HSBC e Credit Suisse.

Durante o exercício de 2008, a área de mercado de capitais estruturou três novos Fundos de Investimento em Participações: o FIP Amazônia Energia II, que prevê investimentos da ordem de R\$ 550 milhões, o FIP Banif Real Estate Brasil, com o capital previsto de R\$ 100 milhões e o Fundo de Investimento em Participações Brazil Growth and Development, com o capital previsto de R\$ 257 milhões. Também foi estruturada uma nova emissão no valor de R\$ 10 milhões para o FIP Banif Real Estate.

Ainda em 2008, o Banif BI (Brasil) foi coordenador de três emissões de debêntures: Klabin Segall S.A., no montante de R\$ 230 milhões; Unidas S.A., no montante de R\$ 250 milhões; e Trisul S.A., no montante de R\$ 200 milhões, todas já liquidadas.

No segundo semestre de 2008, o Banif BI (Brasil) fez uma aposta na área de *Corporate Finance*, com a contratação de uma equipa exclusivamente dedicada à prestação de serviços de assessoria financeira a empresas, designadamente em processos de fusões e aquisições, avaliações financeiras e consórcios em processos licitatórios.

De entre os trabalhos desenvolvidos no período, destacam-se a avaliação de participações accionistas detidas pela Fundação Atlântico de Seguridade Social e a assessoria ao Consórcio Auto Rondon na preparação de proposta para concessão rodoviária, parte do 2.º lote de concessões do Estado de São Paulo.

No ano de 2008 a área de *Private Equity* realizou, junto dos Fundos de Pensão, a captação de dois fundos: o FIP Caixa Ambiental, em parceria com a Caixa Econômica Federal e o FIP Brasil de Governança Corporativa, em parceria com o Banco do Brasil.

O FIP Caixa Ambiental é um fundo de R\$ 400 milhões voltado para investimentos em saneamento ambiental, onde serão realizados investimentos na ordem de R\$ 80 milhões cada. Seus investidores são os Fundos de Pensão Previ, Petros, Funcef, Banesprev, Infraprev e Ceres, além dos investidores BNDESPAR, CEF, CNP, Caixa Seguros e o próprio Banif BI (Brasil).

O FIP Brasil de Governança Corporativa é um fundo de R\$ 600 milhões de capital comprometido, voltado para empresas em estágio pré-IPO de qualquer segmento, com facturação entre R\$ 200 milhões e R\$ 800 milhões, nas quais serão realizados investimentos na ordem de R\$ 100 milhões cada. Como investidores, conta-se com os Fundos de Pensão Previ, Petros, Funcef, Valia e Fapes, além dos investidores FINEP, Banco do Brasil e o próprio Banif BI (Brasil).

A área estuda outras iniciativas nos seguimentos de energia e infra-estrutura nas quais possa estabelecer parcerias com órgãos estratégicos do Governo Federal.

Atualmente, segundo a ABVCAP, o Banif BI (Brasil) é o 8.º colocado no *ranking* de capital sob gestão no *Private Equity* Brasileiro. Com a conclusão do plano de captar R\$ 2,4 mil milhões até 2011, o Banif BI (Brasil) passará a ser o 5.º do *ranking*.

A existência de bons negócios gerados pelo momento positivo do sector de incorporação no país, possibilitou o desenvolvimento de diversos empreendimentos imobiliários no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, em 2008. Estes empreendimentos, principalmente voltados para os segmentos residenciais de média-baixa renda, comercial e de logística, todos com forte procura, foram iniciados e estão sendo



desenvolvidos em conjunto com parceiros estratégicos, empresas incorporadoras de renome em São Paulo e no Rio de Janeiro, como a STAN Desenvolvimento Imobiliário, João Fortes Engenharia e Performance Empreendimentos Imobiliários.

Durante 2008, estes empreendimentos, cujo volume de vendas total atinge cerca de R\$ 1,2 mil milhões foram sendo desenvolvidos e preparados para o lançamento das vendas. Foram adquiridos os terrenos, estabelecidos os produtos mais adequados em cada caso e consequentemente elaborados os projetos de arquitectura necessários para as respectivas aprovações legais. Os empreendimentos residenciais totalizaram cerca de 2.300 apartamentos com áreas privativas de 55 a 103 m², sendo cerca de 2.000 em São Paulo e 300 no Rio de Janeiro. Estão sendo também desenvolvidos 4 empreendimentos comerciais (salas e andares), sendo 3 no Rio de Janeiro e 1 em São Paulo, e 1 empreendimento de armazéns destinados a empresas de logística em São Paulo.

O Banif BI (Brasil) actuou também no estudo para a ampliação do Fundo de Investimento Imobiliário EUOPAR, com a possibilidade de aquisição de um novo activo para integrar a carteira do Fundo e consequentemente permitir uma nova distribuição de unidades de participação.

A indústria brasileira de Fundos de Investimento encerrou o ano de 2008 com o património de R\$ 1,1 bilião, contra os mesmos R\$ 1,1 bilião em Dezembro de 2007. Considerando tanto a rentabilidade dos fundos como as captações e resgates de recursos, o património líquido manteve-se o mesmo do final de 2007. A captação líquida no período foi negativa em R\$ 88,5 mil milhões, sendo que as classes de fundos que mais sofreram foram os de Renda Fixa e Multimercados.

A Banif Nitor Asset Management encerrou o ano de 2008 com recursos sob gestão de R\$ 954 milhões, representados pelos Fundos Referenciado DI, Crédito, Multimercados, Ações, entre outros.

Em Junho de 2008, foi constituído o Banif Nitor Maestro FIM, um fundo voltado para o segmento de investidores com disposição a riscos moderados, e, em Agosto de 2008, foi constituído o Banif Nitor Multi Strategy Fund, um fundo *offshore* vocacionado para os investidores externos.

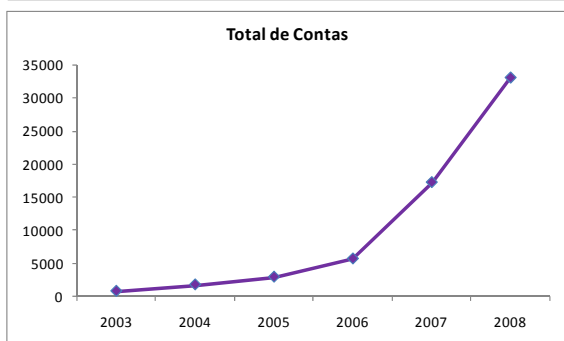
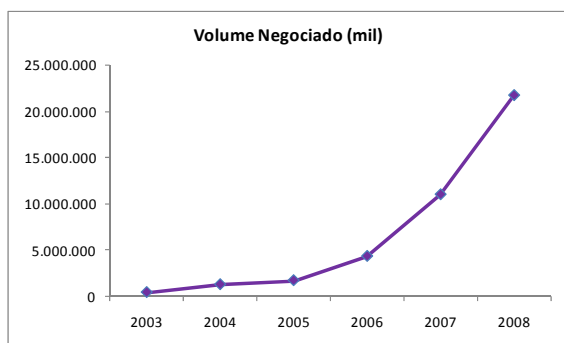
Durante o ano de 2008, a corretora *online* BanifInvest manteve as suas expectativas de crescimento independentemente do momento de incertezas que o mercado financeiro local e internacional tem passado.

Possuidora de um foco direccionado ao desenvolvimento de ferramentas que facilitam as operações dos seus clientes, com destaque para o BI Desktop Streamer, plataforma que permite a realização de diversas análises em gráficos, o Banif BI (Brasil) posiciona-se como um *Home Broker* para clientes de curto prazo, que sabem aproveitar momentos de alta volatilidade para renovar as suas carteiras, possibilitando assim o rendimento das suas acções, mesmo perante a tendência negativa do mercado.

Não obstante o aparecimento de concorrentes que têm utilizado estratégias agressivas, como a redução no valor da corretagem para a obtenção de novos clientes, o Banif BI (Brasil) encerrou o ano na 4.^a posição no *ranking* Bovespa, que mede o volume financeiro total negociado, mantendo assim as expectativas nele depositadas.

Importa salientar que foram iniciados os mini-contratos BM&F, uma operação inovadora que possibilitou aos nossos clientes a operação integrada em ambos os mercados, com a utilização do mesmo ambiente e plataforma. Mesmo com o início das operações em Agosto, o Banif BI (Brasil) encerrou o ano na 18.^a posição, sendo que, no último trimestre de 2008, já figurava na 7.^a posição do *ranking* por número total de contratos negociados.

Em relação ao número de ordens, o Banif BI (Brasil) ultrapassou a marca histórica de 1 milhão de ordens executadas na Bovespa, encerrando o ano com um total de 1.138.590 ordens, um crescimento de 87,8% em relação ao ano de 2007.



Milhares de Reais

	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	976.534	828.223	+18%
Crédito Concedido Bruto	137.266	172.635	-20%
Depósitos de Clientes	102.794	86.519	19%
Capitais Próprios	112.429	346.941	-68%
Margem Financeira	(4.248)	(4.462)	+5%
Produto da Actividade	94.321	157.730	-40%
Cash Flow de Exploração	56.032	103.103	-46%
Resultado do Exercício	72.093	101.938	-29%
ROA	7,99%	17,50%	n.a.
ROE	31,39%	52,80%	n.a.
Crédito Vencido / Crédito Total	15,40%	0,00%	n.a.
Cost to Income	40,59%	34,55%	n.a.
Número de Agências	2	2	
Número de Empregados	213	208	

NOTA: Em 31-12-2008: 1 Euro equivalente a Reais 3,23815
Em 31-12-2007: 1 Euro equivalente a Reais 2,60859



4.2.3 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A. (Bankpime)

O Bankpime investiu 3,5 milhões de euros no primeiro ano de implementação do Projecto Bankpime 2008-2011 com a finalidade de desenvolver um novo modelo de negócio no qual o empresário é o principal foco do negócio.

Esta estratégia foi reforçada mediante uma nova definição da estrutura da instituição, subordinada a um claro objectivo: oferecer um serviço de 360.º baseado na qualidade de resposta às necessidades dos empresários em todas as suas esferas: particular, empresarial e familiar.

O investimento realizado em 2008 (investimento inicial cujo fim é garantir o sucesso baseado na qualidade de serviço e no atendimento personalizado) foi destinado principalmente às seguintes medidas:

- Renovação da imagem do Bankpime;
- Implementação de um novo modelo de agências bancárias, no âmbito da qual se destaca a sede do Bankpime e a abertura de uma nova agência no centro da cidade de Barcelona;
- Modernização tecnológica, consubstanciada na implementação de um exclusivo software de gestão de clientes;
- Adaptação da equipa humana às exigências do Projecto Bankpime, mediante a captação de talentos e à formação contínua, com o objectivo de criar uma equipa homogénea de profissionais altamente qualificados.

A aposta num novo modelo de negócio e o claro apoio às PME traduziu-se no aumento da margem recorrente e das operações de activo, tendo este último indicador verificado um aumento de 16,42% comparativamente com o ano de 2007, e que resulta, na sua maioria, dos créditos concedidos a empresários.

Este incremento foi devido, basicamente, à atitude proactiva de apoio às PME adoptada pelo Bankpime durante o último semestre do exercício 2008. É também de destacar o aumento do rácio de produtos por cliente, o que demonstra a sua maior fidelização.

Apesar do aumento de negócio, o contexto da crise económica actual e o investimento inicial de implementação do Projecto Bankpime 2008-2011 afectaram negativamente a conta de resultados do Bankpime, o qual fechou o exercício de 2008 com um resultado consolidado de -4,7 milhões de euros, contrastando com os 4,49 milhões de euros de lucro obtidos no exercício anterior.

No entanto, é de referir que o Bankpime regista um rácio de solvabilidade total bastante elevado (18%) bem como uma situação de liquidez bastante folgada, que o colocam numa posição favorável, com uma boa oportunidade de crescimento a partir do exercício de 2009.

<i>Milhares de Euros</i>			
	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	591.612	580.397	1,93%
Crédito Concedido Bruto	427.803	367.142	16,52%
Depósitos de Clientes	475.868	489.992	-2,88%
Capitais Próprios	68.000	72.752	-6,53%
Margem Financeira	14.703	13.248	10,98%



Produto da Actividade	26.055	31.607	-17,57%
Cash Flow de Exploração	-1.736	5.315	-132,66%
Resultado Líquido	-4.750	4.490	-205,79%
ROA	-0,80%	0,77%	-
ROE	-6,99%	6,17%	-
Crédito Vencido / Crédito Total	5,23%	2,32%	
Cost to Income	106,66%	83,18%	-
Número de Agências	23	22	4,5%
Número de Empregados	252	263	-4,19%

5 SEGUROS

5.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

O exercício de 2008, o 117.º da história da Companhia de Seguros Açoreana, desenvolveu-se em condições da envolvente extremamente desafiantes, fruto da evolução, primeiro financeira e depois marcadamente económica que afecta o mundo de forma global e, igualmente, o nosso país.

A nível do mercado segurador nacional, e em resultado desse ambiente económico-financeiro, observam-se duas tendências claras de evolução: uma contracção do volume de negócios Não Vida superior a 1,3%, com quebras significativas nos principais ramos (Automóvel e Acidentes de Trabalho) e, por outro lado, um crescimento acentuado ao nível do Ramo Vida, especialmente evidente nos produtos financeiros, fruto de uma transferência de aplicações de outras instituições do sector financeiro para o sector segurador.

Neste contexto, a *performance* evidenciada pela Açoreana em 2008 corroborou a sua dinâmica e capacidade de desenvolvimento sustentado, merecendo destaque:

- A evolução muito positiva do volume de negócios em Não Vida, que registou um crescimento de 2,8% face ao ano anterior, permitindo à Açoreana reforçar a sua quota de mercado para 4,15% (considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS – Associação Portuguesa de Seguradoras).
- O crescimento obtido nos produtos estratégicos do Ramo Vida, onde merecem destaque o Plano Poupança Reforma (PPR) com um incremento de 24,2% e os produtos de risco, com uma variação de 7,3% face ao exercício de 2007.
- A obtenção da extensão da certificação de qualidade à totalidade da actividade dos ramos Vida e Automóvel.
- O reforço da cultura corporativa, baseado na construção de um projecto de mobilização interna designado por FAZ: SORRIR UMA CRIANÇA. Este projecto que envolveu a totalidade dos colaboradores da Companhia cumpriu um duplo objectivo de desenvolver competências de trabalho em equipa e lançar uma acção de responsabilidade social dirigida a crianças institucionalizadas, vítimas de maus tratos ou de negligência familiar. Um passo essencial no caminho do desenvolvimento sustentável, eixo estratégico para o Banif - Grupo Financeiro.
- Ainda em termos de reforço do alinhamento organizacional, resultado de uma gestão cada vez mais envolvida por parte de toda a estrutura, de destacar o lançamento de um ciclo orçamental



descentralizado e participado, bem como a realização de um conjunto de encontros entre o Presidente da Comissão Executiva e colaboradores que tradicionalmente não têm um acesso directo e regular à gestão de topo da Companhia. Estas acções, que reflectem uma atitude baseada na abertura e proximidade entre os diferentes níveis da estrutura da Companhia têm revelado impactos muito positivos ao nível da responsabilização e participação das pessoas na vida da Açoreana.

Um dos vectores de actuação privilegiado, em 2008, foi o do aprofundamento da interligação entre a Companhia e as demais empresas do Grupo

Visando potenciar as sinergias, os ganhos de dimensão e o aproveitamento do *know how* específico das diferentes unidades de negócio, destacam-se a transferência da gestão de activos da Açoreana para o Banco de Investimento, o acordo celebrado com a Banif Rent, entidade que passou a assumir a gestão da frota automóvel da Açoreana, e o aprofundamento da participação em projectos ao nível *corporate* do Grupo, nas áreas dos sistemas de informação e da responsabilidade social e ambiental, para citar apenas alguns exemplos.

A nível comercial, foi lançado o projecto de *assurfinance*, que permitirá aos mediadores da Açoreana comercializarem produtos das demais empresas do Grupo, prestando um serviço financeiro global ao seus clientes.

Em sentido inverso (i.e., numa lógica de *bancassurance*), foram instalados, em 2008, os primeiros espaços comerciais da Açoreana nas agências do Banif da RAM. Face ao sucesso alcançado, está prevista para 2009 a instalação de mais quatro espaços, visando potenciar o serviço a clientes do Banif e a comercialização de produtos da Companhia.

De entre os principais projectos e programas desenvolvidos em 2008, destacam-se ainda:

- *No plano regulatório*, a implementação integral do novo PCES (Plano de Contas para Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar 4/2007-R, do Instituto de Seguros de Portugal), bem como o projecto de adopção do regime jurídico derivado da nova Lei do Contrato de Seguro (Dec.-Lei 72/2008, de 16 de Abril).
- *No plano estratégico*, foi efectuada a revisão dos objectivos e estratégias para o triénio 2008-2010, consubstanciadas num vasto programa de iniciativas, designado “Acreditar 2010”, o qual, desdobrado em 10 linhas de acção agrega os projectos essenciais à consecução dos objectivos a alcançar até 31 de Dezembro de 2010.
- *No plano comercial*, e em linha com os objectivos estratégicos, prosseguiu o programa de rejuvenescimento e dinamização da rede de agentes, através do lançamento do *projecto íman*, que visa captar, em cada mercado local novos mediadores com reconhecida competência profissional e dimensão relevante. Procedeu-se igualmente à reformulação da presença geográfica, visando otimizar recursos e potenciar vendas e qualidade de serviço a mediadores e clientes finais.
- *No plano tecnológico*, foi focalizada uma actuação na melhoria da eficiência operativa e aumento da produtividade, dando continuidade aos projectos de modernização das plataformas de suporte ao negócio, conducentes à simplificação e optimização das operativas. Neste domínio, merecem particular destaque a evolução registada na plataforma SIV (Sistema Integrado de Vendas), que possibilita aos mediadores da Companhia a emissão local dos seguros de massa mais representativos, aliviando a carga administrativa das equipas de *back office*, bem como o desenvolvimento de novas plataformas de *workflow* na área da gestão de sinistros, possibilitando uma gestão mais eficiente dos processos.



- *No plano do marketing e comunicação*, procedeu-se à implementação da nova marca do Grupo nos 51 pontos de venda próprios da Açoreana e à disponibilização de materiais com a nova identidade corporativa a cerca de 600 mediadores, contribuindo para a difusão, em todo o território nacional, da marca do Grupo. No domínio dos produtos desenvolvemos um ambicioso programa de lançamento de novas soluções e rejuvenescimento da oferta, onde merece particular menção o Açoreana Auto, o Açoreana Pleno e o Açoreana imed, bem como lançamento de produtos especificamente dirigidos ao canal bancário, onde releva o seguro de vida associado à Conta de Gestão de Tesouraria, o PPR Gold, o Banif Saúde e Assistência e o seguro de responsabilidade civil ligado à Conta Banif Nova Geração.
- Por fim, *no domínio da responsabilidade social*, destaque para o programa “Faz: Sorrir uma Criança”, através do qual foi possível beneficiar quatro instituições de solidariedade social, que envolveu todos os colaboradores da Açoreana, os quais desenvolveram actividades de melhoramento nas instalações das instituições abrangidas. De entre estes melhoramentos, destaca-se a criação de melhores condições em dormitórios, refeitórios, salas de estudo, salas polivalentes e bibliotecas, resultantes de intervenções de obra e aquisição de mobiliário e equipamentos.

Em termos de evolução económica, o volume de produção da Açoreana, medido através dos prémios brutos emitidos, alcançou, em 2008, os 447 441 milhares de euros, num acréscimo de 105,1% face ao ano anterior [note-se que, em virtude da implementação do novo PCES (Plano de Contas para Empresas de Seguros) e para efeitos de comparabilidade, o histórico de 2007 foi recalculado, pelo que os valores aqui apresentados para esse ano não são comparáveis com os anteriormente divulgados].

O ramo Vida registou uma produção de 274 026 milhares de euros (acrécimo de 455% face a 2007), enquanto o volume de prémios Não Vida ascendeu a 173 414 milhares de euros (crescimento de 2,8%).

A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 3,27%, sendo de 4,15% nos Ramos Não Vida e 2,94% no ramo Vida.

A distribuição dos produtos de seguros, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e do Banif Açores e de 51 Escritórios próprios.

A rede de mediação, que integra mais de 5 000 mediadores, com apólices em vigor, representava, no final de 2008, 34,3% na estrutura de distribuição da CSA.

O canal bancário foi responsável pela distribuição de 85,2% da produção do ramo Vida e por 4,3% da produção dos ramos Não Vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de 3.026 milhares de euros, inferiores aos registados em exercícios anteriores, reflectem o contexto muito difícil em que a actividade se desenvolveu, especialmente a partir do final do Verão de 2008, com a emergência da crise financeira, grande volatilidade dos mercados e desvalorizações da carteira de activos, que geraram o registo de algumas imparidades.

A evolução do *cash-flow* operacional reflecte, também, esta realidade.

O activo líquido atingiu os 915 519 milhares de euros, e os capitais próprios alcançaram os 37 092 milhares de euros, fruto de um aumento de capital ocorrido no exercício, de 21.000 milhares de euros, e penalizados com o registo das desvalorizações potenciais da carteira de investimentos, com a adopção das normas contabilísticas IAS/IFRS no exercício de 2008.



Principais Indicadores Económico-Financeiros

(Em milhares de euros)

Variação 2008/2007	2008	2007	Var %
Prémios Vida	274.026	49.373	455,01%
Prémios Não Vida	173.414	168.736	2,77%
Prémios Totais	447.441	218.109	105,15%
Cash Flow Operacional	7.199	25.512	-71,78%
Activo Líquido	915.519	915.917	-0,04%
Investimentos Líquidos	752.097	773.215	-2,73%
Capitais Próprios	37.092	42.265	-12,24%
Resultados Líquidos	3.026	15.631	-80,64%

a) Por via da aplicação da IAS, os valores referentes a 2007 não coincidem com os anteriormente publicados

6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

6.1 Banif Imobiliária, SA

A actividade da Banif Imobiliária está centrada na gestão dos imóveis “afectos à exploração” das sociedades integradas no Banif - Grupo Financeiro, em particular daquelas dependentes da Banif Comercial, SGPS, SA, e é desenvolvida essencialmente através do arrendamento de tais imóveis aos Bancos comerciais do Grupo (Banif e Banif Açores).

A Banif Imobiliária desenvolve também a sua actividade no âmbito dos imóveis “não afectos à exploração” que são propriedade das sociedades do Grupo, localizados no Continente e nas Regiões Autónomas, tendo como principal objectivo proceder à sua venda, arrendamento e, ainda, à sua valorização para posterior alienação ou arrendamento. Neste âmbito, a Banif Imobiliária desenvolveu um conjunto de acções, em diferentes domínios, tendentes à valorização, alienação e arrendamento dos imóveis de maior expressão financeira, tendo, para o efeito, estabelecido contactos com as entidades competentes e com potenciais interessados, encontrando-se em curso alguns processos negociais referentes a imóveis de elevado valor.

O valor total do conjunto dos activos imobiliários, próprios e alheios, sob gestão na Banif Imobiliária, reportados a 31 de Dezembro de 2008, para os imóveis “*não afectos à exploração*” era de 75.086 milhares de euros contra 45.358 milhares de euros em igual período do ano transacto. Para os imóveis “*afectos à exploração*” aquele valor era de 46.082 milhares de euros, o qual compara com o verificado no final de 2007, em que atingiu o valor de 31.918 milhares de euros. Durante 2008, a Banif Imobiliária adquiriu imóveis para venda, parte dos quais a empresas do Grupo, no montante de cerca de 43 milhões de euros, sendo que a maioria destes imóveis se encontram arrendados a empresas do Grupo. Também vendeu, ao Banif Property - FEIIF, um novo conjunto de imóveis, no valor de 7.912 milhares de euros, tendo apurado uma mais valia de cerca de 1.323 milhares de euros.

Quanto aos imóveis para “*desinvestimento*” a Banif Imobiliária promoveu vendas durante o ano de 2008 no montante de 4.598 milhares de euros contra 8.840 milhares de euros no ano anterior,



o que representa um decréscimo de 48 % na actividade de promoção e vendas desenvolvida pela sociedade.

Em resultado desta actividade, durante o exercício de 2008 a Banif Imobiliária obteve proveitos no montante de 9.483 milhares de euros, provenientes essencialmente de vendas de imóveis em carteira, no montante de 5.975 milhares de euros, do arrendamento do seu património imobiliário, no montante de 2.945 milhares de euros e de mais valias obtidas com a venda de parte do seu património no valor de 505 milhares de euros. Os custos da Banif Imobiliária atingiram o montante de 9.459 milhares de euros contra 11.201 milhares de euros em 2007.

No que concerne à aquisição de imóveis “*afectos à exploração*”, destinando-se os mesmos à revenda e/ou arrendamento, o investimento total realizado durante o ano de 2008 ascendeu ao valor de 4.666 milhares de euros.

	Milhares de Euros		
	2008	2007	Variação %
Activo Líquido	80.259	53.486	50%
Capitais Próprios	2.917	7.397	-61%
Resultado do exercício	19	5.207	-

6.2 Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

O plano de actividades da Banifserv para 2008 comportou 54 projectos, aos quais foram adicionados, ao longo do ano, outros 7 projectos adicionais, decorrentes de necessidades específicas das áreas de negócio. Destes, 27 foram concluídos, 8 anulados, 6 suspensos e 20 encontram-se em curso.

Merecem referência os seguintes projectos, alguns deles englobando mais do que uma empresa do Grupo:

- Fusão do Banif Açores e do Banif, através da integração dos sistemas de informação do Banif Açores no Banif. Projecto estruturante, de dimensão e complexidade muito elevadas, composto por mais de 110 sub-projectos distintos – concluído a 31 de Dezembro;
- Desenvolvimento de uma nova aplicação de Contabilidade, comum ao Banif e ao Banif Açores, reforçando dessa forma a qualidade da informação contabilística ao dispor – concluído a 31 de Dezembro;
- Desenvolvimento de uma nova operativa de D.O., para o Banif e Banif Açores, melhorando o nível de funcionalidades, operacionalidade, integração e flexibilidade do sistema, criando um novo patamar de cobertura dos requisitos de negócio – concluído em Novembro;
- Desenvolvimento de um novo processo de calculo de juros D.O., promovendo o cálculo imediato dos juros, eliminando o processo de *batch* e a respectiva janela de indisponibilidade existente até à data – concluído em Junho;
- Revisão do modelo do Catálogo de Produtos e Serviços, para o Banif e Banif Açores, melhorando o *time-to-market* de novos produtos e aumentando a abrangência deste sistema nuclear – concluído em Outubro;
- Disponibilização de uma nova solução de Gestão dos Registos Prediais – concluído em Dezembro;



- Desenvolvimento de uma nova aplicação de Cheques Pré-Datados – concluído em Agosto;
- Desenvolvimento de um novo sistema de pagamento de âmbito comunitário, referente às transferências SEPA – concluído em Julho;
- Disponibilização de uma nova solução de Gestão de Ofícios do Banco de Portugal e de penhoras electrónicas – concluído em Novembro;
- Continuação do desenvolvimento do Sistema de Informação de Gestão do Banif, reforçando a qualidade e o tipo de informação ao dispor do negócio;
- Implementação de uma nova solução para digitalização e controle de facturas, integrado com o sistema SAP, para o Banif e para o Banif Açores – concluído em Junho;
- Disponibilização de novas funcionalidades na Banca Electrónica, das quais se destaca a disponibilização de documentos em formato electrónico (ex: extracto integrado), alargando dessa forma o leque de operações ao dispor dos clientes – concluído em Novembro;
- Estudo e avaliação de uma solução de suporte à actividade seguradora nos balcões do Banif e do Banif Açores, envolvendo as Agrupadas Banif, Banif Açores e CSA e a Genius – Mediação de Seguros, S.A. – em curso;
- Implementação do sistema de suporte à Sucursal de Londres e desenvolvimento / adaptação do mesmo aos requisitos específicos do Banif UK – concluído em Abril.

No âmbito mais infraestrutural foi concluída a implementação da 2ª etapa do Plano de Continuidade de Operações, com a disponibilização do processo de sincronização *on-line* entre a infra-estrutura central de produção (Lisboa) e o centro de recuperação de desastre (Porto), procedeu-se ao lançamento dos *Thinclients* nos edifícios dos Aliados, Malhoa, Pórtico e João Távira e à reestruturação das infra-estruturas de comunicações do edifício Pórtico, João Távira e Estados Unidos.

O número de colaboradores da Banifserv é de 87, dos quais 5 em regime de contrato a termo. Destes, 44 elementos estão afectos ao desenvolvimento de projectos, 33 à Exploração dos Sistemas, 5 ao Suporte Administrativo e 5 são elementos de gestão.

No ano 2008, a BanifServ apresentou proveitos de 15.589 milhares de euros, sendo 13.895 milhares de euros respeitantes à prestação de serviços às Agrupadas e 1.681 milhares de euros de trabalhos para o próprio ACE.

O imobilizado no termo do ano de 2008 era de 34.004 milhares de euros, dos quais 11.950 milhares de euros imobilizados em curso.

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BANIF – GRUPO FINANCEIRO

O Banif - Grupo Financeiro decidiu incorporar o desenvolvimento sustentável como uma componente estratégica e transversal a todas as suas actividades. Nesse âmbito, e sob a coordenação da Função Imagem Corporativa, foram desenvolvidas várias actividades, como a criação de um modelo de *Governance* para o Grupo nesta matéria, a coordenação, execução e divulgação alargada do 1.º Relatório de Sustentabilidade do Banif – Grupo Financeiro, em português e em inglês, a definição de objectivos e projectos para o biénio 2008-2009 e a coordenação e implementação de acções ao nível das *Task Forces* (TF) criadas transversalmente ao nível do Grupo e que desenvolveram os seguintes projectos em 2008:

- TF 1 – Códigos de Conduta e *Business Principles*: colaboração no desenvolvimento do Código de Conduta do Grupo;



- TF 2 – Política de Recursos Humanos: planeamento de um programa de formação em sustentabilidade e de um programa de voluntariado;
- TF 3 – Política Ambiental: implementação de uma política ambiental, e planeamento de um projecto de recolha de telemóveis, em colaboração com a AMI;
- TF 4 – Filantropia Estratégica: estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de projectos estruturantes de apoio à sociedade;
- TF 5 – Riscos Ambientais e Sociais: análise de risco ambiental da carteira de crédito e investimento do Grupo, com o objectivo de introduzir critérios ambientais na avaliação de risco;
- TF 6 – Produtos Ambientais e Sociais: desenvolvimento de produtos eco-orientados.

Em termos de responsabilidade climática, destaca-se a continuidade do desenvolvimento dos fundos New Energy Fund e Luso Carbon Fund.

O New Energy Fund – Fundo Especial de Investimento Fechado, lançado no final de 2007 pela Banif - Gestão de Activos, SGFIM, S.A. é dirigido especificamente a investidores institucionais e tem como objectivo investir no mercado das energias renováveis. O fundo iniciou a sua actividade com um capital inicial de 50 milhões de euros, tendo os investidores desembolsado o montante inicial de 25 milhões de euros e sendo a quantidade remanescente realizada nos primeiros dois anos de actividade do fundo. Durante os primeiros seis meses de actividade, o fundo analisou diversos projectos de energias renováveis, com especial enfoque no investimento em energia solar, quer fotovoltaica quer térmica, tendo realizado o seu primeiro investimento no decorrer do mês de Maio, no âmbito de um projecto fotovoltaico em Espanha, com uma capacidade instalada até 10 MW. Até ao final de 2008 o fundo investiu ainda em projectos de biogás em Portugal e adquiriu uma participação numa empresa com sede na Austrália, que se encontra a desenvolver um modelo de geração de energia eléctrica através do aproveitamento da energia das ondas.

O Luso Carbon Fund – Fundo Especial de Investimento Fechado, gerido pela Banif - Gestão de Activos SGFIM, S.A., continua, até ao momento, a ser o único fundo existente em Portugal que tem como objectivo o investimento no mercado de carbono através da aquisição de créditos de redução de emissão de gases de efeito de estufa gerados ao abrigo do protocolo de Quioto. O fundo iniciou a sua actividade no final de 2006 com um capital inicial de cerca de 30 Milhões de euros mas, dado o elevado número de créditos contratados e de projectos potenciais, foi realizado em Junho de 2008 um aumento de capital de mais 40 milhões de euros. O fundo apresenta uma elevada dispersão geográfica com investimentos na Rússia, China, Tailândia e Brasil, tendo uma distribuição equitativa dos investimentos por tipologia dos projectos. Em 2008 o fundo apresentou uma rentabilidade superior a 18%.

Esta responsabilidade climática tem vindo a ganhar preponderância, pois, para além da evolução positiva destes fundos, o Grupo tem vindo a neutralizar progressivamente as suas emissões de carbono. Em 2008, foram neutralizadas 110 toneladas de carbono associadas a Relatórios e Contas, Relatório de Sustentabilidade, Agendas 2009 e Almoço de Natal.

Em termos de comunicação da sustentabilidade, tem sido desenvolvido um conjunto de directrizes para esta área. Foi desenvolvido ainda um esforço de comunicação interna e externa para divulgação das acções e para sensibilização de públicos vários, tendo sido criados vários canais destinados à comunicação e diálogo com os *stakeholders*. O incremento do relacionamento com os *stakeholders* relevantes nesta área é visível, nomeadamente, através da participação em eventos e prémios e do estabelecimento de contactos e parcerias. O Grupo é membro do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e tem participado nos Grupos de Trabalho de “Desenvolvimento” e de “Sustentabilidade no Sector Financeiro” (sendo patrocinador deste) que têm como objectivos incentivar e divulgar as boas práticas de sustentabilidade entre as empresas participantes e à sociedade em geral.



Em 2008, destaca-se ainda a implementação de uma acção de formação em torno da responsabilidade social inserida no Plano Integrado de Formação da CSA e que abrangeu a totalidade dos Colaboradores desta empresa.

No âmbito da conta Nova Geração do Banif têm sido desenvolvidas várias actividades que contribuem para a literacia financeira dos mais novos. Associado à personagem de animação infantil “Ruca”, o Banif ensina a importância da poupança e da gestão do dinheiro.

Os resultados destas acções são manifestamente positivos, facto que pode ser comprovado na avaliação da satisfação dos Clientes do Banif relativamente às práticas de sustentabilidade (69,7% mostraram-se satisfeitos, dos quais 48% estão muito satisfeitos), classificado como um dos *best-players* pela Heidrick & Struggles nas áreas *reporting* social e ambiental, práticas laborais, desenvolvimento de capital humano, gestão da relação com Clientes e Investidores, num registo melhor que a média global nacional nestas matérias. Em termos de indicadores de responsabilidade climática, e segundo a Euronatura, foram duplicados os resultados relativamente ao ano anterior.

Dando continuidade ao compromisso de transparência, reporte e *accountability* de temas ambientais e sociais, este ano é disponibilizado, mais uma vez, o Relatório de Sustentabilidade do Grupo, referente ao ano de 2008, o qual apresenta, de uma forma mais detalhada, a estratégia de sustentabilidade e as acções que têm vindo a ser desenvolvidas.



III – ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

III.1 Contas Separadas

A Banif-SGPS, empresa-mãe do Banif – Grupo Financeiro, prepara e apresenta contas separadas, vulgarmente designadas por contas individuais, em base NCA (Normas de Contabilidade Ajustadas, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005). Da análise comparativa destes documentos contabilísticos, destaca-se o seguinte:

Demonstração de Resultados

- A Margem Financeira, incluindo Rendimento de Títulos, apresentava no final de 2008, uma redução de 37,5%, ascendendo a 30,2 milhões de euros, contra 48,5 milhões de euros um ano antes, devido à redução de dividendos e apropriação de resultados de empresas do Banif – Grupo Financeiro.
- Em consequência do comportamento da Margem Financeira, o Produto de Actividade sofreu uma redução de 38,1%.
- Os Custos de Funcionamento elevaram-se a 2.885 milhares de euros, que traduzem um acréscimo de 1.096 milhares de euros em relação ao ano anterior, para o qual contribuíram o aumento verificados nos Outros Gastos Administrativos, 1.105 milhares de euros, e a diminuição em Custos com o Pessoal, – 9 milhares de euros. O aumento nos Gastos Gerais Administrativos teve origem no rebranding e nas comemorações do vigésimo aniversário do Banif – Grupo Financeiro.
- O Resultado Líquido de Impostos, registado pela Banif – SGPS, SA, no final de 2008, apresentou um decréscimo de 33,8% quando comparado com o final de 2007, atingindo 29,7 milhões de euros.

Balanço

O Activo Líquido ascendia a 695,8 milhões de euros no final de 2008 e apresenta uma subida de 8,7%, que compara com 642,5 milhões de euros no final de 2007. Este crescimento é explicado pelas seguintes rubricas:

- “Activos Disponíveis para Venda”, que diminuiu 10,8 milhões de euros, passando para 46,1 milhões de euros, em resultado da desvalorização da participação no Finibanco;
- “Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos conjuntos”, que alcançou 490,9 milhões de euros no final do exercício, um acréscimo de 8,8 %, como consequência de subscrição de novo capital, principalmente na Companhia de Seguros Açoreana, SA com 7 milhões de euros, no Banif Bank (Malta), plc, com 1,8 milhões de euros, no Banco Caboverdiano de Negócios com 1,7 milhões de euros, e também uma prestação suplementar de capital no valor de 18 milhões de euros na Banif Comercial SGPS;
- “Outros Activos”, que aumentam 19,8 milhões de euros, explicados pela concessão de suprimentos à Banif Imobiliária e Companhia de Seguros Açoreana, SA.

Quanto ao Passivo, há a registar:

- A liquidação, por ter atingido a maturidade, de um empréstimo obrigacionista no valor de 70 milhões de euros que se encontrava registado em Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados;



- O aumento de 52 milhões de euros na rubrica “Recursos de Outras Instituições de Crédito”, que atingiu 132,6 milhões de euros no final de 2008, resultante de empréstimos obtidos junto do Banif;
- A rubrica “Recursos de Clientes e Outros Empréstimos” com 15 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 50 milhões de euros, relativamente ao final de 2007, devido à liquidação de um empréstimo de apoio à tesouraria concedido pela Rentipar Financeira;
- As Responsabilidades representadas por títulos apresentam um saldo em Balanço de 51,4 milhões de euros em resultado da emissão, em Julho de 2008, de um empréstimo obrigacionista no valor de 50 milhões de euros;

ANÁLISE COMPARATIVA – Banif-SGPS, SA

Valores em milhares de euros

Balanço	31-12-2008	31-12-2007	Variação Absoluta	Variação %
Activo Líquido	695.813	642.581	55.879	8,7%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	6.888	2.779	4.109	147,8%
Activos financeiros disponíveis para venda	46.164	57.006	-10.842	-19,0%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	490.957	451.145	39.812	8,8%
Outros Activos	146.480	126.658	19.822	15,6%
Capitais Próprios	480.565	411.148	72.064	16,9%
Demonstração de resultados	31-12-2008	31-12-2007	Variação Absoluta	Variação %
Margem Financeira (inclui Rendimentos de Instrumentos de Capital)	30.285	48.489	-18.204	-37,5%
Lucros em Operações Financeiras (líq.)	101	234	-132	-56,6%
Outros Proveitos (líq.)	-555	-516	-39	7,6%
Produto da Actividade	29.832	48.207	-18.376	-38,1%
Custos com Pessoal	262	271	-9	-3,3%
Gastos Gerais Administrativos	2.622	1.517	1.105	72,8%
Cash Flow	26.947	46.418	-19.471	-41,9%
Amortizações do Exercício	17	41	-24	-59,0%
Provisões e Imparidade (líq.)	-1.561	1.006	-2.567	-255,1%
Impostos (correntes e diferidos)	-1.228	492	-1.720	-349,5%
Resultado Consolidado do Exercício	29.719	44.879	-15.160	-33,8%

III.2 - Contas Consolidadas

Relativamente às contas consolidadas da Banif - SGPS, SA, *holding* do Banif – Grupo Financeiro, no exercício de 2008, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, destacam-se, em primeiro lugar, os factos mais relevantes que caracterizaram a actividade neste exercício, a saber:



- O Lucro consolidado ascendeu a 59,2 milhões de euros, traduzindo-se numa diminuição de 41,4%, quando comparado com o resultado obtido em 2007;
- O ROE (*Return on Equity*) situou-se nos 10,1%, contra 19,3% em 2007, enquanto o ROA (*Return on Assets*) atingiu 0,5%, que compara com 1,02% um ano antes;
- O Activo Líquido, em 31 de Dezembro de 2008, totalizou 12.876 milhões de euros, registando um crescimento de 19,7% face ao final de 2007;
- O Crédito a Clientes elevou-se a 10.410 milhões de euros, mais 18,1% do que no fecho do exercício de 2007 e o rácio de “Imparidade do Crédito/Crédito Total” passou de 2,23% para 2,44%;
- No final do exercício de 2008 os Fundos Próprios de Base do Grupo permitiam um rácio de Tier 1 de 6,84%, contra 5,89% um ano antes. Considerando os Fundos Próprios Totais, o rácio de solvabilidade total ascendia na mesma data a 9,22% (9,93% em 31 de Dezembro de 2007).

Apresenta-se, seguidamente, com maior detalhe, a análise das Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2008, assim como as respectivas comparações com o final de 2007.

Demonstração de Resultados

(em milhões de euros)	Dez-08	Dez-07	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem Financeira	272,2	241,9	30,3	12,5%
Lucros em Operações Financeiras	67,1	68,3	-1,2	-1,7%
Comissões e Outros Proveitos Líquidos	130,7	133,6	-2,8	-2,1%
Produto da Actividade	470,0	443,8	26,3	5,9%
Custos com pessoal	-162,6	136,3	-26,3	19,3%
Gastos gerais administrativos	-134,2	-105,5	-28,8	27,3%
Cashflow	173,2	202,0	-28,8	-14,2%
Amortizações	-31,3	-26,8	-4,5	17,0%
Provisões e Imparidade	-63,3	-32,1	-31,1	97,0%
Diferenças de consolidação negativas	-	0,5	-0,5	-
Resultados de associadas e emp. conj.(equivalência patrimonial)	3,3	11,4	-8,2	-71,3%
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	81,9	155,1	-73,1	-47,2%
Impostos	-15,2	-38,3	23,1	-60,3%
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	66,8	116,8	-50,0	-42,8%
Interesses minoritários	-7,5	-15,7	8,2	-52,1%
Resultado consolidado do exercício	59,2	101,1	-41,8	-41,4%

- A Margem Financeira, que inclui o rendimento de títulos, aumentou 12,5% para 272,2 milhões de euros. Esta rubrica beneficiou do forte crescimento da actividade creditícia, mas viria a ser afectada negativamente pela redução da margem de intermediação total (margem da carteira de crédito adicionada da margem da carteira de recursos de clientes de balanço) que desceu continuamente ao longo do ano, de 2,91%, em Dezembro de 2007, para 2,63%, em Dezembro de 2008.
- Os Lucros em Operações Financeiras diminuíram 1,7%, fixando-se em 67,1 milhões de euros, beneficiando da realização de mais-valias na alienação de participações financeiras no Brasil, mas tendo sido afectados negativamente por perdas associadas à actualização a valores de mercado das carteiras de investimento e negociação do Grupo Banif.



- Os rendimentos de serviços e comissões, aumentaram 8,5%, para 102,8 milhões de euros. A evolução desta rubrica foi também favorecida com o aumento da actividade comercial do Grupo, mas em parte prejudicada pela crise continuada que se vem registando ao nível dos principais mercados financeiros internacionais, que teve como consequência uma redução do nível de actividade das áreas de banca de investimento e de gestão de activos.
- Outros proveitos (líquidos), diminuíram 28,1%, para 27,9 milhões de euros. Esta diminuição é justificada, em parte, pela realização em 2007 de mais-valias na alienação de activos tangíveis e de uma significativa diminuição de proveitos em 2008 pelas mesmas razões atrás indicadas.
- Apesar da degradação económica, o Produto da Actividade do Banif - Grupo Financeiro atingiu 470 milhões de euros em 2008, correspondendo a uma subida de 5,9% em relação ao exercício anterior, que se situou nos 443,8 milhões de euros, como resultado da expansão da actividade e do aprofundamento da relação com os clientes.
- Os custos de funcionamento, que compreendem os Gastos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal, ascenderam a 296,8 milhões de euros, mais 22,8% que em igual período de 2007, em resultado: (i) da expansão das redes de distribuição em Portugal, Cabo Verde, Brasil e Malta, (ii) dos custos com o *rebranding* do Banif – Grupo Financeiro e sua divulgação, (iii) da celebração do 20.º aniversário do Grupo que incluiu um prémio especial aos respectivos colaboradores, (iv) da concretização do projecto de fusão por incorporação do Banif Açores, no Banif, cujo projecto decorreu praticamente durante todo o ano de 2008, tendo envolvido mais de 200 pessoas e mais de 110 subprojectos – legais, de organização e de informática e (v) do custo com projectos de modernização da infraestrutura tecnológica, bem como de modelos de controlo de avaliação de risco. Os encargos directos com o *rebranding* e o 20.º aniversário do Grupo ascenderam a mais de 13 milhões de euros.
- O *Cash Flow* de Exploração Consolidado do Banif – Grupo Financeiro ascendeu a 173,2 milhões de euros, menos 14,2% do que no exercício anterior.
- No mesmo período, o rácio *Cost to Income* (Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade) subiu de 57,5% em 2007, para 68,9%, como reflexo dos investimentos efectuados com a expansão das redes de agências e dos outros elevados encargos suportados, decorrentes das situações descritas.
- As provisões e imparidade líquidas do exercício apresentam um acréscimo de 97,0%, elevando-se a 63,3 milhões de euros, no exercício de 2008, em consequência da deterioração da conjuntura macroeconómica nacional e internacional, que obrigou, inclusive, a uma política de maior prudência na avaliação de alguns coeficientes de análise colectiva da imparidade do crédito.
- O Lucro Consolidado do Banif - SGPS, SA, *holding* do Banif – Grupo Financeiro, no exercício de 2008, ascendeu a 59,2 milhões de euros, o que traduz, como já referido, uma diminuição de 41,4% quando comparado com o ano anterior.

Considerando apenas os resultados recorrentes no período em análise, a evolução entre o exercício de 2007 e 2008 apresenta uma diminuição de 45,25%, passando os resultados líquidos consolidados de 73,6 milhões de euros, em 2007, para 40,3 milhões de euros, em 2008. Esta descida reflecte os menores resultados da actividade seguradora e da banca de investimento ao nível de comissões e operações de trading, e em especial, ao nível da banca comercial, a redução da margem de intermediação financeira, o aumento das provisões para imparidade do crédito e os custos inerentes ao alargamento das redes comerciais e aos investimentos em infra-estruturas tecnológicas.

Ainda, em termos de resultados recorrentes, a seguir apresenta-se a sua evolução pelas grandes áreas de negócio do Grupo:



- a) Banca Comercial, com um resultado líquido recorrente de 50,4 milhões de euros em 2008, contra 66,3 milhões de euros em 2007 (- 24,0%)
- b) Banca de Investimento, com um resultado líquido recorrente de 3,0 milhões de euros em 2008, contra 12,7 milhões de euros em 2007 (-76,3%)
- c) Seguros, com um contributo para os resultados consolidados recorrentes de 1,5 milhão de euros em 2008, contra 7,7 milhões de euros em 2007 (-80,8%)
- d) Impacto da consolidação das “holdings” do Grupo, com um contributo negativo de -14,6 milhões de euros em 2008, contra -13,3 milhões de euros em 2007 (-10,5%).

Balanço

(milhões de euros)	Dez-08		Dez-07		Variação	
					Absoluta	Relativa
Total do Activo Líquido	12.876,6	100,0 %	10.761,0	100,0 %	2.115,7	19,7 %
Caixa e disponibilidades	462,4	3,6%	395,4	3,7%	67,1	17,0%
Aplicações em instituições de crédito	149,7	1,2%	189,8	1,8%	-40,2	-21,2%
Crédito a clientes	10.336,9	80,3%	8.619,8	80,1%	1.717,2	19,9%
Aplicações em títulos	859,9	6,7%	788,8	7,3%	71,1	9,0%
Imobilizações	399,6	3,1%	221,2	2,1%	178,4	80,7%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	107,4	0,8%	109,6	1,0%	-2,2	-2,0%
Outros activos	560,7	4,4%	436,4	4,1%	124,3	28,5%
Total do Passivo	12.013,8	93,3 %	9.970,8	92,7 %	2.043,0	20,5 %
Recursos de Bancos Centrais e Inst. Crédito	3.046,9	23,7%	1.777,0	16,5%	1.269,8	71,5%
Recursos de Clientes	8.168,0	63,4%	7.411,6	68,9%	756,3	10,2%
Passivos financeiros detidos para negociação	41,9	0,3%	44,7	0,4%	-2,8	-6,3%
Provisões	13,2	0,1%	16,6	0,2%	-3,3	-20,2%
Passivos Subordinados	323,1	2,5%	353,9	3,3%	-30,8	-8,7%
Outros Passivos	420,8	3,3%	367,0	3,4%	53,7	14,6%
Total do Capital	862,8	6,7 %	790,1	7,3 %	72,6	9,4 %
Capital	350,0	2,7%	250,0	2,3%	100,0	40,0%
Prémios de Emissão	78,2	0,6%	78,2	0,7%	0,0	0,0%
Acções Próprias	-0,8	0,0%	-0,2	0,0%	-0,6	276,4%
Reservas e Resultados Transitados	96,7	0,8%	186,0	1,7%	-89,3	-48,0%
Resultados do Exercício	59,2	0,5%	101,1	0,9%	-41,8	-41,4%
Interesses Minoritários	279,4	2,2%	175,1	1,6%	104,3	59,6%

Activo

- O Activo Líquido do Banif - Grupo Financeiro ascendia a 12.876,6 milhões de euros, no final de 2008, registando um crescimento de 19,7% em comparação com o final de 2007, como reflexo da expansão verificada.
- O saldo da rubrica “Caixa e disponibilidades” ascendeu a 462,4 milhões de euros, um aumento de 17,0% quando comparado com o final de 2007.
- O saldo das “Aplicações em instituições de crédito” diminui cerca de 40,2 milhões de euros, mantendo um peso reduzido no total do Activo Líquido de 1,8% em 2007 e 1,2% no exercício findo.



- O “Crédito a Clientes”, líquido de imparidade, elevou-se a 10.336,9 milhões de euros, mais 1.717,2 milhões de euros do que em 2007, correspondendo a uma subida de 19,9%. Este agregado continua a ser a principal rubrica do Activo Líquido, apresentando um ligeiro aumento do seu peso relativo, que passou de 80,1%, em 2007, para 80,3% no final de 2008. Na composição desta rubrica:
 - o crédito a empresas subiu 23,9% de 2007 para 2008, aumentando o seu peso no total do crédito concedido, passando de 53% para 56,6%;
 - no crédito a particulares a subida não foi além de 7,2%, perdendo representatividade no crédito concedido, que passou de 47% em 2007 para 43,4% no exercício que terminou. Dentro do crédito a particulares, merece destaque o crédito à habitação, que representa 64,9% do crédito concedido a este segmento, mais 7,1% do que no exercício anterior. Este é um produto que contribui para nivelar o perfil de risco da carteira, para além de ser âncora na fidelização de clientes, proporcionando o aprofundamento da relação e favorecendo o *cross-selling* de produtos de várias empresas do Grupo.
- O rácio de “Imparidade do Crédito/Crédito Total”, degradou-se em 2008, passando para 2,44% que compara com 2,23% no exercício anterior, em consequência da crise económica.
- O saldo de “Imobilizações”, registou um aumento de 178,4 milhões de euros em 2008, ascendendo a 399,6 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 80,7%. Este agregado integra, além das rubricas referentes a activos tangíveis e intangíveis do Banif – Grupo Financeiro, as propriedades de investimento. Esta última rubrica é responsável por 55% do aumento verificado, em consequência do fundo imobiliário “Imogest” passar a integrar o perímetro de consolidação da Banif SGPS. O peso de “Imobilizações” no total do Activo Líquido passou de 2,1% em 2007 para 3,1% em 2008.

Passivo

- Os Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito subiram 71,5% face a 2007, ganhando representatividade como fonte de financiamento, tendo passado de 16,5% em 2007 para 23,7% em 2008 no conjunto do Passivo e Situação Líquida. No aumento verificado, 76% reportam-se a tomadas de fundos em operações de refinanciamento do Banco Central Europeu, realizadas pela banca comercial do Grupo, que utilizou, como colateral, obrigações adquiridas no âmbito de operações de securitização de crédito à habitação, concretizadas em 2008, no valor global de 1.275 milhões de euros.
- Os Recursos de Clientes, que integram “Depósitos de Clientes”, “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Responsabilidades representadas por títulos” subiram 10,2% relativamente a 31 de Dezembro de 2007, o que representa um aumento de 756,3 milhões de euros. Os “Depósitos de clientes” apresentam uma subida de 22,2%, representando um aumento de 1.183 milhões de euros. Os saldos das outras componentes deste agregado, “Responsabilidades representadas por títulos” e “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, diminuíram 18,6% e 29,2%, respectivamente. A evolução favorável dos recursos de clientes beneficiou, em especial, do crescimento do número de pontos de venda do Banif – Grupo Financeiro, que passou de 423 para 510¹ entre 2007 e 2008. No mesmo período, o número de agências bancárias em Portugal passou de 270 para 324. De salientar, também, o continuado crescimento do número de produtos vendidos, com impacto na maior fidelização dos clientes, o que também contribuiu favoravelmente para a taxa de crescimento alcançada na captação de recursos primários.

¹ Excluindo a Banca Pueyo (Espanha), com 82 agências e Bankpime (Espanha), com 23 agências nos quais a Banif-SGPS, SA não detém a maioria do capital social.



- Por outro lado, os recursos fora de balanço progrediram negativamente, passando o saldo sob gestão de 2.855 milhões de euros, em 2007, para 2.130 milhões de euros no final de 2008. Esta redução, -25,5%, é explicada pela instabilidade dos mercados financeiros, que motivou, como alternativa, a procura de produtos de depósitos com rendimento fixo.

Capitais Próprios

- Os capitais próprios do Banif – Grupo Financeiro (deduzidos de Interesses Minoritários) ascendiam a 583,3 milhões de euros no final do exercício de 2008, o que representa uma diminuição de 5,15% relativamente ao final do ano anterior. A variação verificada, -31,7 milhões de euros, é principalmente explicada pelas seguintes situações:
 - Resultado de 2008, no montante de 59,2 milhões de euros;
 - Aumento de capital social da Banif – SGPS, SA no valor de 100 milhões de euros, operação realizada em Junho de 2008, que permitiu um encaixe líquido no mesmo montante;
 - Variação cambial desfavorável em 42,3 milhões de euros, decorrente na sua quase totalidade da depreciação do real brasileiro, que afectou negativamente o valor dos capitais próprios das subsidiárias do Grupo com sede no Brasil;
 - Diminuição das reservas de reavaliação dos títulos classificados na rubrica do balanço “Activos financeiros disponíveis para venda” no montante de -102,8 milhões de euros, nomeadamente em resultado da desvalorização e venda de participações financeiras no Brasil (-69,8 milhões de euros), da desvalorização da carteira de títulos da Companhia de Seguros Açoreana (-11,8 milhões de euros) e da desvalorização da participação no Finibanco Holdings SGPS (-18,6 milhões de euros);
 - Distribuição de dividendos relativos a 2007 e pagos em 2008, a deduzir, no montante de 37,5 milhões de euros.
- Em 31 de Dezembro de 2008, os Fundos Próprios de Base do Grupo (Tier 1), em base IAS/IFRS e Basileia, totalizavam 750,2 milhões de euros, enquanto os Activos Ponderados (Risk Weighted Assets) ascendiam a 10.967,4 milhões de euros, a que correspondia um rácio de Tier 1 de 6,84% (5,89% na mesma data do ano anterior). Por seu turno, os Fundos Próprios Totais do Banif – Grupo Financeiro elevavam-se a 1.011,4 milhões de euros, a que correspondia um rácio de solvabilidade total de 9,22% (9,93 % em 31 de Dezembro de 2007).
- O Resultado Líquido obtido pelo Banif – Grupo Financeiro em 31 de Dezembro de 2008, no valor de 59,2 milhões de euros, permitiu um ROE (*Return on Equity*) de 10,1% (contra 19,3% no ano anterior), enquanto o ROA (*Return on Assets*) atingiu os 0,50% (contra 1,02% no ano anterior). Ambos os rácios foram calculados a valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Grupo.



ANÁLISE COMPARATIVA – Grupo Banif

Expresso em milhares de euros

Balançaço		31-12-2008	31-12-2007	Variaçaço absoluta	Variaçaço %
1	Activo Líquido	12.876.616	10.760.960	2.115.656	19,7%
2	Crédito Concedido (Bruto) (1)	10.409.701	8.816.168	1.593.533	18,1%
3	Depósitos de clientes	6.605.429	5.488.159	1.117.270	20,4%
4	Recursos totais de Clientes (balançaço) (2)	8.223.863	7.388.027	835.836	11,3%
5	Capitais Próprios (3)	583.369	615.065	-31.696	-5,2%
Demonstraçaço de resultados		31-12-2008	31-12-2007	Variaçaço absoluta	Variaçaço %
5	Margem Financeira (inclui Rendimentos de Instrumentos de Capital)	272.171	241.864	30.307	12,5%
6	Lucros em Operaçoes Financeiras (líq.)	67.143	68.327	-1.184	-1,7%
7	Rendimentos de Serviços e Comissões (líq.)	102.812	94.768	8.044	8,5%
7	Outros Proveitos (líq.)	27.917	38.809	-10.892	-28,1%
8	Produto da Actividade	470.043	443.768	26.276	5,9%
9	Custos com Pessoal	162.606	136.323	26.283	19,3%
10	Gastos Gerais Administrativos	134.239	105.470	28.769	27,3%
11	Cash Flow	173.199	201.975	-28.776	-14,2%
12	Amortizaçoes do Exercício	31.285	26.750	4.535	17,0%
13	Provisões e Imparidade (líq.)	63.257	32.108	31.149	97,0%
14	Diferenças de consolidaçaço negativas	0	510	-510	-100,0%
15	Equivalência Patrimonial	3.282	11.448	-8.166	-71,3%
16	Resultado antes de Impostos	81.938	155.075	-73.137	-47,2%
17	Impostos (correntes e diferidos)	15.175	38.271	-23.096	-60,3%
18	Interesses Minoritários	7.526	15.720	-8.194	-52,1%
19	Resultado Consolidado do Exercício	59.237	101.084	-41.847	-41,4%
Outros indicadores		31-12-2008	31-12-2007	Variaçaço absoluta	Variaçaço %
20	Prémios de Seguros (Total)	447.440	536.951	-89.511	-16,7%
	- Prémios Vida	274.026	368.216	-94.190	-25,6%
	- Prémios Não Vida	173.414	168.735	4.679	2,8%
21	Activos sob Gestão (valores em milhões de euros)	2.130	2.855	-725	-25,4%
22	Imparidade de Crédito / Crédito Total	2,44%	2,23%	-	-
23	ROE	10,1%	19,3%	-	-
24	ROA	0,50%	1,02%	-	-
25	Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médio	0,69%	1,57%	-	-
26	Produto da Actividade / Activo Líquido Médio	3,93%	4,48%	-	-
27	Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios (Incluindo Interesses Minoritários)	10,5%	23,9%	-	-
28	Custos de Funcionamento + Amortizaçoes / Produto da Actividade (4)	68,9%	57,5%	-	-
29	Custos Com Pessoal / Produto da Actividade (4)	34,5%	30,3%	-	-

(1) Deduzidos de títulos de dívida registados em empréstimos concedidos e contas a receber

(2) inclui Recursos de Clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

(3) Deduzidos de Interesses Minoritários

(4) Estes rácios excluem as actividades não financeiras e auxiliares. O produto da actividade inclui o resultado de Investimento em associadas excluídas da consolidaçaço



IV APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que:

1. No exercício de 2008, a Banif - SGPS, SA obteve, face à especificidade da sua actividade de holding, um resultado individual de € 29.718.944,80 e um lucro líquido consolidado de € 59.237.313,35;
2. Tem sido política da sociedade proceder, em todos os exercícios, à distribuição de lucros pelos seus Accionistas em face dos resultados obtidos e das suas necessidades de autofinanciamento;
3. São salvaguardadas todas as disposições estatutárias e legais, nomeadamente, os artºs 32º e 33º do Código das Sociedades Comerciais;
4. O dividendo adiante proposto corresponde a uma distribuição de cerca de 39% do lucro consolidado do exercício, procurando-se deste modo remunerar adequadamente os Accionistas,

O Conselho de Administração propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do nr. 1 e do nr. 2 do artº 376º do Código das Sociedades Comerciais e do art.º 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a seguinte aplicação de Resultados:

Para Reserva Legal.....	2.971.894,48
Para Distribuição de Dividendos.....	22.750.000,00 (*)
Para Reservas Livres.....	<u>3.997.050,32</u>
TOTAL	29.718.944,80

(*) Dividendo de € 0,065 (seis cêntimos e meio) por acção



V NOTA FINAL

Em Assembleia Geral Anual da Sociedade, realizada em 31 de Março de 2008, foi eleito, para o exercício das funções de Vogal do Conselho Fiscal, até ao final do mandato em curso, nos termos do n.º 4 do art.º 415.º do Código das Sociedades Comerciais, o Sr. Dr. José Lino Tranquada Gomes, o qual, eleito para suplente do referido órgão no início do mandato, havia sido chamado ao exercício efectivo de funções em 5 de Julho de 2007, em substituição do Sr. Dr. José Luís Pereira de Macedo, que renunciou ao cargo.

Em reunião do Conselho de Administração de 22 de Dezembro de 2008, foi cooptado para o exercício das funções de Vogal do Conselho de Administração até ao final do mandato em curso, nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 393.º do Código das Sociedades Comerciais, o Sr. Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira, em substituição do Sr. Dr. Artur de Jesus Marques, que havia renunciado ao cargo em 25-09-2007.

Em 29 de Dezembro de 2008, a Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A. comunicou a substituição do seu representante na Comissão de Remunerações da sociedade, Sr. Dr. Fernando José Inverno da Piedade, pela Sr.ª D. Paula Maria Ramos dos Santos Caetano.

Assim, é a seguinte a composição actual dos órgãos sociais e estatutários:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Prof. Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Secretário: Dr. Miguel José Luís de Sousa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Comendador Horácio da Silva Roque
Vice-Presidentes: Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Vogais Efectivos: Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Dr. José Marques de Almeida
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira

Vogal Suplente: Dr. Fernando José Inverno da Piedade

CONSELHO FISCAL

Presidente: Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida
Vogais Efectivos: Dr. António Ernesto Neto da Silva
Dr. José Lino Tranquada Gomes

Vogal Suplente: Dr. José Pedro Lopes Trindade

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: Comendador Horácio da Silva Roque, em representação da
Rentipar Financeira – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Vice-Presidentes: Comendador João Francisco Justino
Prof. Doutor Luís Manuel Moreira Campos e Cunha

Dr. Fernando José Inverno da Piedade, em representação da
Renticapital - Investimentos Financeiros, SA
Dr. Rui Alberto Faria Rebelo, em representação da



Empresa de Electricidade da Madeira, SA
Dr. Gonalo Crist3vdam Meirelles de Ara3jo Dias
Eng.º Ant3nio Fernando Couto dos Santos
Dr. Miguel Jos3 Lu3s de Sousa
Eng.º Nicolau de Sousa Lima
Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro
Prof. Doutor Ant3nio Soares Pinto Barbosa
Dr. Diamantino Pereira Marques

COMISS3O DE REMUNERA3ES

- Vestiban – Gest3o e Investimentos, SA, representada pela Senhora D. Paula Maria Ramos dos Santos Caetano
- Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, representada pelo Senhor V3tor Hugo Simons
- Comendador Jorge de S3

A terminar o seu relat3rio sobre as actividades desenvolvidas em 2008, o Conselho de Administra3o manifesta ao Conselho Fiscal e ao Conselho Consultivo o seu agradecimento pelo apoio e colabora3o que sempre recebeu daqueles 3rg3os da Sociedade.

Declara3es, nos termos da al3nea c) do n.º 1 do artigo 245.º do C3digo dos Valores Mobili3rios

Cada um dos membros do Conselho de Administra3o, signat3rios do presente documento, *infra* identificados, declara, sob sua responsabilidade pr3pria e individual, que, tanto quanto 3 do seu conhecimento, o relat3rio de gest3o, as contas anuais, a certifica3o legal de contas e demais documentos de presta3o de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabil3sticas aplic3veis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situa3o financeira e dos resultados da Banif - SGPS, SA e das empresas inclu3das no per3metro de consolida3o, e que o relat3rio de gest3o exp3e fielmente a evolu3o dos neg3cios, do desempenho e da posi3o da Banif - SGPS, SA e das empresas inclu3das no per3metro da consolida3o, e cont3m uma descri3o dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 6 de Maro de 2009

O CONSELHO DE ADMINISTRA3O

Hor3cio da Silva Roque - Presidente

Joaquim Filipe Marques dos Santos - Vice-Presidente

Carlos David Duarte de Almeida – Vice-Presidente

Ant3nio Manuel Rocha Moreira - Vogal

Artur Manuel da Silva Fernandes - Vogal

Jos3 Marques de Almeida – Vogal

Diogo Ant3nio Rodrigues da Silveira - Vogal



VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 – Demonstrações Financeiras Separadas

1.1- Balanço

BANIF - SGPS SA

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		31-12-2008		31-12-2007
	Notas	Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	6 888	-	6.888
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6	46.165	-	46.165
Aplicações em instituições de crédito		-	-	-
Crédito a clientes		-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-
Outros activos tangíveis	7	2	(2)	-
Activos intangíveis	8	121	(121)	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	9	490.957	-	490.957
Activos por impostos correntes	10	3 093	-	3.093
Activos por impostos diferidos	10	2 230	-	2.230
Outros activos	11	146.480	-	146.480
Total do Activo		695.936	(123)	695.813
Recursos de Bancos Centrais		-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	12	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	13	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	14	-	-	132.656
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	-	-	15.002
Responsabilidades representadas por títulos	16	-	-	51.467
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-
Provisões	17	-	-	979
Passivos por impostos correntes	10	-	-	308
Passivos por impostos diferidos	10	-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-
Outros passivos	18	-	-	14.836
Total do Passivo		-	-	215.248
Capital	19	-	-	350.000
Prémios de emissão	19	-	-	78.214
Outros instrumentos de capital		-	-	-
Acções próprias		-	-	(749)
Reservas de reavaliação	6 e 19	-	-	(10 592)
Outras reservas e resultados transitados	19	-	-	33.973
Resultado do exercício	19	-	-	29.719
Dividendos antecipados		-	-	-
Total do Capital		-	-	480.565
Total do Passivo + Capital		-	-	695.813

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.2- Demonstração de Resultados

BANIF - SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
Juros e rendimentos similares	20	7.801	7 068
Juros e encargos similares	20	(17.167)	(10.996)
Margem financeira		(9 366)	(3.928)
Rendimentos de instrumentos de capital	21	39.651	52.417
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões	22	(508)	(179)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	23	101	234
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	24	(47)	(337)
Produto bancário		29.831	48 207
Custos com pessoal	25	(262)	(271)
Gastos gerais administrativos	26	(2.622)	(1.518)
Amortizações do exercício	7,8	(17)	(41)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	1.561	(1.006)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
Resultado antes de impostos		28.491	45 371
Impostos		1.228	(492)
Correntes	10	(41)	0
Diferidos	10	1.269	(492)
Resultado após impostos		29.719	44 879
Do qual: Resultado após impostos de operações desconinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		29.719	44 879
Quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação	27	300.673.619	249.948.330
Resultados por acção (€/ acção)		0,10	0,18

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.3- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

BANIF - SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de Emissão	Acções Próprias	Reservas de Reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31-12-2007	250.000	78.214	-	11.462	21.422	4.459	713	44.879	411.149
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas	-	-	-	-	4.488	2.891	-	(7.379)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37.500)	(37.500)
Aumento Capital	100.000	0	-	-	-	-	-	-	100.000
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	-	-	-	(22.054)	-	-	-	-	(22.054)
Compra / alienação acções próprias	-	-	(749)	-	-	-	-	-	(749)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	29.719	29.719
Saldos em 31-12-2008	<u>350.000</u>	<u>78.214</u>	<u>(749)</u>	<u>(10.592)</u>	<u>25.910</u>	<u>7.350</u>	<u>713</u>	<u>29.719</u>	<u>480.565</u>
Saldos em 31-12-2006	250.000	78.214	-	-	17.929	2.939	713	34.924	384.719
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas	-	-	-	-	3.493	1.431	-	(4.924)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	-	-	-	11.462	-	-	-	-	11.462
Compra / alienação acções próprias	-	-	-	-	-	89	-	-	89
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	44.879	44.879
Saldos em 31-12-2007	<u>250.000</u>	<u>78.214</u>	<u>-</u>	<u>11.462</u>	<u>21.422</u>	<u>4.459</u>	<u>713</u>	<u>44.879</u>	<u>411.149</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.4- Demonstração de Fluxos de Caixa

BANIF - SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVIDADE OPERACIONAL

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
<u>Resultados de Exploração:</u>			
Resultado Líquido do Exercício	19	29.719	44.879
Provisões do Exercício	17	(1.561)	1.006
Amortizações do Exercício	7,8	17	41
Dotação para Impostos do Exercício		41	-
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor Através de Resultados	23	101	234
Dividendos recebidos	21	(1.967)	(9.597)
<u>Variação dos Activos e Passivos Operacionais:</u>			
(Aumento)/Diminuição de Outros Activos		(21.408)	44.495
Diminuição Outros Passivos financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	13	(70.143)	-
Aumento de Recursos de Outras Instituições de Crédito	14	52.028	76.523
Aumento/(Diminuição) de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	15	(50.034)	50.034
Aumento/(Diminuição) de Responsabilidades representadas por títulos	16	51.467	-
Aumento/(Diminuição) de outros Passivos		5.737	5.452
Fluxos das actividades operacionais		<u>(6.003)</u>	<u>213.067</u>

ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO

Aquisição de subsidiárias e associadas	9	(38.572)	(152.430)
Aquisição de participações	6	(15.034)	(41.723)
Dividendos recebidos	21	1.967	9.597
Fluxos das actividades de investimento		<u>(51.639)</u>	<u>(184.556)</u>

ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Aumento de capital	19	100.000	-
Ações próprias	19	(749)	89
Dividendos distribuídos referentes ao exercício anterior	19	(37.500)	(30.000)
Fluxos das actividades de financiamento		<u>61.751</u>	<u>(29.911)</u>

TOTAL

4.109 (1.400)

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no início do período	5	2.779	4.179
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	<u>6.888</u>	<u>2.779</u>
		<u>4.109</u>	<u>(1.400)</u>

Valor do balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro

Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito	5	6.888	2.779

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Banif - SGPS, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede em Rua de João Távira, n.º30, 9004 – 509 Funchal, que tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades.

As acções da Banif - SGPS, S.A. encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

Em 6 de Março de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2008 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2009.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

Em 2008 entraram em vigor as seguintes Normas:

IAS 39 Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração

Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. Estas emendas permitiram, face às circunstâncias excepcionais de mercado, reclassificar certos instrumentos financeiros da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para Activos Financeiros Detidos até à maturidade ou Empréstimos e Valores a Receber.

IFRIC 11 – Transacções com acções próprias

A IFRIC 11 na medida em que se aplique a demonstrações financeiras consolidadas. Esta interpretação requer que os acordos em que são atribuídos direitos sobre as acções da entidade a empregados sejam contabilizados como esquemas de liquidação em acções, mesmo que a entidade compre os instrumentos a uma parte independente, ou os accionistas entreguem os instrumentos de capital necessários. À data de 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade não tinha acordos desta natureza.

IFRIC 12 – Acordos de concessão

Esta interpretação, ainda não adoptada pela União Europeia, aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão. Esta interpretação não tem impacto na Sociedade.

Na Nota 49 encontram-se descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras.

A Sociedade não espera que estas normas e interpretações tenham impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

Excepto quanto ao disposto na Nota 3.7.1 sobre “Activos financeiros disponíveis para venda”, que não requer ajustamentos nos valores comparativos, a Sociedade não procedeu a outras alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas é mais significativo na seguinte situação:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

3.4 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos à ordem junto de outros bancos no país.

3.5 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.6 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Activos financeiros

Activos financeiros de negociação

Os activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o propósito de realização de lucros a partir de flutuações de curto prazo no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que o Grupo não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (20% em 2007) ou um declínio por mais de 1 ano (6 meses em 2007) pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos. A alteração dos critérios de verificação da existência de prova objectiva de imparidade, de 20% para 30% e de 6 meses para 1 ano, reflecte um ajustamento adequado face às condições extraordinárias de volatilidade e falta de liquidez do mercado, enquadrado na Carta Circular N.º 105/08/DSBDR de 18/12/2008 do Banco de Portugal. Esta alteração não tem quaisquer impactos nos comparativos do ano anterior.

3.7.2 Passivos Financeiros

Passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados

Esta categoria compreende:

- Os passivos financeiros detidos para negociação, que correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa e que se encontram registados pelo justo valor.
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados, que respeitam a instrumentos de dívida emitida pela Sociedade, com um ou mais derivados implícitos, para os quais, de acordo com os requisitos do IAS 39, seria necessário valorizar e apresentar de forma independente ao contrato de acolhimento. De acordo com a aplicação antecipada pela Sociedade da emenda ao texto inicial do IAS 39 – “Fair Value Option”, e com referência a 1 de Janeiro de 2005 (data de transição para os IAS/IFRS), procedeu-se à designação da totalidade dos referidos instrumentos híbridos enquanto um passivo financeiro ao justo valor através de resultados.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, recursos de clientes e responsabilidades representadas por títulos, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

3.8 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui outros equipamentos.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Outro equipamento	4 anos

3.9 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

3.10 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.11 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.12 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

4. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade desenvolvida pela Sociedade em 2008 e 2007 resulta da gestão de participações sociais e foi integralmente realizada em Portugal.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.888	2.779
	<u>6.888</u>	<u>2.779</u>

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nome da Sociedade	% de Participação	Valor de Aquisição	Valor Reserva Reavaliação	Valor da Participação 31-12-2008
Finibanco Holdings SGPS, SA	9,67%	35 869	(9.737)	26.132
Zon Madeira	16,19%	14 941	(855)	14 086
Zon Açores	10,00%	5 947	-	5 947
		<u>56.757</u>	<u>(10.592)</u>	<u>46.165</u>

Nome da Sociedade	% de Participação	Valor de Aquisição	Valor Reserva Reavaliação	Valor da Participação 31-12-2007
Finibanco Holdings SGPS, SA	7,75%	27.641	15.122	42.763
Cabo TV Madeirense, SA	14,90%	14 082	161	14 243
		<u>41.723</u>	<u>15.283</u>	<u>57 006</u>

O justo valor dos instrumentos de capital da sociedade Finibanco Holdings SGPS, SA foi determinado pelo valor de cotação de 31-12-2008 na bolsa Euronext Lisboa, enquanto o justo valor dos instrumentos de capital da sociedade Zon Madeira e Zon Açores, que não se encontram cotadas em bolsa, foram determinados com recurso à metodologia *Discounted Cash Flows* (Zon Madeira: WACC médio = 10%, Perpetual Growth Rate: 2%; Zon Açores: WACC médio = 10%, Perpetual Growth Rate: 2%).

7. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	Saldo em 31-12-2007	Aumentos	Amortizações do exercício	Valor (líquido) em 31-12-2008
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Reavaliações (líquido)	
Equipamento Informático	2	2	-	-
TOTAL	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	Saldo em 31-12-2007	Aumentos	Amortizações do exercício	Valor (líquido) em 31-12-2008
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Reavaliações (líquido)	
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	121	104	-	-
TOTAL	<u>121</u>	<u>104</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

9. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

31-12-2008

Nome da Sociedade	Sede	Actividade Principal	% de Participação	Valor da Participação
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00%	9 969
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	84,80%	239 325
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	20 000
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	82.150
Banif Imobiliária, SA	Portugal	Imobiliário	100,00%	985
Companhia de Seguros Açoreana, SA	Portugal	Seguradora	33,62%	35 336
Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Cabo verde	Instituição Financeira	51,69%	5.130
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Instituição Financeira	72,00%	10 800
Banca Pueyo, SA	Espanha	Instituição Financeira	33,32%	49 363
Bankpime, SA	Espanha	Instituição Financeira	27,50%	35 398
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Holding	99,90%	2
Imobiliária Vegas Altas	Espanha	Imobiliário	33,33%	2.499
				<u>490 957</u>

31-12-2007

Nome da Sociedade	Sede	Actividade Principal	% de Participação	Valor da Participação
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00%	8.729
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	84,80%	239 325
Banif - Investimentos - SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	64.150
Banif Comercial, SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	10 000
Banif Imobiliária, SA	Portugal	Imobiliário	100,00%	985
Companhia de Seguros Açoreana, SA	Portugal	Seguradora	33,62%	28 275
Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Cabo verde	Instituição Financeira	46,00%	3.418
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Instituição Financeira	100,00%	9 000
Banca Pueyo, SA	Espanha	Instituição Financeira	33,32%	49 363
Bankpime, SA	Espanha	Instituição Financeira	27,50%	35 398
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Holding	99,90%	2
Imobiliária Vegas Altas	Espanha	Imobiliário	33,33%	2.499
				<u>451.144</u>

O aumento de capital na Banif Investimentos, SGPS, SA foi realizado por incorporação de suprimentos no montante de 1.240 milhares de euros.

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os Activos por Impostos Correntes são compostos por:

- Pagamentos por conta e IRC retido: 462 milhares de euros
- IRC a recuperar: 2.631 milhares de euros

O IRC a recuperar refere-se a impostos de exercícios anteriores, objecto de reclamação já decidida favoravelmente ou para as quais a Sociedade espera decisões favoráveis.

O movimento de impostos diferidos no período foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				FINAL DO EXERCÍCIO
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	REFORÇOS		REALIZAÇÕES / ANULAÇÕES		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
		CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	
Prejuízos fiscais reportáveis	961		1.269	-	-	2 230
Mais valias potenciais de títulos registados em "activos financeiros disponíveis para venda" - Passivo	(3 821)		-	3.821	-	-
TOTAL	(2.860)	-	1.269	3.821	-	2.230

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva:

DESCRIÇÃO	31-12-2008			
	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de Impostos	28.491			
Imposto diferido	(41)			
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos incidentes sobre lucros	1.269			
Resultado Líquido do exercício	29.719	7.430		
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25%			
Variações patrimoniais positivas	0	0		
Despesas não Dedutíveis	6.657	1.664		
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	68	17		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos incidentes sobre lucros	91	23		
Impostos diferidos	0	0		
Juros de empréstimos não aceites fiscalmente	6.466	1.617		
Outros	32	8		
Outros	1.117	279		
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado	1.117	279		
Receitas não Tributáveis	(42.569)	(10.642)		
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	(39.651)	(9.913)		
Impostos diferidos	(1.269)	(317)		
Lucros distribuídos anteriormente acrescidos	0	0		
Outros	(1.649)	(412)		
Lucro / (Prejuízo) Tributável	(5.076)	(1.269)	5.076	1.269
Matéria Colectável	(5.076)	(1.269)		
Retenções na fonte e pagamentos por conta		492		
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar		-		
Tributação autónoma		(41)		
Carga Fiscal Total		(41)		
Impostos diferidos reconhecidos no exercício			1.269	

11. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Suprimentos	105.148	81.176
Proveitos a receber	1.237	253
Outros activos	40.095	45.229
	<u>146.480</u>	<u>126.658</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, os suprimentos respeitam a 32.900 milhares de euros à Banif Comercial, SGPS, SA, 61.281 milhares de euros à Banif Imobiliária, 6.260 milhares de euros à Banif – Investimentos - SGPS, SA e 4.707 milhares de euros à Companhia de Seguros Açoreana. Estes suprimentos apresentam as seguintes condições:

Banif Comercial, SGPS S.A	31-12-2008	31-12-2007
Montante concedido	32.900	32.900

Este financiamento a título de suprimento não é remunerado.

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Banif Imobiliária, S.A	31-12-2008	31-12-2007
Montante concedido	24.000	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	3,13%	-
Spreed (%)	1,50%	-
Taxa de juro total (%)	4,63%	-
Banif Imobiliária, S.A	31-12-2008	31-12-2007
Montante concedido	29.281	30.423
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	5,12%	4,78%
Spreed (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	6,12%	5,78%
Banif Imobiliária, S.A	31-12-2008	31-12-2007
Montante concedido	1.500	1.500
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	3,47%	4,91%
Spreed (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	4,47%	5,91%
Banif Imobiliária, S.A	31-12-2008	31-12-2007
Montante concedido	2.500	2.500
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	5,16%	4,66%
Spreed (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	6,16%	5,66%
Banif Imobiliária, S.A	31-12-2008	31-12-2007
Montante concedido	4.000	4.000
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	3,24%	4,82%
Spreed (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	4,24%	5,82%
Banif - Investimentos - SGPS, S.A	31-12-2008	31-12-2007
Montante concedido	6.260	7.500
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	3,06%	4,78%
Spreed (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	4,06%	5,78%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	31-12-2008	31-12-2007
Montante concedido	2.353	2.353
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	3,33%	4,90%
Spreed (%)	1,20%	1,20%
Taxa de juro total (%)	4,53%	6,10%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	31-12-2008	31-12-2007
Montante concedido	2.354	-
Taxa de juro (%) - Euribor 6 meses	4,89%	-
Spreed (%)	1,75%	-
Taxa de juro total (%)	6,64%	-

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

12. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Interest Rate Swap	-	116
	<u>-</u>	<u>116</u>

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Obrigações	-	70.143
	<u>-</u>	<u>70.143</u>

Em 2008 a Sociedade reembolsou as obrigações Banif – SGPS, SA 2003-2008 no montante de 70 milhões de euros.

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Empréstimo	130.000	78.600
Encargos financeiros	2.656	2.027
	<u>132.656</u>	<u>80.627</u>

O empréstimo no montante de 130.000 milhares de euros foi concedido pelo Banif, SA.

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Empréstimo	15.000	65.000
Encargos financeiros	2	36
	<u>15.002</u>	<u>65.036</u>

16. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Obrigações	51.467	-
	<u>51.467</u>	<u>-</u>

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Em 15 de Julho de 2008, a Banif – SGPS, SA, emitiu obrigações no montante de 50 milhões euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente. Para o 1º ano de vida a taxa de juro é 6,25% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75%. O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de três anos a contar da data de subscrição e será reembolsado integralmente, ao par, de uma só vez, na data de vencimento do 6º cupão, ou seja a 15 de Julho de 2011, salvo se ocorrer o reembolso antecipado.

17. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento de provisões no período foi o seguinte:

CATEGORIA	EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO
		REFORÇOS	REPOSIÇÕES, ANULAÇÕES E UTILIZAÇÕES	
PROVISÕES :				
Contingências Fiscais	2.540	-	(1.561)	979
TOTAL	2.540	-	(1.561)	979

As provisões repostas no exercício correspondem a um litígio que foi decidido favoravelmente à Sociedade.

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Credores e outros recursos	14.226	8.935
Outros encargos a pagar	585	189
Outras contas de regularização	25	16
	14.836	9.140

19. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Capital	350.000	250.000
Prémios de emissão	78.214	78.214
Outros instrumentos de capital	-	-
Acções próprias	(749)	-
Reservas de reavaliação	(10.592)	11.462
Reserva legal	25.910	21.422
Outras reservas e resultados transitados (livres)	8.063	5.172
Resultado do exercício	29.719	44.879
Dividendos antecipados	-	-
Total do Capital	480.565	411.149

O capital social é constituído por 350.000.000 acções, de valor nominal de €1,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

No decorrer do exercício de 2008, a Sociedade distribuiu dividendos no valor de 37,5 milhões de Euros relativos ao exercício de 2007, correspondentes a € 0,15 por acção (250.000.000 acções).

No mês de Junho de 2008, a Banif – SGPS, SA procedeu a um aumento do capital social de 250.000 milhares de euros para 350.000 milhares de euros. O aumento de capital, reservado a accionistas, foi realizado da seguinte forma:

- a) incorporação de reservas de prémios de emissão no montante de 50.000 milhares de euros, mediante a emissão de 50.000.000 de novas acções ordinárias nominativas com valor nominal de 1 EUR;
- b) emissão de 50.000.000 de novas acções, cada uma com valor nominal de 1 EUR, pelo preço de 2 EUR na modalidade de novas entradas de dinheiro.

A reserva de reavaliação é composta pelas seguintes valorizações:

- Finibanco Holdings, SGPS, SA: -9.737 milhares de euros (Nota 6);
- Zon Madeira: -855 milhar de euros (Nota 6).

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Juros de disponibilidades	177	464
Juros de aplicações em IC	165	87
Juros de suprimentos	3.694	3.179
Juros de Instrumentos derivados	3.765	3.338
	<u>7.801</u>	<u>7.068</u>

JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Juros de empréstimos	7.432	2.917
Juros de obrigações emitidas	5.243	3.327
Juros de instrumentos derivados	4.096	3.604
Outros juros	396	1.148
	<u>17.167</u>	<u>10.996</u>

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

21. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Banif Comercial, SGPS, SA	30.392	19.945
Banif Investimentos, SGPS, SA	7.293	27.125
Zon Madeira	842	-
Finibanco Holding, SGPS, SA	757	580
Banca Pueyo, SA	283	200
Inmobiliária Vegas Altas	84	-
Banif Imobiliária, SA	-	4.500
Companhia de Seguros Açoreana, SA	-	67
	<u>39.651</u>	<u>52.417</u>

No exercício de 2008 os dividendos recebidos foram de 1.967 milhares de euros, sendo que o montante de 37.684 milhares de euros foi reconhecido nos termos da Nota 3.12.

22. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Por serviços bancários prestados	48	61
Por operações realizadas por terceiros	336	40
Outras comissões pagas	124	78
	<u>508</u>	<u>179</u>

23. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Ganhos em instrumentos derivados	370	341
Perdas em instrumentos derivados	(269)	(107)
	<u>101</u>	<u>234</u>

24. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Ganhos em outros activos financeiros detidos para negociação	393	117
Perdas em outros activos financeiros detidos para negociação	(385)	(435)
Outros impostos	(66)	(36)
Outros	11	17
	<u>(47)</u>	<u>(337)</u>

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

25. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	262	271
	<u>262</u>	<u>271</u>

26. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Serviços especializados	624	1.189
Comunicações	1	1
Publicidade e edição de publicações	1.334	263
Deslocações, estadas e representação	656	29
Outros	7	36
	<u>2.622</u>	<u>1.518</u>

27. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Básicos		
Resultados do exercício	29.719	44.879
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	300.673.619	249.948.330
Ganhos por acção (expresso em euros por acção)	0,10	0,18

28. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade encontra-se sujeita a riscos de taxa de juro, através dos instrumentos de dívida emitida, conforme referido na Nota 3.7.2, registados na rubrica “responsabilidades representadas por títulos”.

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

29. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	<u>Empresas do grupo</u>		<u>Elementos chaves de gestão</u>	
	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Disponibilidades em IC	6.888	2.779	-	-
Suprimentos	106.385	81.429	-	-
Outros Activos	274	44.350	-	-
Recursos em IC	132.656	80.627	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.002	65.036	-	-
Outros Passivos	6.039	116	-	-
Custos	12.197	6.625	262	271
Proveitos	46.225	58.905	-	-

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

30. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2008, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

O Conselho de Administração propôs para discussão na Assembleia Geral, de 31 de Março de 2009, alteração do Artigo Quinto do contrato de sociedade, em termos de autorizar aquele órgão a aumentar o capital social, uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, nos termos e condições que entender convenientes, até ao montante máximo de quinhentos milhões de euros.

31. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e adoptadas pela União Europeia, mas que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O IASB emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "*comprehensive income*".

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Sociedade será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) é parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada. A Sociedade não espera qualquer impacto da introdução desta alteração.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda ("*puttable instruments*") e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira das normas internacionais de relato financeiro vez e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior .

A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A Sociedade não espera quaisquer impactos da introdução da alteração desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Sociedade será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível da Sociedade.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 14 que clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo. Um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. A IAS 19 limita a mensuração desses activos ao valor presente de benefícios económicos disponíveis, quer sob a

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo. A data de efectiva aplicação desta interpretação é 1 de Janeiro de 2009 e a Sociedade não espera impactos significativos na sua aplicação.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* apresentam-se em seguida:

Alteração à IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente devido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes devidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Alteração à IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas da Sociedade.

Alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas e ainda não adoptadas pela União Europeia e consequentemente que ainda não entraram em vigor podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Sociedade não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

1.5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF - SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o método directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
o reconhecimento de proveitos;
a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

2 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.1 - Balanço

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2008		31-12-2007	
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	313.199	-	313.199	276 824
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	149 231	-	149.231	118 535
Activos financeiros detidos para negociação	8,15	277.124	-	277.124	253.447
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	248 046	-	248.046	285.731
Activos financeiros disponíveis para venda	10,41	163 255	(3.779)	159.476	218 537
Aplicações em instituições de crédito	11	149 668	-	149.668	189 831
Crédito a clientes	12,41	10 590.663	(253.714)	10.336.949	8.619.775
Investimentos detidos até à maturidade	13	84 003	-	84.003	-
Activos com acordo de recompra	14	91 283	-	91.283	31.131
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	16,41	10.171	(1.538)	8.633	68.404
Propriedades de investimento	17	107 990	-	107.990	9 042
Outros activos tangíveis	18	378.158	(115 620)	262.538	185.403
Activos intangíveis	19	81 698	(52 664)	29.034	26.731
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	20	107 375	-	107.375	109 612
Activos por impostos correntes	21	30 801	-	30.801	32 982
Activos por impostos diferidos	21	41 874	-	41.874	20 022
Provisões técnicas de resseguro cedido		-	-	-	-
Outros activos		490 614	(11 222)	479.392	314 953
Devedores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros activos	22,41	490 614	(11 222)	479.392	314 953
Total do Activo		13 315.153	(438 537)	12.876.616	10.760 960
Recursos de Bancos Centrais	23	-	-	965.843	-
Passivos financeiros detidos para negociação	15,24	-	-	41.934	44.747
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	25	-	-	267.196	377.443
Recursos de outras instituições de crédito	26	-	-	2.081.009	1.777 023
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	-	-	6.514.863	5.331.498
Responsabilidades representadas por títulos	28	-	-	1.385.895	1.702 673
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	29	-	-	13.224	16 564
Provisões técnicas		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	21	-	-	6.810	33.739
Passivos por impostos diferidos	21	-	-	16.415	61.497
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados	30	-	-	323.105	353 856
Outros passivos		-	-	397.552	271.796
Credores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros passivos	31	-	-	397.552	271.796
Total do Passivo		-	-	12.013.846	9.970 836
Capital	32	-	-	350.000	250 000
Prémios de emissão	32	-	-	78.214	78 214
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-
Acções próprias	32	-	-	(764)	(203)
Reservas de reavaliação	32	-	-	(24.539)	76 073
Outras reservas e resultados transitados	32	-	-	121.221	109 897
Resultado do exercício	32	-	-	59.237	101 084
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Interesses minoritários	33	-	-	279.401	175 059
Total do Capital		-	-	862.770	790.124
Total do Passivo + Capital		-	-	12.876.616	10.760 960

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.2 – Demonstrações de Resultados

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
Juros e rendimentos similares	34	944.302	700.918
Juros e encargos similares	34	(675.014)	(461.854)
Margem financeira		269.288	239.064
Rendimentos de instrumentos de capital	35	2.883	2.800
Rendimentos de serviços e comissões	36	116.249	106.998
Encargos com serviços e comissões	36	(13.437)	(12.230)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	23.136	8.863
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	37	63.996	53.287
Resultados de reavaliação cambial	37	(19.989)	6.177
Resultados de alienação de outros activos	38	1.786	9.398
Prémios líquidos de resseguro		-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-
Outros resultados de exploração	38	26.131	29.411
Produto da actividade		470.043	443.768
Custos com pessoal	39	(162.606)	(136.323)
Gastos gerais administrativos	40	(134.239)	(105.470)
Amortizações do exercício	18,19	(31.285)	(26.750)
Provisões líquidas de reposições e anulações	29	(1.791)	(5.938)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	41	(53.707)	(27.407)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	41	(2.713)	(818)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	41	(5.046)	2.055
Diferenças de consolidação negativas		-	510
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	20	3.282	11.448
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		81.938	155.075
Impostos		(15.175)	(38.271)
Correntes	21	(27.582)	(45.076)
Diferidos	21	12.407	6.805
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		66.763	116.804
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses minoritários	33	(7.526)	(15.720)
Resultado consolidado do exercício		59.237	101.084
Quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação	42	300.607.649	249.836.509
Resultados por acção (€/ acção)		0,20	0,40

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.3- Demonstração de Variações em Capitais Próprios

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Outras reservas	Resultado do exercício deduzido de Interesses Minoritários	Total
Saldos em 31-12-2007	250.000	(203)	78.214	76.073	228.644	(118.747)	101.084	615.065
Transferência para reservas	-	-	-	-	63.584	-	(63.584)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(37.500)	(37.500)
Aumento de Capital	100.000	-	0	-	-	-	-	100.000
Aquisição/alienação de acções próprias	-	(561)	-	-	-	-	-	(561)
Reserva de reavaliação	-	-	-	2.190	-	(2.190)	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(102.802)	-	-	-	(102.802)
Diferenças de consolidação: operações com IM	-	-	-	-	-	(5.587)	-	(5.587)
Variação cambial	-	-	-	-	-	(42.347)	-	(42.347)
Dividendos Banif Cayman	-	-	-	-	-	(623)	-	(623)
Outras variações em capital próprio	-	-	-	-	-	(1.513)	-	(1.513)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	59.237	59.237
Saldos em 31-12-2008	<u>350.000</u>	<u>(764)</u>	<u>78.214</u>	<u>(24.539)</u>	<u>292.228</u>	<u>(171.007)</u>	<u>59.237</u>	<u>583.369</u>
Saldos em 31-12-2006	250.000	(1.334)	78.214	16.581	180.548	(116.464)	78.096	485.641
Transferência para reservas	-	-	-	-	48.096	-	(48.096)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Aquisição/alienação de acções próprias	-	1.131	-	-	-	(1.024)	-	107
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	59.492	-	-	-	59.492
Outras variações em capital próprio	-	-	-	-	-	(1.259)	-	(1.259)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	101.084	101.084
Saldos em 31-12-2007	<u>250.000</u>	<u>(203)</u>	<u>78.214</u>	<u>76.073</u>	<u>228.644</u>	<u>(118.747)</u>	<u>101.084</u>	<u>615.065</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.4- Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em milhares de Euros)

ATIVIDADE OPERACIONAL

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
<u>Resultados de Exploração:</u>			
Resultado líquido do exercício	32	59.237	101 084
Imparidade em Crédito Concedido	41	53.707	27.407
Outras perdas por imparidade	41	7.759	(1 237)
Provisões do exercício	29	1.791	5 938
Amortizações do Exercício	18,19	31.285	26.750
Dotação para impostos do exercício	21	15.175	38 271
Interesses minoritários	33	7.526	15.720
Derivados (líquido)		59.098	63.789
Resultados de empresas excluídas da consolidação	20	(3.282)	(11.448)
Dividendos recebidos	34	(2.883)	(2 800)
Juros pagos de Passivos subordinados		21.098	25 943
		<u>250.511</u>	<u>289.417</u>

Variação dos Activos e Passivos Operacionais:

(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros detidos para negociação	8,15	(23.677)	(88 356)
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	37.685	162 004
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros disponíveis para venda	10	59.118	(188.123)
(Aumento)/Diminuição de Aplicações em Outras Instituições de Crédito	11	40.163	300.448
(Aumento)/Diminuição de Investimentos detidos até à maturidade	13	(84.003)	1 075
(Aumento)/Diminuição de Empréstimos a Clientes	12	(1.774.495)	(1 605 688)
(Aumento)/Diminuição de Activos não correntes detidos para venda	16	31.451	(7 675)
(Aumento)/Diminuição de Activos com acordo de recompra	14	(60.152)	(16 830)
(Aumento)/Diminuição de Outros activos		(61.186)	(63.434)
Diminuição/(Aumento) de Recursos de Bancos Centrais	23	965.843	-
Diminuição/(Aumento) de Passivos financeiros detidos para negociação	15,24	(2.813)	17.404
Diminuição/(Aumento) de Outros Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	25	(110.247)	(53 392)
Diminuição/(Aumento) de Recursos de Outras Instituições de Crédito	26	303.986	211 308
Diminuição/(Aumento) de Recursos de Clientes	27	1.183.365	904 611
Diminuição/(Aumento) de Responsabilidades representadas por títulos	28	(316.779)	172.191
Diminuição/(Aumento) de Outros Passivos		8.752	150.122
Impostos sobre o Rendimento		(106.856)	11.709
		<u>90.155</u>	<u>(92 626)</u>
Fluxos das actividades operacionais		<u>340.666</u>	<u>196.791</u>

ATIVIDADE DE INVESTIMENTO

Investimento em Subsidiárias	4,20	(51.092)	(89 068)
Investimento em Activos Tangíveis	18	(126.044)	(75.157)
Investimento em Activos Intangíveis	19	(10.485)	(6 831)
Investimento em Propriedades de Investimento	17	(102.698)	-
Alienação de Propriedades de Investimento		3.751	-
Dividendos recebidos	35	2.883	2 800
Fluxos das actividades de investimento		<u>(283.685)</u>	<u>(168 256)</u>

ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Aumento do Capital social		100.000	-
Prémios de emissão		-	-
Dividendos distribuídos no exercício	32	(37.500)	(30 000)
(Aquisição)/Alienação de Acções próprias	32	(561)	1.131
Emissão/(Reembolso) de Passivos subordinados		(30.751)	(13 918)
Juros pagos de Passivos subordinados		(21.098)	(25 943)
Fluxos das actividades de financiamento		<u>10.090</u>	<u>(68.730)</u>
		<u>67.071</u>	<u>(40.195)</u>

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no início do período	6,7	395.359	435 554
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6,7	<u>462.430</u>	<u>395 359</u>
		<u>67.071</u>	<u>(40.195)</u>

Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro

Caixa	6	57.766	50 391
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais	6	255.433	226.433
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito	7	105.931	75 008
Cheques a cobrar	7	43.300	43 527
		<u>462.430</u>	<u>395 359</u>

Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade

-

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif - Grupo Financeiro (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Banif - SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo, com sede na Rua João Tavira, nº 30, 9004 – 509 Funchal, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 20.

A Banif – SGPS, SA é detida, directa e indirectamente, em 64,19% pela Rentipar Financeira, SGPS, SA e esta pelo Comendador Horácio da Silva Roque.

As acções da Banif - SGPS, S.A. encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

Em 6 de Março de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2008 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 31 de Março de 2009.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

Em 2008 entraram em vigor as seguintes Normas:

IAS 39 Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração

O Grupo adoptou as alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. Estas emendas permitiram, face às circunstâncias excepcionais de mercado, reclassificar certos instrumentos financeiros da categoria de Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda para Activos Financeiros Detidos até à maturidade ou Empréstimos e Valores a Receber (Notas 8, 10 e 13).

IFRIC 11 – Transacções com acções próprias

O Grupo adoptou a IFRIC 11 na medida em que se aplique a demonstrações financeiras consolidadas. Esta interpretação requer que os acordos em que são atribuídos direitos sobre as acções da entidade a empregados sejam contabilizados como esquemas de liquidação em acções, mesmo que a entidade compre os instrumentos a uma parte independente, ou os accionistas entreguem os instrumentos de capital necessários. À data de 31 de Dezembro de 2008, o Grupo não tinha acordos desta natureza.

IFRIC 12 – Acordos de concessão

Esta interpretação, ainda não adoptada pela União Europeia, aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão. Nenhum membro do Grupo é um operador de concessões e consequentemente esta interpretação não tem impacto no grupo.

Na Nota 49 encontram-se descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras.

O Grupo não espera que estas normas e interpretações tenham impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banif - Grupo Financeiro estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*) tal como adoptadas na União Europeia, em 31 de Dezembro de 2008, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados ao justo valor. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

Excepto quanto ao disposto na Nota 3.3 sobre “Imparidade em instrumentos de capital”, que não requer ajustamentos nos valores comparativos, o Grupo não procedeu a outras alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

Em “Activos não correntes detidos para venda” e conforme estabelecido na Nota 3.10, o Grupo procedeu à transferência de 88.766 milhares de euros para “Outros activos”, pelo que a comparação entre os valores do ano e do ano anterior devem ser analisados em conjunto com a informação da Nota 16 e Nota 22.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão do Grupo, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos de *discounted cash-flows* (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito com características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas para o mesmo tipo de activos.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (20% em 2007) ou um declínio por mais de 1 ano (6 meses em 2007) pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos. A alteração dos critérios de verificação da existência de prova objectiva de imparidade, de 20% para 30% e de 6 meses para 1 ano, reflecte um ajustamento adequado face às condições extraordinárias de volatilidade e falta de liquidez do mercado, enquadrado na Carta Circular N.º 105/08/DSBDR de 18/12/2008 do Banco de Portugal. Esta alteração não tem quaisquer impactos nos comparativos do ano anterior.

Propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio

O justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio, classificados em Outros Activos Tangíveis, são determinados com base em avaliações efectuadas por peritos independentes, tendo por base estimativas de rendimento e de custos de manutenção ou substituição e ainda valores comparáveis de mercado.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma (planos de benefícios definidos) é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na Nota 45 são apresentados os pressupostos utilizados.

3.4 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Banif - SGPS, S.A. e entidades por si controladas (denominadas “subsidiárias”), incluindo entidades de propósito especial (SPE’S), preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade. As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas na consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente,

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

entidades utilizadas pelo Grupo no âmbito de operações de titularização de créditos e emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Banif - Grupo Financeiro.

Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", incluída no capital próprio.

3.5 Concentrações de actividades empresariais e goodwill

A aquisição de subsidiárias é registada de acordo com o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, de activos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida devem ser medidos pelo justo valor na data de aquisição.

O goodwill corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que, se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição ("goodwill negativo"), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o goodwill positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o goodwill apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O goodwill imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do goodwill é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o goodwill respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.6 Investimentos em associadas

Trata-se de investimentos em entidades em que o Grupo tem influência significativa e que não sejam nem subsidiárias nem "Joint ventures". Considera-se que existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Deste modo, o goodwill originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.7 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção. Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

Na data de balanço os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

3.8 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.9 Instrumentos financeiros

3.9.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.9.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratar de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que o Grupo não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Os empréstimos concedidos e contas a receber apenas são abatidos ao activo (write-off), quando não há expectativas realísticas de recuperação desses montantes, incluindo através das garantias associadas (colaterais). Esta avaliação é independente dos procedimentos de abate ao activo de empréstimos nas contas individuais das subsidiárias, ao abrigo das normas locais aplicáveis a essas entidades.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registe uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;
- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os crédito analisados individualmente para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e, avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade, não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões". Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais, reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva, são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo, com uma periodicidade regular, procede à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito, é assim, abatido ao activo.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões" acima referida.

Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela norma IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor"). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

O Grupo não efectua, por sistema, *trading short / long* sobre estes instrumentos financeiros. Os instrumentos derivados têm sido utilizados no Banif - Grupo Financeiro, principalmente, nas seguintes situações:

- 1) Cobertura de passivos com indexação a activos de referência: na prática o Grupo emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de capital estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivativos OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor. Estes derivados embutidos são valorizados em conjunto com o passivo financeiro ("A opção do justo valor"), classificados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados.
- 2) Cobertura do risco de operações de derivativos com clientes: o Grupo contrata derivativos OTC (cross currency swap, interest rate swap, equity swap, etc.) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- 3) Cobertura de risco de activos financeiros com derivados embutidos e cuja valorização é efectuada, de uma forma global, ao justo valor por contrapartida de resultados: o Grupo contrata operações de back-to-back (cross currency swap, interest rate swap, etc.) com contrapartes no mercado de derivativos OTC, para cobertura do risco subjacente a estes activos.
- 4) Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos e de contratos de leasing efectuadas pelo Banif - Grupo Financeiro, encontrando-se os swaps com risco significativo (taxa fixa contra taxa variável) cobertos na integra com contrapartes no mercado.

Nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

3.9.3 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- I. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- II. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
- III. Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.10 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se mantiver o compromisso de venda do activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente por ter decorrido mais de 1 ano e o Grupo não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica “Outros activos”, mantendo o critério de mensuração, conforme disposto nas IAS 36 – Imparidade de activos – parágrafos 7 a 17.

3.11 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que reflecte as condições de mercado na data de balanço.

Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídas nos resultados do ano a que respeitam.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.12 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pelo Grupo no desenvolvimento das suas actividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As variações positivas de justo valor são creditadas em reservas de reavaliação, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida em que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo reconhecidas em resultados, em que essa variação positiva deve ser reconhecida em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que possam ser compensados com reservas de reavaliação positivas existentes para o mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como “custo estimado” de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004 ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

3.13 Locação

O Grupo classifica as operações de locação financeiras ou locação operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

3.13.1 Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

3.13.2 Locações financeiras

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em “Outros activos fixos tangíveis”, pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas em encargos financeiros e amortizações, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo. Os juros suportados são registados como custos financeiros. Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

3.14 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.15 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, reavaliações de títulos e derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.16 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo nomeadamente planos de benefício definido e, num reduzido número de situações, de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a Companhias de Seguros.

As entidades do Banif - Grupo Financeiro, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

- Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Na sequência do Acordo de Empresa celebrado com os Sindicatos do Sector em 2008, conforme descrito na Nota 45, a Sociedade assume a obrigação com três Planos de Pensões:

- Plano de Pensões I, de benefício definido, ao abrigo do qual a Sociedade financia a sua responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados abrangidos pelo plano de benefícios definido, em regime de complementaridade da Segurança Social, e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%) abrangendo todos os seus empregados no activo e os pensionistas do Fundo;
- Plano de Pensões II, de contribuição definida, ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III, de contribuição definida, ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência.

- Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.

De acordo com as condições estabelecidas no Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões (plano de benefício definido), e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário, esta entidade assume responsabilidades no pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos seus funcionários ou às suas famílias. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a referida sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%).

- Outras entidades do Grupo:

As sociedades Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A., o Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., proporcionam aos seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Para os planos de benefício definido, o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 45). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica, prémios de antiguidade e outros subsídios.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de Resultados.

3.17 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflecta o risco específico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.18 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras (Nota 32).

3.19 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

3.20 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídas na taxa de juro efectiva dos mesmos.

3.21 Garantias Financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Grupo presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários.

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica “rendimento de serviços e comissões”, durante o período de vigência das mesmas.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as empresas do Grupo incluídas no processo de consolidação são as seguintes:

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	31-12-2008			31-12-2007		
			% participação efectiva	% participação directa	Interesses minoritários	% participação efectiva	% participação directa	Interesses minoritários
Banif Comercial, SGPS, S.A.	Portugal	Banif SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif (Açores) SGPS, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Finance, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc San José	E.U.A	Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River	E.U.A	Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Investador, SGPS, S.A.	Portugal	Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A.	59,20%	59,20%	40,80%	59,20%	59,20%	40,80%
Investador Hotéis S.A.	Portugal	Investador, SGPS, SA	59,20%	59,20%	40,80%	59,20%	59,20%	40,80%
Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	Portugal	Investador, SGPS, SA	49,37%	49,37%	50,63%	49,37%	49,37%	50,63%
Turotel, Turismo e Hotéis dos Açores, S.A.	Portugal	Investador, SGPS, SA	58,07%	58,07%	41,93%	58,07%	58,07%	41,93%
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.	Portugal	Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	49,37%	49,37%	50,63%	49,37%	49,37%	50,63%
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	Brasil	Banif Comercial, SGPS	98,50%	98,50%	1,50%	98,50%	98,50%	1,50%
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	Portugal	Banif International Holdings, Ltd	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A.	Portugal	Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A.	61,89%	61,89%	38,11%	59,19%	59,19%	40,81%
Centro Venture - Soc. Capital de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimentos, S.A.	80,00%	80,00%	20,00%	75,00%	75,00%	25,00%
Gamma - Soc. Titularização de Créditos, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	51,00%	51,00%	49,00%	51,00%	51,00%	49,00%
Numberone SGPS, Lda	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif International Asset Management Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Multifund Ltd.	Ilhas Cayman	Numberone SGPS, Lda	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	Ilhas Cayman	Banif International Asset Management Ltd.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Internacional Holdings, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Financial Services, Inc	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	85,00%	85,00%	15,00%	85,00%	85,00%	15,00%
Banif Finance (USA) corp.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	85,00%	15,00%	85,00%	85,00%	15,00%
Banif Forfaiting Company, Ltd.	Bahamas	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	85,00%	15,00%	85,00%	85,00%	15,00%
Banif Forfaiting (USA), Inc.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	85,00%	15,00%	85,00%	85,00%	15,00%
Banif Trading, Inc.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	85,00%	15,00%	85,00%	85,00%	15,00%
FINAB - International Corporate Management Services, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd.	60,00%	60,00%	40,00%	60,00%	60,00%	40,00%
Banif Securities, Inc.	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Econofinance, S.A	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Investimento México, S.A. de C.V.	México	Banif Securities Holding, Ltd	-	-	-	99,00%	99,00%	1,00%
Banif Securities Holding, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif (Brasil), Ltd.	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif International Bank, Ltd	Bahamas	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Brasil	Banif Comercial - SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Brasil	Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	75,00%	75,00%	25,00%
Banif Nitor Asset Management S.A.	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	100,00%	0,00%	75,00%	75,00%	25,00%
Nitor Administração de Recursos	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	38,25%	38,25%	61,75%
Banif Private Equity S.A.	Brasil	Banif Nitor Asset Management S. A.	-	-	-	38,25%	38,25%	61,75%
Banif - Imobiliária, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	-	-	-
Sociedade Imobiliária Piedade, S.A.	Portugal	Banif - SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banifserv-Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	ACE (*)	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banco Caboverdiano de Negócios S.A.	Cabo Verde	Banif - SGPS, S.A.	72,00%	72,00%	28,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Banif - SGPS, S.A.	51,69%	51,69%	48,31%	46,00%	46,00%	54,00%
		Banif - SGPS, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	31-12-2008			31-12-2007		
			% participação efectiva	% participação directa	Interesses minoritários	% participação efectiva	% participação directa	Interesses minoritários
Global Cash Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	98,97%	98,97%	1,03%	89,67%	89,67%	10,33%
Agressive Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Balanced Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Brazilian Bond Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Brazilian Equity Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Conservative Strategy Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
European Bond Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	99,05%	99,05%	0,95%	99,30%	99,30%	0,70%
European Equity Fund	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Banif US Real Estate	Brasil	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Beta Securitizadora	Brasil	FIP Banif Real Estate	99,25%	99,25%	0,75%	92,19%	92,19%	7,81%
FIP Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	99,25%	99,25%	0,75%	92,19%	92,19%	7,81%
SPE Panorama	Brasil	FIP Banif Real Estate	94,26%	94,26%	5,74%	87,58%	87,58%	12,42%
FIP Banif Real Estate II	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	-	-	-
FIP Amazônia Energia II	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	50,01%	50,01%	49,99%	-	-	-
Banif Nitor Caravelas		Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	100,00%	100,00%	0,00%	-	-	-
Art Invest	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	60,58%	60,58%	39,42%	-	-	-
Global Real State	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento S.A.	52,89%	52,89%	47,11%	-	-	-
Banif Nitor Port. Crédito Privado	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.	93,25%	93,25%	6,75%	-	-	-
Imogest	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banco Banif & Comercial dos Açores, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	58,39%	58,39%	41,61%	-	-	-
Capven	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	58,73%	58,73%	41,27%	-	-	-

(*) A Banifserv – ACE tem como agrupadas as seguintes empresas do Banif - Grupo Financeiro:

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	60,0%
Banco Banif & Comercial dos Açores, SA	25,0%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	1,5%
Banif GO	8,0%
Banif Banco de Investimento, SA	1,5%
Banif Rent - Aluguer, gestão e Comércio de Veículos Automóveis	4,0%

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as entidades de propósitos especiais incluídas na consolidação são as seguintes:

Nome da Sociedade	Natureza	31-12-2008 % participação	31-12-2007 % participação
Atlantes N°1 Limited	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes N°2 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage N°1 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage N°2 plc	Veículos de Securitização	100,00%	-
Atlantes Mortgage N°3 plc	Veículos de Securitização	100,00%	-
Azor Mortgage N° 1	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Azor Mortgage N° 2	Veículos de Securitização	100,00%	-
Trade Invest Series 10	Emissão de Dívida Estruturada	-	100,00%
Euro Invest Series 2	Emissão de Dívida Estruturada	-	100,00%
Euro Invest Series 3A, 3B, 5, 6, 7, 8 e 9	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%
Trade Invest Series 12, 13, 14	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2008, as alterações verificadas no Grupo foram as seguintes:

- Aquisição de 25% do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA pela sociedade Banif Securities Holdings, Ltd, pelo montante de 35,5 milhões de euros. Após esta operação o Grupo passou a deter 100% do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA.
- Aumento do capital social da sociedade Banif Bank (Malta), no montante de 6 milhões de euros. A Banif – SGPS, SA subscreveu 1,8 milhões de euros. Após o aumento de capital a Banif – SGPS, SA passou a deter 72% do Banif Bank (Malta).
- Aumento do capital social da sociedade Companhia de Seguros Açoreana, no montante de 21 milhões de euros. A Banif – SGPS, SA e o Banco Banif e Comercial dos Açores, SA subscreveram 10 milhões de euros, tendo actualmente o Grupo a mesma percentagem de controlo que antes do referido aumento de capital.
- Aumento do capital social do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, no montante de 50 milhões de euros. Este aumento foi realizado pelo Banif Comercial, SGPS, SA.
- Aquisição pela Banif comercial, SGPS, SA da Banif (Açores), SGPS, SA ao Banif – Banco Internacional do Funchal, SA pelo montante de 20.735 milhares de euros.
- Fusão por incorporação da Banif Forfaiting (USA) Inc na Banif Mortgage Comapny. Após a fusão a sociedade passou a designar-se por Banif Finance (USA).

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Aquisição de 5,69% do Banco Caboverdiano de Negócios pela Banif – SGPS, SA pelo montante de 1,7 milhões de euros.
- Aumento de capital do Banif International Holdings, Ltd no montante de 3,6 milhões de USD. O Banif (Cayman), Ltd subscreveu 85% do referido aumento do capital.
- Aquisição de 49% da Banif Nitor Asset Management pelo Banif – Banco de Investimento (Brasil).
- Incorporação da sociedade Nitor Administração Recursos na sociedade Banif Nitor Asset Management.

5. RELATO POR SEGMENTOS

O Banif - Grupo Financeiro encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial, SGPS, SA, que agrega a actividade bancária e de crédito especializado, e Banif – Investimentos - SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo.

No relato por segmentos do Grupo, o *reporting* primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem *Corporate Finance*, *Negociações e vendas*, *Corretagem*, *Banca de Retalho*, *Banca Comercial*, *Pagamentos e Liquidações*, *Custódia*, *Gestão de Activos*, e outras actividades (rubrica residual).

O *reporting* secundário é feito por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade: Portugal, América do Norte, América Latina, União Europeia e resto do mundo.

5.1 – Segmentos de negócio

CATEGORIA	CORPORATE FINANCE	NEGOCIAÇÃO E VENDAS	CORRETAGEM (RETALHO)	BANCA DE RETALHO	BANCA COMERCIAL	PAGAMENTOS E LIQUIDAÇÕES	CUSTÓDIA	GESTÃO DE ACTIVOS	OUTROS	TOTAL
ACTIVO										
Aplicações e Disp. junto de Bancos Centrais e de I.C.	-	123.705	-	113.827	373.740	-	-	527	299	612.098
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	277.124	-	-	-	-	-	-	-	277.124
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	159.476	-	-	-	-	-	-	-	159.476
Empréstimos a Clientes (Líquido)	-	-	-	6.127.956	4.208.993	-	-	-	-	10.336.949
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	94.003	-	-	-	-	-	-	-	94.003
Outros activos (dos quais)	-	635.812	15.451	97.235	63.418	-	-	5.649	589.401	1.406.966
Activos Tangíveis	-	19.796	408	42.106	7.581	-	-	874	191.772	262.539
Activos Intangíveis	-	2.903	66	631	941	-	-	66	24.428	29.035
TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO	-	1.280.120	15.451	6.339.018	4.646.151	-	-	6.176	589.700	12.876.616
PASSIVO										
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	598.091	-	4.025	2.440.490	-	-	-	4.246	3.046.852
Depósitos de clientes	-	-	-	5.394.443	1.120.017	403	-	-	-	6.514.863
Débitos representados por títulos	-	63.806	-	427.807	894.282	-	-	-	-	1.385.895
Outros Passivos	-	429.264	80.648	146.691	229.586	-	-	6.151	173.897	1.066.237
TOTAL do PASSIVO	-	1.091.161	80.648	5.972.966	4.684.375	403	-	6.151	178.143	12.013.847

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

	Corporate finance	Negociação e Vendas	Corretagem (retalho)	Banca de Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	TOTAL
Juros e Rendimentos Similares	549	285.793	7	321.956	330.770	-	-	375	4.852	944.302
Juros e Encargos Similares	(85)	(263.262)	(2)	(184.849)	(212.587)	-	-	-	(14.229)	(675.014)
Margem financeira	464	22.531	5	137.107	118.183	-	-	375	(9.377)	269.288
Rendimento de instrumentos de capital	-	2.883	-	-	-	-	-	-	-	2.883
Rendimento de serviços e comissões	2.549	6.909	5.135	47.850	30.949	2.223	744	17.562	2.328	116.249
Encargos com serviços e comissões	(14)	(182)	(1.244)	(4.179)	(189)	(3.300)	(104)	(3.939)	(286)	(13.437)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao J. V. através de resultados	-	23.182	(46)	-	-	-	-	-	-	23.136
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	63.996	-	-	-	-	-	-	-	63.996
Resultados de Reavaliação Cambial	-	(20.974)	-	-	2.354	-	-	-	(1.369)	(19.989)
Resultados de Alienação de Outros Activos	-	158	(2)	(1.161)	(976)	-	-	-	3.767	1.786
Outros Resultados de Exploração	(291)	(1.118)	1.532	5.143	14.007	9.680	37	(29)	(2.830)	26.131
Produto da Actividade	2.708	97.385	5.380	184.760	164.328	8.603	677	13.969	(7.767)	470.043
Custos com Pessoal	(1.291)	(20.905)	(1.407)	(77.094)	(54.715)	(2.152)	(208)	(2.595)	(2.239)	(162.606)
Outros gastos administrativos	(1.004)	(21.603)	(1.747)	(54.614)	(37.247)	(1.878)	(208)	(7.898)	(8.040)	(134.239)
Cash Flow de Exploração	413	54.877	2.226	53.052	72.366	4.573	261	3.476	(18.046)	173.198
Depreciações e Amortizações	(67)	(1.306)	(149)	(13.852)	(13.587)	(286)	(32)	(328)	(1.678)	(31.285)
Provisões líquidas de anulações	(143)	250	(535)	7.057	(7.583)	-	-	(232)	(605)	(1.791)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(21.291)	(32.416)	-	-	-	-	(53.707)
Imparidade de outros activos finan. líquida de reversões e recuperações	(29)	(2.023)	-	(262)	(399)	-	-	-	-	(2.713)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	(2.471)	-	(1.673)	(436)	-	-	(8)	(458)	(5.046)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.282	3.282
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários	174	49.327	1.542	23.031	17.945	4.287	229	2.908	(17.505)	81.938
Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correntes	(48)	(13.682)	(428)	(6.388)	(4.977)	(1.189)	(64)	(806)	-	(27.582)
Diferidos	135	7.890	247	1.221	1.132	514	85	442	741	12.407
Resultados depois de impostos e Interesses Minoritários	261	43.535	1.361	17.864	14.100	3.612	250	2.544	(16.764)	66.763
Interesses Minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.526)	(7.526)
Resultado do Exercício	261	43.535	1.361	17.864	14.100	3.612	250	2.544	(24.290)	59.237

5.2 – Segmentos geográficos

CATEGORIA	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
ACTIVO						
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	450.700	105.849	4.054	35.437	16.058	612.098
Activos Financeiros Detidos para Negociação	19.986	77	-	242.582	14.479	277.124
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	69.605	10	-	47.673	42.188	159.476
Empréstimos a Clientes (Líquido)	8.025.410	1.568.373	158.497	290.710	293.959	10.336.949
Investimentos Detidos até à Maturidade	84.003	-	-	-	-	84.003
Outros activos (dos quais)	1.147.760	64.977	2.813	142.129	49.287	1.406.966
Activos Tangíveis	237.115	5.051	332	15.699	4.341	262.538
Activos Intangíveis	27.465	462	-	731	376	29.034
TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO	9.797.464	1.739.286	165.364	758.531	415.971	12.876.616
PASSIVO	0	0	0	0	0	
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	2.885.235	-	-	152.286	9.331	3.046.852
Depósitos de clientes	6.005.430	22.170	-	4.622	482.641	6.514.863
Débitos representados por títulos	861.871	356.370	-	135.534	32.120	1.385.895
Outros Passivos	543.412	67.799	6.189	157.830	291.006	1.066.236
TOTAL do PASSIVO	10.295.948	446.339	6.189	450.272	815.098	12.013.846

	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Juros e Rendimentos Similares	657.994	933	43.329	56.861	185.185	944.302
Juros e Encargos Similares	(459.610)	(331)	(36.280)	(10.831)	(167.962)	(675.014)
Margem financeira	198.384	602	7.049	46.030	17.223	269.288
Rendimento de instrumentos de capital	2.880	0	-	3	-	2.883
Rendimento de serviços e comissões	90.726	17	2.692	19.267	3.547	116.249
Encargos com serviços e comissões	(9.131)	(11)	(1.042)	(2.530)	(723)	(13.437)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao J. V. através de resultados	17.858	0	3.847	6.976	(5.545)	23.136
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	0	-	63.996	-	63.996
Resultados de Reavaliação Cambial	(12.274)	13	137	(7.350)	(515)	(19.989)
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.410	-	-	376	-	1.786
Outros Resultados de Exploração	28.969	(73)	(3.196)	2.277	(1.846)	26.131
Produto da Actividade	318.822	548	9.487	129.045	12.141	470.043
Custos com Pessoal	(126.925)	(3.173)	(3.509)	(27.327)	(1.672)	(162.606)
Outros gastos administrativos	(95.902)	(3.663)	(3.486)	(28.870)	(2.318)	(134.239)
Cash Flow de Exploração	95.995	(6.288)	2.492	72.848	8.151	173.198
Depreciações e Amortizações	(27.319)	(510)	(120)	(2.748)	(588)	(31.285)
Provisões líquidas de anulações	(1.791)	-	-	-	-	(1.791)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(29.370)	(298)	(3.406)	(20.831)	198	(53.707)
Imparidade de outros activos finan. líquida de reversões e recuperações	(2.713)	-	-	-	-	(2.713)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(5.043)	-	(3)	-	-	(5.046)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	0
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1.466	1.816	-	-	-	3.282
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários	31.225	(5.280)	(1.037)	49.269	7.761	81.938
Impostos	-	-	-	-	-	-
Correntes	(7.167)	-	-	(20.415)	-	(27.582)
Diferidos	(4.014)	1.638	942	12.345	1.496	12.407
Resultados depois de impostos e Interesses Minoritários	20.044	(3.642)	(95)	41.199	9.257	66.763
Interesses Minoritários	86	891	(7)	(130)	(8.366)	(7.526)
Resultado do Exercício	20.130	(2.751)	(102)	41.069	891	59.237

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Caixa	57.766	50.391
Dépósitos à ordem em Banco Centrais	255.393	226.391
Juros de disponibilidades	40	42
	<u>313.199</u>	<u>276.824</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, no montante de 244.385 milhares de euros, incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Cheques a cobrar	43.300	43.527
No país	41.821	41.915
No estrangeiro	1.479	1.612
Dépósito à ordem	105.779	74.597
No país	3.375	1.782
No estrangeiro	102.404	72.815
Outros	152	411
	<u>149.231</u>	<u>118.535</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País em 31 de Dezembro de 2008 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2009.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2008	31/12/2007
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	71,848	36,395
Instrumentos de dívida	161,998	189,357
Instrumentos de capital	43,278	27,695
	<u>277,124</u>	<u>253,447</u>

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

A carteira de títulos de negociação em 31 de Dezembro de 2008 tem a seguinte composição (Valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
LETRAS DO TESOURO NACIONAL - BRASIL	71.805	284,21	20.408
CERTIFICADO DEPÓSITO BANCÁRIO	610.699	3,07	1.873
FED REPUBLIC OF BRASIL 10/09	2.000.000	1,09	1.608
FED REPUBLIC OF BRASIL 10/09	143.000	1,09	115
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	220.000	1,62	262
FED REPUBLIC OF BRAZIL 04/24	120.000	1,24	108
BANCO NAC DESENV ECON 04/10	350.000.000	0,99	188
FED REPUBLIC OF BRAZIL 09	100.000	1,02	111
FED REPUBLIC OF BRAZIL 04/10	339.000	1,10	274
FED REPUBLIC OF BRASIL	160.000	1,15	136
FED REPUBLIC OF BRASIL 10	2.176.000	1,09	1.733
FED REPUBLIC OF BRASIL 34	31.000	1,22	28
FED REPUBLIC OF BRAZIL 08/40	1.235.000	1,31	1.194
FED REPUBLIC OF BRASIL	100.000	1,26	94
FED REPUBLIC OF BRASIL 02/25	230.000	1,22	208
FED REPUBLIC OF BRASIL	10.000	1,13	8
FED REPUBLIC OF BRASIL	790.000	1,13	659
BANCO DO ESTADO SAO PAULO	369.000	0,92	243
PETROBRAS ENERGIA SA	33.000	0,87	21
FED REPUBLIC OF BRASIL	303.000	1,13	253
REPUBLIC OF BRAZIL 01/17/17	158.000	1,03	120
EUROPEAN INVEST BANK 02/14/2013	140.000	1,01	48
EUROPEAN INVEST BANK 24/08/09	200.000	1,00	64
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	429.000	1,07	331
BRASKEM SA	110.000	1,03	85
CIA SIDERURGICA PAULISTA	40.000	1,00	30
BRASTURINVEST INV TUR 04/09	2.026.000	1,00	2.120
CSN ISLANDS IX CORP	37.000	1,01	28
COSAN SA INDUSTRIA E COM	100.000	0,96	70
UNIBANCO 7 3/8 12/15/13 USD	30.000	1,02	22
TELE N L PARTICIPACOES	10.000	1,00	7
GERDAU AMERISTEL CORP	1.353.000	1,02	1.038
BRASKEM SA	606.000	0,82	358
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	100.000	0,88	63
BANCO VOTORANTIM SA	250.000	0,90	163
BRASKEM INTL LTD	20.000	0,96	14
GERDAU SA	153.000	0,85	94
FED REPUBLIC OF BRAZIL	250.000	1,03	191
BANCO VOTORANTIM SA	15.000	0,96	10
BANCO BRADESCO (CAYMAN)	100.000	1,01	73
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA	745.000	0,99	533
VALE OVERSEAS LIMITED 01/16	379.000	0,95	267
COSAN SA INDUSTRIA E COM	177.000	0,58	74
NATIONAL STEEL SA	50.000	0,63	23
BRASKEM SA	30.000	0,76	17
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	60.000	0,92	40
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	55.000	1,01	41
BANCO VOTORANTIM SA	950.000	0,96	668
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	359.000	0,97	254
BERTIN LTDA 10/05/16	340.000	0,56	143
CIA SANEAMENTO BÁSICO 11/16	89.000	0,96	62
BANCO BBM INVESTIMENTOS 11/21/09	8.000	0,99	6
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	100.000	0,95	70
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	66.000	0,89	43
EURO INVEST LIMITED 0 12/07/09	249.000	0,98	245
GP INVESTMENTS LTD 12/23/2049	387.000	0,80	228
MINERVA OVERSEAS LTD 02/01/2017	50.000	0,54	21
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	500.000	0,70	112
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	10.000	0,86	3
SADIA OVERSEAS LTD 05/24/2017	550.000	0,89	354
ODEBRECHT FINANCE LTD 10/18/2017	1.000	0,85	1
PETROBRAS INTL FIN CO 03/01/2018	134.000	0,92	90
USIMINAS COMMERCAIL LTD	200.000	0,89	133
BANCO FIBRA SA 04/22/2010	400.000	0,93	270

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
INTL BK RECON & DEVELOP	145.000	0,99	49
BRASKEM FINANCE SA	220.000	0,71	113
EMPRESA MADEIRENSE DE TABACOS 05/10	9.554.000	1,00	9.578
CIA SEG ACORES SA 17/12/2017	150.000	0,95	143
RENTIPAR FINANCEIRA SGPS SA	2.475.000	1,00	2.469
CDCA POS-T	12864991	0,33	4.221
CDCA PRE-T	1879997	0,30	557
CPR FINANCEIRA	19620993	0,31	6.159
CPR-POS-T	10118018	0,34	3.399
DEBENTURES	16452	905,36	14.895
LFT	36192	1.148,96	41.583
TITULOS PUBLICOS FEDERAIS - LFT	5870	1.148,89	6.744
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - LFT	2126	1.149,11	2.443
DISCOVERY 5% 09/08	5000000	1,01	5.053
PREFF-PAN EURO R EST	12750	103,84	1.324
JP MORGAN EUROP PROP	18,9175	9.937,89	188
GREENWIC 5% 09/09	331	1.000,00	331
GENEVA 5% 05/09	735	1.000,00	735
MIAMI REAL 5% 06/10	2596	1.000,00	2.596
LETRAS DO TESOURO NACIONAL	818	1.143,03	935
LETRAS DO TESOURO NACIONAL	2900	1.168,97	3.390
LETRAS DO TESOURO NACIONAL	240	1.150,00	276
LETRAS DO TESOURO NACIONAL	265	1.147,17	304
CRED DIR CRED AGRONE	171	94.532,16	16.165
PTCL FLOAT	200000	0,99	197
			<u>161.998</u>

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
BMF	10,000	1.90	19
PARMALAT FINANZIARIA SPA	30,000	0	0
CIPAN	27,451	0.5	14
B.EURO TESOURARIA	176,054	7.0	1,233
B.EURO ACCOES	119,007	1.7	198
B.GESTAO PATRIMONIAL	91,753	6.3	417
BANIF GESTAO ACTIVA	73,484	5.4	283
BANIF GESTÃO DINAMIC	54,562	3.5	139
COTAS AMAZONIA FIP	190,000	0.33	63
COTAS BANIF FIDC AGRO1	14	159,571.43	2,234
COTAS BANIF NITOR FI AÇOES	970,512	0.21	208
COTAS INSTITUCIONAL FIM	13,012,850	0.37	4,860
COTAS MAESTRO FIM	7,727,435	0.34	2,633
COTAS NITOR 30	10,503,423	0.44	4,596
NITOR FIM	4,774,875	0.65	3,100
LINDENCORP	794,018	12.28	9,751
LDI	949,500	6.60	6,264
PDI ON CLASSE A	9,860,400	0.31	3,040
JOÃO FORTES ON	4,130,424	0.77	3,184
MELLON	65,733	3.48	229
FIP CAIXA AMBIENTAL	1250	285.60	357
GOVERNANCA	1500	304.00	456
			<u>43,278</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício foram reclassificados desta rubrica para “Investimentos detido até à maturidade” o montante de 4.178 milhares de euros conforme Nota 13.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Instrumentos de capital	181.228	98.127
Instrumentos de dívida	66.818	187.604
	<u>248.046</u>	<u>285.731</u>

A carteira de títulos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2008 tem a seguinte composição (Valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
OT JUL 3,95% 2009	963.680.000	1,01	38.254
RENTIPAR 2008/2012	8.000.000	1,00	8.000
O.T. Setembro/1998-2013	498.798.000	1,08	5.473
REP ANGOLA FLT 15NOV2012 (USD)	5.000.000	1,00	3.609
O.T. PGB 3.2% 04/15/11	3.000.000	1,01	3.086
CLARIS LTD/MILLESIME CDO	2.000.000	0,74	1.487
OT-MAIO 5,85% 2010	1.255.000	1,04	1.355
BAYER HIPO 05MAI2014	1.250.000	1,00	1.247
DEUTSCHE BANK AG LONDON	2.000.000	0,80	1.196
EURO INVEST S10 6 29DEZ11	1.089.000	1,00	1.089
CSA	950.000	0,95	901
EMT 2005/2010	382.000	1,00	383
EURO INVEST 12DEZ2049	371.000	1,00	371
EURO INVEST S11 5 29DEZ11	511.000	1,00	367
			<u>66.818</u>
Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
BANIF IMOPREDIAL	13.192.642	7	93.975
FUNDO INV PART AMAZONIA ENERGIA	95.000.000	1	29.288
APLICAÇÃO URBANA XIV	11.856	1	11.856
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	82	61.130	5.013
BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA	1.524	10.000	4.698
PORTO NOVO F.I.I.F.	22.370	176	3.942
FINE ART INVEST	1	3.248.000	3.248
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND 2	300.000	10	2.930
HOZAR PORTUGAL, SA	269.058	8	2.074
ESPIRITO SANTO FINL	250.000	11	2.738
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL	528.169	5	2.406
BANIF NITOR MULTI-STRATEGY A 09/08	3.000	1.039	2.239
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	1.299.278	2	2.191
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	1.543.012	1	2.052
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII (CL B)	40.000	51	2.035
NEW ENERGY FUND-FEIF	39	50.251	1.960
BANIF NITOR MULTI-STRATEGY A 08/08	2.000	1.026	1.475
FUNDO NORFIN VISION ESCRITORIOS	192.063	7	1.256

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
BANIF PROPRTY	1.226	1	1.226
GED SUR FCR-CL B	229.900	5	1.150
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	3.000	276	829
PORTUVINIUS, SA	360.000	2	711
BANIF ASIA	155.070	4	546
BANIF AMERICA LATINA	153.712	3	516
CARADOR PLC	500.000	1	250
MOU-MIAMI TUNNEL PROJECT	1	235.000	169
TEIXEIRA DUARTE	259.737	1	156
INAPA - Inv. Part. Gestão	416.372	0	142
OTP BANK RT	5.000	2.875	54
PEDIDOS LIZ LDA	38	1	38
FUTEBOL CLUBE DO PORTO	23.000	1	32
RAIFFEISEN INT BK HL	1.000	19	19
EDP	2.350	3	6
WESTERN ASSET US MONEY FUND	1.428.937	1	5
BRISA	360	5	2
GED SUR FCR-CL A	100	5	1
SHOTGUN PICTURES	10.000	0	0
GALERIAS NAZONI	750	0	0
HOZAR PORTUGAL, SA			
			<u>181.228</u>

Do montante de 48.168 milhares de euros de Obrigações do Tesouro, 41.557 milhares de euros correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Instrumentos de dívida	99.213	5.533
Instrumentos de capital	64.042	216.840
Imparidade	(3.779)	(3.836)
	<u>159.476</u>	<u>218.537</u>

A carteira de títulos disponíveis para venda tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2008:

<u>Natureza e espécie</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Custo Aquisição</u>
Instrumentos de dívida				
AQUEDUCT TRADING SERVICES CO	28.131.478	21.103	-	20.214
SPDH - SERV. PORTUGUESES HANDLING	120.800	9.524	-	9.524
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	7.500.000	7.485	-	7.481
OBRIGAÇÕES TESOURO CABO VERDE	6.154.976	6.047	-	6.047
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	5.900.000	5.906	-	5.936
TELE N L PARTICIPACOES	3.774.000	2.718	-	2.776
O.T. PGB 3 2% 04/15/11	2.100.000	2.161	-	2.082
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	2.000.000	2.010	-	2.007
FOMENTINVEST SGPS	1.538.462	1.789	-	1.788
BUONI POLIENNALI DEL TES 02/01/2013	1.500.000	1.589	-	1.541
BRASIL TELECOM S/A	2.100.000	1.560	-	1.574
BELGIUM KINGDOM 4 03/28/2022	1.500.000	1.556	-	1.406
BUONI POLIENNALI DEL TES 02/01/2017	1.500.000	1.517	-	1.452
BES FINANCE LTD 09	1.500.000	1.509	-	1.485
BES FINANCE LTD 04/27/2010	1.535.000	1.484	-	1.502
GOVT OF FRANCE 10/25/2038	1.400.000	1.471	-	1.258
DEUTSCHE TEL FIN 3 02/02/09	1.428.000	1.470	-	1.410
EDP FINANCE BV 06/14/10	1.500.000	1.439	-	1.476
BANCO INDUSTR E COMRCL	2.178.000	1.375	-	1.541
MONTE DEI PASCHI SIENA 10/26/2009	1.300.000	1.302	-	1.277
UNICREDITO ITALIANO SPA 09/22/2009	1.300.000	1.284	-	1.271
CAS DEPOSITI E PRESTITI 01/31/13	1.200.000	1.202	-	1.123
BANCO ESPIRITO SANTO 5 1/2 07/10	1.000.000	1.051	-	1.010
BELGIUM KINGDOM 09/28/2013	1.000.000	1.050	-	1.008
BANCO SABADELL SA	1.000.000	1.049	-	998
BANCO PINE SA	1.500.000	993	-	1.053
AUTOSTRADA SPA	1.000.000	939	-	960
HELLENIC REPUBLIC 09/20/2037	1.000.000	821	-	890
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	1.000.000	787	-	825
FTA SANTANDER EMPRESAS 2 A2	1.000.000	784	-	837
BUONI POLIENNALI DEL TES 10/15/2012	750.000	773	-	754
HELLENIC REPUBLIC	800.000	740	-	748
CAIXA GERAL DEPOSITOS FINANCE	1.150.000	731	-	932
BBVASM 2,75% 2010/06/07	700.000	721	-	684
BCP FINANCE BANK LTD 03/09	700.000	696	-	694
BANCO BMG SA	1.000.000	627	-	714
BANCO PANAMERICANO SA	1.000.000	624	-	717
IBERDROLA FINANZAS SAL	600.000	604	-	598
BANCO BMG S.A.	920.000	586	-	653
BANCO ESPIRITO SANTO 4 3/8 01/25/11	500.000	529	-	495
BANCO BPI SA	500.000	528	-	509
BNPPCB 4% 22/03/2010	500.000	520	-	497
REPUBLIC OF AUSTRIA 10/20/2013	500.000	519	-	498
BONDS Y OBLIG DEL ESTADO 01/31/37	500.000	519	-	443
HYPOBANK MUNHYP 2,75% 2010-05-04	500.000	510	-	493
HYPESS 2,50% 2010/05/07	500.000	503	-	489

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade	Custo Aquisição
INTESA SANPAOLO IRELAND 04/2010	500.000	499	-	494
CAIXA GERAL DEPO	500.000	497	-	500
UNICREDIT SPA	500.000	492	-	486
ALPHA CREDIT GROUP PLC	500.000	484	-	488
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	1.654.000	447	-	779
BTPS 02/01/37	500.000	433	-	425
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	350.000	352	-	369
BANCO BPI SA CAYMAN 01/10	290.000	287	-	285
ISA CAPITAL DO BRASIL 01/30/2012	400.000	285	-	301
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	250.000	158	-	162
CAIXA GERAL FIN	209.000	142	-	176
VIGOR 02/23/2017	410.000	139	-	280
INDEPENDENCIA INTERNAT 01/31/2017	300.000	136	-	207
SUL AMERICA PARTICIPAÇÕES 02/15/12	220.000	102	-	95
GED SUR CAPITAL S.A., SGEGR	30.000	30	-	30
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFI, SA	5.062	25	-	25
		99.213	-	98.772

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade	Custo Aquisição
Instrumentos de capital				
FINIBANCO HOLD NG SGPS, SA	11.119.874	26.132	-	35 869
ZON MADE RA	97.147	14 086	-	1 535
ZON AÇORES	66.000	5 947	-	356
VIA LITORAL, SA	4.750	3 320	-	792
AÇORLINE	3.254	3 254	3 254	3 254
PITHECIA PARTICIPAÇÕES S/A	8 600.000	2.437	-	2.437
LEAK EMPREEND MENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.	7.000	2 286	-	2 286
HAB PREDE	1.250	1 250	-	1 250
LOY DONTA PARTICIPAÇÕES S/A	4.287	1 212	-	1 212
JOÃO FORTES	868.676	691	-	691
FINANGEST	526	535	180	535
M LLENNIUM	41 900.000	517	-	990
UNICRE- CARTÃO INTERNACIONAL DE CRÉDITO, SA	28.628	497	-	497
S BS-SOC. INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS	103.436	445	-	445
MOVALOR	19.890	280	-	280
REAL SEGUROS	2.116	228	129	228
NOVA COMPANHIA GRANDE HOTEL	50.300	185	71	185
COMPANHIS DAS QUINTAS SGPS, S A.	34.317	171	103	171
DID ER & QUEIROZ, S A.	50.000	150	2	150
SOGEO-SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES	24.529	122	-	122
SISP	108	108	-	108
VISA CLASS C	2.533	63	-	63
NORMA AÇORES-SOC. EST. APOIO DES. REG.	10.000	50	-	50
AMBELIS	400	20	20	20
TRANS NSULAR (AÇORES)-TRANSP.M.INSUL.	2.000	11	-	11
SWIFT SOC WOELDWIDE INTERBANK FINANCIAL TELECOMUNICATIONS,SC	13	10	-	10
BE RA VOUGA AÇÕES PREFERENCIAIS	21.500	10	10	10
BE RA VOUGA	20.317	10	10	10
PRETÓRIA - VIAGENS E TURISMOS LDA	5.736	6	-	6
NYSE EURONEXT	201	4	-	4
CENTRO DE EMPRESAS E NOVAÇÃO DA MADE RA, LDA	800	4	-	4
S.W.I.F.T.	1	1	-	1
VISA EUROPE	1	-	-	-
TEATRO MICAELENSE	83	-	-	-
SC BRAGA SAD	20	-	-	-
NORGARANTE	500	-	-	-
MACEDO & COELHO	188	-	-	-
LISGARANTE	500	-	-	-
GRAVAL	500	-	-	-
COLISEU MICAELENSE	83	-	-	-
BENFICA SAD	20	-	-	-
		64 042	3.779	53 582

No exercício foram reclassificados desta rubrica para “Investimentos detido até à maturidade” o montante de 71.219 milhares de euros conforme Nota 13 e para a rubrica “empréstimos concedidos e contas a receber” o montante de 30.350 milhares de euros conforme Nota 12.

Títulos no montante de 39.257 milhões de euros estão sendo utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

O movimento da imparidade de activos financeiros disponíveis para venda, durante o exercício de 2008, é apresentado na Nota 41.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Mercado monetário interbancário	-	-
Operações de compra com acordo de revenda		
No país	-	-
No estrangeiro	-	9.394
Depósitos		
No país	13.318	31.404
No estrangeiro	96.576	13.542
Empréstimos		
No país	12.500	-
No estrangeiro	1.936	112.294
Aplicações a muito curto prazo		
No país		-
No estrangeiro	16.096	21.417
Outros	9.242	1.780
	<u>149.668</u>	<u>189.831</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas de Crédito	31-12-2008	31-12-2007
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.791.105	1.393.711
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	460.229	393.288
Empréstimos	2.211.076	1.705.994
Descobertos	117.804	102.022
Factoring	173.287	142.360
Locação Financeira	452.346	406.749
Outros	307.341	209.553
Crédito a Particulares		
Habitação	2.854.648	2.371.526
Consumo	439.441	412.983
Outras finalidades		
Empréstimos	691.149	834.878
Contas Correntes	201.261	292.256
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	36.281	41.455
Descobertos	50.521	61.157
Outros	125.701	97.226
Outros créditos e valores a receber (titulados)	279.150	59.646
Crédito e juros vencidos	329.760	244.726
Rendimentos a receber	80.051	58.214
Despesas com rendimento diferido	9.967	6.118
Receitas com rendimento diferido	(20.455)	(17.693)
Imparidade em Crédito Concedido	(253.714)	(196.393)
Total	10.336.949	8.619.775

Em empréstimos a empresas, o montante de 35 milhões de euros está sendo utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

A rubrica de crédito a clientes inclui o montante de 1.556.709 milhares de euros de créditos objecto de securitização (Nota 28).

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica com reflexos na liquidez e disponibilidade de preços correntes no mercado, o Grupo reclassificou com data de 30 de Setembro de 2008, tendo em conta as alterações da IAS 39 descritas na nota 2, na rubrica “Outros Créditos e Valores a receber” instrumentos financeiros retirando-os da categoria de “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”. Os títulos reclassificados nesta rubrica são os seguintes:

Título	Justo valor na data de reclassificação	Valor Contabilístico 31 -12-2008	Justo valor 31-12-2008
ALFA BANK	598	621	645
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	1.421	1.427	1.500
AMSTEL SECURITISATION 2006-1X D	1.189	1.214	1.528
ATHLON SECURITISATION BV	2.940	2.950	3.052
B-TRA	358	358	361
GAMA RECEIVABLES FUNDING PLC	4.965	4.969	4.836
GRANITE MORTGAGES PLC	979	980	1.082
GRANITE MORTGAGES PLC	739	739	855
HARBOURMASTER CLO	2.128	2.049	2.027
HARVEST CLO SA	1.425	1.433	1.116
LEEK FINANCE PLC	1.413	1.420	1.506
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	1.146	1.149	1.228
MARLIN (EMC-II) BV	514	516	540
MDM DPR FINANCE COMPANY S.A. 2011	1.417	1.429	1.496
MDM DPR FINANCE COMPANY S.A. 2012	232	240	251
PILLAR FUNDING PLC	1.278	1.348	1.441
PILLAR FUNDING PLC	1.649	1.763	1.953
RUSSIAN CONSUMER FINANCE NO.1 S.A.	1.947	1.979	2.008
SAGRES SOCIEDADE DE TITULARIZACAO	2.712	2.876	2.829
UBB DIVERSIFIED PAYMENT RIGHTS FIN	1.300	1.342	1.265
	30.350	30.802	31.519

Na data da reclassificação, estavam reconhecidas reservas de justo valor negativas de 837 milhares de euros. Deste valor, até 31 de Dezembro de 2008, foram transferidos 100 milhares de euros para resultados. Da aplicação do método do custo amortizado foram reconhecidos proveitos de 452 milhares de euros. Caso os títulos tivessem permanecido na categoria de activos financeiros disponíveis para venda, teriam sido levados 1.168 milhares de euros a reservas de justo valor, como reservas de justo valor positivo. A taxa de juro efectiva destes títulos situa-se entre 5,82% e 31,75% e os fluxos de caixa estimados não são inferiores ao valor nominal dos títulos.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O crédito relativo à locação financeira é o seguinte:

	Valor Balanço - Crédito Concedido	Valor actual dos pagamentos mínimos de locação a receber	Rendimento financeiro não recebido	Rendas contingentes reconhecidas em resultados	Valor residuais não garantidos que acresçam ao benefício do locador
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA - ADIANTAMENTOS	1.904	-	-	-	-
Empresas e Administração públicas	1.904	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	1.904	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
Particulares	-	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	-	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA - CONTRATOS CELEBRADOS	176.879	261.539	84.660	-	9.930
Empresas e administrações públicas	161.153	238.307	77.154	-	9.189
Inferior a 1 Ano	771	793	22	-	415
Entre 1 e 5 Anos	8.105	9.372	1.267	-	545
Superior a 5 Anos	152.278	228.143	75.865	-	8.229
Particulares	15.726	23.232	7.505	-	741
Inferior a 1 Ano	138	139	1	-	7
Entre 1 e 5 Anos	1.003	1.161	159	-	55
Superior a 5 Anos	14.585	21.931	7.345	-	679
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA - ADIANTAMENTOS	316.821	358.853	42.032	-	26.223
Particulares	41.118	47.235	6.117	-	4.050
Inferior a 1 Ano	2.185	2.239	54	-	456
Entre 1 e 5 Anos	30.847	34.900	4.053	-	2.603
Superior a 5 Anos	8.086	10.096	2.010	-	991
Outros Activos em Locação Financeira	275.704	311.618	35.915	-	22.173
Inferior a 1 Ano	12.015	12.346	331	-	2.382
Entre 1 e 5 Anos	230.990	258.685	27.695	-	17.922
Superior a 5 Anos	32.699	40.587	7.889	-	1.870
OPERAÇÕES EM LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA - CONTRATOS CELEBRADOS	5.322	-	-	-	-
Particulares	3.036	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	74	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	2.962	-	-	-	-
Outros Activos em Locação Financeira	2.286	-	-	-	-
Inferior a 1 Ano	516	-	-	-	-
Entre 1 e 5 Anos	-	-	-	-	-
Superior a 5 Anos	1.770	-	-	-	-
	500.927	620.392	126.691	-	36.153

13. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Instrumentos de dívida	84.003	-
	84.003	-

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A carteira de títulos de investimentos detidos até à maturidade tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2008:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de dívida		
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	4.500.000	4.405
KOREA DEVELOPMENT BANK	6.000.000	6.024
BRISA FINANCE BV 09/13	2.500.000	2.366
GE CAPITAL EURO FUNDING	4.200.000	4.212
LANSFORSKRINGAR BANK	4.000.000	3.997
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.426
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.363
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	3.000.000	2.963
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.818
COCA-COLA HBC FIN PLC	6.000.000	6.001
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.276
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.399
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.417
SAG DO BRASIL SA 10/06/09	1.800.000	1.319
MOSCOW NARODNY FINANCE 10/09/09	2.000.000	1.419
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	3.000.000	2.961
BANCO BMG S.A.	1.000.000	715
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5.000.000	4.947
BES FINANCE LTD	5.000.000	4.945
BANCO INDUSTR E COMRCL	3.000.000	2.129
BANCO ESPIRITO SANTO	2.000.000	2.011
CAIXA GERAL DEPO	8.000.000	8.048
BANCO PANAMERICANO SA	1.000.000	704
BANCO BMG SA	1.000.000	651
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	800.000	535
BANCO PINE SA	1.500.000	1.055
BANCO DAYCOVAL SA	1.310.000	904
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	5.000.000	4.993
		84.003

Títulos no montante de 52.236 milhões de euros estão sendo utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

Na sequência da crise vivida nos mercados, nas condições actuais de volatilidade dos preços, o grupo optou por reclassificar o título GE Capital Euro Funding da carteira de detidos para negociação para a carteira de detidos até à maturidade. Esta reclassificação reconhece a existência de circunstâncias raras nos mercados provocadas pela falência da Lehman Brothers e intervenção de diversos Governos em diversas instituições financeiras e seguradoras. Em consequência destas situações, que não se prevê venham a ocorrer no futuro, o Grupo optou por reduzir o volume de títulos na carteira de negociação.

O referido título tinha, na data da reclassificação, o valor de 4.178 milhares de euros (Nota 9). Em 31 de Dezembro de 2008, o valor contabilístico do título era de 4.212 milhares de euros e o justo valor de 3.839 milhares de euros. Antes da reclassificação foram reconhecidos em resultados, proveitos de justo valor de 4 milhares de euros (menos 7 milhares de euros em 2007). Pela aplicação do método do custo amortizado foram reconhecidos 2 milhares de euros de proveitos até 31 de Dezembro de 2008. Caso o título tivesse permanecido na carteira de negociação, teriam sido reconhecidos 339 milhares de euros de custos em resultados de justo

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

valor. Os fluxos de caixa futuros estimados para este título são de 4.764 milhares de euros até à maturidade, dos quais resulta uma taxa efectiva de 5.19%.

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica, o Grupo mudou a intenção sobre a detenção de alguns títulos detidos na categoria de disponíveis para venda, tendo agora a intenção e capacidade de os deter até ao seu vencimento. Nesse sentido, os títulos na tabela anexa foram reclassificados para a categoria de detidos até à maturidade:

Título	Justo valor na reclassificação	Valor	
		31 -12-2008	31-12-2008
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	2.953	2.959	2.958
BANCO ESPIRITO SANTO	1.998	1.998	1.997
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	4.895	4.906	4.906
BES FINANCE LTD	4.882	4.893	4.894
BRISA FINANCE BV 09/13	2.326	2.334	2.323
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	4.391	4.405	4.408
CAIXA GERAL DEPO	8.007	8.006	7.918
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	4.990	4.992	4.991
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	2.950	2.953	2.952
CITIGROUP INC 06/14/12	2.413	2.422	2.372
COCA-COLA HBC FIN PLC	5.994	5.997	5.996
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	5.207	5.217	5.051
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.369	2.376	2.371
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.407	1.410	1.256
KOREA DEVELOPMENT BANK	5.974	5.979	5.975
LANSFORSÅKRINGAR BANK	3.993	3.994	3.993
MORGAN STANLEY & CO INTL	2.796	2.808	2.567
MOSCOW NARODNY FINANCE 10/09/09	1.399	1.409	1.411
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.275	2.291	2.444
	<u>71.219</u>	<u>71.349</u>	<u>70.783</u>

14. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os activos com Acordo de Recompra, cujo valor ascende a 91.283 milhares de euros (em 2007 o valor ascendia a 31.131 milhares de euros), correspondem a títulos adquiridos, sobre os quais existe o acordo de os revender por um preço pré-estabelecido, que estão registados no Banco Banif Brasil, Banif - Banco de Investimento e Banif - Banco de Investimento (Brasil). O valor registado corresponde ao valor de compra acrescido do juro implícito no preço de revenda que está a ser reconhecido de acordo com o princípio da especialização. O Grupo não reconhece os títulos na sua carteira, uma vez que não assume os riscos ou benefícios da detenção dos mesmos.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

15. DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados, em que o Grupo é contraparte, estão na sua totalidade classificados como detidos para negociação, com as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados, correspondentes aos seguintes tipos de instrumentos:

Descrição	Valores Nacionais	31-12-2008		31-12-2007	
		Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbios					
Compras	657.715	20.319	11.738	17.051	14.755
Vendas	650.527				
Contratos sobre taxas de juro	3.360.167	5.926	6.667	12.889	16.219
Contratos sobre acções / índices	40.500	871	3.151	2.508	716
Contratos sobre crédito	65.000	14.021	6.903	2.651	3.024
Futuros e outras operações a prazo	93.712	30.711	9.711	1.296	5.121
Total		71.848	38.170	36.395	39.835

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 8) e o justo valor negativo em “Passivos financeiros detidos para negociação” (Nota 24).

16. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2007	Movimento do exercício					Saldo em 31-12-2008	Imparidade
		Aquisições	Alienações	Transferência para outros activos	Perdas de imparidade reconhecidas	Perdas de imparidade revertidas		
Imóveis e equipamento	65 503	49 698	(19.188)	(88.776)	(894)	693	7 036	1.538
Equipamento	1 940	-	-	(364)	-	-	1 576	-
Outros activos tangíveis	961	11	-	(951)	-	-	21	-
Total	68.404	49.709	(19.188)	(90.091)	(894)	693	8 633	1.538

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo essencialmente a imóveis.

As “transferências para outros activos” correspondem a reclassificações de activos detidos há mais de 1 ano, para os quais o Grupo não recebeu ofertas razoáveis, devido à deterioração das condições de mercado. Estas reclassificações foram efectuadas pelas quantias pelos quais estes activos se encontravam escriturados, não existindo impactos no resultado do exercício ou de exercícios anteriores (Nota 22).

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

17. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2007	Movimentos do exercício						Saldo em 31-12-2008
		Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reavaliações	Alienações	Imóveis de serviço próprio	Transferências Activos detidos p/ venda	Diferenças de câmbio	
Em locação operacional (locador)								
Edifícios	9.042	102.698	-	(3.751)	-	-	-	107.990
	<u>9.042</u>	<u>102.698</u>	<u>-</u>	<u>(3.751)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>107.990</u>

Os imóveis temporariamente não arrendados elevam-se a 11.471 milhares de euros.

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

18. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.12, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2006.

18.1 – Movimento ocorrido no período

Categoria de activo	Saldo líquido em 31 12 2007	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos		Transf.	Amortizações do exercício	Abates	Outros movimentos	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31 12 2008
			Aquisições	Reavaliações (líquido)						
Imóveis	89.127	-	64.049	-	5.387	6.223	3.341	(1.634)	(1.370)	145.995
Equipamento	23.275	-	9.485	-	2.272	7.887	2.353	2	32	24.826
Activos em locação operacional	43.446	-	37.574	-	2.199	8.599	8.012	-	-	66.608
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis em curso	28.185	6.514	6.010	-	(17.258)	-	214	-	(1.344)	21.893
Outros activos tangíveis	1.370	-	2.412	-	-	394	158	(14)	-	3.216
Total	<u>185.403</u>	<u>6.514</u>	<u>119.530</u>	<u>-</u>	<u>(7.400)</u>	<u>23.103</u>	<u>14.078</u>	<u>(1.646)</u>	<u>(2.682)</u>	<u>262.538</u>

18.2 – Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional

Maturidade Residual	Valor Bruto	Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Inferior a 1 Ano	1.544	14	-
Entre 1 e 5 Anos	55.458	20.226	-
Superior a 5 Anos	-	-	-
Total	<u>57.002</u>	<u>20.240</u>	<u>-</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

19. GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2007	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Abates	Saldo líquido em 31-12-2008
			Aquisições	Reavaliações (líquido)				
Goodwill	4.039	-	214	-	-	-	-	4.253
Activos intangíveis em curso	11.676	-	3.660	-	(3.356)	-	-	11.980
Sistemas de tratamento automático	10.722	-	6.463	-	3.356	8.134	-	12.407
Outros activos intangíveis	294	-	148	-	-	48	-	394
Total	26.731	0	10.485	-	-	8.182	-	29.034

Relativamente ao goodwill, em 31 de Dezembro de 2008:

- Para a sociedade Investador, SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 2.218 milhares de euros), e foi efectuado em 2008 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da Empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação foi utilizada uma taxa de capitalização de 7,69%.
- Para a sociedade Banif Nitor Asset Management, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 949 milhares de euros), e foi efectuado em 2008 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows. Na avaliação foi utilizada os seguintes parâmetros: Taxa desconto real anual: 12,91%, Inflação projectada: 5,23% e taxa de desconto nominal anual: 18,81%
- Para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 872 milhares de euros, 274 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%), e foi efectuado em 2008 uma actualização do mesmo, concluindo-se não existir razões para registo de imparidade. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows. Na avaliação foi utilizada os seguintes parâmetros: Euro Risk free Rate (Rf) 3,30%, Mature Market Risk Premium (Rm - Rf) 5,00%, Country Rating B1, Default spread 6,50%, Relative Volatility Equity vs Fixed Income Markets 1,5, Adjusted Risk Premium 14,75%, Implied KE 17,32%, Perpetual growth rate 3,00%.

No exercício de 2008 não foram registas perdas por imparidade em activos intangíveis.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

20. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

					31 12 2008				
Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	
Companhia de Seguros Açoreana, SA	Largo da Matriz 45-52 Ponta Delgada	1500	Seguradora	Ban f - SGPS, SA Banco Comercial dos Açores S.A.	47,69%	18.435	-	38.658	3.122
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe , 2 Villanueva de la Serena, Badajoz	Banca	Ban f - SGPS, SA	33,32%	24.375	28.400	73.155	9.201	
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11	Barcelona	Banca	Ban f - SGPS, SA	27,50%	18.363	15.157	66.774	(4.750)
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 de la Serena	Villanueva	Imobiliário	Ban f - SGPS, SA	33,33%	2.555	-	7.666	169
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Ban f Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(674)	(91)	
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Ban f - Banco de Investimento, SA	20,00%	90	-	450	-	
					63.818	43.557	186.029	7.651	

Para goodwill registado nas participações da Banca Pueyo e Bankpime foram realizados teste de imparidade, com recurso à metodologia dos “*Discounted Free Cash Flows to Equity*”. Na sequência desta análise não foi registado imparidade no goodwill.

Pressupostos do teste de imparidade ao Bankpime: CoE = 11.0%, Tx. Crescimento Anual do Terminal Value = 2.0%.

Pressupostos do teste de imparidade à Banca Pueyo: CoE = 9.1%, Tx. Crescimento Anual do Valor Terminal = 2.0%.

				31 12 2007					
Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	
Companhia de Seguros Açoreana, SA	Largo da Matriz 45-52 Ponta Delgada	1500	Seguradora	Ban f - SGPS, SA Banco Comercial dos Açores S.A.	47,69%	19.411	-	40.703	18.093
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe , 2 Villanueva de la Serena, Badajoz		Banca	Ban f - SGPS, SA	33,32%	24.042	28.400	72.156	9.163
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11	Barcelona	Banca	Ban f - SGPS, SA	27,50%	20.023	15.157	72.809	4.670
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 de la Serena	Villanueva	Imobiliário	Ban f - SGPS, SA	33,33%	2.579	-	7.738	160
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa		Imobiliário	Ban f Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(583)	333
					66.055	43.557	192.823	32.419	

As Sociedades registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial reportam os seus dados de acordo com as políticas contabilísticas do Banif – Grupo Banif (Nota 3), não existindo problemas na harmonização das políticas contabilísticas.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

21.1 Impostos corrente

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Banif	11.529	467
Banco Banif Brasil	6.487	7.721
Banif Go	606	399
Banif Banco de Investimento	3	326
Banco Banif e Comercial dos Açores SA	1.513	0
Econofinance SA	3	4
Banif Gestão de Activos	989	1.124
Banif Capital	2	28
Centro Venture	1	0
Banif Banco de Investimento (Brasil) SA	2.030	1.793
Gamma	8	16
Banif Forfaiting Inc	72	108
Banif Corretora Valores Cambios	3.593	16.626
Banif Nitor Asset Management	80	34
Nitor Administracao Recursos	0	5
Banif Açor Pensões	47	85
Banif Investimentos - SGPS SA	74	45
Banif (Açores) SGPS SA	22	37
BanifServ	1	1
Banif Imobiliária	458	0
Banif Comercial - SGPS SA	16	17
Banif - SGPS SA	3.093	4.016
Soc Imobiliária Piedade	5	5
Banif Rent SA	53	34
Investaçor SGPS SA	6	6
Numberone SGPS	5	3
Investaçor Hoteis SA	24	16
Açortur	44	42
Turotel	29	22
Hotel do Pico	8	2
	<u>30.801</u>	<u>32.982</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

21.2 Impostos diferidos – movimento no período

DESCRIÇÃO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			FINAL DO EXERCÍCIO
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	CAPITAIS PRÓPRIOS	ENCARGOS	RENDIMENTOS	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente	797	-	(142)	8.045	8.700
Outros riscos e encargos	101	-	0	0	101
Imparidade de crédito concedido	696	-	(142)	8 045	8.599
Outros	-	-	-	-	-
Diferimento de tributação de mais valias	(3)	-	-	-	(3)
Alienação de imobilizado	(3)	-	-	-	(3)
Prejuízos fiscais reportáveis	6.500	-	0	9.840	16.340
Prejuízos fiscais reportáveis	6 500	-	0	9 840	16.340
Valorizações não aceites para efeitos fiscais	(59.505)	54.527	43	1.157	(3.778)
Propriedades de investimento	(1.317)	-	0	953	(364)
Imóveis de serviço próprio	356	0	(559)	0	(203)
Derivados	(169)	-	0	65	(104)
Activos disponíveis para venda	(57.470)	54 527	-	-	(2.943)
Activos ao justo valor através de resultados	(897)	-	2.208	139	1.450
Outros	(8)	-	(1.606)	-	(1.614)
Outros	10.736	-	(5.918)	(618)	4.200
Benefícios dos empregados	4.076	-	458	(751)	3.783
Comissões	1 013	-	(256)	15	772
Activos Intangíveis	226	-	(25)	118	319
Outros	5.421	-	(6.095)	0	(674)
TOTAL	(41.475)	54.527	(6.017)	18.424	25.459

O Banif – Banco de Investimento (Brasil) tem contabilizado imposto diferido activo, no montante de 10.115 milhares de euros, oriundos de prejuízo fiscal, cuja realização depende da apuração de lucros tributáveis futuros. É da convicção da Sociedade que estes valores serão recuperados.

21.3 Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

	Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses minoritários		81.938
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	21.714
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-3,17%	-2.595
Benefícios fiscais	-1,56%	-1.278
Outras diferenças definitivas:		
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	-1,06%	-870
Outros custos não aceites	-0,22%	-182
Fundo Pensões	-1,98%	-1.625
Outros	0,01%	11
	<u>18,52%</u>	<u>15.175</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Perdas fiscais não usadas relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço:

- Banif Investimentos 1.716 milhares de euros (reporte prejuízos fiscais 2003-2008)
- Banif Comercial 726 milhares de euros (reporte prejuízos fiscais 2004 e 2008)

22. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Ouro	22	14
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	514	552
Outras disponibilidades sobre residentes	1	4
	<u>537</u>	<u>570</u>
Bonificações a receber	8.053	9.341
	<u>8.053</u>	<u>9.341</u>
Suprimentos	22.470	17.508
Devedores diversos	54.521	34.516
Sector público administrativo	12.378	7.413
Outros rendimentos a receber	11.035	4.115
Fundo de pensões (Nota 45.1, 4)) e (Nota 45.2 c))	11.755	9.795
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	7.150	50.736
Seguros	1.958	1.230
Posição cambial	28.779	29.616
Aplicações - conta caução	1.362	2.442
Devedores por operações sobre futuros e opções	723	7.540
Imóveis	88.776	-
Outros activos	241.117	143.526
	<u>482.024</u>	<u>308.437</u>
Perdas de imparidade	(11.222)	(3.395)
	<u>479.392</u>	<u>314.953</u>

Em "Imóveis" o montante de 88.776 milhares de euros respeitam a imóveis reclassificados da rubrica "Activos não correntes detidos para venda", conforme Nota 3.2 e Nota 16.

23. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Recursos de Bancos Centrais	961.334	-
Juros de recursos de Bancos Centrais	4.509	-
	<u>965.843</u>	<u>-</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os “Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme indicado na Nota 28 relativo a títulos emitidos no âmbito de operações de securitização, Nota 12 relativo a Crédito a clientes e Notas 10 e 13 relativas a títulos.

24. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo (nota 15)	38.170	39.835
Posições a descoberto	3.764	4.912
	<u>41.934</u>	<u>44.747</u>

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – “Fair Value Option”, foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	22.629	63.432
Banco Banif e Comercial dos Açores, SA	5.070	4.955
Euro Invest Série 5	-	60.012
Euro Invest Série 6	28.097	29.115
Euro Invest Série 7	20.956	22.100
Euro Invest Série 8	25.910	32.618
Euro Invest Série 9	35.219	46.828
Trade Invest Série 12	28.002	27.926
Trade Invest Série 13	6.925	17.342
Trade Invest Série 14	78.988	61.521
Banif - SGPS, SA	-	69.990
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	36.503	33.216
Banif - Banco Investimento (Brasil)	41.266	34.418
Banif Cayman	38.701	-
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	<u>(101.070)</u>	<u>(126.030)</u>
	<u>267.196</u>	<u>377.443</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As emissões do Grupo tem a seguinte composição:

Emissão	Emissão	Detidas pelo Grupo	Total
BANIF EURO MULTI-ACTIVOS 2005/2010	4.819	-	4.819
BANIF EUROSTOXX 50 2005/2010	5.889	(2.410)	3.478
BANIF SFE 2006 2009	8.168	(6.336)	1.832
BANIF SFE DÓLAR MULTI-ACTIVOS 2005-2010	3.753	(2.414)	1.339
BBCA 2006 - 2011	5.070	(205)	4.865
Euro Invest Série 6	28.097	(376)	27.721
Euro Invest Série 7	20.956	(1.076)	19.880
Euro Invest Série 8	25.910	(8.311)	17.599
Euro Invest Série 9	35.219	(641)	34.578
Trade Invest Série 12	28.002	(7.023)	20.979
Trade Invest Série 13	6.925	-	6.925
Trade Invest Série 14	78.988	(6.474)	72.514
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) 2006 - 2009	19.258	(19.258)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) 2006 - 2009	11.497	(11.497)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) 2004 - 2009	5.748	-	5.748
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2007 - 2009	22.810	(22.810)	-
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2007 - 2009	12.133	(12.133)	-
Banif - Banco Investimento (Brasil) 2008 - 2009	6.323	-	6.323
Banif Cayman 2008 - 2010 USD	7.264	(73)	7.191
Banif Cayman 2008 - 2010 EUR	2.148	(33)	2.115
Banif Cayman zero coupon 2008 - 2018	29.289	-	29.289
	<u>368.266</u>	<u>(101.070)</u>	<u>267.196</u>

As emissões de títulos de dívida pelo Grupo apresentam as seguintes características:

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

Emissões reembolsadas no exercício findo em 31-12-2008:

- Reembolso de obrigações de Caixa Banif SFE Rendimento dinâmico 2004-2008 no montante de 18 milhões de Dólares americanos.
- Reembolso antecipado de obrigações de Caixa Banif SFE Step Up 2005 – 2010 no montante de 15 milhões de Dólares americanos.
- Reembolso obrigações de Caixa Banif SFE Dólar – Multi Activos 2005 –2008 no montante de 10 milhões de Dólares americanos.

Emissões realizadas em exercícios anteriores:

- Em 28 de Fevereiro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. emitiu Obrigações de Caixa no montante de 10 milhões de Euros por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 28 de Fevereiro de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado a totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (28 de Fevereiro de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução de um cabaz subjacente, o qual integra três índices de acções

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

(S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index e Nikkei 225 Index), um índice de commodity (Contrato Genérico de Futuro sobre o preço do petróleo) e um índice de obrigações (Citigroup World Government Bond Index), com um valor mínimo de 1%. O Banif, SA readquiriu em 2008 o montante de 4,5 milhões de euros.

- Em 28 de Fevereiro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. – SFE emitiu Obrigações de Caixa no montante de 5 milhões de Dólares por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 28 de Fevereiro de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado a totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (28 de Fevereiro de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução de um cabaz subjacente, o qual integra três índices de acções (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index e Nikkei 225 Index), um índice de commodity (Contrato Genérico de Futuro sobre o preço do petróleo) e um índice de obrigações (Citigroup World Government Bond Index), com um valor mínimo de 1%.
- Em 01 de Julho de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. emitiu Obrigações de Caixa no montante de 10 milhões de Euros por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 01 de Julho de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado da totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data a partir do 2º aniversário da data de subscrição (23 de Maio de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A remuneração é composta por uma percentagem fixa de 1% ao ano acrescida de uma percentagem variável associada ao Índice DJ Eurostoxx 50. O Banif, SA readquiriu em 2008 o montante de 4,1 milhões de euros
- Em 30 de Março de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., SFE, emitiu Obrigações de Caixa no montante de 7.500 mil euros por prazo de três anos. Os juros serão pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição em 30 de Março de cada ano. A taxa de juro nominal bruta é de 1% p.a.. Na data de maturidade, o investidor terá direito a receber 50% da performance da melhor de 3 estratégias de investimento (três índices).

Banco Banif e Comercial dos Açores

- Em 31 de Março de 2006, o BBKA emitiu Obrigações de Caixa no montante de 5.000.000 Euros, representado por 5.000 títulos de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 31 de Março e 30 de Setembro e são calculados durante o 1º ano a uma taxa fixa de 3,25% e nos restantes 4 anos, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1,00%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 31 de Março de 2011, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção da Sociedade, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a partir de 31 de Março de 2008 (inclusive).

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Veículos de emissão de dívida: Trade Invest, Ltd. e Euro Invest, Ltd.

Dentro da sua estratégia global de captação de *funding*, o Banif – Grupo Financeiro tem recorrido à emissão de títulos de dívida com remuneração e reembolso indexados a um ou mais instrumentos financeiros (produtos estruturados), através de sociedades veículo com sede nas Ilhas Caimão designadas Trade Invest, Ltd. e Euro Invest, Ltd., que possuem um programa de emissão de dívida nos mercados internacionais (EMTN).

As emissões de dívida efectuadas por estes veículos são tituladas através de “Notes”.

Nas diferentes emissões efectuadas por estas entidades existe uma compartimentação estanque entre activos e passivos relacionados que não contemplam benefícios residuais associados, pelo que são igualmente utilizadas para a estruturação e colocação de operações para Clientes.

Neste contexto procedeu-se à consolidação integral das emissões destes veículos associadas a *funding* do Grupo dado que, apenas nesses casos, se verifica a efectiva retenção dos benefícios da actividade.

Classificadas como passivos ao justo valor nas contas do Grupo em 31-12-2008 existiam as seguintes emissões de “Notes”, cujos riscos subjacentes foram assumidos pelos respectivos detentores:

Emissão	Valor Nominal	Cupão *	Data de Emissão	Data de Vencimento	Risco Subjacente
Euro Invest Série 6	EUR 25.000.000	Variável	26/05/2006	26/05/2009	Risco de Crédito de Corporates, Bancos e Soberano (Brasil)
Euro Invest Série 7	EUR 20.000.000	Variável	07/12/2006	07/12/2009	Risco de Crédito de Bancos (Brasil)
Euro Invest Série 8	EUR 35.000.000	5%	13/04/2007	13/04/2012	Risco de Crédito de Corporates (Ibérico)
Euro Invest Série 9	EUR 50.000.000	6%	22/10/2007	22/10/2012	Risco de Crédito de Corporates
Trade Invest Série 12	EUR 7.500.000 USD 19.000.000	EUR-3,8% USD – 6%	16/02/2006	16/02/2009	Risco de Crédito de Bancos (Brasil)
Trade Invest Série 13	USD 16.505.000 USD 9.415.000	USD-3,25% USD –3,7%	25/08/2006 25/08/2006	25/10/2008 08/06/2009	Risco de Crédito de Corporates, Bancos e Soberano
Trade Invest Série 14	EUR 60.000.000	Variável	30/07/2007	30/07/2010	Risco de crédito de Corporates (EU e EUA)

* - pagamento sujeito a condições

Emissões reembolsadas no exercício findo em 31-12-2008:

- Reembolsado do Euro Invest Série 5, no montante de 50.000 milhares de euros.

Banif SGPS

Emissões reembolsadas no exercício findo em 31-12-2008:

- Reembolso de obrigações Banif – SGPS, SA 2003-2008 no montante de 70 milhões de euros.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil)

- Em 7 de Dezembro de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), emitiu obrigações no montante de 26,65 milhões dólares, com data de reembolso em 7 de Dezembro de 2009. A taxa do cupão em vigor é 7%.
- Em 26 de Maio de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), emitiu obrigações no montante de 16 milhões dólares, com data de reembolso em 26 de Maio de 2009. A taxa do cupão em vigor é 6,6%.
- Em 17 de Dezembro de 2004, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA emitiu dívida subordinada no montante de 8 milhões de dólares, com prazo de 10 anos e juros de 7% a.a. nos primeiros 5 anos e USD Libor acrescido de 4,5% nos últimos 5 anos. O pagamento dos juros é anual, a partir da data de emissão, em 17 de Dezembro de cada ano.

Banif – Banco de Investimento (Brasil)

- Em 16 de Fevereiro de 2007, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., emitiu obrigações no montante de 30,102 milhões dólares, com data de reembolso em 19 de Fevereiro de 2009. A taxa do cupão em vigor é 6,0625%.
- Em 26 de Maio de 2007, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., emitiu obrigações no montante de 16 milhões dólares, com data de reembolso em 26 de Maio de 2009. A taxa do cupão em vigor é 6,6%.
- Em 17 de Dezembro de 2008, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., emitiu obrigações no montante de 8,8 milhões dólares, com data de reembolso em 17 de Junho de 2009. A taxa do cupão em vigor é 1,75%.

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman)

- Em 2 de Maio de 2008, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman) emitiu Zero Coupon Notes, pelo prazo de 10 anos, no montante de 56.263 milhares de dólares.
- Em 28 de Abril de 2008, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman) emitiu o montante de 2.000 milhares de euros, com prazo de 2,5 anos. A remuneração está indexada à performance de um cabaz de cinco acções do sector financeiro.
- Em 28 de Março de 2008, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman) emitiu o montante de 10.000 milhares de dólares, com prazo de 2 anos. A remuneração está indexada ao risco de crédito de um conjunto de entidades brasileiras com participação de grupos empresariais portugueses. A taxa de juro fixa de 4,50% p.a.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

26. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	290.913	249.762
Empréstimos	260.180	158.321
Outros	1.640	57.731
	<u>552.733</u>	<u>465.814</u>
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	328.489	30.151
Empréstimos	939.456	1.114.839
Operações de venda com acordo de recompra	146.969	93.457
Outros	97.699	56.552
	<u>1.512.613</u>	<u>1.294.999</u>
Juros	15.663	16.210
	<u>2.081.009</u>	<u>1.777.023</u>

27. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Depositos		
À Vista	1.415.660	1.584.554
A prazo	4.499.332	3.331.229
Poupança	181.801	200.496
Outros	334.884	113.919
	<u>6.431.677</u>	<u>5.230.198</u>
Outros débitos		
Empréstimos	19.234	65.273
Outros	63.952	36.027
	<u>83.186</u>	<u>101.300</u>
	<u>6.514.863</u>	<u>5.331.498</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

28. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2008	31-12-2007
Banif Finance	812.008	1.025.000
Atlantes Mortgage N.º3	600.000	-
Atlantes Mortgage N.º2	353.667	-
Azor Mortgage N.º2	289.478	-
Atlantes Mortgage N.º1	233.198	281.334
Azor Mortgage N.º1	100.095	135.338
Banif - SGPS	50.000	-
Banif Go	42.800	40.000
Banif Cayman	32.355	-
Beta Securitizadora	3.242	3.901
SPE Panorama	1.956	2.696
Atlantes n.º2	-	20.554
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(1.315.744)	(73.199)
Sub - Total	<u>1.203.055</u>	<u>1.435.624</u>
Certificados de depósito	173.754	257.962
Encargos Financeiros	9.086	9.087
	<u>1.385.895</u>	<u>1.702.673</u>

As emissões do Grupo tem a seguinte composição:

Emissão	Emissão	Detidas pelo Grupo	Total
Banif Finance 2004 - 2009	225.000	(23.205)	201.795
Banif Finance 2006 - 2010	300.000	(27.833)	272.167
Banif Finance 2007 - 2012	287.008	-	287.008
Atlantes Mortgage N.º3	600.000	(600.000)	-
Atlantes Mortgage N.º2	353.667	(353.667)	-
Azor Mortgage N.º2	289.478	(289.478)	-
Atlantes Mortgage N.º1	233.198	-	233.198
Azor Mortgage N.º1	100.095	(1.561)	98.534
Banif - SGPS, SA 2008 - 2011	50.000	-	50.000
Banif Go 2005	20.000	(20.000)	-
Banif Go 2006	22.800	-	22.800
Banif Cayman Zero Coupon 2008 - 2011	20.000	-	20.000
Banif Cayman Zero Coupon 2008 - 2011	12.355	-	12.355
Beta securitizadora 2017	2.302	-	2.302
Beta securitizadora 2018	940	-	940
SPE Panorama	1.956	-	1.956
	<u>2.518.799</u>	<u>(1.315.744)</u>	<u>1.203.055</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As emissões de títulos de dívida pelo Grupo apresentam as seguintes características:

Banif Finance

Emissões reembolsadas no exercício findo em 31-12-2008:

- Reembolso de obrigações Banif Finance 2005-2008 no montante de 200 milhões de euros.

Emissões realizadas em exercícios anteriores:

- Em 05 de Agosto de 2004, o Banif Finance LTD, emitiu Floating Rate Notes, no montante global de 225 milhões de Euros, cujo valor de emissão foi de 99,668% e duração de cinco anos. Os juros são pagos em 05 de Fevereiro, 05 de Maio, 05 de Agosto e 05 de Novembro de cada ano.
A taxa de juro está indexada à Euribor a 3 meses mais uma margem de 0,45%.
- Em 3 de Novembro de 2006, o Banif Finance LTD emitiu Floating Rate Notes, no montante global de 300 milhões de Euros, cujo valor de emissão foi de 99,925% e duração de quatro anos. Os juros são pagos em 3 de Fevereiro, 3 de Maio, 3 de Agosto e 3 de Novembro de cada ano.
A taxa de juro está indexada à Euribor a 3 meses mais uma margem de 0,35%.
- Em 22 de Maio de 2007, o Banif Finance LTD emitiu Floating Rate Notes, no montante global de 300 milhões de Euros, cujo valor de emissão foi de 99,729% e duração de cinco anos. Os juros são pagos em 22 de Fevereiro, 22 de Maio, 22 de Agosto e 22 de Novembro de cada ano.
A taxa de juro está indexada à Euribor a 3 meses mais uma margem de 0,30%.
A Banif Finance readquiriu em 2008 o montante de 12,9 milhões de euros.

Operações de Titularização

O Grupo realizou operações titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. O interesse residual nos activos titularizados é usualmente retido pelo Grupo através da detenção de títulos de natureza residual. Os veículos constituídos no âmbito de operações de titularização são incluídos nas contas consolidadas do Banif - Grupo Financeiro, na medida em que o Grupo detém substancialmente todos os riscos (riscos de crédito e taxa de juro) e benefícios (margem taxa de juro de crédito), estando por isso sujeito ao efeito do comportamento das operações em causa.

As operações de titularização de créditos em que o Banif – Grupo Financeiro participou através do Banif, SA, Banco Banif e Comercial dos Açores e Banif Go, como forma de financiamento das respectivas actividades correntes foram:

- Atlantes Finance No. 1: Novembro 1999 (terminada em 2005)
- Atlantes Finance No. 2: Maio 2002 (terminada em 2008);
- Atlantes Mortgage No. 1: Fevereiro 2003;
- Azor Mortgages: Novembro 2004;
- Atlantes Mortgage No. 2: Março de 2008;
- Azor Mortgage No. 2: Julho de 2008;
- Atlantes Mortgage No. 3: Outubro de 2008.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Através destas operações de titularização, as três entidades do Banif – Grupo Financeiro acima referidas cederam contratos de crédito pessoal, de crédito à habitação e de leasing às seguintes sociedades veículo:

- Atlantes Finance No. 1, para a sociedade Atlantes No. 1 Limited, sediada em Jersey
- Atlantes Finance No. 2, para a sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc, sediada em Dublin
- Atlantes Mortgage No. 1, para a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc, sediada em Dublin.
- Azor Mortgages, para a sociedade Azor Mortgages Plc, sediada em Dublin.
- Atlantes Mortgage No. 2, para a sociedade Gamma, sediada em Portugal.
- Azor Mortgage No. 2, para a sociedade Gamma, sediada em Portugal.
- Atlantes Mortgage No. 3, para a sociedade Gamma, sediada em Portugal.

Na operação Atlantes Finance No. 1, foram cedidos inicialmente créditos num valor total de 200 milhões de euros. Adicionalmente, foram cedidos mais 245 milhões de Euros em rollovers até Maio 2002, data em que terminou o período de revolving da Operação. A operação de titularização Atlantes Finance No. 1, terminou em Agosto de 2005, com o exercício da respectiva clean-up call.

No âmbito da operação Atlantes Finance No. 2 foram cedidos inicialmente créditos no valor de 150 milhões de Euros. Adicionalmente foram cedidos mais 203 milhões de Euros em rollovers até Abril 2005, data em que terminou o período de revolving da Operação. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Finance No. 2 Fundo, actualmente administrado pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, que adquiriu aos cedentes os créditos pessoais e os contratos de leasing, e emitiu unidades de participação do Fundo, subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Atlantes Finance No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 150 milhões de Euros.

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi igualmente constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, administrado pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo BBKA (a 2ª do Grupo Banif) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a recentemente constituída sociedade de titularização do Grupo Banif, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, da sociedade de securitização original, agências de rating, CMVM, dos

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi igualmente constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Em Julho do corrente ano, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo BBKA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBKA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortgages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

No final de Outubro do corrente ano foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, uma emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

A estrutura foi semelhante à Atlantes Mortgage No. 2, ou seja, o Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 2 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

As sociedades Atlantes Finance No. 2 Plc, Atlantes Mortgage No. 1 Plc, Azor Mortgages Plc e Atlantes Mortgage No. 2 Plc, Azor Mortgage No.2 e Atlantes Mortgage No. 3 têm como única actividade deter Unidades de Participação ou Notas indexadas às carteiras de créditos cedidas pelo Grupo Banif e emitir Obrigações colocadas nos mercados financeiros internacionais, pelo que o pagamento do capital e juros destas Obrigações dependerá exclusivamente da performance das carteiras de créditos cedidos.

A sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc emitiu 150 milhões de Euros de Obrigações às quais foram atribuídas as seguintes notações de risco pelas agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings:

	S&P	Moody's	Fitch	% do Total
Obrigações Class A	AAA	Aaa	AAA	93%
Obrigações Class B	A	A1	A+	5%
Obrigações Class C	BBB	Baa2	BBB	2%

Estas Obrigações foram emitidas a taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses.

A sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu 500 milhões de Euros de Obrigações às quais foram atribuídas as seguintes notações de risco:

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

	S&P	Moody's	Fitch	% do Total
Obrigações Class A	AAA	Aaa	AAA	92.5%
Obrigações Class B	A	A2	A	4.5%
Obrigações Class C	BBB	Baa3	BBB	2.5%
Obrigações Class D	BB	Ba2	BB	0.5%

Estas Obrigações foram emitidas a taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses.

A sociedade Azor Mortgages Plc emitiu 281 milhões de Euros de Obrigações às quais foram atribuídas a seguinte notação de risco:

	S&P	Moody's	Fitch	% do Total
Obrigações Class A	AAA	Aaa	AAA	90.04%
Obrigações Class B	A	Aa2	A+	6.76%
Obrigações Class C	BBB	Baa1	BBB+	3.20%

Estas Obrigações foram emitidas a taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses.

A sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu 375 milhões de Euros de Obrigações às quais foram atribuídas as seguintes notações de risco:

	S&P	Fitch	% do Total
Obrigações Class A	AAA	AAA	93%
Obrigações Class B	A	A	5%
Obrigações Class C	BBB	BBB	2%

Estas Obrigações foram emitidas a taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses.

À Azor Mortgages No. 2 Class A, com um valor nominal de 253, 5 milhões de Euros foi atribuído um *rating* de AAA pela Standard & Poor's.

Todas as obrigações Azor Mortgages e Azor Mortgages No. 2 têm a sua remuneração indexada, neste caso à Euribor a 3 meses, excepto as classe mais júnior (Class D e C respectivamente), cuja remuneração é residual.

As obrigações Atlantes Mortgage No. 3 Class A e B, pagam uma remuneração trimestral indexada à taxa de juro Euribor a 3 meses. Refira-se que a classe A, com um valor nominal de 558,6 milhões de Euros, obteve da Standard & Poor's uma notação de risco de AAA. As Atlantes Mortgage No. 3 Classe C com um valor nominal inicial de 23,7 milhões de Euros, são obrigações de remuneração residual.

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2008 o valor do reembolso de capital das obrigações emitidas pelos veículos de titularização foi de 125.266 milhares de Euros, de acordo com a evolução evidenciada no quadro abaixo apresentado:

Operação	Valor emitido	Obrigações vivas		Crédito Securitizado
		31-12-2008	31-12-2007	
Atlantes N.º 1	200.000	-	-	-
Atlantes Finance N.º2	150.000	-	20.554	-
Atlantes Mortgage N.º1	500.000	233.198	281.334	232.969
Azor Mortgage	281.000	100.095	135.338	97.212
Atlantes Mortgage N.º2	375.000	353.667	-	352.359
Azor Mortgage N.º2	300.000	289.478	-	282.958
Atlantes Mortgage N.º3	600.000	600.000	-	591.211
	2.406.000	1.576.438	437.226	1.556.709

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3 e Azor Mortgage N.º2 estão detidas por entidades do Grupo, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE, conforme Nota 23.

Banif – SGPS

- Em 15 de Julho de 2008, a Banif – SGPS, SA, emitiu obrigações no montante de 50 milhões euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente. Para o 1º ano de vida a taxa de juro é 6,25% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75%. O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de três anos a contar da data de subscrição e será reembolsado integralmente, ao par, de uma só vez, na data de vencimento do 6º cupão, ou seja a 15 de Julho de 2011, salvo se ocorrer o reembolso antecipado.

Banif Go

- Em 25 de Novembro de 2006, a Banif Go, emitiu Papel Comercial no montante de 20 milhões Euros por um prazo de três anos, prorrogável automaticamente por períodos de três anos, com taxa de juro igual à Euribor em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, para o período de emissão respectivo, adicionada de 0,5%.
- Em 26 de Maio de 2006, a Banif Go, emitiu Papel Comercial no montante de 22,8 milhões Euros por um prazo de três anos, prorrogável automaticamente por períodos de três anos, com taxa de juro igual à Euribor em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, para o período de emissão respectivo, adicionada de 0,5%.

Banif Cayman

- Em 22 de Dezembro de 2008, o Banif Cayman emitiu obrigações Zero Coupon Notes 2008/2011 no montante de 20 milhões euros. Reembolso ao par na data de maturidade desde que não ocorra o reembolso antecipado.
- Em 22 de Dezembro de 2008, o Banif Cayman emitiu obrigações Zero Coupon Notes 2008/2011 no montante de 20 milhões dólares americanos. Reembolso ao par na data de maturidade desde que não ocorra o reembolso antecipado.

Beta Securitizadora

- A Sociedade Beta Securitizadora emitiu duas emissões de 7.219 milhares de BRL (tx. Juro: 11%) e 2.861 milhares de BRL (tx. Juro: 10,50%) com maturidade 06/06/2017 e 06/11/2018 respectivamente.

SPE Panorama

- A Sociedade SPE Panorama emitiu duas emissões de 7.000 milhares de BRL e 1.000 milhares BRL com maturidade em 14/04/2009.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

29. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 31 de Dezembro de 2008 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2007	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2008
Contingências fiscais	11.777	2.699	-	(4.115)	(1.953)	8.408
Outras provisões	2.372	1.565	-	(1.016)	(1.316)	1.605
Provisões para garantias e compromissos	2.415	796	-	-	-	3.211
Total	16.564	5.060	-	(5.131)	(3.269)	13.224

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica “provisões para contingências fiscais”, encontra-se registado, o montante de 1.632 milhares de euros (4.885 milhares de euros em 2007), relativo ao diferendo que opõe o BBCA à Comissão Europeia no contexto da decisão desta entidade relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Encargos com benefícios a empregados: responsabilidades assumidas relativamente ao pagamento de subsídio por morte previstos no âmbito do ACT do Sector Bancário.

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Garantias prestadas (das quais:)	1.030.119	779.829
Garantias e avales	914.398	745.176
Aceites e endossos	85.467	-
Cartas de Crédito e Stand-by	2.844	3.386
Créditos documentários abertos	27.410	31.267

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Outros passivos eventuais (dos quais:)	1.204.888	38.674
Fianças e Indemnizações	538	27
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	5.165
Activos dados em Garantia	1.204.350	33.482
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	1.575.955	1.729.777
Compromissos irrevogáveis	462.651	787.575
Compromissos revogáveis	1.113.304	942.202
	2.780.843	1.768.451

Os “Activos dados em garantia” correspondem a títulos cedidos em *repo's* e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

30. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2008	31-12-2007
Banif - Banco de Investimento	30.000	30.000
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman)	-	10.189
Banif - Banco Internacional do Funchal	268.893	237.500
Banif Go	21.000	6.000
Banco Banif e Comercial dos Açores	65.000	55.000
Banif Finance	198.249	225.000
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(261.158)	(210.462)
Sub total	321.984	353.227
Encargos Financeiros	1.121	629
	323.105	353.856

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As emissões do Grupo tem a seguinte composição:

Emissão	Emissão	Detidas pelo Grupo	Total
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	15.000	-	15.000
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	3.893	-	3.893
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2010	50.000	(50.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	75.000	(75.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	50.000	-	50.000
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007 -2016	50.000	(50.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008 -2017	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2018	25.000	-	25.000
Banif Go 2005 -2010	6.000	(6.000)	-
Banif Go 2008 - 2017	15.000	(15.000)	-
BBCA 2006 - 2016	20.000	-	20.000
BBCA 2007 - 2017	10.000	-	10.000
BBCA 2007 - perpétua	25.000	(25.000)	-
BBCA 2007 - 2017	10.000	(10.000)	-
Banif Finance 2004 - 2014	50.000	-	50.000
Banif Finance 2006 - perpétua	98.249	(158)	98.091
Banif Finance 2006 - 2016	50.000	-	50.000
	583.142	(261.158)	321.984

As emissões de títulos de dívida subordinada pelo Grupo apresentam as seguintes características:

Banif - Banco de Investimento

- Em 29 de Junho de 2006, o Banif Banco de Investimento, SA, emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas, Taxa Variável 2006/2016 no montante de 15.000.000 Euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 29 de Dezembro e 29 de Junho de cada ano e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,875%. A partir do 11º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%.
- Em 5 de Maio de 2007, o Banif Banco de Investimento, SA, emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas, Taxa Variável 2007/perpétua no montante de 15.000.000 Euros. Os juros destas obrigações vencem-se trimestralmente e postecipadamente, sendo a primeiro cupão em 28 de Agosto. A taxa de juro aplicada é Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,35%.

Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman)

- Reembolso de obrigações de caixa subordinadas Banif (Cayman). Ltd. totalmente detidas pelo Banif-Banco Internacional do Funchal. SA (de um montante total de 15 milhões USD) efectuada em 30 de Junho de 2008.

Banif - Banco Internacional do Funchal

- Em 16 de Julho de 2001, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 12,5 milhões euros representado por 12.500 títulos de 1.000 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 16 de Janeiro e 16 de Julho de cada ano e foram

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

calculadas para o 1º cupão com base na taxa de 5,375% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75%. O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, em 16 de Julho de 2011 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º e 18º cupões, aos quais não acresce nenhum prémio sobre o valor reembolsado. O Banif, SA readquiriu em 2008 o montante de 8,6 milhões de euros.

- Em 30 de Dezembro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA , emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 50 milhões euros. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 30 de Dezembro de 2010 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 0,75% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 1,25% por ano.
- Em 22 de Junho de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA , contratou um Empréstimo Subordinado no montante de 75 milhões euros com prazo indeterminado, concedido pela Banif Finance. Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano. O Banco pagará juros a uma taxa variável correspondente a Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1%. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2014, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 2% (incremento de 1% por ano (Step up) sobre a Euribor a 3 meses acrescida de 1% paga até à primeira data de reembolso). A partir de 22 de Dezembro de 2014 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, total ou parcialmente, em qualquer data de pagamento de juros.
- Em 22 de Dezembro de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA , contratou um Empréstimo Subordinado no montante de 50 milhões euros com prazo de dez anos, concedido pela Banif Finance. Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Dezembro, 22 de Março, 22 de Junho e 22 de Setembro de cada ano. O Banco pagará juros a uma taxa variável correspondente a Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 0,75%. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2011, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1,25%. A partir de 22 de Dezembro de 2011 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, na sua totalidade, em qualquer data de pagamento de juros.
- Em 22 de Dezembro de 2007, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA - SFE, contratou um empréstimo subordinado no montante de 50 milhões de euros com vencimento indeterminado, concedido pela Banif Finance. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 22 de Dezembro de 2016 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 1,37% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 2,37% por ano.
- Em 30 de Junho de 2008, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA - SFE, contratou um empréstimo subordinado no montante de 15 milhões de euros com vencimento indeterminado, concedido pela Banif Finance. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 28 de Dezembro de 2017 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

meses acrescida de 3,0362% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 4,0362% por ano.

- Em 18 de Agosto de 2008, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 25 milhões euros representado por 25.000 títulos de 1.000 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 18 de Agosto e 18 de Fevereiro de cada ano e foram calculadas para o 1º ano de vida 6,25% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 1%. A partir do 11.º cupão (inclusive) e até à data de maturidade à Euribor a 6 meses é acrescido 1,15%. O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, na data de maturidade, contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a partir do 10.º cupão (inclusive).

Banif Go

- Em 30 de Junho de 2005, a Banif Go emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 6 milhões de Euros por um prazo de dez anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 30 de Junho de cada ano. A Banif Go. poderá proceder ao reembolso antecipado da totalidade da emissão, pelo seu valor nominal ("call option"), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 5º cupão (30 de Junho de 2010), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A taxa de juro nominal bruta é igual à Euribor a doze meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início do período de juros, adicionada de 1,5%.
- Em 30 de Junho de 2008, a Banif Go, contratou um empréstimo subordinado no montante de 15 milhões de euros com vencimento indeterminado, concedido pela Banif, SA. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 28 de Dezembro de 2017 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 3,0362% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 4,0362% por ano.

Banco Banif e Comercial dos Açores

- Obrigações de Caixa Subordinadas BBKA/06 Taxa Variável – 2006 –2016
A Sociedade emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 20.000.000 Euros representado por 400.000 títulos de 50 Euros cada.
A emissão das obrigações em causa foi efectuada em 3 séries sendo a data de subscrição de cada uma das séries, 23 de Outubro, 27 de Novembro e 4 de Dezembro de 2006 respectivamente.
Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 23 de Abril e 23 de Outubro e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,00%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, e a partir do 11º cupão (inclusive) e até final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,25%. A taxa de juro do 1º cupão é de 4,647%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 23 de Outubro de 2016, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção da Sociedade ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a partir do vencimento do 10º cupão (inclusive).

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Obrigações de Caixa Subordinadas BBKA/06 Taxa Variável – 2007 – 2017
Em 25 de Setembro de 2007 a Sociedade emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 10.000.000 Euros representado por 200.000 títulos de 50 Euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 25 de Setembro e 25 de Março e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,00%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, e a partir do 11º cupão (inclusive) e até final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,25%. A taxa de juro do 1º cupão é de 5,72%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 25 de Setembro de 2017, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção da Sociedade ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, a partir do vencimento do 10º cupão (inclusive).
- Em 22 de Dezembro de 2007 o BBKA contratou um Empréstimo Subordinado no montante de 25.000.000 Euros com prazo indeterminado, concedido pela Banif Finance Plc.
Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano. A sociedade pagará juros a uma taxa variável correspondente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data início de cada período de juros, acrescida de 1,37% por ano. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2016, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo "Dia Útil Target" anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 2,37% por ano (Step-up de 1%). A taxa de juro do 1º período é de 6,16%. A partir de 22 de Dezembro de 2016 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, em qualquer data de pagamento de juros.
- Em 30 de Junho de 2008, o BBKA, contratou um empréstimo subordinado no montante de 10 milhões de euros com vencimento indeterminado, concedido pela Banif Finance. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 28 de Dezembro de 2017 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 3,0362% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 4,0362% por ano.

Banif Finance

- Obrigações de Caixa da Banif Finance, Ltd Taxa Variável - 2004 / 2014.
Em 29 de Dezembro de 2004, a Banif Finance Ltd, emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 50.000.000 Euros representado por 50.000 Títulos de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se trimestral e postecipadamente em 29 de Março, 29 de Junho, 29 de Setembro e 29 de Dezembro de cada ano, com início em 29 de Março de 2005 e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,80%. A partir do 21º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 3 meses acrescida de 1,30%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 29 de Dezembro de 2014, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banif Finance (call option), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, em qualquer data de pagamento de juros a partir do vencimento do 20º cupão. O empréstimo poderá também ser reembolsado antecipadamente por motivos fiscais (tax option), em qualquer data de pagamento de juros mediante pré-aviso de 30 a 60 dias aos titulares

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

das obrigações, se por motivo de alteração das leis aplicáveis a Banif Finance fique obrigada a pagamentos adicionais e tal não possa ser evitado através da tomada de medidas razoáveis.

- Em 22 de Dezembro de 2006, a Banif Finance LTD , emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 125.000 milhares euros com prazo indeterminado. Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Março, 22 de Junho e 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano e são calculados a uma taxa variável correspondente a Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1,37%. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2016, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 2,37%. A partir de 22 de Dezembro de 2016 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, na sua totalidade, em qualquer data de pagamento de juros. A Banif Finance readquiriu em 2008 o montante de 26,8 milhões de euros.
- Em 22 de Dezembro de 2006, a Banif Finance LTD , emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 50.000 milhares euros com prazo de dez anos. Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Março, 22 de Junho e 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano e são calculados a uma taxa variável correspondente a Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 0,75%. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2011, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1,25%. A partir de 22 de Dezembro de 2011 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, na sua totalidade, em qualquer data de pagamento de juros.

31. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Credores e Outros Recursos	50.458	53.172
Por gastos com pessoal	25.800	23.895
Por gastos gerais administrativos	3.832	677
Outros juros e encargos similares	11.086	4.205
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	67.908	82.505
De garantias prestadas o outros passivos eventuais	305	324
Posição cambial	24.110	9.710
Cobranças por conta de terceiros	134	122
Contribuições para outros sistemas de saúde	323	281
Credores por operações sobre futuros o opções	706	9.594
Sector público administrativo	33.742	14.818
Outros	179.148	72.493
	<u>397.552</u>	<u>271.796</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

32. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Capital	350.000	250.000
Prémios de emissão	78.214	78.214
Outros instrumentos de capital		
Acções próprias	(764)	(203)
Reservas de reavaliação	(24.539)	76.073
Reserva Legal	25.910	21.422
Outras reservas e resultados transitados (livres)	95.311	109.897
Resultado do exercício	59.237	101.084
Dividendos antecipados		
Interesses minoritários	279.401	175.059
Total do Capital	862.770	790.124

O capital social é constituído por 350.000.000 acções, de valor nominal de €1,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

No decorrer do exercício de 2008, a Sociedade distribuiu dividendos no valor de 37,5 milhões de Euros relativos ao exercício de 2007, correspondentes a € 0,15 por acção (250.000.000 acções).

No mês de Junho de 2008, a Banif – SGPS, SA procedeu a um aumento do capital social de 250.000 milhares de euros para 350.000 milhares de euros. O aumento de capital, reservado a accionistas, foi realizado da seguinte forma:

- incorporação de reservas de prémios de emissão no montante de 50.000 milhares de euros, mediante a emissão de 50.000.000 de novas acções ordinárias nominativas com valor nominal de 1 EUR;
- emissão de 50.000.000 de novas acções, cada uma com valor nominal de 1 EUR, pelo preço de 2 EUR na modalidade de novas entradas de dinheiro.

As reservas de reavaliação registadas correspondem às seguinte situações (valores líquidos de impostos): Via Litoral (1.885 milhares de euros), Finibanco Holdings (-7.303 milhares de euros), Zon Madeira (9.212 milhares de euros), Zon Açores (4.109 milhares de euros), carteira títulos CSA (-33.811 milhares de euros), carteira títulos Banif – Banco de Investimento (-2.068 milhares de euros), outros (3.437 milhares de euros).

A informação sobre o rácio de solvabilidade, calculado em base IFRS, está apresentada no capítulo III – Análise às Contas Separadas e Consolidadas do Relatório de Gestão.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O resultado consolidado do Banif – Grupo Financeiro, foi determinado da seguinte forma:

	31-12-2008	31-12-2007
BANIF - SGPS	(8.220)	(6.845)
SOCIEDADE IMOBILIARIA PIEDADE	(80)	(25)
ESPAÇO DEZ	(23)	83
BANIF IMOBILIARIA	(178)	5.255
BANIF BANK (MALTA)	(2.212)	(1.103)
BANCA PUEYO	3.066	3.053
BANCO CABOVERDIANO DE NEGOCIOS	690	231
BANKPIME	(1.306)	564
IMMOBILIARIA VEGAS ALTAS	56	80
BANIF HOLDINGS (MALTA), LTD	-	-
BANIF COMERCIAL-SGPS	(96)	(10)
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL	15.562	41.624
METALSINES	0	(3.389)
BANIF FINANCE	99	-
BANIF AÇORES, SGPS	80	248
INVESTAÇOR, SGPS	(219)	(76)
INVESTAÇOR HÓTEIS	97	106
AÇORTUR	(11)	2
TUOTEL	4	(69)
HOTEL PICO	(10)	430
BANCO BANIF E COMERCIAL DOS AÇORES	6.565	13.404
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc FALL RIVER	-	-
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc SAN JOSE	(4)	4
BANIF GO	1.414	5.866
BANIF RENT	45	13
BANCO BANIF BRASIL	3.063	5.103
COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA	1.489	7.749
BANIF - INVESTIMENTOS SGPS	(6.910)	(6.396)
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO	(143)	(2.033)
BANIF (CAYMAN)	19	2.874
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL)	8.042	122
BANIF NITOR ASSET MANAGEMENT	(392)	(141)
BANIF CORRETORA DE VALORES E CAMBIOS	30.253	29.155
NITOR ADMINISTRAÇÃO RECURSOS	-	563
BETA SECURITIZADORA	258	311
NUMBERONE SGPS	(6)	(12)
BANIF INT. ASSET MANAGEMENT	182	12
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS	3.261	3.453
BANIF AÇOR PENSOES	78	97
BANIF (BRASIL)	(5)	1
FINAB	108	81
BANIF INTERN. HOLDINGS Ltd	(507)	303
BANIF SECURITIES HOLDINGS	(1.735)	123
ECONOFINANCE	(2)	(13)
BANIF INVESTIMENTO MÉXICO	0	(79)
BANIF FINANCIAL SERVICES	2	14
BANIF SECURITIES INC.	(2.134)	303
BANIF FINANCE USA	(171)	1.125
BANIF FORFAITING COMPANY	36	20
BANIF FORFAITING (USA) Inc	-	115
BANIF INTERNATIONAL BANK	159	218
BANIF CAPITAL - SOC DE CAPITAL DE RISCO	(90)	(225)
BANIF MULTIFUND	13	17
CENTRO VENTURE	6	4
GAMMA	51	17
BANIF TRADING INC	(52)	(29)
ATLANTES N.1	(5)	2
ATLANTES N.2	(618)	(321)
ATLANTES MORTGAGE N.º1	(359)	86
ATLANTES MORTGAGE N.º2	14	-
ATLANTES MORTGAGE N.º3	4.268	-
AZOR MORTGAGE N.º1	(646)	731
AZOR MORTGAGE N.º2	1.080	-
TRADE INVEST S12, S13, S14	252	(1.555)
EURO INVEST S3a, s3b, S5, S6, S7, S8, S9	5.219	(1.161)
FIP BANIF REAL ESTATE	-	690
BANIF US REAL ESTATE	(98)	270
FIP BANIF REAL ESTATE II	-	-
FP AMAZONIA ENERGIA II	-	-
BANIF NITOR CARAVELAS	-	-
ART INVEST	-	-
GLOBAL REAL ESTATE	-	-
BANIF NITOR PORT. PRIVADO	-	-
SPE PANORAMA	(49)	(78)
IMOGEST	-	-
CAPVEN	-	-
AGGRESSIVE STRATEGY FUND	-	6
BALANCED STRATEGY FUND	-	6
BRAZILIAN BOND FUND	-	17
BRAZILIAN EQUITY FUND	-	55
CONSERVATIVE STRATEGY FUND	-	4
EUROPEAN BOND FUND	(2)	(2)
EUROPEAN EQUITY FUND	(11)	29
GLOBAL CASH FUND	-	7
	<u>59.237</u>	<u>101.084</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

33. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica de interesses minoritários (IM) apresenta a seguinte composição:

Entidade	31-12-2008		31-12-2007	
	Valor balanço	Resultado de IM	Valor balanço	Resultado de IM
Banif Finance	176.941	6.792	104.668	(4.668)
Imogest	56.345	-	-	-
Banif Cayman	12.863	930	11.731	(961)
Fundos Banif Multi Fund	4.840	0	166	(3)
Banco Caboverdiano de Negocios	4.438	645	3.260	(349)
Açortur - Investimentos Turísticos dos Açores	3.457	(12)	3.469	(2)
Investaor Hoteis SA	3.262	67	3.196	(73)
Banif Bank (Malta)	2.972	(884)	-	-
Investaor SGPS SA	2.738	(151)	2.884	52
Capven	2.528	-	-	-
Banif Açor Pensões	1.395	48	1.444	(67)
Banif International Holdings	1.269	(89)	992	(54)
Art Invest	1.241	-	-	-
Turotel - turismo e Hóteis dos Açores	1.147	3	1.144	49
Banif Portofolio	1.133	107	-	-
Banif Finance (USA)	759	2	648	(148)
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	615	27	493	(64)
Investimentos Turísticos e Similares Hóteis e Apart-Hotel Pico	431	(10)	433	20
Centro Venture	259	6	253	(4)
SPE Panorama	214	(3)	343	11
FIP Banif Real Estate	172	4	1.822	(138)
Finab	156	72	109	(54)
Banif Capital	139	(28)	168	75
Banif Forfaiting	37	7	29	(4)
Banif Trading Inc	23	(9)	31	5
Beta Securitizadora	20	2	170	(26)
Banif Financial Services Inc	6	-	3	(2)
Amazonia Energia II	1	-	-	-
Banif - Banco Investimento (Brasil)	-	-	13.186	(88)
Banif Corretora Valores Cambios	-	-	23.728	(8.812)
Banif Nitor Asset Management	-	-	(157)	512
Banif Investimento México	-	-	(1)	1
Banif Forfaiting Inc	-	-	47	(20)
Nitor Administração Recursos	-	-	800	(908)
	279.401	7.526	175.059	(15.720)

A rubrica de interesses minoritários relativa à Banif Finance respeita:

- à emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- à emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- à emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- à emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- à emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

A rubrica de interesses minoritários relativa ao Banif Cayman respeita:

- à emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10 milhões Dólares e 6 milhões Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

34. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Juros e rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades	8.105	8.007
Juros de aplicações em IC	37.430	40.767
Juros de crédito a clientes	693.581	527.208
Juros de crédito vencido	9.899	7.578
Juros e rendimentos similares de outros activos	187.730	111.685
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	7.557	5.673
	<u>944.302</u>	<u>700.918</u>
Juros e encargos Similares		
Juros de recursos de bancos centrais	9.828	-
Juros de recursos de outras IC	111.164	82.603
Juros de recursos de clientes	254.691	153.157
Juros de empréstimos	3.573	884
Juros responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	116.564	106.662
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	84.053	48.080
Juros de passivos subordinados	21.098	25.943
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	6.023	3.415
Outros	68.020	41.110
	<u>675.014</u>	<u>461.854</u>

35. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	2.883	2.800
	<u>2.883</u>	<u>2.800</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

36. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	10.007	9.568
Outros serviços prestados	28.172	28.217
Operações de crédito	1.396	1.205
Anuidades	3.120	2.737
Gestão de cartões	2.466	3.002
Transferência de valores	788	683
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	17.697	18.630
Administração de valores	1.390	30
Cobrança de valores	2.702	3.459
Depósito e guarda de valores	362	500
Outras comissões recebidas	48.149	38.967
	<u>116.249</u>	<u>106.998</u>
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	250	152
Por outros serviços recebidos	7.900	7.278
Outras comissões pagas	5.287	4.800
	<u>13.437</u>	<u>12.230</u>

Em rendimento com comissões encontram-se registados 17.697 milhares de euros (18.630 milhares de euros em 2007) de gestão de investimentos colectivos em valores mobiliários.

37. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em diferenças cambiais	75.037	24.984
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20.243	16.620
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	697.290	455.895
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	65.856	53.557
	<u>858.426</u>	<u>551.056</u>
Perdas em operações financeiras		
Perdas em diferenças cambiais	95.026	18.807
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20.261	13.896
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	674.136	449.756
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	1.860	270
	<u>791.283</u>	<u>482.729</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

38. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Outros proveitos		
Prestação de Serviços	5.462	8.221
Recuperação de crédito e juros	3.307	3.547
Reembolso de despesas	19.259	14.489
Ganhos na alienação de outros activos não financeiros	2.839	17.845
Outros	51.337	48.105
	<u>82.204</u>	<u>92.207</u>
Outros custos		
Quotizações e donativos	816	674
Contribuições para FGD e FGCAM	1.495	1.185
Outros impostos	9.406	7.343
Perdas na alienação de créditos a clientes	1.053	8.447
Outros	41.517	35.749
	<u>54.287</u>	<u>53.398</u>

39. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	9.384	8.858
Remuneração de empregados	<u>110.201</u>	<u>91.978</u>
	119.585	100.836
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	25.322	22.066
Encargos com pensões:		
- Banif (Nota 45.1 5))	2.964	3.191
- Banco Banif e Comercial dos Açores (Nota 45.2 d))	4.673	2.681
- Outros (Planos de contribuições definidas)	139	140
Outros encargos sociais	<u>1.694</u>	<u>1.916</u>
	34.792	29.994
Outros custos com pessoal	<u>8.229</u>	<u>5.493</u>
	<u>162.606</u>	<u>136.323</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

40. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Serviços especializados	33.462	27.113
Comunicações	13.898	12.067
Publicidade e edição de publicações	17.187	10.870
Deslocações, estadas e representação	7.144	5.585
Conservação e reparação	6.714	5.440
Água, energia e combustíveis	4.830	4.254
Rendas e alugueres	21.133	17.835
Seguros	2.470	2.244
Transportes	2.424	1.746
Material de consumo corrente	2.081	1.682
Formação de pessoal	1.553	1.313
Outros	21.343	15.321
	<u>134.239</u>	<u>105.470</u>

41. IMPARIIDADE EM CRÉDITO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 31 de Dezembro de 2008 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2007	Reforços	Utilizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2008
Imparidade em crédito concedido	196.393	82.437	(6.738)	(18.378)	253.714
Total	<u>196.393</u>	<u>82.437</u>	<u>(6.738)</u>	<u>(18.378)</u>	<u>253.714</u>

No exercício de 2008, o Banif – Grupo Financeiro recuperou 10.352 milhares de euros de crédito abatido ao activo, incluídos na rubrica “Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações” da demonstração de resultados.

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em outros Activos no período findo em 31 de Dezembro de 2008 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2007	Reforços	Tranferências	Utilizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2008
Activos Financeiros disponíveis para venda	3.836	242	-	(299)	-	3.779
Activos não correntes de idos para venda	6.471	894	(3.415)	(1.718)	(694)	1.538
Devedores e outras aplicações	3.395	7.657	3.415	(2.905)	(340)	11.222
Total	<u>13.702</u>	<u>8.793</u>	<u>-</u>	<u>(4.922)</u>	<u>(1.034)</u>	<u>16.539</u>

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

42. RESULTADOS POR ACÇÃO

42.1 Resultados por acção básicos

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Básicos		
Resultado do exercício	59.237	101.084
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	300.607.649	249.836.509
Ganho por acção básico (expresso em € por acção)	0,20	0,40

42.2 Resultados por acção diluídos

Descrição	31-12-2008	31-12-2007
Diluídos		
Resultado do exercício	59.237	101.084
Resultado do exercício corrigido para cálculo do ganho por acção diluído (em €)	59.237	101.084
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	300.607.649	249.836.509
Numero médio ponderado de acções ordinárias ajustadas para cálculo do ganho por acção diluído	300.607.649	249.836.509
Ganho por acção diluído (expresso em € por acção)	0,20	0,40

43. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A análise sobre riscos de instrumentos financeiros encontra-se apresentada no capítulo II – Actividade do Banif – Grupo Financeiro em 2008, ponto 2.3 – Controlo dos Riscos de Actividade do Relatório de Gestão.

44. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e respectivos métodos de valorização:

31-12-2008

	Valor de mercado ou cotação	Técnicas de avaliação		Total
		Análise de mercado	Outras	
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	146.057	131.067	-	277.124
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	234.738	13.308	-	248.046
Activos financeiros disponíveis para venda	89.881	53.980	15.615	159.476
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	41.934	-	41.934
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	267.196	-	267.196

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

31-12-2007

	<u>Técnicas de avaliação</u>			
	Valor de mercado ou cotação	Análise de mercado	Outras	Total
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	215.431	38.016	-	253.447
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	279.399	6.332	-	285.731
Activos financeiros disponíveis para venda	184.714	23.220	10.603	218.537
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	44.747	-	44.747
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	377.443	-	377.443

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.9.2.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros".

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto que os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2008, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Prazo	Moeda	
	EUR	USD
1 dia	2,05%	0,13%
7 dias	2,25%	0,38%
15 dias	2,32%	0,42%
1 mês	2,53%	0,55%
2 meses	2,78%	1,06%
3 meses	2,83%	1,35%
4 meses	2,89%	1,52%
5 meses	2,96%	1,71%
6 meses	3,03%	1,88%
7 meses	3,03%	1,95%
8 meses	3,03%	2,03%
9 meses	3,03%	2,10%
10 meses	3,00%	1,81%
11 meses	2,98%	1,56%
1 ano	2,95%	1,28%
2 anos	2,68%	1,48%
3 anos	2,96%	1,75%
4 anos	3,10%	1,94%
5 anos	3,25%	2,13%
6 anos	3,36%	2,22%
7 anos	3,48%	2,31%
8 anos	3,57%	2,39%
9 anos	3,65%	2,48%
10 anos	3,74%	2,56%
20 anos	3,88%	2,74%
30 anos	3,57%	2,71%

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros disponíveis para venda é adoptada a metodologia dos “discounted cash-flows”, procedendo-se à análise do valor intrínseco do negócio, actualizando, à data de referência, os cash-flows previsionais à taxa de desconto que reflecte o risco dos mesmos (Zon Madeira: WACC Médio = 10% e *Perpetual Growth Rate* = 2,0%; Zon Açores: WACC Médio = 10% e *Perpetual Growth Rate* = 2,0% e Via Litoral: TIR Accionista = 12%).

As alterações ao justo valor de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” tiveram um impacto de 9.558 milhares de euros nos resultados de 2008 (-2.844 milhares de euros em 2007).

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Nos quadros seguintes apresenta-se uma análise comparativa entre o valor de balanço e o justo valor das categorias de instrumentos financeiros que se encontram reconhecidos ao custo ou custo amortizado.

31-12-2008	Valor de balanço	Justo valor	Ganho/perda não reconhecido
Activos			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	612.099	612.099	-
Créditos e outros valores a receber	10.336.949	10.336.924	-25
Activos não correntes detidos para venda	41.885	41.901	16
Outros activos financeiros	675.072	675.922	850
Passivos			
Recursos de IC's	3.046.852	3.046.852	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.514.863	6.514.968	105
Responsabilidade representadas por títulos	1.385.895	1.385.895	-
Passivos não correntes detidos para venda	118.671	118.401	-270
 31-12-2007			
	Valor de balanço	Justo valor	Ganho/perda não reconhecido
Activos			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	308.366	308.366	-
Créditos e outros valores a receber	8.619.775	8.620.012	237
Activos não correntes detidos para venda	68.404	68.404	-
Outros activos financeiros	84.225	84.225	-
Passivos			
Recursos de IC's	1.777.023	1.777.023	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.331.498	5.331.476	-22
Responsabilidade representadas por títulos	1.702.673	1.702.977	304
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Para o crédito a taxa fixa superior a um ano, estimou-se o justo valor pela actualização dos fluxos de caixa esperados, à taxa média das operações efectuadas em Dezembro de 2008 (condições correntes de mercado).

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

45. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

45.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

a) Acordo de Empresa celebrado em 2008 e transformação do Plano de Pensões

Em 2008, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social.

Em matéria de Segurança Social, todos os trabalhadores do Banif encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS).

O fundo e o respectivo Plano de Pensões, em vigor até à aprovação do referido Acordo de Empresa (AE), davam cumprimento ao conjunto de benefícios estipulados no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT) em matéria de Segurança Social, designadamente nas cláusulas 136^a e seguintes. Tratava-se de um Plano de Benefício Definido (BD) cujo financiamento era suportado pelo Associado (Sociedade) e pelos Participantes (colaboradores enquadráveis no âmbito da clausula 137^a-A do ACT).

Na sequência da entrada em vigor do AE em 1 de Outubro de 2008, o Fundo foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III.

O Plano de Pensões I deu continuidade ao anterior Plano de Pensões de BD, integrando não só os reformados – como decorre directamente da legislação aplicável – como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos).

O Plano de Pensões II, de Contribuição Definida (CD), abrangeu todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, o Associado definiu não só um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários, como também a atribuição de uma contribuição inicial a afectar às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras.

O Plano de Pensões III, também de Contribuição Definida (CD), abrangeu todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, o Associado definiu um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários.

O Plano II e o Plano III iniciaram-se em 1 de Outubro de 2008, assim como as respectivas contribuições regulares do Associado e dos Participantes.

Em consequência da transformação do Plano de Pensões, houve uma redução material no número de empregados no activo abrangidos para efeitos da atribuição de complementos de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência (benefícios prometidos) ao abrigo pelo Plano de Benefício Definido. Para avaliar o impacto deste corte, foram efectuados estudos actuariais com referência a 1 de Outubro de 2008, tendo a Sociedade

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

reconhecido até essa data as responsabilidades com o anterior Plano de Benefício Definido e, após essa data, as responsabilidades com o Plano de Pensões I.

Na data da transformação do Fundo, a Sociedade reconheceu também a totalidade das contribuições iniciais para o Plano de Pensões II (de Contribuição Definida).

b) Descrição geral

Na sequência do Acordo de Empresa celebrado em 2008, conforme descrito no ponto anterior, em 31 de Dezembro de 2008, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA assume a obrigação com três Planos de Pensões:

- Plano de Pensões I, de benefício definido, ao abrigo do qual a Sociedade financia a sua responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados abrangidos pelo plano de benefícios definido, em regime de complementaridade da Segurança Social, e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%) abrangendo todos os seus empregados no activo e os pensionistas do Fundo;
- Plano de Pensões II, de contribuição definida, ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III, de contribuição definida, ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência.

O Fundo de Pensões Banif é um fundo fechado que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos respectivos Planos de Pensões que o integram (Decreto-Lei nº 12/2006, de 20 de Janeiro, que actualmente regula a constituição, gestão e comercialização de Fundos de Pensões). O Fundo foi constituído em 7 de Dezembro de 1989, ao abrigo do Decreto-Lei nº 396/86, de 25 de Novembro.

A entidade gestora do Fundo de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que subcontractou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos do fundo.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades do plano de benefícios definidos, efectuados com referência à data do corte e a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são da responsabilidade da actuária Dr^a Ana Marta Vasa, da Watson Wyatt Internacional Limited - Sucursal em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Plano de Benefício Definido abrangia uma população de 76 Pensionistas (66, em 2007) e 26 Activos (1.741, em 2007).

c) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2008		2007
	31/12/08	1/10/08	
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:			
- Homens	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,75%	6,00%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,75%	6,00%	5,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada	Não aplicada

Na determinação da taxa de desconto são utilizadas as taxas de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e que tenham maturidade aproximada daquela correspondente às responsabilidades a financiar. A maturidade das responsabilidades deverá ser calculada com base na média da esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo, que no caso do Fundo de Pensões do Banif se situa em cerca de 10 anos.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

d) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço e o impacto do corte eram:

	2008			2007
	31/12/08	1/10/08	Corte	
Valor Actual das Responsabilidades:				
Pensões em pagamento	12.573	12.386	0	11.158
Serviços passados de activos	8.346	8.167	(42.185)	52.413
Encargos com SAMS	5.204	4.982	(4.882)	9.996
Total	26.123	25.535	(47.067)	73.567
Justo valor dos activos do Plano	(25.913)	(28.217)	(39.114)	(71.140)
Deficit	210	(2.682)		2.427
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos				
"Corredor"	(2.612)	(2.554)	(4.707)	(7.357)
Excesso ao "Corredor"	(3.651)	(1.191)	(2.196)	(3.132)
Total	(6.263)	(3.745)	(6.903)	(10.489)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(6.053)	(6.427)		(8.062)
Efeito líquido do "corte" e transformação do Fundo:			1.050	

O efeito líquido do corte e transformação do Fundo de Pensões corresponde a:

- ganho com a redução de responsabilidades, no montante de 47.067 milhares de euros, deduzido da fracção proporcional das responsabilidades não reconhecidas ("corredor" e excesso ao "corredor") no montante de 6.903 milhares de euros;

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

- perda pela contribuição inicial efectuada para o Plano de Pensões II (CD), no montante de 39.114 milhares de euros, e que correspondeu a uma redução dos activos afectos ao plano de benefício definido.

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2008, era de 3.051 milhares de euros (57.946 milhares de euros, em 2007).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 2.612 milhares de euros (7.357 milhares de euros, em 2007) está incluído no “corredor” e o excedente, no montante de 3.651 milhares de euros (3.132 milhares de euros, em 2007), será amortizado por 1,8 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

Em 31 de Dezembro de 2008, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 805 milhares de euros (1.536 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2007), ou a redução de 797 milhares de euros (1.536 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2007) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 24 milhares de euros (92 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2007), ou a redução 25 milhares de euros (79 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2007).

e) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com os planos de pensões:

- i. Plano de Benefício Definido, apresentando-se separadamente os custos suportados até 1 de Outubro de 2008 e após essa data:

	2008		2007
	31/12/08	1/10/08	
Custo do serviço corrente	245	2.959	3.339
Custo dos juros	383	3.035	3.444
Rendimento esperado	(370)	(2.858)	(3.074)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	21	100	238
Encargos suportados pelos beneficiários	0	(551)	(756)
Total gastos do exercício	279	2.685	3.191

- ii. Planos de Pensões de Contribuição Definida (Planos de Pensões II e III): as contribuições efectuadas para estes planos a partir de 1 de Outubro de 2008 são reconhecidas como custos do exercício e ascenderam a 800 milhares de euros.
- iii. Efeito líquido do corte e transformação do Fundo de Pensões, conforme descrito na alínea d) anterior, que ascendeu a 1.050 milhares de euros de redução de encargos.

O custo de serviço corrente do Plano de Benefício Definido relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (224 milhares de euros em 2007) na medida em que todos se reformam por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram 2.160 milhares de euros de contribuição inicial (valor alocado na transformação do fundo de pensões) e 11 milhares de euros de contribuição corrente.

f) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto, incluindo o efeito do corte:

	2008			2007
	31/12/08	Corte	1/10/08	
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	25.535	(47.067)	73.567	72.499
Custo do serviço corrente	245	-	2.959	3.339
Custo dos juros	383	-	3.035	3.444
Perdas (ganhos) actuariais	351	-	(6.287)	(4.888)
Pensões Pagas	(391)	-	(672)	(826)
Valor Actual das Responsabilidades finais	26.123	(47.067)	72.602	73.567

g) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2008			2007
	31/12/08	Corte	1/10/08	
Valor do Fundo no início do ano	28.217	(39.114)	71.140	65.881
Rendimento esperado	370	-	2.858	3.074
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(2.283)	-	(6.545)	(2.169)
Contribuição entregue ao fundo	0	-	551	5.180
Pensões pagas pelo fundo	(391)	-	(672)	(826)
Valor do Fundo no final do ano	25.913	(39.114)	67.331	71.140

As contribuições realizadas em 2008, no montante de 551 milhares de euros (5.180 milhares de euros, em 2007), foram realizadas em numerário.

Em 2009, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 521 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2008		2007	
	Montante	%	Montante	%
Acções	539	2,1%	5.036	7,1%
Fundos de Investimento	8.240	31,8%	36.732	51,6%
Dívida Pública	0	0,0%	6.139	8,6%
Obrigações diversas	3.275	12,6%	12.025	16,9%
Imóveis	9.332	36,0%	9.347	13,1%
Mercado monetário	4.293	16,6%	2.672	3,8%
Outros	235	0,9%	(811)	-1,1%
Total	25.913	100,0%	71.140	100,0%

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.049 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2007).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2008, 1.875 milhares de euros (2.439 milhares de euros, em 2007) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 3.825 milhares de euros (2.067 milhares de euros, em 2007) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

h) Benefícios garantidos por seguros de vida

Para além do Fundo de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

i) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício, apresentando separadamente os períodos até 1 de Outubro de 2008 e após essa data, foram:

	2008		2007
	31/12/08	1/10/08	
Taxa de Mortalidade	0,06%	0,06%	0,12%
Taxa de Invalidez	0,35%	0,35%	0,13%
Taxa de Rendimento do Fundo	-11,66%	-4,95%	1,39%
Taxa Crescimento Salários	4,01%	4,43%	6,56%
Taxa Crescimento Pensões	11,87%	11,87%	-0,30%
Taxa de 'turnover'	6,00%	2,97%	2,79%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido, nos últimos 5 anos, apresenta-se da seguinte forma:

	2008	2007	2006	2005	2004
Valor Actual das Responsabilidades	26 123	73 567	72 499	64 941	48 821
Valor do Fundo	25 913	71 140	65 881	54 426	38 112
(Déficit) Superávit	(210)	(2 427)	(6 618)	(10 516)	(10 709)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidade:	(351)	4 888	(2 121)	(11 033)	(2 446)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(2 283)	(2 169)	828	817	283

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

45.2 Banco Banif e Comercial dos Açores

a) Descrição geral

O Banco Banif e Comercial dos Açores, SA, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário (ACTVSB), assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência dos seus empregados (plano de benefício definido), uma vez que estes não se encontram integrados no Sistema de Segurança Social nacional. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento futuro das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS) relativas a cuidados de saúde pós-emprego, que ascende a 6,5% das pensões pagas.

Com vista ao financiamento das suas responsabilidades neste domínio, a Sociedade constituiu, em 30 de Dezembro de 1988, um Fundo de Pensões ao abrigo da legislação nacional. A partir de 2007, o Fundo passou a assegurar também o financiamento das responsabilidades com o subsídio por morte previsto no ACTVSB.

A entidade gestora deste Fundo de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos do fundo.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades do plano de benefícios definido, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são da responsabilidade da actuária Dr^a Ana Marta Vasa, da Watson Wyatt Internacional Limited - Sucursal em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Fundo abrangia uma população de 241 Pensionistas (215, em 2007) e 407 Activos (418, em 2007).

b) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2008	2007
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,75%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,75%	5,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Na determinação da taxa de desconto são utilizadas as taxas de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e que tenham maturidade aproximada daquela correspondente às responsabilidades a financiar. A maturidade das responsabilidades deverá ser calculada com base na média da esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo, que no caso do Fundo de Pensões do BBCA se situa em cerca de 16 anos.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

c) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2008	2007
Valor Actual das Responsabilidades:		
Pensões em pagamento	47.907	41.260
Serviços passados de activos	48.737	49.758
Encargos com SAMS	6.211	5.960
Subsídio por Morte	0	1.692
Total	102.855	98.670
Justo valor dos activos do Plano	(92.046)	(97.597)
Deficit	10.809	1.073
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos		
"Corredor"	(10.286)	(2.806)
Excesso ao "Corredor"	(6.226)	0
Total	(16.511)	(2.806)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(5.702)	(1.733)

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2008, era de 27.210 milhares de euros (29.067 milhares de euros, em 2007).

Em 31 de Dezembro de 2008, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 957 milhares de euros (918 milhares de euros, em 2007), ou redução de 955 milhares de euros (917 milhares de euros, em 2007) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 19 milhares de euros (24 milhares de euros, em 2007), ou redução de 18 milhares de euros (15 milhares de euros, em 2007).

d) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2008 e 2007, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	2008	2007
Custo do serviço corrente	2.004	2.053
Custo dos juros	5.427	4.863
Rendimento esperado	(5.188)	(4.145)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	0	0
Custos Reformas Antecipadas	2.547	0
Encargos suportados pelos beneficiários	(117)	(90)
Total gastos do exercício	4.673	2.681

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

e) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2008	2007
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	98.670	102.374
Custo do serviço corrente	2.004	2.053
Custo dos juros	5.427	4.863
Perdas (ganhos) actuariais	(2.752)	(9.477)
Acr. responsabilidades c/ reformas antecipadas	2.547	0
Acr. Responsabilidades c/ Subsídio por Morte	0	1.692
Pensões Pagas	(3.041)	(2.834)
Valor Actual das Responsabilidades finais	102.855	98.670

f) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2008	2007
Valor do Fundo no início do ano	97.597	90.854
Rendimento esperado	5.188	4.145
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(16.456)	(2.575)
Contribuição entregue ao fundo	8.758	8.008
Pensões pagas pelo fundo	(3.041)	(2.834)
Valor do Fundo no final do ano	92.046	97.597

As contribuições realizadas em 2008, no montante de 8.758 milhares de euros, foram realizadas em numerário.

Em 2009, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 3.434 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2008		2007	
	Montante	%	Montante	%
Acções	1.721	1,9%	6.795	7,0%
Fundos de Investimento	43.477	47,2%	49.753	51,0%
Dívida Pública	0	0,0%	7.637	7,8%
Obrigações diversas	10.939	11,9%	15.650	16,0%
Imóveis	14.231	15,5%	14.231	14,6%
Mercado monetário	22.202	24,1%	4.395	4,5%
Outros	(525)	-0,6%	(864)	-0,9%
Total	92.046	100,0%	97.597	100,0%

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.185 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2007).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2008, 6.095 milhares de euros (3.343 milhares de euros, em, 2006) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 21.875 milhares de euros (3.435 milhares de euros, em 2006) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

g) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2008	2007
Taxa de Mortalidade	0,79%	0,48%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	-11,64%	1,74%
Taxa Crescimento Salários	4,12%	4,76%
Taxa Crescimento Pensões	3,83%	1,71%
Taxa de 'turnover'	1,21%	1,44%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo nos últimos 5 anos apresenta-se da seguinte forma:

	2008	2007	2006	2005	2004
Valor Actual das Responsabilidades	102 855	98 670	102 374	100 256	83 865
Valor do Fundo	92 046	97 597	90 854	82 140	67 255
(Déficit) Superávit	(10 809)	(1 073)	(11 520)	(18 116)	(16 610)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	2 752	9 477	2 094	(12 483)	(2 750)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(16 456)	(2 575)	1 638	1 271	343

45.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA celebrou, em 31 de Dezembro de 2008, com o Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa e Banif Reforma Sénior. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

O número inicial de unidades de participação desta adesão colectiva, no montante de 1.124,5 milhares de euros, corresponde ao montante das provisões matemáticas existentes à data do início deste contrato, no anterior contrato de Seguro Grupo celebrado com a Companhia de Seguros Açoreana, denominado “Plano Investimento Futuro”, as quais foram transferidas para o actual contrato.

45.4 Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas

O Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif New Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 26

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

de Dezembro de 2003, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o fundo de pensões BBI & Associadas. Trata-se de um fundo de pensões fechado que tem por objecto financiar as obrigações previstas no respectivo plano de pensões, de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 160,2 milhares de euros, sendo 138,6 pelo Banif – Banco de Investimento, 19,3 milhares de euros pela Banif Gestão de Activos e 2,3 milhares de euros pela Banif Açor Pensões.

O custo com contribuições para o plano de pensões destas entidades, relativas a Administradores do Grupo, foram 27 milhares de euros.

46. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os activos utilizados em regime de locação operacional e respectivos gastos para os exercícios futuros são os seguintes:

<u>Outros activos em locação operacional</u>	<u>Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável</u>	<u>Pagamentos mínimos em locação</u>	<u>Rendas contingentes reconhecidas em resultados</u>
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	126	358	142
Entre 1 e 5 Anos	2.407	506	254
Superior a 5 Anos	-	-	-
Total	2.533	864	396

47. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

	<u>Elementos chave de gestão</u>		<u>Associadas</u>		<u>Acionistas</u>		<u>Outras Entidades</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Crédito e aplicações	1.884	2.199	1.894	1.933	13.868	12.210	16.907	5.367
Depósitos	5.747	5.259	42.970	34.088	37.675	29.727	1.747	17.315
Suprimentos	-	-	6.677	985	-	-	13.750	13.750
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	15.000	65.000	-	-
Garantias prestadas	-	250	915	878	5	-	15.802	6.511
Comissões e serviços prestados	1	1	413	339	75	3	814	41
Juros e encargos similares	149	126	2.278	270	4.391	4.088	361	321
Juros e Rendimentos similares	38	57	681	99	54	-	63	358

Para além do referido no quadro acima, a rubrica de crédito e aplicações inclui cerca de 107 milhões de euros relativos a produtos financeiros emitidos por associada que não se encontravam colocados junto de clientes da rede do Grupo em 31 de Dezembro de 2008.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, a rubrica de Activos com acordos de Recompra inclui 56,5 milhões de euros relativos a títulos adquiridos com acordo de venda por um preço pré estabelecido com a mesma associada.

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação da Comissão Executiva.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações do pessoal chave de gestão

	Elementos chave de gestão	
	2008	2007
Benefícios de curto prazo	9.122	8.010
Benefícios pós-emprego (benefício definido)	-	224
Benefícios de cessação de emprego	-	540
Pagamentos com base em acções	-	-

As partes relacionadas do Banif - Grupo Financeiro são as seguintes:

Elementos chaves de gestão

Comendador Horácio da Silva Roque
Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Engº Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. José Marques de Almeida
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Dr. Paulo César Rodrigues Pinho da Silva
Dr. Raúl Manuel Nunes C. Simões Marques
Dr. António Júlio Machado Rodrigues
Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz
Dr. Sérgio Luis Teles de Almeida Capela
Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge
Dr. Hugo Barreto Del Priore
Dr. Gonçalo Cristóvam Meireles de Araújo Dias
Dr. José António Vinhas Mouquinho
Dra. Isabel Maria da Costa Franco de Sousa
Edward DeCaso
Dr. Carlos Alberto R. Ballesteros A. Firme
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos
Dr. Luis Filipe Saramago Carita
Dr. Gladstone Medeiros de Siqueira
Dr. Kiyoshi Miyagi
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
Eng. Fernando André Belchior Rodrigues
Dr. Abraão dos Santos Lima
Dr. Alfonso G. Finocchiaro
Dr. Almerindo Aniceto Fernandes Fonseca
Dr. Carlos Alberto Costa Martins
Dr. Carlos Alberto Viveiros dos Reis

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007
BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Dr. Guilherme Ferreira de Menezes
Dr. João Carlos Neves Ribeiro
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. Jorge Manuel dos Santos Matos
Dr. José António Machado de Andrade
Dr. José Carlos Carvalho Brites
Dr. Paulo Humberto Marques Pinto Balsa
Dr. Vasco Pinto Ferreira
Eng. Gonçalo da Costa Monteiro M.Baptista
Engº Eduardo Augusto Fonseca Marques
Engº. Nuno Martins
Ermelinda Albergaria
Joaquim Faneca
Joaquim Silva Pinto
Jordi Conejos Sancho
Peter Van Nuys
Richard J. Kailer
Rui Manuel Gouveia da Costa Taborda
Valdemar B. Lopes
Walter Frazee, Jr.
Aguinaldo Rocha
Chevalier Maurice Mizzi
D. Francisco Javier Del Puyo Cortijo
D. Francisco Ruiz Benítez-Cano
D. José Antonio Iturriaga Miñon
D. José Maria Rodrigues Treceño
D. Ricardo Del Pueyo Cortijo
Dr. Angelo Scupino
Dr. António Joaquim de Almeida Henriques
Dr. Átila Noaldo Serejo Alves da Silva
Dr. Carlos Manuel C. Cruz Ferreira
Dr. David Augusto da Fonte
Dr. Dionísio Guisado Escudero
Dr. Edson Ferraz de Freitas
Dr. Eduardo Ippolito
Dr. Fábio Feola
Dr. Fernando Loureiro Brandão
Dr. João Luiz de Moraes Erze
Dr. José António Castro Sousa
Dr. José Paulo Baptista Fontes
Dr. José Pedro Lopes Trindade
Dr. José Roberto Ferreira da Cunha
Dr. Júlio Erse
Dr. Luiz Marcos Santiago
Dr. Manuel Casimiro de Jesus Chantre
Dr. Marco Vera
Dr. Marcos Rechtman
Dr. Miguel Salgado Valadão do Vale
Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel
Dr. Pedro Brandão de Melo e Castro
Dr. Pedro Manuel Correia de Rodrigues Filipe
Dr. Pedro Mendes de Barros
Dr. Pedro Schiappa Pietra Ferreira Cabral
Dr. Ricardo José Macedo Ferreira
Dr. Rodrigo Lopes
Dr. Tiago Mateus das Neves

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Dra. Mercedes Busquets Alted
Edward Cachia Carouana
Eng. José Manuel Almeida Braz
Eng. José Romão Leite Braz
Félix Millet Tussell
Joseph Sammut
Keneth Mizzi
Luís Alberto Câmara Carvalho Viveiros Rego
Mark Portelli
Miguel Navas Moreno
Rodrigo Boulos Dumans e Mello
Simon Tortell

Associadas

CSA
Espaço Dez
Banco Pueyo
BankPime
Imobiliária Vegas Altas
MCO2

Accionista

Rentipar Financeira SGPS
Renticapital - Investimentos Financeiros SA
Vestiban
Fundação Horário Roque
Instituto de Seguros de Portugal - Fundo garantia automóvel
Jorge Sá
J. Sá & Filhos, Lda
Oliveira, Freitas & Ferreira Lda
Evaesco - SGPS SA

Outras entidades

SOIL SGPS, AS
Habiprede - Sociedade de Construções SA
Mundiglobo - Habitação e investimento SA
Rentimundis - Investimento Imobiliário SA
Rentipar Industria SGPS, SA
Rentiglobo SGPS, SA
Empresa Madeirense de Tabacos SA
SIET SAVOI, SA
VITECAF- Fabrica Rações da Madeira, SA
RAMA - Rações para Animais, SA
SODIPRAVE - Soc. Dist. De Produtos Avícolas, SA
Genius - Mediação de Seguros, SA
FINPRO SGPS, SA
Rentimedis - Mediação de Seguros, SA
Aviatlântico - Avicultura S.A.
Rentipar Seguros SGPS

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

48. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Banif - SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2008, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

O Conselho de Administração propôs para discussão na Assembleia Geral, de 31 de Março de 2009, alteração do Artigo Quinto do contrato de sociedade, em termos de autorizar aquele órgão a aumentar o capital social, uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, nos termos e condições que entender convenientes, até ao montante máximo de quinhentos milhões de euros.

Com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, o Grupo procedeu à fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, filiais cujo capital é detido integralmente pela Banif Comercial, SGPS, SA.

49. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e adoptadas pela União Europeia, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O IASB emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “*comprehensive income*”.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Grupo será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Março de 2007, a IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) é parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada. O Grupo não espera qualquer impacto da introdução desta alteração.

IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda ("*puttable instruments*") e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira das normas internacionais de relato financeiro vez e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Grupo não espera quaisquer impactos da introdução da alteração desta norma.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Grupo será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível do Grupo.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 14 que clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo. Um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. A IAS 19 limita a mensuração desses activos ao valor presente de benefícios económicos disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo. A data de efectiva aplicação desta interpretação é 1 de Janeiro de 2009 e o Grupo não espera impactos significativos na sua aplicação.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* apresentam-se em seguida:

Alteração à IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pelo Grupo em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras

Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração à IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Grupo.

Alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Alteração à IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas e ainda não adoptadas pela União Europeia e consequentemente que ainda não entraram em vigor podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o método directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

2.5- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 BANIF-SGPS e Subsidiárias

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.



VII. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

A informação que segue, relativa ao Governo da Sociedade, consubstancia o cumprimento do disposto no Regulamento n.º 1/2007 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e no art.º 245.º-A do Código de Valores Mobiliários



CAPÍTULO 0

Declaração de cumprimento

0.1. Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se.

A sociedade não se encontra sujeita a quaisquer códigos de governo das sociedades ou códigos de conduta específicos, a cujo cumprimento se tenha voluntariamente obrigado.

0.2. Indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas.¹

Entende-se, para este efeito, como não adoptadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.

0.3. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas e as razões dessa divergência.

I. ASSEMBLEIA GERAL

I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

I.1.1 *“O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade”.*

Recomendação adoptada

I.1.2 *“A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade”.*

Recomendação adoptada

I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

¹Nas situações tidas por relevantes referem-se esclarecimentos adicionais.



I.2.1 “A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis”.

Recomendação adoptada

I.2.2 “Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão”.

Recomendação adoptada

I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

I.3.1 “As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por Correspondência”.

Recomendação adoptada

I.3.2 “O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis”.

Recomendação adoptada

I.3.3 “As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção”.

Recomendação adoptada

I.4 QUÓRUM E DELIBERAÇÕES

I.4.1 “As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei”.

Recomendação adoptada

I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS

I.5.1 “As actas das reuniões da assembleia geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes”.

Recomendação adoptada



I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES

I.6.1 *“As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas”.*

Recomendação adoptada

Não existem medidas adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

I.6.2 *“Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione”.*

Recomendação adoptada

Os estatutos não prevêm qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.6.3 *“Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração”.*

Recomendação adoptada

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. TEMAS GERAIS

II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

II.1.1.1 *“O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar”.*

Recomendação adoptada

A avaliação em referência consta do ponto IV do presente documento.



II.1.1.2 *“As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário”.*

Recomendação adoptada

O sistema de controlo interno está descrito no ponto II. 4.do presente Relatório.

II.1.1.3 *“Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade”.*

Recomendação adoptada

II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

II.1.2.1 *“O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos”.*

Recomendação não adoptada

Dada a específica natureza de sociedade holding da Banif – SGPS, SA, consubstanciada na gestão das suas participações sociais e na definição das principais linhas estratégicas do Banif – Grupo Financeiro, sem um núcleo substancial de actividades de gestão corrente/administração quotidiana, o Conselho de Administração não dispõe de uma Comissão Executiva e, em consequência, todos os administradores são executivos.

II.1.2.2 *“De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores”.*

Recomendação não adoptada

Esta recomendação considera-se não adoptada, na sequência da não adopção da Recomendação n.º II.1.2.1, ou seja, a inexistência de administradores não executivos, no órgão de administração.

II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO

II.1.3.1 *“Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções”.*

Recomendação adoptada

II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES



II.1.4.1 “A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante”.

Recomendação não adoptada

Conforme se explicita no ponto II.22 do presente Relatório, a Banif - SGPS, S.A. “é uma sociedade que se dedica à gestão das suas participações sociais e à coordenação estratégica das várias entidades ditas “operacionais” do Banif – Grupo Financeiro. Nessa medida, e sem prejuízo do que acima se referiu acerca da existência e funções do Centro Corporativo da Banif – SGPS, SA, a sociedade não dispõe de uma estrutura de pessoal própria nem desenvolve actividade directa no mercado, fazendo-o exclusivamente através das suas participadas.

Por seu lado, as diversas sociedades participadas exercem actividade em áreas distintas (designadamente, banca comercial, banca de investimentos, seguros) com ambientes regulatórios específicos (nacionais e internacionais) e obrigações próprias, entre as quais se destacam deveres de confidencialidade e de segredo, próprios da actividade financeira na maioria dos ordenamentos jurídicos.

Neste contexto, a Banif – SGPS, SA não tem instituída uma política de comunicação de irregularidades, quer ao nível da própria sociedade individualmente considerada (a reduzida estrutura de meios humanos não o justifica), quer a um nível transversal do Banif - Grupo Financeiro (prejudicada pela diversidade de áreas de actuação e ambientes regulatórios a que se encontram sujeitas as sociedades ditas operacionais).

A comunicação de irregularidades é, pelas razões descritas, tratada individualmente ao nível de cada uma das sociedades ditas operacionais, no âmbito do seu quadro regulatório próprio, e em conformidade com as estritas medidas de controlo próprias das suas áreas de actividade, impostas pelas respectivas entidades de supervisão”.

II.1.4.2 “As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades”.

Recomendação não aplicável

Prejudicada face ao teor do ponto imediatamente anterior.

II.1.5 REMUNERAÇÃO

II.1.5.1 “A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte



directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa”.

Recomendação adoptada

II.1.5.2 *“A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes”.*

Recomendação não adoptada

A Comissão de Remunerações e o Conselho de Administração não submeteram à Assembleia Geral da Sociedade, no exercício de 2008, as declarações previstas na presente Recomendação. Não obstante, a posição da Banif – SGPS, SA, relativamente a esta Recomendação deverá evoluir no sentido do seu cumprimento durante o exercício de 2009, na medida em que a apreciação de tais declarações consta da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral agendada para 31 de Março de 2009.

II.1.5.3 *“Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas”.*

Recomendação adoptada

Todos os membros da Comissão de Remunerações estiveram presentes na Assembleia Geral Anual de Accionistas, que teve lugar em 31 de Março de 2008.

II.1.5.4 *“Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários”.*

Recomendação não aplicável



Actualmente, não estão em vigor, nem estão previstos, planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, nem existe um sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

II.1.5.5 *“A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas”.*

Recomendação não adoptada

Não é adoptada a divulgação anual, em termos individuais, das remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, considerando-se que o acréscimo de transparência que, de tal prática, poderia, eventualmente, advir, não seria compensado pelos inconvenientes da mesma resultantes.

II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.2.1 *“Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade”.*

Recomendação não adoptada

Como se referiu anteriormente, dada a específica natureza de sociedade holding da Banif – SGPS, SA, consubstanciada na gestão das suas participações sociais e na definição das principais linhas estratégicas do Banif – Grupo Financeiro, sem um núcleo substancial de actividades de gestão corrente/administração quotidiana, entende-se que carece de sentido a delegação de tais funções numa Comissão Executiva. No entanto, a delegação de funções do Conselho de Administração numa Comissão Executiva, é prática seguida em todas as sociedades do Banif – Grupo Financeiro com administração quotidiana significativa.

II.2.2 *“O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais”.*

Recomendação adoptada



II.2.3 “Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade”.

Recomendação não aplicável

Conforme anteriormente referido, pelas razões oportunamente mencionadas, o Conselho de Administração da sociedade não é integrado por administradores não executivos.

II.2.4 “O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados”.

Recomendação não aplicável

Conforme anteriormente referido, pelas razões mencionadas, o Conselho de Administração da sociedade não é integrado por administradores não executivos.

II.2.5. “O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos”.

Recomendação adoptada

II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

II.3.1 “Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas”.

Recomendação adoptada

II.3.2 “O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões”.

Recomendação não aplicável

A Recomendação é considerada não aplicável na medida em que a sociedade não dispõe de uma Comissão Executiva. No entanto, importa referir que, de acordo com a prática seguida na sociedade, o Presidente do Conselho Fiscal está presente em todas as reuniões do Conselho de Administração, recebendo, antecipadamente e relativamente a cada reunião, a respectiva convocatória, a respectiva agenda e a



respectiva acta. Pelo exposto, considerando que o Presidente do Conselho de Administração tem funções executivas, considera-se esta Recomendação como materialmente cumprida.

II.3.3 “O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões”.

Recomendação não aplicável

Recomendação não aplicável no contexto do Modelo de Governação adoptado, que não prevê as figuras do “Presidente do Conselho de Administração Executivo nem do “Presidente do Conselho Geral e de Supervisão”. Relevam, no entanto, as considerações desenvolvidas a respeito da recomendação imediatamente anterior.

II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL

II.4.1 “O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais”.

Recomendação não aplicável

Recomendação não aplicável no contexto do Modelo de Governação adoptado, que não prevê a existência de um “Conselho Geral e de Supervisão”.

II.4.2 “Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas”.

Recomendação adoptada

II.4.3 “Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados”.

Recomendação adoptada



II.4.4 “A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios”.

Recomendação adoptada

II.4.5 “A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito”.

Recomendação adoptada

II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.5.1 “Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria”.

Recomendação não adoptada

Tendo em consideração a específica natureza de sociedade holding da Banif – SGPS, SA, a inexistência, pelas razões anteriormente descritas (cfr. v.g. comentário à Recomendação n.º II.2.1), de administradores não executivos e a própria dimensão do Conselho de Administração (composto por sete elementos), tem sido entendimento deste órgão que não estão reunidas as condições ou os pressupostos para a criação das comissões previstas na presente Recomendação.

II.5.2 “Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração”.

Recomendação não adoptada

Aquando da elaboração do Relatório de Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2007 a Banif - SGPS, SA considerou cumprida a Recomendação n.º 9 (então vigente) relativa à independência dos membros da Comissão de Remunerações, tendo presente o conceito de independência previsto na mencionada recomendação (por remissão para o n.º 9 do Capítulo I do Anexo ao Regulamento 7/2001) e colocando o enfoque da sua análise nas pessoas titulares do órgão e não, no caso das pessoas colectivas, na concreta identidade dos seus representantes.



Não obstante, atento o facto de que o representante do membro Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., Fernando José Inverno da Piedade, era, simultaneamente, vogal suplente do Conselho de Administração e o entendimento expresso pela CMVM sobre esta matéria, foi reformulada tal consideração.

Em consequência dos factos descritos, divulgados ao mercado através de documento denominado “Informação complementar ao Relatório de Governo das Sociedades referente ao Exercício de 2007”, o membro Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A. promoveu a substituição do seu representante na Comissão de Remunerações, a fim de viabilizar o cumprimento da mencionada Recomendação.

Sucede, porém, que o presente Relatório do Governo das Sociedades é agora elaborado de acordo com o Regulamento CMVM n.º 1/2007, o qual eliminou o conceito “regulamentar” de independência, adoptando o previsto no art.º 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando este “novo” conceito, as duas sociedades membros da Comissão de Remunerações não são consideradas independentes. Estão em causa, não o representante de cada uma das sociedades, mas as próprias sociedades, pelo que o cumprimento desta Recomendação, não obstante todas as diligências promovidas até esta data, dependerá da eleição de novos membros para a Comissão de Remunerações, o que apenas poderá vir a acontecer na próxima Assembleia Geral se este órgão assim o entender.

II.5.3 “Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem”.

Recomendação adoptada

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

III.1.2 “As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor”.

Recomendação adoptada

III.1.3 “A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:

- a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) Estatutos;
- c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;
- e) Documentos de prestação de contas;
- f) Calendário semestral de eventos societários



g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;

h) Convocatórias para a realização de assembleia geral”.

Recomendação adoptada

0.4. O órgão social ou a comissão em causa deve ajuizar em cada momento da independência de cada um dos seus membros e fundamentar aos accionistas, através de declaração incluída no relatório sobre o governo da sociedade, a sua apreciação, seja no momento da designação, seja quando se verifique circunstância superveniente que determine a perda da independência.²

Declaração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A., declara, nos termos e para efeitos do disposto no ponto 0.4. do anexo ao Regulamento da CMVM n.º 1/2007, que, tendo efectuado um juízo de aferição da “independência” (considerada nos termos descritos no n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais) relativo ao membro Diogo António Rodrigues da Silveira, reportado à data da respectiva nomeação, que teve lugar durante o exercício a que se refere o presente Relatório, concluiu que o mesmo reúne todos os requisitos legalmente previstos para preenchimento do conceito legal de independência, designadamente, não está associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontra em qualquer circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão.

O Conselho de Administração

Declaração do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Banif – SGPS, S.A., declara, nos termos e para efeitos do disposto no ponto 0.4. do anexo ao Regulamento da CMVM n.º 1/2007, que, com referência à data de 31 de Dezembro de 2008, tendo efectuado um juízo de aferição da “independência” (considerada nos termos descritos no n.º 5 do art.º

² As declarações constantes deste ponto consubstanciam transcrições dos documentos originais assinados e arquivados na sociedade.



414.º do Código das Sociedades Comerciais) ao membro José Lino Tranquada Gomes, reportado à data da respectiva nomeação, que teve lugar durante o exercício a que se refere o presente Relatório, concluiu que todos deverão ser considerados independentes, concluiu que o mesmo reúne todos os requisitos legalmente previstos para preenchimento do conceito legal de independência, designadamente, não está associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontra em qualquer circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão.

O Conselho Fiscal



CAPÍTULO I

Assembleia Geral

I.1. Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o art.º 14.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade, por um Presidente e por um ou dois Secretários. Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se descrevem.

Presidente: Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Secretário: Miguel José Luís de Sousa

I.2. Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

A eleição de ambos os membros da mesa da assembleia-geral foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 31 de Março de 2006, para o mandato trienal 2006 – 2008, com termo em 31 de Dezembro de 2008.

I.3. Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia-geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício não auferirá qualquer remuneração decorrente das respectivas funções.

I.4. Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral.

A participação e o exercício de voto em Assembleia Geral dependem da escrituração da titularidade de acções que confirmem direito a, pelo menos, um voto, até 5 (cinco) dias úteis, inclusive, antes da data marcada para a referida reunião, conforme disposto no art.º 17.º, n.º 3 do Contrato de Sociedade.

I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral.



Na circunstância de suspensão da reunião da Assembleia Geral, dispõe o n.º 6 do artigo 17.º do Contrato de Sociedade que não é obrigatório o bloqueio das acções durante todo o período até que a sessão seja retomada, aplicando-se a antecedência requerida na primeira sessão.

I.6. Número de acções a que corresponde um voto.

No seguimento de alteração aprovada por deliberação da Assembleia Geral no exercício transacto, o contrato da sociedade passou a fazer corresponder 1 (um) voto a cada acção.

A alteração do art.º 17.º, n. 2 dos Estatutos permitiu acolher as mais recentes recomendações da CMVM, enfatizando o esforço da sociedade em fomentar a participação dos detentores de capital nos actos deliberativos.

I.7. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, designadamente no que se refere a quóruns constitutivos e deliberativos, acompanham o regime legal do Código das Sociedades Comerciais (CSC), existindo uma identidade entre o regime estatutário (previsto no art.º 18.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade e o regime legal (previsto, v.g. nos art.º 383.º e 386.º do Código das Sociedades Comerciais). Não existem regras estatutárias sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

I.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

O contrato de sociedade prevê o exercício do direito de voto por correspondência, por parte dos accionistas, na Assembleia Geral.

Em conformidade com o previsto na alínea f) do n.º 5 do art.º 377.º do Código das Sociedades Comerciais, o Contrato de Sociedade (art.º 17.º) regula a forma como o voto por correspondência se processa, bem como as condições de segurança a que deve obedecer e consagra a sua relevância para a formação do quórum constitutivo.

I.9. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.



A sociedade disponibiliza, no seu sítio de internet – www.grupobanif.pt – um modelo elaborado de modo a conter os diversos conteúdos requeridos para o exercício de voto por correspondência.

Importa referir que, conforme o art. 17.º, n.º 5, al. c. do Contrato de Sociedade, a existência de um boletim de voto padrão para cada Assembleia Geral não prejudica a validade do voto por correspondência num modelo que não o padrão, desde que recebido no prazo estipulado e cujo sentido de voto seja inteligível e inequívoco.

I.10. Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia-geral.

No voto por correspondência são considerados os votos expedidos por carta registada com aviso de recepção, recebidos na sede da sociedade até às dezassete horas do dia útil anterior à data da assembleia (cf. Cap. IV, art. 17.º, n.º 3, do Contrato de Sociedade).

I.11. Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos na Assembleia Geral.

I.12. Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações, cujo membros (3) são eleitos directamente pela Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade). Além disso, a Assembleia Geral poderá deliberar, sob proposta do Conselho de Administração, sobre a distribuição de lucros a quadros e empregados da sociedade (art.º 31.º, n.º 4 do Contrato de Sociedade).

Por outro lado, depende igualmente de deliberação da Assembleia Geral a criação de qualquer sistema de opções sobre as acções representativas do capital social da sociedade, bem como a concessão aos membros dos órgãos sociais de pensões de reforma e de sobrevivência ou de pensões complementares de reforma e de sobrevivência (art.º 31.º, n.º 5 e 6 do Contrato de Sociedade)

I.13. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.



Não existem nem estão previstas quaisquer medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.14. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

Não existem nem estão previstos acordos com as características descritas.

I.15. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Não existem nem estão previstos acordos com as características descritas.

CAPÍTULO II

Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade.

Em termos de governação, a sociedade está estruturada de acordo com o Modelo Latino (reforçado), nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 278.º do Código das Sociedades Comerciais.

A administração da sociedade está confiada a um Conselho de Administração (cfr. art.º 20.º e seguintes do Contrato de Sociedade) constituído por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, eleitos em Assembleia Geral, por mandatos de 3 anos.

A fiscalização da sociedade está confiada a um Conselho Fiscal (art.º 27.º e seguintes do Contrato de Sociedade), constituído por um mínimo de 3 membros efectivos eleitos em Assembleia Geral por mandatos de 3 anos e a uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 413.º do Código das Sociedades Comerciais.



II.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

Não estão constituídas, no âmbito dos órgãos de administração ou fiscalização, quaisquer comissões com competências específicas nessas matérias.

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis.

O Conselho de Administração da sociedade, no âmbito de um processo de reconfiguração iniciado em 2007 e progressivamente implementado até à presente data, criou um Modelo de Governo alinhado com seis objectivos fundamentais:

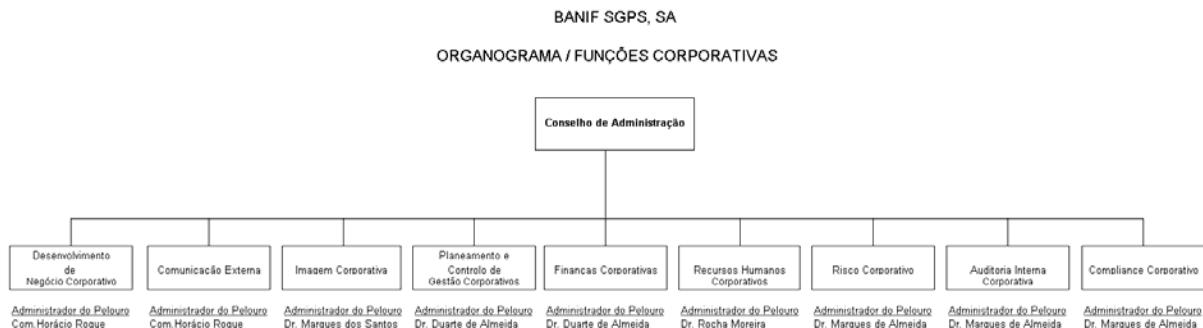
- Criar as condições ideais para o desenvolvimento sustentado do Banif - Grupo Financeiro em linha com as ambições estratégicas aprovadas: forte crescimento e controle do risco;
- Manter a autonomia, flexibilidade e capacidade de inovação das empresas afectando-as à responsabilidade dos gestores profissionais;
- Reforçar o papel do Presidente Executivo do Grupo apoiando esse papel com as soluções necessárias face ao crescimento e maior complexidade do portfolio de negócios;
- Dotar a “*holding*” de uma estrutura própria, com competência e dimensão suficientes para desenvolver as funções essenciais de apoio ao Grupo;
- Alinhar o modelo com as recomendações dos mercado de capitais e códigos de boa conduta, reforçando a imagem de transparência, rigor e controlo de risco do Grupo
- Fortalecer a capacidade de explorar sinergias de receita e de custo, através de mecanismos transversais aos negócios

Com vista aos desideratos propostos, foi estruturado um Modelo de Governo que se caracteriza nos termos seguintes:

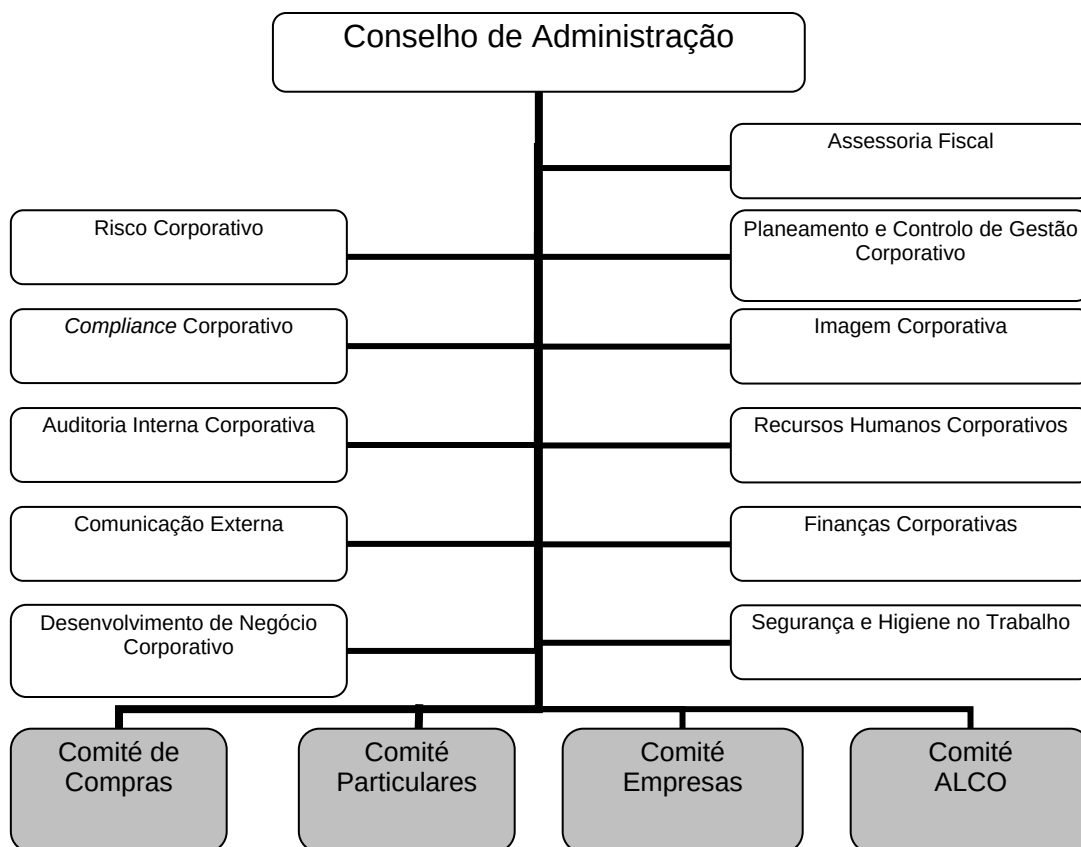
- i) O Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA permanece como órgão executivo único do Grupo, mas com um modelo mais interventivo na supervisão dos negócios, e com uma organização e funcionamento interno mais estruturados;



- ii) O Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA será apoiado por um centro corporativo, composto por dez funções corporativas, com uma estrutura reduzida mas de elevada competência, reportando cada função a um membro do Conselho de Administração.

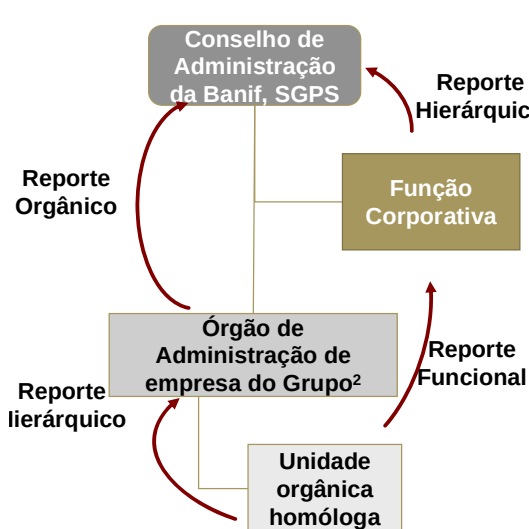


- iv) O papel integrador das funções corporativas será reforçado pela constituição de quatro comités transversais para temas chave para a competitividade e a gestão do risco do Grupo. Os comités têm a participação de quadros das várias Unidades de Negócio e, sempre que necessário, a implementação das medidas propostas será ratificada em Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA ;



- v) A efectiva implementação do novo modelo de governo implicará um novo modelo de relacionamento entre a *Holding* e as *Unidades de Negócio*.

Modelo de relacionamento das funções corporativas



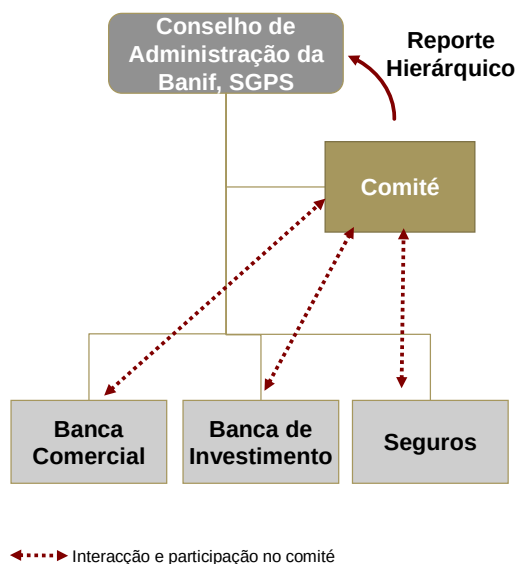
- As funções corporativas reportam hierarquicamente ao Conselho de Administração da Banif, SGPS através do Administrador do pelouro
- As unidades orgânicas homólogas das várias sociedades do Grupo reportam hierarquicamente ao Conselho de Administração das mesmas
- As unidades orgânicas homólogas das várias sociedades do Grupo, para além do reporte hierárquico referido, reportam funcionalmente às funções corporativas no âmbito das atribuições das funções corporativas
- O reporte funcional concretiza-se através da definição de metodologias, a direcção de processos transversais ao grupo, na articulação global da actividade e, eventualmente, na avaliação da aderência às políticas
- Caso as medidas careçam de expressão em normas, estas serão aprovadas pelo Conselho de Administração da Banif, SGPS, e comunicadas aos órgãos de administração das empresas do grupo para implementação

Notas:

- (1) Estrutura orgânica (direcção, gabinete, núcleo, etc.) com atribuições no âmbito das atribuições da função corporativa
(2) Conselho de Administração, Comissões Executiva (consoante o modelo de gestão)



Modelo de relacionamento dos Comitês



- Os comités constituem mecanismos que visam promover a articulação entre as Unidades de Negócio (e as empresas que as compõem) do Grupo
- Os comités assumem maior formalismo organizativo, funcionando com base em Regulamento, Plano de Actividades e Orçamento, aprovados pelo Conselho de Administração da Banif, SGPS
- Cada comité será presidido por um membro do Conselho de Administração da Banif, SGPS
- Os membros do comité serão Administradores e quadros de empresas das várias Unidades de Negócio do Grupo, cuja participação será consensualizada com as respectivas administrações ou Comissões Executivas
- Os comités materializarão a sua actividade na elaboração de propostas de iniciativas e no acompanhamento da sua implementação; e comunicarão, às administrações ou Comissões Executivas das empresas participantes, os acordos adoptados através da circulação das actas
- A execução de quaisquer iniciativas será feita através das Unidades de Negócio e empresas, carecendo das aprovações hierárquicas internas – de acordo com os modelos de decisão internos aplicáveis

II.4. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira.

Ao nível do modelo de Governo da Sociedade, foi dada continuidade ao processo iniciado no final de 2007, de implementação de um Centro Corporativo, integrado por funções corporativas e por comités corporativos, através do qual se pretende dotar a Banif SGPS, como entidade de topo do Banif – Grupo Financeiro, de uma estrutura com competência e dimensão adequadas para a condução transversal e concertada da sua actividade societária e comercial.

É neste âmbito que surge a implementação, no início de 2008, da Função de Risco Corporativo, cuja principal missão é assessorar o Conselho de Administração da Banif SGPS na gestão integrada dos riscos inerentes às actividades do Banif – Grupo Financeiro, em adequação com as exigências e recomendações das entidades supervisoras, promovendo a sua mitigação e incorporação na tomada de decisão a todos os níveis do Grupo.

Trata-se de uma função que pretende essencialmente assegurar actividades de controlo dos diversos riscos de actividade a que o Grupo se encontra exposto, a definição de políticas de



risco globais e estruturantes e a promoção e o desenvolvimento de projectos de risco de natureza transversal ao Banif - Grupo Financeiro

Em linha com as recomendações internacionais dos órgãos de supervisão e das melhores práticas, o Grupo reconhece a necessidade de adoptar um compromisso com a Gestão do Risco, quer ao nível de **Processos e Tecnologias** quer ao nível de **Pessoas e Culturas**, o que, no contexto das suas actividades, é relativamente complexo, face à diversidade de entidades que o compõem e às diversas geografias onde se encontra presente.

Assim, foi assignado ao Órgão de Risco Corporativo o desenvolvimento das principais actividades para a implementação de um *framework* de Gestão do Risco no Grupo, cujos primeiros passos consistiram na elaboração do Plano de Actividades para a implementação da função, o qual incluiu o planeamento de condições materiais e de recursos humanos bem como as actividades e projectos a desenvolver em 2008, susceptíveis de impulsionar uma maior consciência e um maior controlo dos riscos no Grupo.

Embora de constituição recente, o órgão de Risco Corporativo conta com uma equipa experiente, dotada de competências adequadas e munida de instrumentos de gestão que lhe deverão permitir alcançar os objectivos propostos. Salienta-se que passos importantes foram dados na sequência do desenvolvimento de projectos de natureza estrutural como sejam os integrados no Programa Basileia II.

Em termo de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos, o sistema de gestão de riscos do Grupo é exercido em cada uma das sua entidades efectuando-se ao nível corporativo um trabalho de natureza similar, agregador de riscos e essencialmente vocacionado para as actividades de controlo. No essencial é proporcional à dimensão, natureza e complexidade das actividades, estando em linha com a natureza e magnitude dos riscos que o Grupo assume ou pretende assumir.

Neste contexto, dá-se particular relevâncias aos seguintes riscos:

- Risco de Crédito
- Risco Estrutural de Balanço
- Risco de Liquidez
- Risco Operacional
- Risco de Mercado
- Risco de Taxa de Juro e de Câmbio



Para a categoria de risco considerada como a mais significativa – Risco de Crédito – destacam-se algumas actividades realizadas no decurso de 2008:

- Preparação de modelos de avaliação de risco, baseados na informação histórica existente, para diversas entidades do Grupo, em particular para o Banif, para a Banif Go e para o BCN, abrangendo os segmentos de negócio mais significativos;
- Preparação das metodologias de avaliação das carteiras de crédito que ainda não dispõem de medidas próprias para a avaliação da Imparidade do crédito e valores a receber, bem como a promoção de acções para a actualização destas medidas para as restantes;
- Desenvolvimento de *Reporting Packages* para o cálculo consolidado da Imparidade e para o cálculo consolidado de Requisitos de Fundos Próprios, divulgados por todas as entidades, a fim de clarificar as responsabilidades de cada uma delas no processo.
- Avaliação regular das principais métricas de concentração de risco de crédito em termos consolidados e planeamento do reporte de informação para um adequado controlo das exposições.

Ao nível do Risco Estrutural, foi desenvolvido um projecto transversal definindo metodologias de análise, indicadores de gestão e reporte para Liquidez, Taxa de Juro e Taxa de Câmbio, preparando as bases para o Comité de Activos e Passivos do Banif - Grupo Financeiro, que se reveste de particular importância no controlo dos riscos e na determinação de políticas e tomadas de decisão estratégicas.

Também o Risco Operacional apresenta um desenvolvimento substancial, estando implementada a estratégia nas principais entidades nacionais e criadas as bases para a sua implementação a nível internacional.

Para suporte de parte das actividades da Função de Risco Corporativo foi implementado um sistema de informação corporativo que assenta em *DataMarts* de Risco e para o qual contribuem todas as entidades do Grupo que concorrem para o perímetro de supervisão. O Grupo dispõe de tecnologia avançada para a recolha, tratamento e preparação de informação de gestão e de natureza prudencial, para os principais riscos da actividade.

Naturalmente que as outras categorias de risco, apesar de não assumirem uma relevância no universo de risco do Grupo comparativamente com as categorias de risco referidas anteriormente, também são objecto de análise, avaliação e testes por parte dos seus órgãos de risco e avaliados pelo Órgão de Administração.



No que se refere especificamente ao Controlo Interno, considerando a obtenção de sinergias com as actividades de Risco Operacional e a necessidade de desenvolver e implementar uma estrutura dedicada ao Controlo Interno ao nível do Grupo, foi decidido incorporar esta função no Órgão de Risco Corporativo, tendo com principais objectivos:

- Estabelecer o nível do Ambiente de Controlo da organização, conferindo disciplina e estrutura às bases da Função de Controlo Interno quer ao nível central quer ao nível das filiais;
- Promover a efectividade e eficiência nas operações;
- Assegurar que a informação reportada é objectiva, fidedigna e correcta;
- Cumprir com os normativos legais e regulamentares definidos.

A metodologia de implementação de Controlo Interno assenta nos princípios internacionais e num *framework* desenvolvido internamente, pretendendo-se garantir a prossecução de cinco componentes essenciais:

- **Ambiente de Controlo** – Estabelecendo o grau em que o Grupo influencia a consciência de controlo dos seus colaboradores conferindo-lhe disciplina e estrutura.
- **Avaliação do Risco** – Identificando e analisando os riscos relevantes (internos e externos), de forma a que os objectivos da organização sejam alcançados e que seja criada uma base adequada para a gestão dos riscos.
- **Actividades de Controlo** – Assentando em políticas e procedimentos adequados com o objectivo de assegurar que as premissas estabelecidas pela gestão são seguidas e permitem que as acções necessárias sejam realizadas para identificar os riscos inerentes às actividades do Grupo.
- **Informação & Comunicação** – Garantindo a identificação, captura e comunicação de informação pertinente e relevante que permita a tomada de decisões e que garanta a adequada execução.
- **Monitorização** - Avaliando a qualidade da *performance* do Controlo Interno.

Ao nível da função de Controlo Interno Corporativo, foram acompanhadas diversas iniciativas, quer de gestão quer regulamentares que cumpre destacar:

- Foi efectuada uma auto-avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, publicado no Diário da República 125 - 2.ª Série, de 1 de Julho de 2008, utilizando para o efeito o questionários completos de *Self-Assessment*.
- Em cumprimento do disposto no referido Aviso n.º 5/2008, foi submetido o Relatório de Controlo Interno do Grupo Rentipar Financeira, bem como os Relatórios Individuais das



filiais consideradas mais relevantes nos termos do Modelo de Avaliação de Riscos do Grupo, definido pela entidade de supervisão.

II.5.Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

As competências do Conselho de Administração estão previstas no art.º 22.º do Contrato de Sociedade.

De acordo com a referida norma estatutária, ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de “assegurar a gestão dos negócios sociais”, dispondo, para o efeito, de competência para deliberar (n. “sobre qualquer assunto da sociedade, que não seja, por força da lei ou do contrato de sociedade, da competência exclusiva de outro órgão e designadamente:

- a) Realizar quaisquer operações relativas ao seu objecto social;
- b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e seguir acções, confessar, desistir, transigir e comprometer-se em arbitragem;
- c) Adquirir, alienar, locar ou permutar ou, por qualquer forma, onerar bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo acções e obrigações próprias ou alheias, bem como participações no capital de outras sociedades, ainda que com objecto social diverso;
- d) Constituir mandatários;
- e) Deliberar sobre a oportunidade e condições da emissão de obrigações e outros títulos de dívida da sociedade;
- f) Designar os membros da Comissão Executiva a que se refere o artigo vigésimo quarto infra;
- g) Elaborar o Relatório Anual de Gestão, o Balanço e as Contas do Exercício, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral;
- h) Deliberar que sejam efectuados aos accionistas adiantamentos sobre os lucros, com observância do disposto no artigo 297º CSC”.

Por seu lado, o Regulamento do Conselho de Administração da Banif - SGPS, SA concretiza em que termos este órgão deverá assegurar a gestão dos negócios sociais, nomeadamente:

- Decidir as opções estratégicas do Grupo em termos de sectores de actividade e de expansão geográfica;
- Estabelecer políticas gerais do Grupo (por exemplo, de compliance ou de recursos humanos);
- Definir os processos transversais ao Grupo (por exemplo, planeamento, controlo de gestão ou gestão de riscos);
- Estabelecer a estrutura de Unidades de Negócio do Grupo;



- Apreciar os planos estratégicos, planos operacionais e de investimentos das Unidades de Negócio;
- Deliberar sobre os objectivos anuais e plurianuais do Grupo e das Unidades de Negócio;
- Deliberar sobre medidas mais relevantes das Unidades de Negócio, como sejam extensões ou reduções de actividade; fusões, aquisições, e parcerias estratégicas; ou aumentos de capital.

No que se refere a aumentos de capital, a competência do Conselho de Administração está limitada à apresentação das propostas competentes para deliberação pela Assembleia Geral (cfr. art.º 85.º do Código das Sociedades Comerciais e ponto 3, alínea b) do Regulamento do Conselho de Administração

À data de referência, o Contrato de Sociedade não estabelece quaisquer poderes para o Conselho de Administração deliberar um aumento o capital social, designadamente ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 456.º do Código das Sociedades Comerciais.

II.6. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

A sociedade dispõe de um “Regulamento do Conselho de Administração” e de um “Regulamento do Conselho Fiscal”, ambos acessíveis aos investidores e ao público em geral no sítio de internet da sociedade, no endereço www.grupobanif.pt.

Não existem regras de incompatibilidades ou de acumulação de cargos definida internamente para os elementos dos órgãos de administração e fiscalização, aplicando-se, nesta matéria, o regime legal, constante, designadamente, do Código das Sociedades Comerciais e do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

II.7.Regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

O Conselho de Administração é formado por um número mínimo de três e máximo de onze administradores, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral, podendo ser eleitos administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos que venham a ser eleitos.

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de três anos, sem prejuízo da sua reeleição, cabendo, na sua primeira



reunião de cada mandato, a designação, de entre os seus membros, de um Presidente e um ou mais Vice-Presidentes.

O Contrato de Sociedade prevê que a falta de um Administrador a 3 reuniões do Conselho de Administração, seguidas ou interpoladas, sem que exista justificação aceite por aquele órgão, implica a respectiva falta definitiva do referido Administrador, susceptível de ser declarada por aquele.

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efectivos, e por um ou dois suplentes, nos termos legais, podendo ser reeleitos, sem prejuízo dos limites decorrentes dos requisitos de independência previstos na lei (cf. art.º 31.º do Contrato de Sociedade) devendo a maioria dos seus membros ser considerados independentes nos termos da lei.

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de incompatibilidades legalmente previsto e pode ser integrado por sociedades de advogados, sociedades de revisores oficiais de contas, ou accionistas, que, neste último caso, devem ser pessoas singulares com capacidade jurídica plena e ter as qualificações e a experiência profissional adequadas ao exercício das suas funções.

O Presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral ou, caso tal não se verifique, pelos próprios membros do órgão.

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

II.8. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa.

Durante o ano de 2008 tiveram lugar 18 reuniões do Conselho de Administração e 7 reuniões do Conselho Fiscal da Sociedade. Não existem comissões constituídas com competência em matéria de administração ou fiscalização (cfr. resposta ao ponto II.2).

II.9. Identificação dos membros do conselho de administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades



Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

À data de referência, 31 de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. é composto pelos seguintes membros (não está constituída uma Comissão Executiva, pelo que todos os membros do Conselho de Administração são executivos):

- **Horácio da Silva Roque** – Presidente
- **Joaquim Filipe Marques dos Santos** - Vice-Presidente
- **Carlos David Duarte de Almeida** – Vice-Presidente
- **António Manuel Rocha Moreira** – Vogal Efectivo
- **Artur Manuel da Silva Fernandes** – Vogal Efectivo
- **José Marques de Almeida** – Vogal Efectivo
- **Diogo António Rodrigues da Silveira** – Vogal Efectivo (*está em cumprimento das regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do art.º 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e do critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais*).
- **Fernando José Inverno da Piedade** – Vogal Suplente

II.10. Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Nota: Tendo em conta que na resposta ao ponto II.11 se referem as funções presdentemente desempenhadas por cada um dos elementos do órgão de administração noutras sociedades, a resposta ao presente ponto considera apenas as funções que, tendo sido desempenhadas noutras entidades nos últimos cinco anos, já não o são actualmente.

Horácio da Silva Roque

- **Mundiglobo – Habitação e Investimentos, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de Novembro 1989 a Março 2005), **MS Mundi – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de Janeiro 1989 a Novembro 2001), **Tempogest – Jornais e Publicações, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de Janeiro de 1990 a Dezembro 2002); **Banif Seguros SGPS, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de Abril 2002 Julho 2005), **Companhia de Seguros O Trabalho** Presidente do Conselho de Administração, de Junho 2000 a



Dezembro 2002), **Companhia de Seguros O Trabalho Vida** (Presidente do Conselho de Administração, de Junho 2000 a Dezembro 2001), **Ascor Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Rentipar SGPS, S.A de Março 2000 a Outubro 2000, **Banif Ascor Sociedade Corretora, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Rentipar SGPS, S.A, de Outubro 2000 a Outubro 2002), **Banif Patrimónios – SGP, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Rentipar SGPS, S.A, de Março 2000 a Outubro 2002), **Banifundos Cisalpina SGFIM, SA** (actualmente Banif Gestão de Activos SGFIM, SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Rentipar SGPS, S.A, de Março 2000 a Janeiro 2004), **Banif Securities Holdings, Ltd** (Presidente do Conselho de Administração de Junho 2001 a Fevereiro 2005) **Mundiplanos – Planeamento e Construção, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Março 1995 a Dezembro de 2004), **Mundiglobo Trading – Comércio Internacional, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Março 1992 a Dezembro de 2002), **Mundiglobo Mediadores de Propriedades, Lda** (Gerente, de Julho de 1987 a Junho de 2003), **Banif Crédito, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação da Rentipar Financeira SGPS, SA, de Julho de 1993 a Outubro de 2007).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 1.090.740 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 31-03-1994.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2006/2008, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Joaquim Filipe Marques dos Santos

- Licenciatura em Finanças – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1971)
- **AMBELIS – Agência para a Modernização Económica de Lisboa, SA** (Representante em nome próprio do Banif – Banco Internacional do Funchal, no Conselho Geral, de 1995 a Abril 2004), **Banif Securities Holdings, Ltd** (Vice Presidente do Conselho de Administração, de Junho 2001 a Fevereiro 2005), **Banif Seguros SGPS, SA** (Administrador, de Abril 2002 a Julho 2005), **Associação Portuguesa de Bancos** (Vogal do Conselho Fiscal, em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, Abril 2000 a Abril 2003), **ECONOFINANCE, SA** (Administrador, de Fevereiro a Setembro 2001), **Banif – Banco de Investimento, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Dezembro de 2000 a Março de 2007), **Companhia de Seguros Açoreana, SA** (de Fevereiro de 2001 a Março de 2007), **UNICRE – Cartão internacional de Crédito, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Junho de 2000 a Março de 2007), **SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços,**



SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Junho de 2000 a Abril de 2007), **Banif Crédito, SA** (Presidente do Conselho de Administração de Março de 2000 a Outubro de 2007).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 1.105.000 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 15-01-1988.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2006/2008, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Carlos David Duarte de Almeida

- Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas - Instituto Superior de Economia (1980)
- **BVLP – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados** (Administrador em nome próprio e em representação do Banif – Banco internacional do Funchal, SA de Maio 2000 a Janeiro 2002), **Banif Seguros SGPS, SA** (Administrador de Abril 2002 a Julho 2005), **Banif Securities Holdings, Ltd** (Administrador de Junho 2001 a Março 2005), **Banif Açor Pensões SGFP, SA** (Administrador de Maio 2000 a 2004), **Banif – Patrimónios – SGPS SA** (Presidente do Conselho de Administração de Outubro 1999 a Junho 2002), **Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE** (de Março de 2000 a Novembro 2007).
- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 120 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 31-03-1994.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2006/2008, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

António Manuel Rocha Moreira

- Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia do Porto (1977)
- **Banif Gestão de Activos – SGFIM, SA** (Administrador de Fevereiro 2002 a Janeiro 2004), **Banif Multifund, Ltd** (Administrador de Abril 2002 a Maio 2004), **Banif Açor Pensões – SGFP, SA** (Administrador de Outubro 1996 a Março 2004), **Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE** (Administrador de Dezembro de 1997 a Agosto de 2006), **Cabo TV Açoreana, SA** (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Março 2004 a Novembro 2007).
- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 117.083 acções da Banif - SGPS, SA.



- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 10-05-1999.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2006/2008, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Artur Manuel da Silva Fernandes

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas – Instituto Superior de Economia (1984); Pós Graduação em Banca de Investimentos Internacional – Escola de Administração da Universidade de Nova Iorque (1989)
- **Banif – Banco Internacional do Funchal, SA** (Administrador, Maio de 1999 a Março 2003); **Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE** (Vogal do Conselho de Administração, de Março 2000 a Agosto de 2006)
- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 10-05-1999.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2006/2008, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

José Marques de Almeida

- Licenciatura em Finanças – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1966)
- **Banif Crédito – SFAC, SA** (Administrador / Administrador Delegado, de Março 1993 a Março 2003), **Banif Leasing, SA** (Administrador/Administrador Delegado, de Março 1993 a Abril 2003), **Cabo TV Madeirense, SA** (Presidente do Conselho Fiscal de Março 1994 a Março 2003).
- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 814.800 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. (então denominada Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.) em 30-11-1988.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2006/2008, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Diogo António Rodrigues da Silveira

- *Diplôme d'Ingenieur* – École Centrale de Lille; *Research Scholar* – Berkeley UC, E.U.A.; Master of Business Administration (MBA) – INSEAD, França.



- **ONI SGPS, SA** (Vogal do Conselho de Administração/Presidente da Comissão Executiva, de 2005 a 2007), **Onitelecom – Infocomunicações, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), **Oni Madeira – Infocomunicações, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), **Oni Açores – Infocomunicações, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), **Comunitel Global, SA** (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), **Sonae Indústria SGPS, SA** (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), **Glunz AG** (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), **Isoroy SAS** (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), **TAFISA, SA** (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), **Critical Links SA** (Membro do Conselho Consultivo de 2005 a 2006).
- Pessoalmente, não era titular, à data de referência, de quaisquer ações da Banif – SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif – SGPS, S.A. em 22-12-2008.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2006/2008, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

II.11. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- **Horácio da Silva Roque**

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Rentipar Financeira SGPS, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banco Banif e Comercial dos Açores, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif - (Açores) - SGPS, SA
- Banif Investimentos, SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banif International Holdings, Ltd.
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A



Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, SA)
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA SA (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, S.A)
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, SA)
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, SA)
- Banif Imobiliária, S.A (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, SA)
- SIP – Sociedade Imobiliária Piedade, SA (em representação da Rentipar Financeira - SGPS, SA)
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, SA

B) Outras entidades

Membro do Conselho de Administração ou Gerência

- Rentipar Indústria SGPS, SA - (Presidente)
- Rentipar Investimentos SGPS, SA (Presidente)
- Rentiglobo SGPS, SA (Presidente)
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A - (Presidente)
- Soil, SGPS, SA- (Presidente)
- Rentimundi - Investimentos Imobiliários, S.A - (Presidente)
- Investaor Hoteis, SA - (Presidente)
- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A – (Vice-Presidente)
- VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, S.A – (Vice-Presidente)
- RAMA - Rações para Animais, S.A – (Vice-Presidente)
- AVIATLÂNTICO – Avicultura, SA – (Vice-Presidente)
- Fomentinvest – SGPS, SA – (Vogal)
- Ronardo - Gestão de Empresas, Lda. – (Gerente)

Membro da Mesa da Assembleia Geral

- Genius – Mediação de Seguros, SA – (Presidente)
- Rentimedis - Mediação de Seguros, S.A – (Presidente)
- Mundiglobo – Habitação e Investimentos, SA – (Presidente)
- Habiprede – Sociedade de Construções, SA – (Presidente)
- MS Mundi – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, SA – (Presidente)
- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A – (Presidente)
- VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, S.A – (Presidente)
- RAMA - Rações para Animais, S.A – (Presidente)
- Investaor SGPS, SA - Presidente
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A – (Vice-Presidente)
- Rentipar Seguros SGPS, SA (Presidente)

- Joaquim Filipe Marques dos Santos



A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE.
- Banif Finance, Ltd.
- Banif International Bank, Ltd.

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banco Banif e Comercial dos Açores, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif – Banco de Investimento, (Brasil), SA
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif International Holdings, Ltd.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Investimentos - SGPS, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Comercial, SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Vestiban – Gestão de Investimentos, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Membro da Comissão de Vencimentos

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA

B) Outras entidades

Vogal da Direcção

- Associação Portuguesa de Bancos (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

Conselheiro

- Conselho Económico e Social (CES), em representação da Associação Portuguesa de Bancos

- Carlos David Duarte de Almeida

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Forfaiting Company, Ltd



- Banif Finance (USA) Corp.
- Banif Financial Services, Inc.
- Econofinance, SA
- Banif Trading, Inc.
- Banif Holding (Malta), Ltd

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA (BANKPYME)
- Banif International Bank, Ltd

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil) SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- BBKA - Banco Banif e Comercial dos Açores, SA
- CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Investimentos - SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd.
- Banif Finance, Ltd.
- Banif International Holdings, Ltd.
- Banif Bank (Malta)

- António Manuel Rocha Moreira

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco Banif e Comercial dos Açores, SA
- BCN – Banco Caboverdiano de Negócios, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Comercial, SGPS, SA
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- Banif Finance, Ltd.
- Banif International Bank, Ltd.

B) Outras entidades



Presidente do Conselho Fiscal

- Zon TV Cabo Madeirense, SA, (em representação do Banif-Banco Internacional do Funchal, SA)

- Artur Manuel da Silva Fernandes

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
- Banif Multifund, Ltd
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA
- Banif International Asset Management, Ltd.
- Banif Securities, Inc.
- Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
- Banif Securities Holdings, Ltd
- Banif Private Equity, SA (exercício de funções condicionado a não oposição pelo Banco de Portugal)

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco de Investimento, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif – Investimentos – SGPS, SA
- Econofinance, SA
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Nitor Asset Management, SA
- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
- Banif Bank (Malta), PLC

B) Outras entidades

Vogal do Conselho de Administração

- Fomentinvest, SGPS, SA

Vogal da Direcção

- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira

- José Marques de Almeida



A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Vestiban – Gestão e Investimentos, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Comercial, SGPS, SA

B) Outras entidades

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Rentipar Investimentos, SGPS, SA

- Diogo António Rodrigues da Silveira

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente da Comissão Executiva

- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Administrador

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banco Banif e Comercial dos Açores, SA
- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Piedade, SA
- BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE.

B) Outras entidades

Conselheiro

- Conselho Consultivo da Reditus SGPS, SA

Vogal da Direcção

- Associação Portuguesa de Seguradores (em representação da Companhia de Seguros Açoreana, SA)

II.12. Identificação dos membros do conselho fiscal, discriminando-se os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.



À data de referência, 31 de Dezembro de 2008, o Conselho Fiscal da Banif – SGPS, S.A. é composto pelos seguintes membros :

Fernando Mário Teixeira de Almeida – Presidente

António Ernesto Neto da Silva – Vogal Efectivo

José Lino Tranquada Gomes – Vogal Efectivo

José Pedro Lopes Trindade – Vogal Suplente

Todos os elementos do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II.13. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Fernando Mário Teixeira de Almeida

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Doutoramento em Economia pela Universidade de Santiago de Compostela. Revisor Oficial de Contas.
- **Universidade Lusíada** (Director da Faculdade de Ciências Económicas e da Empresa, desde 1995 a 2005), **Junta Metropolitana do Porto** (Assessor do Presidente da Junta Metropolitana do Porto, desde Maio de 1998 a Janeiro de 2003), **IPO – Instituto Português de Oncologia do Porto** (Administrador, desde Janeiro de 2003), **Instituto Superior de Formação Bancária** (Docente, desde 2000)
- Era titular, à data de referência, de 186.000 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif – SGPS, S.A. em 31-03-2005.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2006/2008, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.



António Ernesto Neto da Silva

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Master em estudos Europeus Contemporâneos (Economia) pela Universidade de Reading, Reino Unido.
- **Universidade Católica Portuguesa do Porto** (Director Executivo do Curso de Pós-Graduação em Economia Europeia), **IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais** (Professor Convidado), **Secretaria de Estado do Comércio Externo** (Secretário de Estado de Abril de 1990 a Outubro de 1991), **Comité Económico e Social da CCE e EURATOM** (Presidente da Comissão das Relações Externas, da Política Comercial e da Cooperação, de 1988 a 1990), autor do livro *O Triplo Conflito – Globalização, Fundamentalismo Islâmico e Desenvolvimento Sustentável* (Booknomics, Lisboa, 2007).
- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif – SGPS, S.A. em 31-03-2007.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2006/2008, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.

José Lino Tranquada Gomes

- Licenciatura em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Lisboa. Advogado
- Membro do Conselho de Administração **Hotelram – Hotelaria da Madeira, SA** (2007)
- Pessoalmente, era titular, à data de referência, de 9.000 acções da Banif - SGPS, SA.
- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif – SGPS, S.A. em 15-07-2007.
- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2006/2008, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.

II.14. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- Fernando Mário Teixeira de Almeida

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente do Conselho Fiscal



- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banco Banif e Comercial dos Açores, SA
- Banif – Banco de Investimento, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

- António Ernesto Neto da Silva

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

B) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração

- Deimos Engenharia, SA

Director-Geral

- Financetar – Sociedade de Serviços Financeiros, Empresariais e imobiliários, SA

- José Lino Tranquada Gomes

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal

- Banif - SGPS, SA

B) Outras entidades

Gerente

- Tranquada Gomes & Coito Pita – Sociedade de Advogados;
- Imolapeira – Imobiliária da Madeira, Lda
- Freitas, Sales & Gomes – Empreendimentos Imobiliários, Lda
- Netanarium – Consultadoria e Gestão, Unipessoal, Lda

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Edifícios Park – Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.

Vice- Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Cooperativa Agrícola do Funchal

II.15 a II.17 – Não aplicáveis.



II.18. Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos.

A remuneração dos elementos do órgão de administração, ao nível da Banif - SGPS, S.A. é efectuada, exclusivamente, em função das presenças nas reuniões do Conselho de Administração.

No que se refere a valores pagos noutras sociedades do Grupo aos elementos dos respectivos órgãos de administração, devidos por funções de cariz dito mais “funcional”, a sociedade não tem formalizada uma política de remuneração específica. Nesta medida, procura-se, de acordo com critérios de razoabilidade e em linha com o mercado, encontrar o ponto de equilíbrio entre, por um lado, a remuneração adequada para assegurar a qualidade e o empenho dos gestores das várias sociedades, tendo em conta a sua dimensão e a sua área de actuação, e, por outro, a sua proporcionalidade com os resultados obtidos.

Não está constituída uma Comissão Executiva no âmbito do Conselho de Administração pelo que todos os Administradores da sociedade são executivos.

Mais se informa que não se encontra formalizada qualquer política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada de contratos, sendo as situações respectivas analisadas casuisticamente.

II.19. Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

A Comissão de Remunerações, órgão eleito para mandatos de três anos pela Assembleia Geral, é composta por três elementos, como dispõem os Estatutos, art.º 31.º, n.º 1.

No mandato actual a Comissão é integrada pelos seguintes membros:

- **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**
Representada pela Senhora Paula Maria Ramos dos Santos Caetano
- **Renticapital – Investimentos Financeiros, SA**



Representada pelo Senhor Vítor Hugo Simons

– **Senhor Comendador Jorge de Sá**

II.20. Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo, de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração. Esta indicação deve incluir o seguinte:

a) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca do eventual diferimento do pagamento da componente variável;

Durante o exercício de 2008 foram pagas aos administradores, pela sociedade, remunerações no montante global de € 153.600,00, sendo as mesmas consideradas remunerações variáveis em virtude de resultarem/dependerem, da presença nas reuniões do Conselho de Administração. Não existe qualquer diferimento no pagamento das referidas remunerações variáveis.

b) Distinção da importância devida aos administradores executivos em relação à devida aos não executivos;

Não aplicável, dada a inexistência de uma Comissão Executiva.

c) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia qualquer direito a acções, a opções sobre acções ou a componentes variáveis da remuneração;

A sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de acções e/ou direitos a adquirir opções sobre acções e/ou qualquer outro sistema de incentivos com acções. O critério de pagamento da remuneração (pela sua natureza, variável) a cada membro do Conselho de Administração, ao nível da Banif – SGPS, SA é exclusivamente o da presença efectiva nas reuniões do referido órgão.

d) Informação suficiente sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho;

O critério para o pagamento da remuneração é o referido no ponto II.18 acima.



e) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

A sociedade não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

f) Atribuição de acções e ou direitos de adquirir opções sobre acções e ou a qualquer outro sistema de incentivos com acções;

A sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de acções e/ou direitos a adquirir opções sobre acções e/ou qualquer outro sistema de incentivos com acções.

g) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

A sociedade não paga remunerações sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

h) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Nenhum administrador cessou funções durante o exercício de 2008.

i) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo:

Remunerações Fixas - € 1.630.839,01

Remunerações Variáveis - € 1.302.032,68

j) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores;



A sociedade não tem qualquer regime complementar de pensões ou reforma antecipada, designadamente para administradores.

l) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não se verifica a atribuição, pela sociedade, de benefícios não pecuniários.

II.21. Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa.

Não existe qualquer plano ou acordo que preveja pagamentos específicos a elementos do Conselho de Administração, em caso de cessação de funções destes durante o mandato.

II.22. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade.

A Banif - SGPS, S.A. é uma sociedade que se dedica à gestão das suas participações sociais e à coordenação estratégica das várias entidades ditas “operacionais” do Banif – Grupo Financeiro. Nessa medida, e sem prejuízo do que acima se referiu acerca da existência e funções do Centro Corporativo da Banif – SGPS, SA, a sociedade não dispõe de uma estrutura de pessoal própria nem desenvolve actividade directa no mercado, fazendo-o exclusivamente através das suas participadas.

Por seu lado, as diversas sociedades participadas exercem actividade em áreas distintas (designadamente, banca comercial, banca de investimentos, seguros) com ambientes regulatórios específicos (nacionais e internacionais) e obrigações próprias, entre as quais se destacam deveres de confidencialidade e de segredo, próprios da actividade financeira na maioria dos ordenamentos jurídicos.

Neste contexto, a Banif – SGPS, SA não tem instituída uma política de comunicação de irregularidades, quer ao nível da própria sociedade individualmente considerada (a reduzida estrutura de meios humanos não o justifica), quer a um nível transversal do Banif - Grupo Financeiro (prejudicada pela diversidade de áreas de actuação e ambientes regulatórios a que se encontram sujeitas as sociedades ditas operacionais).

A comunicação de irregularidades é, pelas razões descritas, tratada individualmente ao nível de cada uma das sociedades ditas operacionais, no âmbito do seu quadro regulatório próprio, e em



conformidade com as estritas medidas de controlo próprias das suas áreas de actividade, impostas pelas respectivas entidades de supervisão.

CAPÍTULO III

Informação

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital social é integralmente representado por 350.000.000 de acções ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal unitário de 1 euro.

II.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

- **HORÁCIO DA SILVA ROQUE**, residente na Av. Conde de Barcelona, 1057, Estoril.

Detinha, directamente, em 31 de Dezembro de 2008, 1.090.740 acções da Banif - SGPS, SA., correspondentes a 0,31% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 180.543.414 acções, correspondentes a 51,58% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Rentipar Financeira, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 839.062 acções, correspondentes a 0,24% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que são titulares os **membros do órgão de administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA** – Dr. Fernando José Inverno da Piedade: 14.644 acções, Dr. José Marques de Almeida: 814.800 acções e Sr. Vitor Hugo Simons: 9.618 acções - (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);
- 36.020.093 acções, correspondentes a 10,29% do capital social e direitos de voto da Banif - SGPS, SA de que é titular a **Renticapital – Investimentos Financeiros, SA**, sociedade dominada pela Rentipar Financeira SGPS, S.A. (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);
- 12.100.655 acções, correspondentes a 3,46% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);
- 223.125 acções, correspondentes a 0,06% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, S.A. de que é titular a **Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda.**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio.

Total de 230.817.089 acções, correspondentes a 65,95% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.



- **INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL – FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL**, pessoa colectiva n.º 501 328 599, com sede na Av. de Berna, n.º 19, 1050-037, Lisboa, era titular de 8.906.095 acções, representativas de 2,54% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.

- **JORGE SÁ**, residente à Rua do Til, n.º 56, no Funchal, contribuinte n.º 102.136.297, com o B.I. n.º 47528.9.

Detinha, directamente 7.241.473 acções da Banif - SGPS, SA., correspondentes a 2,07% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 1.060.000 acções, correspondentes a 0,30% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Oliveira, Freitas e Ferreira, Lda**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 120.000 acções, correspondentes a 0,03% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **J. Sá & Filhos, Lda**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;

Total de 8.421.473 acções, correspondentes a 2,41% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.

- **JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM**, com domicílio na Rua da Corticeira, 34, 4536-902, Mozelos, contribuinte n.º 174.303.050, a quem são imputáveis os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 8.029.113 acções, correspondentes a 2,29% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Evaesco, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 7.351 acções, correspondentes a 0,002% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que é titular um **membro do órgão de administração da Evaesco, SGPS, SA** – Carla de Castro Amorim (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

Total de 8.036.464 acções, correspondentes a 2,29% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.

III.3. Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.



III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

Não existem restrições à transmissibilidade das acções representativas do capital social da sociedade.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Não existem acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou direitos de voto.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade;

Não existem regras específicas, designadamente de natureza estatutária, aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade, sendo integralmente aplicável o regime legal previsto, designadamente, no Código das Sociedades Comerciais.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não está previsto qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital da sociedade.

III.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente:

- a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;**
- b) O anúncio de resultados;**
- c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.**

As acções representativas do capital social do Banif encontram-se admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa (anteriormente designada por Bolsa de Valores de Lisboa), desde Novembro de 1992.

Em 1 de Abril de 2002, em virtude da operação de reestruturação do Grupo Banif implementada naquela data, a denominação social da entidade com acções admitidas à cotação passou a ser Banif -



SGPS, SA, entidade que tem actualmente o estatuto de sociedade com o capital aberto ao investimento do público.

No decurso de 2006, o valor nominal unitário das acções representativas do capital social da sociedade foi renominalizado de 5 euros para 1 euro, alterando-se, em consequência, o número de acções emitidas, pelo que as transacções efectuadas na Euronext Lisboa a partir de 23 de Outubro de 2006 têm por base esse novo valor nominal.

Em 28 de Fevereiro de 2008, o Conselho de Administração da Sociedade informou o mercado que iria submeter à Assembleia Geral de Accionistas uma proposta de aumento do capital da Sociedade de 250 para 350 milhões de euros, mediante a incorporação de reservas de prémios de emissão no valor de 50 milhões de euros e a emissão de novas acções no valor nominal total de 50 milhões de euros, reservadas à subscrição por accionistas por novas entradas em dinheiro. O teor completo da proposta do Conselho de Administração foi informado ao mercado em 14 de Março de 2008.

Esta proposta foi aprovada na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 31 de Março de 2008, tendo sido deliberado proceder à emissão de um total de 100 milhões de novas acções ordinárias, nominativas e escriturais com o valor nominal unitário de 1 euro, sendo 50 milhões relativas ao aumento de capital por incorporação de reservas, cabendo a cada accionista 1 nova acção por cada 5 detidas, e 50 milhões de acções relativas ao aumento de capital por novas entradas em dinheiro, por oferta pública de subscrição reservada a accionistas, em condições e com preço a definir pelo Conselho de Administração.

Por informação ao mercado de 28 de Maio de 2008, o Conselho de Administração comunicou que fixara, com parecer favorável do Conselho Fiscal, as condições do aumento do capital por novas entradas em dinheiro cuja determinação lhe fora atribuída pela Assembleia Geral de Accionistas e que se traduziam na emissão de até 50 milhões de novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, destinadas à subscrição pelos Accionistas ao abrigo dos respectivos direitos de preferência (uma nova acção por cada cinco detidas), através do lançamento de uma oferta pública de subscrição, com o preço de subscrição de € 2 por acção.

As acções emitidas no âmbito do aumento do capital social eram fungíveis com as demais acções que representavam o capital social da Sociedade, conferindo aos respectivos titulares o direito a receber o dividendo que vier a ser distribuído com relação ao exercício de 2008 e aos exercícios subsequentes, bem como a outras distribuições que viessem a ser deliberadas, pagas ou realizadas.

O prazo para o exercício dos direitos de subscrição das novas acções decorreu entre os dias 9 e 20 de Junho de 2008, tendo os mesmos sido negociados no mercado de cotações oficiais da Euronext



Lisboa entre 9 e 16 de Junho, enquanto os direitos de incorporação foram negociados no mesmo mercado entre 9 e 23 de Junho.

Os direitos de subscrição e de incorporação foram também negociados fora de mercado regulamentado, nos termos da legislação aplicável, até aos dias 20 de Junho e 26 de Junho de 2008, respectivamente.

O aumento de capital aprovado foi integralmente realizado, tendo sido inicialmente subscritas 86,7% das acções objecto da oferta pública de subscrição, com as restantes acções a ser atribuídas no âmbito de um processo de rateio.

A liquidação financeira das acções subscritas no exercício dos direitos de subscrição e das atribuídas em rateio ocorreu, respectivamente, em 25 e 27 de Junho de 2008, tendo-se considerado o capital aumentado nesta última data, com a realização do correspondente pedido de registo na Conservatória do Registo Comercial. Em 7 de Julho de 2008 foram admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa os 100 milhões de acções resultantes do aumento de capital.

Neste contexto, até 7 de Julho de 2008, estiveram admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa 250 milhões de acções da Sociedade, com o valor nominal unitário de 1 euro, passando, a partir dessa data, a estarem admitidas à cotação 350 milhões de acções com mesmo valor nominal unitário.

A partir de 18 de Abril de 2008, na sequência do deliberado na Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, foi colocado à disposição dos accionistas um dividendo ilíquido, por acção, referente ao exercício de 2007, de 0,15 euro, tendo as acções negociado sem direito a dividendo a partir do dia 15 de Abril. O valor líquido deste dividendo foi de 0,12 euro por acção.

Em 18 de Fevereiro e em 7 de Agosto de 2008 foram publicados os anúncios com a divulgação dos resultados consolidados do ano de 2007 e do 1.º semestre de 2008, respectivamente. Os resultados consolidados relativos aos 1.º e 3.º trimestres de 2008 foram divulgados em 6 de Maio e 6 de Novembro de 2008, respectivamente.

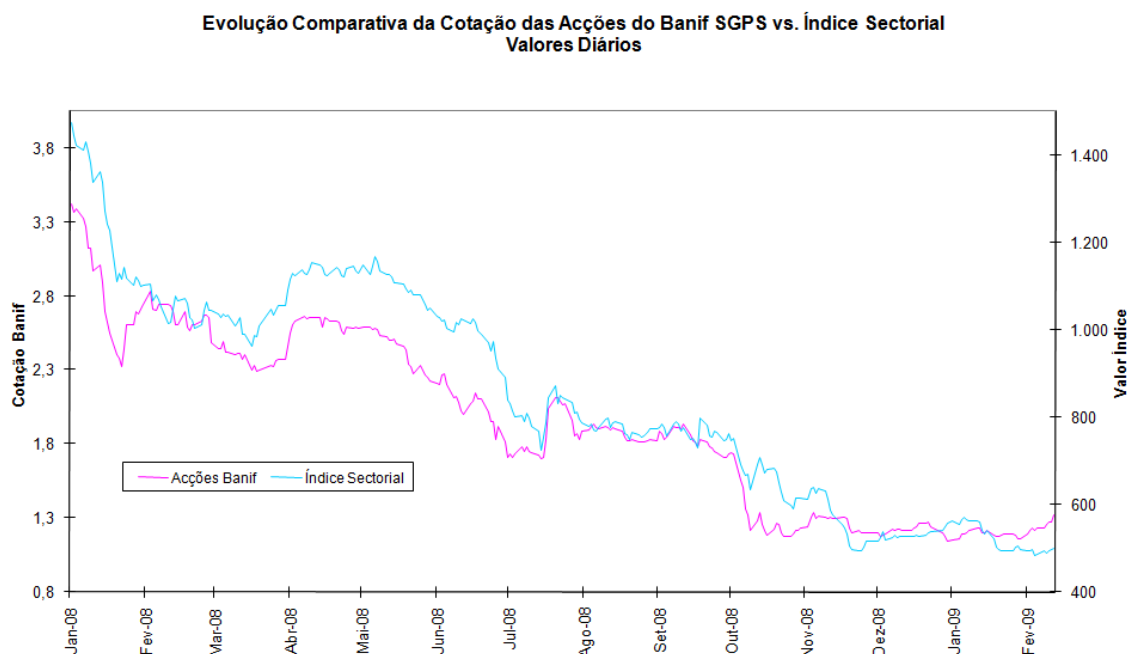
As acções da Banif – SGPS, SA foram transaccionadas na totalidade das 256 sessões normais da Euronext Lisboa, tendo-se transaccionado, durante o ano, cerca de 104,3 milhões acções num valor total de cerca de 216 milhões de euros, o que se traduziu numa média de cerca de 406,7 milhares de acções da Banif – SGPS, SA transaccionadas diariamente. A capitalização bolsista das acções da Banif – SGPS, SA era de 381,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, o que representava



cerca de 0,25% da capitalização bolsista das acções cotadas no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa, naquela data.

Foram, igualmente, transaccionados no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa, durante os períodos atrás referidos, cerca de 11,2 milhões de direitos de subscrição e 16,4 milhões de direitos de incorporação, aos preços médios de 0,39 euros (mínimo de 0,39 e máximo de 0,41) e 0,01 Euros (mínimo de 0,01 e máximo de 0,02), respectivamente, tendo as acções da sociedade transaccionado sem estes direitos de subscrição e de incorporação a partir de 4 de Junho de 2008.

O gráfico seguinte representa a evolução comparativa das cotações das acções do Banif e o índice PSI do sector da intermediação financeira (Índice PSI 209) entre 2 de Janeiro de 2007 e 13 de Fevereiro de 2009.



A tabela seguinte apresenta a evolução dos principais indicadores relativos ao comportamento e avaliação bolsista das acções do Banif nos últimos 5 anos, tomando por referência os valores contabilísticos consolidados:

31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008
(IFRS Pró-forma)	(IAS/IFRS Pró-forma)	(IAS/IFRS)	(IAS/IFRS)	(IAS/IFRS)



Nº de Acções Emitidas		40.000.000	40.000.000	250.000.000	250.000.000	350.000.000
Nº de Acções Admitidas à Cotação		40.000.000	40.000.000	250.000.000	250.000.000	350.000.000
Cotação (€)	(*)	1,37	3,26	5,30	4,00	1,09
Capitalização Bolsista (€ 10^3)		274.000,0	652.000,0	1.325.000,0	1.000.000,0	381.500,0
Resultado Líquido por Acção (€)	(*)	0,1343	0,2898	0,3124	0,4043	0,1692
Cash Flow por Acção (€)	(*)	0,4429	0,6797	0,5860	0,8079	0,4949
Valor Contabilístico por Acção (€)	(*)	1,4933	1,8608	1,9426	2,4603	1,6668
Cotação / Valor Contabilístico (PBV)		0,92	1,75	2,73	1,63	0,65
Cotação / Cash Flow (PCF)		3,09	4,80	9,04	4,95	2,20
Cotação / Res.Líquido p/Acção (PER)		10,20	11,25	16,97	9,89	6,44
Dividendo Bruto por Acção (€)	(*)	0,0700	0,1000	0,1200	0,1500	0,0650
Dividendo Líquido por Acção (€)	(*)	0,0595	0,0800	0,0960	0,1200	0,0520
Dividendos Brutos / Resultado Líquido		52,1%	34,5%	38,4%	37,1%	38,4%
Dividendo p/Acção / Valor Contab.Médio		4,47%	5,35%	6,31%	10,53%	6,02%
Dividendo p/Acção / Cotação Média		5,69%	3,71%	2,65%	2,82%	3,14%

Notas: No calculo do *Book Value* considerou-se o valor dos Capitais

Próprios sem Interesses Minoritários

(*) Em virtude da renominalização das acções efectuada em 2006, procedeu-se ao ajustamento dos valores dos anos anteriores por forma a serem comparáveis com os valores desse ano

III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

A política de distribuição de dividendos da Sociedade assenta no princípio da distribuição dos resultados que não se mostrem indispensáveis à constituição de reservas legais e/ou ao regular financiamento da sua actividade, o que se tem traduzido na distribuição de um dividendo anual correspondente a um valor entre 33% e 40% do lucro consolidado do exercício (a indicação do dividendo distribuído nos três últimos exercícios consta do mapa apresentado no âmbito do número anterior).

III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em



causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Indicação:

- a) Do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;**
- b) Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano:**
- c) Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa.**

Não estiveram em vigor, nem foram adoptados, no exercício em causa, quaisquer planos de atribuição de acções ou quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

Ao nível do endividamento, a sociedade amortizou, junto do accionista Rentipar Financeira SGPS, SA, titular de uma participação qualificada no capital da sociedade, um financiamento obtido para apoio de tesouraria no montante de 50 milhões de euros. Após esta amortização, o seu endividamento, obtido a título de suprimentos, junto do referido accionista, passou a ser de 15 milhões de euros, vencendo juros à taxa Euribor trimestral acrescida de 1,75% e sendo os mesmos calculados sobre o capital em dívida e pagos trimestralmente.

III.12. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a:

- a) Funções do Gabinete;**
- b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete;**
- c) Vias de acesso ao Gabinete;**
- d) Sítio da sociedade na Internet;**



e) Identificação do representante para as relações com o mercado.

Em consonância com as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas e com a particular atenção que o Banif – Grupo Financeiro atribui ao desenvolvimento de um permanente contacto com os diversos intervenientes nos mercados em que actua, designadamente com os accionistas, investidores, autoridades de supervisão e, ainda, com os analistas, o Gabinete de Relações com os Investidores e Institucionais (GRII) tem como principal função promover a equidade no acesso à informação por parte dos investidores.

No âmbito desta sua atribuição, o GRII colabora activamente na preparação da informação que o Grupo periodicamente divulga, nomeadamente a relacionada com os Relatórios de Gestão e Contas semestrais e anuais. O Gabinete colige ainda informação de suporte às diversas conferências, seminários e apresentações levadas a cabo pelo Representante para as Relações com o Mercado e que envolvem analistas e investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Em Junho de 2008 e no quadro da operação de aumento de capital da Sociedade, o GRII disponibilizou informação aos accionistas e desenvolveu iniciativas no sentido de clarificar os detalhes, resolver dúvidas e responder a questões que estes formularam, nas diversas etapas do processo.

Ainda no período em referência, o GRII preparou e coordenou as reuniões com as agências de *rating* FitchRatings e Moody's, com vista à revisão anual das notações de *rating* da sua participada, o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A..

Ao longo do exercício o Gabinete promoveu activamente o esclarecimento de questões colocadas, quer por accionistas, quer por potenciais investidores ou por analistas, através dos canais de comunicação telefónica e do correio electrónico. Procurando otimizar a gestão destes meios o GRII optou pela divulgação de informação via correio electrónico quando expressamente solicitada, revendo e actualizando periodicamente a sua base de contactos. Na difusão de informação relevante gerada no Grupo o Gabinete procura que esta seja sempre clara, precisa e equitativa, prestada em tempo útil e, sempre que possível, quantificada.

O sítio da internet (www.grupobanif.pt) é o meio privilegiado de divulgação de informação sobre o Banif – Grupo Financeiro. Todas as informações relevantes tornadas públicas, durante o ano de 2008, estão publicadas no sítio da Internet do Grupo, onde podem ser consultadas.

Informação disponível em www.grupobanif.pt

Online

Download



Quem Somos		
- Mensagem do Presidente	✓	
- O Grupo	✓	
- Organograma	✓	✓
- Órgãos sociais	✓	
- História	✓	
Missão e Objectivos		
Sustentabilidade		
- Relatório	✓	✓
Imagens do Grupo		
- Logos Institucionais	✓	
Onde Estamos		
- Contactos nacionais, internacionais e respectiva georeferenciação	✓	
Relação com Investidores		
- Indicadores Financeiros		
» Síntese	✓	
» Dimensão e Crescimento	✓	
» Rendibilidade	✓	
» Fundos Próprios	✓	
» Balanços	✓	
» Demonstração de Resultados		
- Relatórios e Contas		
» SGPS e das participadas	✓	✓
- Rating	✓	
- Dividendos	✓	
- Assembleia Geral	✓	✓
» Acta da Assembleia	✓	
» Lista de Presenças	✓	
» Convocatória	✓	
» Boletim de Voto	✓	
» Formulário de Procuração	✓	
» Minuta de Carta para envio de boletim(ns) de voto	✓	
» Documentos nº 1 – Artº 289 do C.S.C.	✓	✓
- Membros dos órgãos de administração, fiscalização e mesa da assembleia geral	✓	
- Outras sociedades em que os membros dos órgãos sociais exerçam cargos sociais	✓	
- Proposta de Aplicação de Resultados	✓	
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	✓	
- Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria Externo	✓	
- Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	✓	
- Informação Obrigatória aos Investidores		
» Estatutos	✓	✓
» Órgãos Sociais - Banif SGPS, S.A	✓	
» Relatórios e Contas - Banif SGPS, S.A	✓	✓
» Relatório sobre o Governo da Sociedade	✓	✓
» Regulamento do Conselho de Administração	✓	✓
» Regulamento do Conselho Fiscal	✓	✓
» Gabinete de Apoio ao Investidor	✓	✓
» Comunicados	✓	✓
» Calendário semestral de eventos societários	✓	
» Proposta e convocatória de Assembleia Geral	✓	✓
» Representante para as relações com o mercado	✓	



Toda a informação pública sobre o Banif – Grupo Financeiro pode ser solicitada para:

Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais

Av. José Malhoa, nº 22 – 5º

1099-012 LISBOA

Telefone: +351 21 721 1532

Fax: +351 21 721 1584

Email: accionista@grupobanif.pt ou investidor@grupobanif.pt

Sítio na internet: (www.grupobanif.pt ou www.banif.pt)

O representante para as relações com o mercado é o Senhor Dr. Carlos David Duarte de Almeida, Vice-Presidente do Conselho de Administração.

III.13. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

- a) Serviços de revisão legal de contas;**
- b) Outros serviços de garantia de fiabilidade;**
- c) Serviços de consultoria fiscal;**
- d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.**

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.

Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio.

Serviços	€ Total	%
Serviços de revisão legal de contas	634.730,00	54%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	254.881,71	22%
Serviços de consultoria fiscal	277.600,50	24%
Outros serviços	0,00	0%



Total	1.167.212,21	100%

(Valores sem IVA)

Os serviços incluídos em cada categoria são os seguintes:

Serviços de revisão legal de contas

Inclui os honorários relativos ao exercício de 2008 no âmbito da revisão legal das contas e auditoria externa das contas consolidadas da Banif - SGPS, S.A. e contas individuais das suas subsidiárias e associadas.

Outros serviços de garantia e fiabilidade

Inclui os honorários cobrados no âmbito da prestação de serviços de reporte ao Banco de Portugal (sobre os sistemas de controlo interno e provisões económicas) e emissão de cartas conforto sobre temas específicos (tais como operações de securitização e emissão de dívida).

Serviços de consultoria fiscal

Inclui os honorários cobrados no âmbito de serviços de consultoria técnico-fiscal.

Outros serviços que não de revisão legal

Inclui honorários cobrados no âmbito de serviços de consultoria permitidos de acordo com as regras de independência em vigor.

Medidas de salvaguarda da independência do auditor

A Ernst & Young tem estabelecido um sistema de controlo interno e monitorização das políticas estabelecidas em matéria de independência, as quais têm em linha de conta as normas de independência vigentes a nível nacional e internacional, as ameaças à independência e as respectivas salvaguardas. Nesta política estão estabelecidos os serviços proibidos por poderem ter impacto na independência do auditor. A divulgação destas políticas é efectuada via intranet a todos os colaboradores da rede da Ernst & Young.

A monitorização do cumprimento das referidas políticas a nível mundial é efectuada através de uma aplicação na intranet denominada “Ernst & Young Global Independence System – GIS”. Cada sócio, gerente e colaborador profissional atesta formalmente o seu conhecimento e cumprimento das referidas políticas ou alterações às mesmas. Periodicamente são efectuadas acções de formação obrigatórias sobre as referidas políticas.



Em concreto, o sistema de controlo interno da Ernst & Young incorpora designadamente os seguintes mecanismos:

- Disponibilidade na intranet de lista actualizada de clientes de interesse público e mecanismo de aprovação prévia pelo Partner responsável de potenciais propostas de prestação de serviços adicionais a clientes de auditoria;
- Proibição de detenção de interesses financeiros em relação aos clientes de auditoria aplicável aos sócios e membros da equipa da Ernst & Young. Esta proibição aplica-se também os cônjuges e filhos menores dos mesmos;
- Testes de conformidade ao cumprimento das políticas e procedimentos sobre independência no âmbito do programa internacional de controlo de qualidade.

A Ernst & Young também tem implementado um processo interno que condiciona à autorização do Partner responsável pela auditoria do Grupo a prestação de serviços a entidades que dele fazem parte por qualquer entidade da rede Ernst & Young. No pedido de autorização inclui a descrição do trabalho solicitado e avaliação do seu enquadramento no âmbito dos serviços permitidos de acordo com as regras de independência referidas. Adicionalmente o Partner responsável pela auditoria recebe mensalmente

Seguindo a política estabelecida, na prestação dos serviços de consultoria foi assegurado que não foram tomadas decisões nem participação na tomada de decisões em nome da Banif - SGPS, S.A. ou de qualquer das suas subsidiárias ou associadas em matérias fiscais ou outras.

IV. Avaliação do Modelo de Governo pelo Conselho de Administração

Em linha com as melhores práticas de governo corporativo, o Conselho de Administração efectua avaliações regulares do modelo de governo da sociedade. Neste domínio, da iniciativa com características estruturantes empreendida com o apoio de um consultor externo em 2007, resultou uma reconfiguração do modelo de governo do Banif – Grupo Financeiro, aprovada no final daquele exercício.

O modelo de governo do Grupo, assim resultante, assenta em cinco pilares:

- i) O Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA permanece como órgão executivo único do Grupo, mas com um modelo mais interventivo na supervisão dos negócios, e com uma organização e funcionamento interno mais estruturados;
- ii) O Banif - Grupo Financeiro deve implementar um conjunto de iniciativas para garantir um maior alinhamento com as melhores práticas e recomendações de *Corporate Governance*;



- iii) O Conselho de Administração da Banif – SGPS, SA é apoiado por um Centro Corporativo, composto agora por dez funções com uma estrutura reduzida mas de elevada competência, reportando cada função corporativa a um membro do Conselho de Administração.
- iv) O papel integrador das funções corporativas é reforçado por quatro comités transversais já criados para temas chave para a competitividade e a gestão do risco do Grupo;
- v) O novo modelo de governo implica um novo modelo de relacionamento entre a *Holding* e as *Unidades de Negócio*.

Estes pilares têm vindo a ser gradualmente implementados através de iniciativas cobrindo as várias dimensões de governação do Grupo. Neste contexto, cumpre salientar o conjunto de medidas adoptadas em 2008, no sentido do reforço da adesão do Grupo às recomendações sobre o governo das sociedades, de que se dá nota ao longo do Relatório de Governo da Sociedade.

No que respeita ao Centro Corporativo, e para além do processo de implementação gradual das funções corporativas que vem decorrendo, o Conselho de Administração identificou ainda a oportunidade de aprofundar o modelo de governo do Grupo tendo deliberado, em Julho de 2008, dotar o centro corporativo da função corporativa de Segurança e Higiene no Trabalho.

Com efeito, as actividades relativas à Segurança e Higiene no Trabalho, na medida em que visam a prevenção de riscos profissionais, reflectem a preocupação do Grupo com o bem-estar dos seus colaboradores, a sua motivação e identificação com os valores de organização, bem como a segurança física de pessoas e bens, possibilitando assim um adequado controlo dos riscos e a melhoria contínua do desempenho.

Na vertente do reforço da actuação transversal em temas chave para a competitividade e a gestão do risco do Grupo, foi também criado, no exercício em apreço, por deliberação do Conselho de Administração, o Comité de Compras, que tem como missão a exploração de sinergias de custo entre as várias Empresas do Banif – Grupo Financeiro, optimizando as condições de aquisição de bens e serviços e promovendo a uniformização e integração de procedimentos no que concerne à actividade de *procurement*, de acordo com as melhores práticas nesta matéria.

Atenta a presente fase de implementação do modelo de governo do Grupo e os desenvolvimentos acima referidos, é convicção do Conselho de Administração que o quadro de referência da *governance* do Banif – Grupo Financeiro, estando naturalmente sujeito a um processo evolutivo e de contínua maturação, está devidamente ajustado à sua realidade.



VIII. OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Informação nos termos do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Informação sobre as acções e obrigações previstas no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, e no regulamento n.º 5/2008 da CMVM, **com referência a 31 de Dezembro de 2008**, incluindo o movimento de acções e obrigações realizado durante o respectivo exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comendador Horácio da Silva Roque

- **Pessoalmente** era titular de 1.090.740 acções da Banif - SGPS, SA.

Detinha ainda 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, (acções preferenciais e sem direito a voto).

- Era titular de mais de metade do capital social da Rentipar Financeira, SGPS, SA, a qual detinha mais de metade do capital social da Renticapital – Investimentos Financeiros, SA e da Vestiban – Gestão e Investimentos, SA.:

- A **Rentipar Financeira, SGPS, SA** era titular de 180.543.414 acções da Banif - SGPS, SA.;
- A **Renticapital – Investimentos Financeiros, SA**, era titular de 36.020.093 acções da Banif - SGPS, SA.;
- A **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**, era titular de 12.100.655 acções da Banif - SGPS, SA.

- A **Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda.**, sociedade da qual é indirectamente detentor da maioria do capital social, era titular de 223.125 acções da Banif - SGPS, SA.

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2008 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Comendador Horácio da Silva Roque	Compra	25-06-2008	155.820	2,00 €	311.640,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Aquisição	25-06-2008	155.820	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
Rentipar Financeira SGPS,S.A.	Compra	25-01-2008	27.000	3,00 €	80.920,09 €	
	Compra	29-01-2008	57.000	3,21 €	182.970,00 €	
	Compra	30-01-2008	95.000	3,21 €	304.800,00 €	
	Compra	31-01-2008	42.000	3,16 €	132.660,00 €	
	Compra	01-02-2008	120.000	3,28 €	394.058,98 €	
	Compra	04-02-2008	148.000	3,35 €	496.300,00 €	
	Compra	06-02-2008	96.360	3,21 €	309.098,50 €	
	Compra	07-02-2008	74.000	3,22 €	238.084,32 €	
	Compra	20-02-2008	30.000	3,03 €	90.950,00 €	
	Compra	21-02-2008	10.000	3,08 €	30.800,00 €	
	Compra	11-03-2008	25.000	2,87 €	71.750,00 €	
	Compra	12-03-2008	15.543	2,89 €	44.958,41 €	



Compra	13-03-2008	10.670	2,82 €	30.089,40 €	
Compra	19-03-2008	21.629	2,72 €	58.902,05 €	
Compra	20-03-2008	15.000	2,71 €	40.650,00 €	
Compra	25-03-2008	5.000	2,76 €	13.800,00 €	
Compra	26-03-2008	5.000	2,74 €	13.700,00 €	
Compra	28-03-2008	30.000	2,82 €	84.600,00 €	
Compra	14-04-2008	144.288	3,18 €	459.026,74 €	
Compra	12-05-2008	64.000	3,00 €	192.000,00 €	
Compra	25-06-2008	24.505.402	2,00 €	49.010.804,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
Aquisição	25-06-2008	24.505.402	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
Compra	27-06-2008	5.280.074	2,00 €	10.560.148,00 €	Aum. Capital - Rateio
Compra	30-06-2008	29.000	1,79 €	51.950,00 €	
Compra	01-07-2008	57.000	1,69 €	96.400,00 €	
Compra	02-07-2008	58.500	1,69 €	98.825,00 €	
Compra	03-07-2008	133.602	1,66 €	222.165,13 €	
Compra	04-07-2008	42.610	1,67 €	71.362,20 €	
Compra	07-07-2008	21.672	1,73 €	37.492,56 €	
Compra	08-07-2008	15.034	1,69 €	25.407,80 €	
Compra	09-07-2008	62.184	1,74 €	108.045,90 €	
Compra	10-07-2008	26.202	1,71 €	44.711,38 €	
Compra	11-07-2008	276.757	1,70 €	469.179,33 €	
Compra	14-07-2008	106.000	1,67 €	177.470,00 €	
Compra	15-07-2008	140.200	1,63 €	228.800,00 €	
Compra	16-07-2008	31.606	1,66 €	52.615,96 €	
Compra	17-07-2008	47.547	1,75 €	83.070,63 €	
Compra	18-07-2008	30.015	1,99 €	59.729,85 €	
Compra	24-07-2008	100.000	1,99 €	198.500,00 €	
Compra	25-07-2008	44.471	1,96 €	87.263,16 €	
Compra	28-07-2008	85.000	1,91 €	162.700,00 €	
Compra	29-07-2008	45.000	1,84 €	82.800,00 €	
Compra	31-07-2008	44.809	1,78 €	79.760,02 €	
Compra	01-08-2008	20.000	1,77 €	35.400,00 €	
Compra	07-08-2008	33.529	1,86 €	62.213,94 €	
Compra	12-08-2008	20.000	1,85 €	37.000,00 €	
Compra	13-08-2008	25.095	1,84 €	46.123,85 €	
Compra	14-08-2008	44.652	1,82 €	81.320,12 €	
Compra	18-08-2008	7.335	1,83 €	13.399,70 €	
Compra	19-08-2008	20.000	1,79 €	35.750,00 €	
Compra	20-08-2008	121.333	1,75 €	212.369,42 €	
Compra	21-08-2008	28.667	1,74 €	49.880,58 €	
Compra	27-08-2008	5.000	1,75 €	8.750,00 €	
Compra	28-08-2008	49.248	1,74 €	85.741,52 €	
Compra	02-09-2008	10.000	1,81 €	18.100,00 €	
Compra	03-09-2008	1.724	1,79 €	3.085,96 €	
Compra	04-09-2008	10.072	1,79 €	17.992,96 €	
Compra	05-09-2008	48.204	1,77 €	85.321,08 €	
Compra	16-09-2008	5.752	1,74 €	10.008,48 €	
Compra	18-09-2008	70.357	1,73 €	121.381,71 €	
Compra	23-09-2008	126.220	1,71 €	216.271,07 €	
Compra	24-09-2008	77.915	1,71 €	133.064,31 €	
Compra	25-09-2008	58.000	1,71 €	98.962,46 €	



	Compra	26-09-2008	30.000	1,69 €	50.700,00 €	
	Compra	29-09-2008	58.849	1,66 €	97.400,64 €	
	Compra	30-09-2008	101.470	1,66 €	168.340,50 €	
	Compra	01-10-2008	20.000	1,68 €	33.600,00 €	
	Compra	02-10-2008	59.567	1,69 €	100.672,56 €	
	Compra	03-10-2008	60.698	1,68 €	101.765,66 €	
	Compra	06-10-2008	442.300	1,51 €	667.118,00 €	
	Compra	07-10-2008	224.900	1,44 €	323.594,30 €	
	Compra	08-10-2008	75.235	1,31 €	98.275,94 €	
	Compra	09-10-2008	100.000	1,35 €	134.697,44 €	
	Compra	10-10-2008	210.569	1,14 €	240.815,52 €	
	Compra	13-10-2008	21.000	1,28 €	26.844,80 €	
	Compra	16-10-2008	50.000	1,16 €	58.000,00 €	
	Compra	17-10-2008	5.000	1,13 €	5.650,00 €	
	Compra	24-10-2008	40.000	1,12 €	44.650,00 €	
	Compra	27-10-2008	32.397	1,12 €	36.284,64 €	
	Compra	03-12-2008	3.229	1,12 €	3.616,48 €	
	Compra	04-12-2008	10.000	1,12 €	11.200,00 €	
Renticapital - Inv. Financeiros, S.A.	Compra	25-06-2008	4.992.068	2,00 €	9.984.136,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Aquisição	25-06-2008	4.992.068	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
	Compra	27-06-2008	1.075.617	2,00 €	2.151.234,00 €	Aum. Capital - Rateio
Vestiban – Gestão e Investimentos, SA	Compra	25-06-2008	1.728.665	2,00 €	3.457.330,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Aquisição	25-06-2008	1.728.665	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda	Compra	25-06-2008	31.875	2,00 €	63.750,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Aquisição	25-06-2008	31.875	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

- **Pessoalmente**, era titular de 1.105.000 acções da Banif - SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2008 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos	Compra	02-01-2008	2.375	4,04 €	2.379,04 €	
	Compra	02-01-2008	2.500	4,05 €	10.125,00 €	
	Compra	02-01-2008	3.400	4,06 €	13.884,00 €	
	Compra	02-01-2008	3.619	4,07 €	14.729,33 €	
	Compra	02-01-2008	8.886	4,08 €	36.254,88 €	
	Compra	16-01-2008	39.000	3,10 €	120.900,00 €	
	Compra	16-01-2008	11.000	3,12 €	34.320,00 €	
	Compra	25-06-2008	150 000	2,00 €	300.000,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Aquisição	25-06-2008	150 000	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
	Compra	12-08-2008	20.000	1,85 €	37.000,00 €	



Compra	13-08-2008	15.000	1,84 €	27.600,00 €
Compra	14-08-2008	20.000	1,85 €	36.400,00 €

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

- **Pessoalmente**, era titular de 120 acções da Banif - SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2008 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Dr. Carlos David Duarte de Almeida	Aquisição	25-06-2008	10.200	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
	Venda	21-07-2008	10.000	2,06 €	20.600,00 €	
	Venda	22-07-2008	8.798	2,00 €	17.596,00 €	
	Venda	22-07-2008	1.202	1,99 €	2.391,98 €	
	Venda	30-07-2008	5.000	1,82 €	9.100,00 €	
	Venda	06-08-2008	5.000	1,84 €	9.200,00 €	
	Venda	08-08-2008	10.000	1,86 €	18.600,00 €	
	Venda	18-08-2008	5.000	1,83 €	9.150,00 €	
	Venda	01-09-2008	5.000	1,79 €	8.950,00 €	
	Venda	26-09-2008	10.000	1,70 €	17.000,00 €	

Dr. António Manuel Rocha Moreira

- **Pessoalmente**, era titular de 117.083 acções da Banif - SGPS, SA.

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2008 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Dr. António Manuel Rocha Moreira	Compra	03-01-2008	2.634	4,05 €	10.667,70 €	
	Compra	03-01-2008	2.366	4,06 €	9.605,96 €	
	Compra	04-01-2008	2.197	4,00 €	8.788,00 €	
	Compra	04-01-2008	5.000	4,02 €	20.100,00 €	
	Compra	07-01-2008	2.803	4,01 €	11.240,03 €	
	Compra	09-01-2008	48	3,86 €	185,28 €	
	Compra	09-01-2008	4.952	3,87 €	19.164,24 €	
	Compra	11-01-2008	2.000	3,60 €	7.200,00 €	
	Compra	11-01-2008	3.000	3,61 €	10.830,00 €	
	Compra	17-01-2008	5.000	3,24 €	16.200,00 €	
	Compra	25-06-2008	18.037	2,00 €	36.074,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Aquisição	25-06-2008	14.841	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
	Compra	14-10-2008	5.000	1,37 €	6.850,00 €	
	Compra	23-10-2008	5.000	1,16 €	5.800,00 €	

Em 15 de Julho de 2008, subscreveu 37 Obrigações Banif SGPS 2008/2011, pelo valor unitário de € 1.000,00.



Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

- **Pessoalmente** não era titular de quaisquer acções da Banif - SGPS, SA.

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2008 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes	Compra	24-01-2008	30.000	2,90 €	87.000,00 €	
	Venda	25-01-2008	2.630	3,09 €	8.126,70 €	
	Venda	25-01-2008	5.782	3,10 €	17.924,20 €	
	Venda	25-01-2008	6.748	3,11 €	20.986,28 €	
	Venda	25-01-2008	9.185	3,14 €	28.840,90 €	
	Venda	25-01-2008	5.655	3,18 €	17.982,90 €	

Era titular de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA, de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, de 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, de 1 acção da Econofinance, SA (todas acções preferenciais sem direito a voto), bem como de 1 acção da Banif Nitor Asset Management SA e de 1 acção da Banif Private Equity, SA (ambas acções ordinárias com direito a voto).

Dr. José Marques de Almeida

- **Pessoalmente** era titular de 814.800 acções da Banif - SGPS, SA.

- A **Rentipar Financeira, SGPS, SA**, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 180.543.414 acções da Banif - SGPS, SA.;

- A **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 12.100.655 acções da Banif - SGPS, SA.

Detinha ainda 40 acções Banif Finance FLI PERP

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2008 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
José Marques de Almeida	Compra	22-01-2008	1.442	2,79 €	4.023,18 €	
	Compra	22-01-2008	505	2,80 €	1.414,00 €	
	Compra	22-01-2008	2.688	2,80 €	7.526,40 €	
	Compra	22-01-2008	5.578	2,80 €	15.618,40 €	
	Compra	22-01-2008	2.942	2,80 €	8.237,60 €	
	Compra	25-06-2008	116.400	2,00 €	232.800,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Aquisição	25-06-2008	116.400	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
Rentipar Financeira SGPS,S.A.	Compra	25-01-2008	27.000	3,00 €	80.920,09 €	
	Compra	29-01-2008	57.000	3,21 €	182.970,00 €	
	Compra	30-01-2008	95.000	3,21 €	304.800,00 €	
	Compra	31-01-2008	42.000	3,16 €	132.660,00 €	
	Compra	01-02-2008	120.000	3,28 €	394.058,98 €	
	Compra	04-02-2008	148.000	3,35 €	496.300,00 €	



Compra	06-02-2008	96.360	3,21 €	309.098,50 €	
Compra	07-02-2008	74.000	3,22 €	238.084,32 €	
Compra	20-02-2008	30.000	3,03 €	90.950,00 €	
Compra	21-02-2008	10.000	3,08 €	30.800,00 €	
Compra	11-03-2008	25.000	2,87 €	71.750,00 €	
Compra	12-03-2008	15.543	2,89 €	44.958,41 €	
Compra	13-03-2008	10.670	2,82 €	30.089,40 €	
Compra	19-03-2008	21.629	2,72 €	58.902,05 €	
Compra	20-03-2008	15.000	2,71 €	40.650,00 €	
Compra	25-03-2008	5.000	2,76 €	13.800,00 €	
Compra	26-03-2008	5.000	2,74 €	13.700,00 €	
Compra	28-03-2008	30.000	2,82 €	84.600,00 €	
Compra	14-04-2008	144.288	3,18 €	459.026,74 €	
Compra	12-05-2008	64.000	3,00 €	192.000,00 €	
Compra	25-06-2008	24.505.402	2,00 €	49.010.804,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
Aquisição	25-06-2008	24.505.402	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
Compra	27-06-2008	5.280.074	2,00 €	10.560.148,00 €	Aum. Capital - Rateio
Compra	30-06-2008	29.000	1,79 €	51.950,00 €	
Compra	01-07-2008	57.000	1,69 €	96.400,00 €	
Compra	02-07-2008	58.500	1,69 €	98.825,00 €	
Compra	03-07-2008	133.602	1,66 €	222.165,13 €	
Compra	04-07-2008	42.610	1,67 €	71.362,20 €	
Compra	07-07-2008	21.672	1,73 €	37.492,56 €	
Compra	08-07-2008	15.034	1,69 €	25.407,80 €	
Compra	09-07-2008	62.184	1,74 €	108.045,90 €	
Compra	10-07-2008	26.202	1,71 €	44.711,38 €	
Compra	11-07-2008	276.757	1,70 €	469.179,33 €	
Compra	14-07-2008	106.000	1,67 €	177.470,00 €	
Compra	15-07-2008	140.200	1,63 €	228.800,00 €	
Compra	16-07-2008	31.606	1,66 €	52.615,96 €	
Compra	17-07-2008	47.547	1,75 €	83.070,63 €	
Compra	18-07-2008	30.015	1,99 €	59.729,85 €	
Compra	24-07-2008	100.000	1,99 €	198.500,00 €	
Compra	25-07-2008	44.471	1,96 €	87.263,16 €	
Compra	28-07-2008	85.000	1,91 €	162.700,00 €	
Compra	29-07-2008	45.000	1,84 €	82.800,00 €	
Compra	31-07-2008	44.809	1,78 €	79.760,02 €	
Compra	01-08-2008	20.000	1,77 €	35.400,00 €	
Compra	07-08-2008	33.529	1,86 €	62.213,94 €	
Compra	12-08-2008	20.000	1,85 €	37.000,00 €	
Compra	13-08-2008	25.095	1,84 €	46.123,85 €	
Compra	14-08-2008	44.652	1,82 €	81.320,12 €	
Compra	18-08-2008	7.335	1,83 €	13.399,70 €	
Compra	19-08-2008	20.000	1,79 €	35.750,00 €	
Compra	20-08-2008	121.333	1,75 €	212.369,42 €	
Compra	21-08-2008	28.667	1,74 €	49.880,58 €	
Compra	27-08-2008	5.000	1,75 €	8.750,00 €	
Compra	28-08-2008	49.248	1,74 €	85.741,52 €	
Compra	02-09-2008	10.000	1,81 €	18.100,00 €	
Compra	03-09-2008	1.724	1,79 €	3.085,96 €	
Compra	04-09-2008	10.072	1,79 €	17.992,96 €	



	Compra	05-09-2008	48.204	1,77 €	85.321,08 €	
	Compra	16-09-2008	5.752	1,74 €	10.008,48 €	
	Compra	18-09-2008	70.357	1,73 €	121.381,71 €	
	Compra	23-09-2008	126.220	1,71 €	216.271,07 €	
	Compra	24-09-2008	77.915	1,71 €	133.064,31 €	
	Compra	25-09-2008	58.000	1,71 €	98.962,46 €	
	Compra	26-09-2008	30.000	1,69 €	50.700,00 €	
	Compra	29-09-2008	58.849	1,66 €	97.400,64 €	
	Compra	30-09-2008	101.470	1,66 €	168.340,50 €	
	Compra	01-10-2008	20.000	1,68 €	33.600,00 €	
	Compra	02-10-2008	59.567	1,69 €	100.672,56 €	
	Compra	03-10-2008	60.698	1,68 €	101.765,66 €	
	Compra	06-10-2008	442.300	1,51 €	667.118,00 €	
	Compra	07-10-2008	224.900	1,44 €	323.594,30 €	
	Compra	08-10-2008	75.235	1,31 €	98.275,94 €	
	Compra	09-10-2008	100.000	1,35 €	134.697,44 €	
	Compra	10-10-2008	210.569	1,14 €	240.815,52 €	
	Compra	13-10-2008	21.000	1,28 €	26.844,80 €	
	Compra	16-10-2008	50.000	1,16 €	58.000,00 €	
	Compra	17-10-2008	5.000	1,13 €	5.650,00 €	
	Compra	24-10-2008	40.000	1,12 €	44.650,00 €	
	Compra	27-10-2008	32.397	1,12 €	36.284,64 €	
	Compra	03-12-2008	3.229	1,12 €	3.616,48 €	
	Compra	04-12-2008	10.000	1,12 €	11.200,00 €	
Vestiban – Gestão e Investimentos, SA	Compra	25-06-2008	1.728.665	2,00 €	3.457.330,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Aquisição	25-06-2008	1.728.665	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

- **Pessoalmente** era titular de 186.000 acções da Banif - SGPS, SA.

- A sociedade **Quinta do Sourinho – Agricultura e Turismo, Lda**, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 183.001 acções da Banif - SGPS, SA.

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2008 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida	Compra	22-02-2008	30.000	3,18 €	9.540,00 €	
	Compra	02-06-2008	10.000	2,63 €	26.300,00 €	
	Compra	25-06-2008	8.000	2,00 €	16.000,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Aquisição	25-06-2008	8.000	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
	Compra	22-07-2008	50.000	1,97 €	98.500,00 €	
	Compra	29-07-2008	10.000	1,90 €	19.000,00 €	
	Compra	31-07-2008	5.000	1,80 €	9.000,00 €	



	Compra	06-08-2008	10.000	1,84 €	18.400,00 €	
	Compra	24-09-2008	30.000	1,70 €	51.000,00 €	
	Compra	06-10-2008	10.000	1,60 €	16.000,00 €	
	Compra	08-10-2008	10.000	1,33 €	13.300,00 €	
Quinta do Sourinho – Agricultura e Turismo Lda	Venda	07-02-2008	12.293	3,21 €	39.460,53 €	
	Venda	07-02-2008	17.707	3,20 €	56.662,40 €	
	Compra	25-06-2008	26.143	2,00 €	52.286,00 €	Aum. Capital - Dirt. Preferência
	Aquisição	25-06-2008	26.143	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas

Dr. José Lino Tranquada Gomes

- **Pessoalmente** era titular de 9.000 acções da Banif - SGPS, SA.

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2008 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)						
Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Dr. José Lino Tranquada Gomes	Compra	17-03-2008	4.000	2,81 €	11.240,00 €	
	Compra	17-03-2008	5.000	2,82 €	14.100,00 €	
	Aquisição	25-06-2008	1.800	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas
	Venda	18-07-2008	1.800	1,82 €	3.276,00 €	

Detinha ainda as seguintes obrigações/Unidades de Participação: Banif Eurostoxx 2010, € 25.000; Euro Inv Flt Maio 09, € 100.000; Rentipar 2008/2012, € 30.000; Banif Property FEIIF (210 UP's).

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Miguel José Luís de Sousa

- **Pessoalmente** era titular de 618 acções da Banif - SGPS, SA.

Transacções de acções da Banif – SGPS, S.A. em 2008 (art.º 447.º, n.º 5 CSC)						
Entidade Envolvida	Tipo Operação	Data	Nº acções	Preço	Montante	Observações
Dr. Miguel José Luís de Sousa	Aquisição	25-06-2008	103	0,00 €	0,00 €	Aum. Capital - Inc. de Reservas

Encontram-se referidos no capítulo deste relatório respeitante ao Governo da Sociedade, os **cargos desempenhados noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração** (Pontos II. 10 e II. 11 do Relatório de Governo da Sociedade) e **do Conselho Fiscal** (pontos II. 13 e II.14 do relatório de Governo da Sociedade).

A seguir se informa sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif - Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o exercício em apreço, por sociedades do mesmo Grupo.



(Valores em Euros, excepto quando indicada outra moeda)

Banif - SGPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/08	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif - Investimentos, SGPS, SA					1.998.000	9.968.963,20
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					47.488.000	239.324.646,71
Acções Companhia de Seguros Açoreana, SA					3.849.569	35.335.345,00
Acções Banif - Imobiliária, SA					150.000	985.375,25
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Compra	27/11/08	35.000	730.055,00		
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Aumento Capital Social	27/11/08		925.038,00		
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Subscrição	19/12/08	6.182	565.140,90	465.182	5.129.647,00
Banif Bank Malta PLC	Capital Subscrito	24/01/08	1.800.000	1.800.000	17.999.999	10.800.000,00
Banif Holding (Malta) PLC					1.998	1.998,00
Acções Finibanco Holding SGPS	Compra	04/06/08	1.008.921	4.040.920,25	11.119.874	26.131.703,90
Banca Pueyo, SA					49.980	49.363.497,59
Acções Bankpime					25.169.037	35.397.652,20
Acções Imobiliária Vegas Altas					669	2.499.632,58
Acções Zon TV Cabo Madeirense	Compra	14/11/08	7.739	859.880,00	97.147	14.086.315,00
Acções Zon TV Cabo Açoreana, SA	Compra	Dez./08	66.000	5.946.600,00	66.000	5.946.600,00

Banif Comercial, SGPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/08	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Go					20.000.000	19.651.707,22
Acções BCA - Banco Comercial dos Açores					10.378.473	70.887.516,58
Acções Banif – Banco Internacional do Funchal					68.000.000	290.451.057,67
Acções Banif (Açores) SGPS, SA					4.016.983	20.735.497,00
Acções Banif Rent					60.000	500.000,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social	31/07/08	62.890.620		166.644.921	29.460.945,23
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social	31/07/08	11.247.761		29.803.599	5.277.543,61
Acções Banif International Bank, Ltd					25.000	25.000.000,00



Acção Banif Bank Malta PLC					1	1,00

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/08	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Papel Comercial Banif Go 38 Emissão					15.900.000	15.786.035,59
Acções Banif Finance, Ltd					1.000	718,55
Acções Banif (Brasil), Ltda.					30.000	9.248,98
Obrigações Banif Leasing					6.000.000	6.207.240
Obrigações Inv. TX VR 2016					15.000.000	15.003.260
Obrigações Rentipar 2008/2012					8.000.000	8.000.000

Banco Banif e Comercial dos Açores, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/08	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Investaçor, SA					1.183.900	
Acções Banif Açor Pensões, SA					40.000	
Acções Companhia de Seguros Açoreana, SA					1610.897	
Acções Comercial Açores Inc. - São José Califórnia					100	
Acções Comercial Açores Inc. - Fall River					100.000	

Banif (Açores), SGPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/08	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Habiprede					5.000	1.250.000,00
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					950.000	901.075,00
Fundo de Investimento Banif Property					1.226.000	1.226.000,00
Obrigações EUR INV BAF BR DEZ09					75.000	73.725,00
Obrigações Banif 08/18 Caixa Sub.					471.000	466.290,00
Obrigações TRADE INV FLT2007/10					6.364.000	6.300.360,00

CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/08	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif BI 07/49 TV 28/05/2049 CALL 2017					200.000,00	200.000,00



Obrigações BCA 06/16 TV 23/10//2016 CALL 2011					1.800.000,00	1.800.000,00
Obrigações Rentipar SGPS 08/12 TF/TV 6,25% 30/12/2012	Compra	29/12/08	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00
Participações Financeiras Banif Açor Pensões SGFP					108.000,00	984.909,71
Acções Preferenciais BANIF BI 07/49 TV 28/05/2049 CALL 2017					25.000.000,00	25.000.000,00
BANIF ACÇÕES PORTUGAL	Compra	23/09/08	124.827,00	649.999,15		
BANIF ACÇÕES PORTUGAL	Compra	17/10/08	99.487,00	399.997,43	224.314,00	1.049.996,58
BANIF EURO ACÇÕES	Compra	23/09/08	146.517,00	349.999,81		
BANIF EURO ACÇÕES	Compra	17/10/08	147.249,00	249.999,35	388.797,00	746.570,56
BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA	Venda	19/11/08	800,00	5.021,92		
BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA	Venda	19/11/08	15.926,00	99.973,86	47.338,00	286.958,22
BANIF IMOGESE					257.879,00	8.961.527,34
BANIF IMOPREDIAL	Compra	15/10/08	710.116,00	4.999.997,77		
BANIF IMOPREDIAL	Venda	22/12/08	704.612,00	4.999.997,21	5.504,00	38.754,21

**Banif Investimentos,
SGPS, SA**

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/08	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Quota Espaço Dez					1	1.358,39
Acções Banif – Banco de Investimento, SA					8.000.000	41.878.624,84
Acções Banif Comercial, SGPS					8.512.000	50.220.800,00
Acções Banif(Cayman), Ltd					26.000.000	18.854.925,63
Banif Brasil, Ltda					120.000	36.995,93
Acções Banif Securities Holding					2.108	1.416.972,05
Acções Banif International Bank, Ltd					24.975.000	24.975.000,00
Acções Banif - Bano de Investimento (Brasil), SA					129.272.629	8.637.524,32

**Banif Açor
Pensões, SA**

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2008
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Banif Finance Cayman Acções Pref. 2006					250.000,00



Banif International Asset Management

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2008
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Multifund, Ltd					100 USD

Number One, SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2008
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif International Asset Management, Ltd					50.000 USD

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/08	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções FINAB					21.000	
Acções Banif International Holdings					10.315.077	
Acções Banif Holding (Malta)					2	
Obrigações BANIF FIN FLT Ago.09	Compra	03/06/08	279.530,42	280.508,78	21.739.000,00	
	Compra	29/09/08	524.000,00	517.450,00		
	Venda	06/10/08	500.000,00	495.000,00		
Obrigações BANIF FIN FLT Dez.14	Compra	31/01/08	2.000.000,00	1.963.400,00	21.739.000,00	
	Venda	29/02/08	48.000,00	47.121,60		
	Venda	11/03/08	55.000,00	53.993,50		
	Venda	12/03/08	35.000,00	34.359,50		
	Venda	19/03/08	50.000,00	40.085,00		
	Venda	26/03/08	93.000,00	91.298,10		
	Venda	02/04/08	79.000,00	77.554,30		
	Venda	04/04/08	293.000,00	287.638,10		
	Venda	21/04/08	245.000,00	240.590,00		
	Venda	28/04/08	565.000,00	554.660,50		
	Venda	30/04/08	50.000,00	49.085,00		
	Venda	07/05/08	378.000,00	371.082,60		
	Compra	13/05/08	735.000,00	721.623,00		
	Compra	27/05/08	25.000,00	24.562,50		
	Venda	17/06/08	100.000,00	98.180,00		
	Venda	06/08/08	130.000,00	127.634,00		
	Venda	08/08/08	190.000,00	186.542,00		
	Venda	12/09/08	25.000,00	24.607,50		
	Venda	29/09/08	10.000,00	9.817,00		
	Venda	28/11/08	34.000,00	33.660,00		



	Compra	26/12/08	55.000,00	54.230,00	435.000,00	
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ49 XS0208508845	Venda	08/01/08	518.000,00	518.000,00		
	Compra	29/01/08	390.000,00	378.300,00		
	Compra	29/01/08	100.000,00	97.000,00		
	Venda	29/01/08	729.000,00	723.313,00		
	Compra	14/02/08	34.000,00	33.286,00		
	Compra	25/02/08	100.00,00	91.600,00		
	Compra	27/02/08	20.000,00	18.320,00		
	Venda	29/02/08	154.000,00	143.220,00		
	Compra	27/05/08	20.000,00	18.300,00		
	Compra	25/06/08	1.000.000,00	1.000.000,00		
	Venda	26/06/08	30.000,00	30.000,00		
	Venda	27/06/08	300.000,00	300.000,00		
	Venda	30/06/08	626.000,00	626.000,00		
	Venda	02/07/08	35.000,00	35.000,00		
	Compra	19/08/08	75.000,00	66.187,50		
	Compra	29/09/08	135.000,00	121.500,00	239.000,00	
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015 XS0239804445	Compra	27/05/08	25.000,00	24.150,00		
	Venda	12/09/09	25.000,00	24.187,50		
	Venda	26/09/08	60.000,00	58.320,00	590.000,00	
Obrigações BANIF FIN FLT NOV10 XS0273479914	Compra	18/01/08	5.000.000,00	4.862.500,00		
	Venda	22/02/08	32.000,00	31.136,00		
	Compra	06/03/08	4.300.000,00	4.115.960,00		
	Venda	05/03/08	24.000,00	22.972,80		
	Compra	04/04/08	200.000,00	191.440,00		
	Compra	18/06/08	474.000,00	467.269,20		
	Compra	02/07/08	3.000.000,00	2.905.500,00	28.018.000,00	

Banif International Bank, Ltd (Bahamas)

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/08	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BANIF SFE 2006/2009					5.826	

Banif Holding (Malta) PLC

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/08	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Investimento, SGPS, PREF.S/VOTO					2.000	

Banif - Banco de
Investimento, SA



VALORES IMOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor nominal em 31/12/08
	Tipo de Transacção	Data	Quantidade	Valor	
ACÇÕES BANIF GESTÃO DE ACTIVOS, SA					EUR 400.000
ACÇÕES BANIF AÇOR PENSÕES, SA					EUR 189.000
ACÇÕES BANIF CAPITAL, SA	Compra	06-02-2008	7.500	EUR 46.888	EUR 120.000
ACÇÕES CENTRO VENTURE					EUR 382.500
ACÇÕES GAMMA STC, SA					EUR 250.000
ACÇÕES NUMBER ONE SGPS, LDA					EUR 2
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-01-2008	100	EUR 409	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-01-2008	100	EUR 375	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-01-2008	100	EUR 380	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-01-2008	100	EUR 385	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-01-2008	200	EUR 780	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	1.500	EUR 5.235	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	7.100	EUR 24.850	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	1.000	EUR 3.530	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	2.100	EUR 7.455	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	1.500	EUR 5.340	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	4.500	EUR 16.110	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	1.100	EUR 3.960	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	1.000	EUR 3.680	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	100	EUR 370	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	1.000	EUR 3.730	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-01-2008	100	EUR 374	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-01-2008	100	EUR 345	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-01-2008	11.000	EUR 38.500	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-01-2008	971	EUR 3.408	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-01-2008	6.000	EUR 21.240	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-01-2008	6.000	EUR 21.300	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-01-2008	7.500	EUR 26.700	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-01-2008	2.000	EUR 7.140	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-01-2008	6.500	EUR 23.335	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	20.000	EUR 67.800	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	8.000	EUR 27.200	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	6.474	EUR 22.141	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	1.000	EUR 3.430	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	2.000	EUR 6.880	



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	20.026	EUR 69.090
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	1.100	EUR 3.817
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	3.000	EUR 10.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	1.000	EUR 3.520
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	500	EUR 1.770
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	1.300	EUR 4.641
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-01-2008	100	EUR 359
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	15-01-2008	100	EUR 360
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.090
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.100
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	2.000	EUR 6.300
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	4.000	EUR 12.640
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.170
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	3.914	EUR 12.407
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.180
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	86	EUR 273
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.190
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	2.000	EUR 6.440
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	2.000	EUR 6.460
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	2.000	EUR 6.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	1.500	EUR 4.890
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.270
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-01-2008	500	EUR 1.650
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-01-2008	100	EUR 312
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-01-2008	500	EUR 1.570
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-01-2008	3.000	EUR 9.450
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-01-2008	500	EUR 1.595
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-01-2008	500	EUR 1.600
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-01-2008	100	EUR 322
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	18-01-2008	500	EUR 1.475
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	18-01-2008	1.000	EUR 2.970
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	18-01-2008	1.000	EUR 2.990
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	18-01-2008	2.000	EUR 6.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	18-01-2008	1.000	EUR 3.050
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-01-2008	453	EUR 1.223
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-01-2008	1.000	EUR 2.710
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-01-2008	1.000	EUR 2.750
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-01-2008	1.000	EUR 2.780
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	23-01-2008	1.000	EUR 2.750
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	23-01-2008	1.500	EUR 4.275
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	23-01-2008	38.175	EUR 106.890
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	23-01-2008	1.500	EUR 4.365
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-01-2008	1.000	EUR 2.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	25-01-2008	500	EUR 1.490
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	25-01-2008	3.000	EUR 9.210
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	25-01-2008	1.795	EUR 5.511
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	5.000	EUR 14.900
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	500	EUR 1.490



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	5.000	EUR 15.250
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	5.000	EUR 15.450
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	1.795	EUR 5.547
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	667	EUR 2.094
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	1.590	EUR 5.009
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	5.000	EUR 15.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	5.582	EUR 17.695
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	6.000	EUR 19.080
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-01-2008	2.000	EUR 6.380
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	28-01-2008	100	EUR 308
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-01-2008	14.400	EUR 43.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-01-2008	1.000	EUR 3.010
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-01-2008	1.000	EUR 3.030
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-01-2008	100	EUR 308
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-01-2008	2.603	EUR 8.069
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-01-2008	1.000	EUR 3.150
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-01-2008	1.000	EUR 3.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-01-2008	8.421	EUR 26.947
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-01-2008	579	EUR 1.859
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-01-2008	2.000	EUR 6.460
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-01-2008	3.000	EUR 9.720
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	30-01-2008	325	EUR 1.069
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	31-01-2008	190	EUR 589
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	31-01-2008	2.975	EUR 9.342
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	31-01-2008	200	EUR 628
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	31-01-2008	1.000	EUR 3.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	31-01-2008	6.000	EUR 19.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-02-2008	1.000	EUR 3.360
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-02-2008	5.000	EUR 16.850
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	05-02-2008	1.000	EUR 3.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	05-02-2008	1.000	EUR 3.230
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	05-02-2008	2.000	EUR 6.480
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	05-02-2008	1.000	EUR 3.250
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	05-02-2008	2.000	EUR 6.720
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	05-02-2008	3.000	EUR 10.110
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	05-02-2008	3.500	EUR 11.900
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	06-02-2008	2.300	EUR 7.314
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-02-2008	3.000	EUR 9.570
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-02-2008	8.616	EUR 27.571
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-02-2008	1.384	EUR 4.443
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-02-2008	1.000	EUR 3.250
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-02-2008	1.000	EUR 3.260
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-02-2008	1.000	EUR 3.270
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-02-2008	1.000	EUR 3.280
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	08-02-2008	900	EUR 2.979
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-02-2008	100	EUR 318
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	11-02-2008	32.169	EUR 104.871
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	12-02-2008	600	EUR 1.974



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	13-02-2008	1.000	EUR 3.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	13-02-2008	1.000	EUR 3.210
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-02-2008	5.000	EUR 15.300
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-02-2008	10.000	EUR 30.700
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-02-2008	5.000	EUR 15.400
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-02-2008	10.000	EUR 31.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-02-2008	8.000	EUR 24.880
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-02-2008	3.860	EUR 12.043
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	18-02-2008	100	EUR 315
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	18-02-2008	8.984	EUR 28.749
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	18-02-2008	1.000	EUR 3.250
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	19-02-2008	1.000	EUR 3.090
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	19-02-2008	1.000	EUR 3.100
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	19-02-2008	100	EUR 315
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	20-02-2008	10.000	EUR 30.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	21-02-2008	15.000	EUR 46.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	21-02-2008	31.419	EUR 98.341
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	21-02-2008	10.000	EUR 30.900
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	21-02-2008	31.419	EUR 97.399
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	21-02-2008	5.000	EUR 15.550
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	21-02-2008	10.000	EUR 31.300
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	22-02-2008	8.000	EUR 24.960
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	27-02-2008	5.000	EUR 15.900
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	27-02-2008	5.000	EUR 16.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-02-2008	62.000	EUR 186.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-02-2008	3.000	EUR 9.030
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-02-2008	10.000	EUR 31.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	03-03-2008	20.000	EUR 58.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	03-03-2008	10.000	EUR 29.100
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	03-03-2008	5.000	EUR 14.650
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	03-03-2008	15.000	EUR 44.250
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	04-03-2008	2.500	EUR 7.250
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	04-03-2008	10.000	EUR 29.100
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	05-03-2008	100	EUR 290
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	06-03-2008	5.000	EUR 14.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	06-03-2008	1.000	EUR 2.910
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	06-03-2008	1.000	EUR 2.970
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	06-03-2008	1.000	EUR 2.980
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-03-2008	100	EUR 285
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	13-03-2008	100	EUR 285
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-03-2008	500	EUR 1.415
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-03-2008	100	EUR 270
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-03-2008	100	EUR 275
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-03-2008	100	EUR 280
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	19-03-2008	100	EUR 275
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	20-03-2008	5.000	EUR 13.600
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	20-03-2008	5.000	EUR 13.550
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	25-03-2008	100	EUR 279



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-03-2008	1.000	EUR 2.780
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-03-2008	5.024	EUR 14.067
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-03-2008	6.000	EUR 16.860
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-03-2008	1.000	EUR 2.830
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-03-2008	5.000	EUR 14.250
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	26-03-2008	500	EUR 1.375
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	26-03-2008	7.000	EUR 19.460
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	26-03-2008	6.000	EUR 16.740
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	26-03-2008	4.000	EUR 11.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	27-03-2008	6.000	EUR 16.920
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	27-03-2008	2.600	EUR 7.358
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-03-2008	45.000	EUR 126.450
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-03-2008	47.625	EUR 134.303
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-03-2008	1.000	EUR 2.830
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-03-2008	1.000	EUR 2.850
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	31-03-2008	28.000	EUR 78.960
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	31-03-2008	9.000	EUR 25.470
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	31-03-2008	500	EUR 1.415
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	31-03-2008	20.489	EUR 58.189
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	31-03-2008	5.032	EUR 14.341
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	01-04-2008	1.000	EUR 2.880
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	01-04-2008	1.000	EUR 2.890
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	01-04-2008	1.000	EUR 2.900
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	01-04-2008	1.000	EUR 2.940
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-04-2008	2.000	EUR 6.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-04-2008	1.000	EUR 3.010
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-04-2008	1.000	EUR 3.030
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-04-2008	1.000	EUR 3.050
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-04-2008	1.000	EUR 3.060
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-04-2008	3.000	EUR 9.240
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-04-2008	1.000	EUR 3.100
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	03-04-2008	10.000	EUR 31.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	03-04-2008	1.000	EUR 3.120
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	03-04-2008	1.500	EUR 4.695
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	03-04-2008	1.000	EUR 3.150
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	04-04-2008	4.936	EUR 15.450
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	04-04-2008	5.000	EUR 15.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-04-2008	500	EUR 1.580
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-04-2008	2.500	EUR 7.925
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-04-2008	1.500	EUR 4.770
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-04-2008	1.000	EUR 3.190
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-04-2008	1.000	EUR 3.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-04-2008	500	EUR 1.615
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	08-04-2008	1.500	EUR 4.695
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	08-04-2008	1.500	EUR 4.785
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	14-04-2008	2.000	EUR 6.420
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-04-2008	4.000	EUR 12.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	15-04-2008	4.000	EUR 12.400



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-04-2008	4.000	EUR 12.440
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	16-04-2008	4.000	EUR 12.520
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	23-04-2008	4.000	EUR 12.080
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	23-04-2008	1.000	EUR 3.050
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	23-04-2008	2.000	EUR 6.120
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	21-05-2008	4.000	EUR 11.280
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	21-05-2008	46	EUR 132
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-05-2008	4.000	EUR 10.960
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	22-05-2008	1.023	EUR 2.834
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	23-05-2008	4.000	EUR 10.880
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	26-05-2008	4.000	EUR 10.960
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	03-06-2008	4.000	EUR 10.320
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	03-06-2008	4.000	EUR 10.440
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	04-06-2008	3.896	EUR 8.610
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	04-06-2008	4.839	EUR 10.743
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	04-06-2008	6.174	EUR 13.768
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-06-2008	8.000	EUR 17.600
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-06-2008	4.000	EUR 8.880
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-06-2008	1.000	EUR 2.230
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-06-2008	5.000	EUR 11.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-06-2008	3.161	EUR 7.365
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-06-2008	1.457	EUR 3.409
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-06-2008	1.264	EUR 2.970
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-06-2008	292	EUR 689
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	05-06-2008	4.000	EUR 8.880
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	06-06-2008	4.000	EUR 8.480
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	06-06-2008	4.000	EUR 8.600
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	12-06-2008	5.000	EUR 9.850
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	12-06-2008	5.000	EUR 9.900
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	12-06-2008	5.000	EUR 9.950
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	13-06-2008	5.000	EUR 9.700
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	13-06-2008	5.000	EUR 9.900
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-06-2008	5.500	EUR 11.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	16-06-2008	5.500	EUR 11.110
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-06-2008	10.000	EUR 20.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-06-2008	3.222	EUR 6.605
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-06-2008	3.222	EUR 6.573
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	19-06-2008	5.000	EUR 10.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	20-06-2008	3.408	EUR 6.748
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	20-06-2008	251	EUR 515
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	23-06-2008	5.945	EUR 11.712
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-06-2008	3.000	EUR 5.670
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-06-2008	5.500	EUR 10.505
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	24-06-2008	3.000	EUR 5.700
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	25-06-2008	5.500	EUR 10.285
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	25-06-2008	5.500	EUR 10.340
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-06-2008	5.500	EUR 10.450
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	26-06-2008	5.500	EUR 10.010



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	26-06-2008	1.009	EUR 1.887
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	27-06-2008	6.000	EUR 10.440
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	27-06-2008	6.000	EUR 10.620
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	27-06-2008	18.000	EUR 33.660
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	30-06-2008	6.000	EUR 10.560
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	01-07-2008	6.000	EUR 9.960
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	01-07-2008	6.000	EUR 10.020
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	01-07-2008	3.813	EUR 6.444
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	01-07-2008	2.187	EUR 3.740
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	01-07-2008	6.000	EUR 10.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	01-07-2008	6.000	EUR 10.380
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-07-2008	2.715	EUR 4.588
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-07-2008	3.285	EUR 5.617
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	03-07-2008	6.500	EUR 10.790
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-07-2008	6.500	EUR 11.050
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Aumento Capital	27-12-2008	1.853	EUR 3.706
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Aumento Capital	27-12-2008	645	EUR 1.290
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-07-2008	533	EUR 906
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-07-2008	33	EUR 57
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	11-07-2008	6.500	EUR 11.050
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-07-2008	6.500	EUR 10.595
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	15-07-2008	6.500	EUR 10.725
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-07-2008	100.000	EUR 165.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	16-07-2008	100.000	EUR 165.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-07-2008	32.069	EUR 57.083
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-07-2008	1.250	EUR 2.238
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-07-2008	33.857	EUR 60.943
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	26.800	EUR 45.292
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	5.000	EUR 8.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	19.090	EUR 32.644
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	6.500	EUR 11.180
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	5.000	EUR 8.700
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	6.500	EUR 11.375
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	5.000	EUR 8.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	2.000	EUR 3.560
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	6.000	EUR 10.740
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	1.250	EUR 2.238
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	34.000	EUR 61.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	1.000	EUR 1.810
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	2.000	EUR 3.640
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	17-07-2008	6.500	EUR 11.895
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	18-07-2008	645	EUR 1.174
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	18-07-2008	6.000	EUR 11.220
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	21-07-2008	32.000	EUR 65.920
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	21-07-2008	6.000	EUR 12.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	21-07-2008	14.000	EUR 28.980
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	21-07-2008	6.000	EUR 12.480
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-07-2008	5.000	EUR 9.650



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-07-2008	5.000	EUR 9.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-07-2008	5.000	EUR 9.900
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-07-2008	2.000	EUR 4.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-07-2008	3.900	EUR 8.034
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	22-07-2008	5.000	EUR 10.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	22-07-2008	15.000	EUR 30.450
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	22-07-2008	900	EUR 1.854
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-07-2008	5.100	EUR 10.149
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	24-07-2008	5.100	EUR 10.353
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	25-07-2008	5.500	EUR 10.835
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	25-07-2008	5.500	EUR 11.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	28-07-2008	5.500	EUR 10.505
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	29-07-2008	6.000	EUR 10.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	29-07-2008	5.500	EUR 10.120
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	29-07-2008	1.000	EUR 1.860
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	29-07-2008	1.000	EUR 1.880
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-07-2008	5.500	EUR 10.175
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-07-2008	1.000	EUR 1.880
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-07-2008	1.000	EUR 1.910
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	30-07-2008	6.000	EUR 10.920
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	30-07-2008	6.000	EUR 11.040
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	01-08-2008	5.600	EUR 10.248
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-08-2008	6.336	EUR 11.532
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	05-08-2008	6.000	EUR 11.280
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	06-08-2008	1.680	EUR 3.192
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-08-2008	6.000	EUR 11.040
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	08-08-2008	6.000	EUR 11.340
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-08-2008	2.116	EUR 3.936
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	14-08-2008	6.000	EUR 11.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	19-08-2008	864	EUR 1.529
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	19-08-2008	864	EUR 1.547
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-08-2008	6.000	EUR 10.680
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	22-08-2008	6.000	EUR 10.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	28-08-2008	6.000	EUR 10.440
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-08-2008	6.000	EUR 10.620
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	02-09-2008	5.150	EUR 9.425
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	02-09-2008	5.150	EUR 9.476
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	05-09-2008	6.000	EUR 10.560
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	05-09-2008	6.000	EUR 10.680
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	15-09-2008	6.000	EUR 10.860
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-09-2008	2.000	EUR 3.480
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-09-2008	6.000	EUR 10.560
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-09-2008	2.000	EUR 3.540
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	18-09-2008	6.089	EUR 10.473
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	18-09-2008	6.000	EUR 10.440
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	19-09-2008	933	EUR 1.661
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	19-09-2008	6.000	EUR 10.740
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	19-09-2008	5.067	EUR 9.121



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	19-09-2008	4.089	EUR 7.442
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-09-2008	2.896	EUR 5.097
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	22-09-2008	2.896	EUR 5.126
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	23-09-2008	6.000	EUR 10.320
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	23-09-2008	6.000	EUR 10.380
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-09-2008	6.000	EUR 10.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	24-09-2008	5.588	EUR 9.611
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	25-09-2008	6.000	EUR 10.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	25-09-2008	5.588	EUR 9.611
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	29-09-2008	6.000	EUR 9.960
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-09-2008	6.000	EUR 10.320
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	30-09-2008	1.000	EUR 1.540
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	30-09-2008	10.000	EUR 15.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	30-09-2008	1.005	EUR 1.618
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	30-09-2008	12.000	EUR 19.680
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	30-09-2008	6.000	EUR 9.960
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	01-10-2008	6.005	EUR 10.148
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	06-10-2008	27	EUR 39
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	06-10-2008	10.227	EUR 15.341
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	06-10-2008	4.667	EUR 7.327
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	06-10-2008	7.000	EUR 10.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	06-10-2008	1.000	EUR 1.530
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.200	EUR 1.596
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	9.067	EUR 12.694
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	5.800	EUR 8.178
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	7.500	EUR 10.650
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.079	EUR 1.554
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-10-2008	6.343	EUR 9.070
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-10-2008	1.567	EUR 2.256
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-10-2008	2.620	EUR 3.799
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	07-10-2008	8.036	EUR 11.813
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	7.500	EUR 9.900
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	10.000	EUR 11.700
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	13-10-2008	5.815	EUR 7.152
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	13-10-2008	4.000	EUR 5.120
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	13-10-2008	1.017	EUR 1.261
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	13-10-2008	6.188	EUR 7.859
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	13-10-2008	900	EUR 1.152
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	13-10-2008	2.795	EUR 3.606
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	13-10-2008	3.100	EUR 3.999
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-10-2008	8.000	EUR 10.240
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	14-10-2008	4.485	EUR 5.920
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	14-10-2008	3.015	EUR 4.040
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	14-10-2008	4.840	EUR 6.679
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	14-10-2008	2.660	EUR 3.697
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	15-10-2008	7.000	EUR 9.030
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	15-10-2008	1.000	EUR 1.320
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	3.100	EUR 3.565



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	5.584	EUR 6.477
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	500	EUR 590
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	16-10-2008	500	EUR 580
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	16-10-2008	5.562	EUR 6.563
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	16-10-2008	3.122	EUR 3.778
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-10-2008	3.684	EUR 4.163
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	17-10-2008	5.000	EUR 5.850
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	21-10-2008	10.000	EUR 11.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	22-10-2008	7.953	EUR 9.305
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	22-10-2008	7.953	EUR 9.464
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	23-10-2008	10.000	EUR 11.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-10-2008	5.000	EUR 5.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-10-2008	5.000	EUR 5.550
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	27-10-2008	6.000	EUR 6.600
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	27-10-2008	4.416	EUR 4.902
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	27-10-2008	2.910	EUR 3.288
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	28-10-2008	10.000	EUR 11.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	29-10-2008	50	EUR 58
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	29-10-2008	10.000	EUR 11.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	31-10-2008	350	EUR 410
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	03-11-2008	8.374	EUR 9.965
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	04-11-2008	16.500	EUR 21.285
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-11-2008	8.500	EUR 10.540
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-11-2008	8.000	EUR 10.320
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	05-11-2008	9.000	EUR 11.250
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	05-11-2008	4.528	EUR 5.796
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	06-11-2008	5.251	EUR 6.511
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	06-11-2008	4.442	EUR 5.641
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	06-11-2008	30	EUR 38
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	10-11-2008	4.251	EUR 5.399
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	10-11-2008	1.000	EUR 1.280
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	14-11-2008	8.500	EUR 10.540
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	19-11-2008	8.500	EUR 10.455
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	20-11-2008	8.500	EUR 9.860
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	20-11-2008	8.500	EUR 10.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	20-11-2008	9.000	EUR 10.530
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	21-11-2008	1.580	EUR 1.833
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	21-11-2008	17.200	EUR 20.124
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	21-11-2008	8.500	EUR 9.945
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	21-11-2008	8.500	EUR 10.115
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-11-2008	5.690	EUR 6.544
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	24-11-2008	3.000	EUR 3.540
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	02-12-2008	530	EUR 610
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	03-12-2008	9.000	EUR 10.080
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	03-12-2008	5.920	EUR 6.690
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	03-12-2008	1.716	EUR 1.956
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	03-12-2008	5.920	EUR 6.749
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	04-12-2008	4.419	EUR 4.993



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	04-12-2008	9.000	EUR 10.260	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	05-12-2008	9.000	EUR 10.170	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	08-12-2008	2.324	EUR 2.673	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	08-12-2008	7.685	EUR 8.991	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	10-12-2008	8.600	EUR 10.062	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	18-12-2008	8.500	EUR 10.115	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Venda	19-12-2008	8.300	EUR 10.043	EUR 14.374
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	02-01-2008	40.000	EUR 40.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	02-01-2008	82.800	EUR 82.883	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	03-01-2008	70.000	EUR 70.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	07-01-2008	163.700	EUR 162.063	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	08-01-2008	20.000	EUR 20.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	08-01-2008	22.000	EUR 22.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	08-01-2008	101.000	EUR 101.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	09-01-2008	50.000	EUR 49.500	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	11-01-2008	5.000	EUR 4.950	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	11-01-2008	33.000	EUR 33.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	11-01-2008	12.000	EUR 12.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	11-01-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	15-01-2008	1.000	EUR 1.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	15-01-2008	12.000	EUR 12.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	15-01-2008	5.700	EUR 5.700	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	18-01-2008	14.000	EUR 14.014	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	18-01-2008	8.000	EUR 8.008	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	18-01-2008	5.000	EUR 5.005	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	24-01-2008	40.800	EUR 40.841	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	29-01-2008	6.000	EUR 6.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	01-02-2008	15.000	EUR 15.045	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	22-02-2008	10.000	EUR 9.935	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	28-02-2008	10.000	EUR 9.940	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	07-03-2008	5.000	EUR 4.970	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	11-03-2008	2.400	EUR 2.386	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	04-04-2008	14.000	EUR 13.916	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	07-04-2008	34.400	EUR 34.469	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	07-04-2008	3.000	EUR 3.012	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	08-04-2008	5.000	EUR 4.970	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	09-04-2008	15.000	EUR 14.903	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	09-04-2008	5.000	EUR 5.010	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	09-04-2008	20.000	EUR 20.070	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	16-04-2008	2.000	EUR 1.987	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	16-04-2008	1.300	EUR 1.292	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	18-04-2008	3.000	EUR 2.981	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	02-05-2008	2.500	EUR 2.484	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	02-05-2008	2.500	EUR 2.484	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	05-05-2008	5.000	EUR 4.953	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	14-05-2008	15.000	EUR 14.903	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	16-05-2008	15.000	EUR 14.895	



BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	16-05-2008	34.000	EUR 34.102	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	20-05-2008	28.000	EUR 27.804	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	04-06-2008	100.000	EUR 99.000	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	17-06-2008	7.500	EUR 7.436	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	03-07-2008	70.000	EUR 69.405	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	09-07-2008	18.000	EUR 17.910	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	09-07-2008	20.000	EUR 19.900	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	21-07-2008	10.000	EUR 9.950	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	21-07-2008	90.000	EUR 89.550	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	25-07-2008	5.000	EUR 4.975	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	28-07-2008	40.000	EUR 39.800	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	12-09-2008	73.000	EUR 72.964	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	23-09-2008	1.000	EUR 995	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	24-09-2008	96.000	EUR 95.952	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Venda	24-09-2008	23.000	EUR 22.989	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	06-10-2008	30.000	EUR 29.835	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	04-11-2008	5.000	EUR 4.948	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	10-11-2008	6.800	EUR 6.729	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	17-11-2008	43.000	EUR 42.721	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Compra	18-11-2008	10.000	EUR 9.900	
BANIF SGPS 2003 - 2008	Reembolso	15-12-2008	304.600	EUR 304.600	EUR 0
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	03-06-2008	283.000	EUR 279.389	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	03-06-2008	283.000	EUR 279.530	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	09-07-2008	635.000	EUR 626.618	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	09-07-2008	635.000	EUR 626.618	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	09-07-2008	635.000	EUR 626.618	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	24-07-2008	150.000	EUR 148.455	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	24-07-2008	150.000	EUR 148.440	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	24-09-2008	91.000	EUR 90.199	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	24-09-2008	91.000	EUR 90.591	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	24-09-2008	20.000	EUR 19.824	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	24-09-2008	20.000	EUR 19.910	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	24-09-2008	91.000	EUR 90.199	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	24-09-2008	20.000	EUR 19.824	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	29-09-2008	524.000	EUR 517.083	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	29-09-2008	524.000	EUR 517.450	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	29-09-2008	524.000	EUR 517.083	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	06-10-2008	500.000	EUR 495.600	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	06-10-2008	500.000	EUR 495.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	06-10-2008	500.000	EUR 497.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	06-10-2008	500.000	EUR 495.600	



BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	17-12-2008	500.000	EUR 495.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Compra	30-12-2008	100.000	EUR 100.001	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2009	Venda	30-12-2008	100.000	EUR 99.799	EUR 500.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	31-01-2008	2.000.000	EUR 1.963.400	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	31-01-2008	2.000.000	EUR 1.963.400	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	26-02-2008	8.000	EUR 7.936	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	26-02-2008	8.000	EUR 7.980	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	26-02-2008	8.000	EUR 7.936	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	28-02-2008	40.000	EUR 39.680	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	28-02-2008	40.000	EUR 39.900	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	28-02-2008	40.000	EUR 39.680	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	29-02-2008	48.000	EUR 47.122	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	11-03-2008	55.000	EUR 53.994	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	11-03-2008	55.000	EUR 54.560	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	11-03-2008	55.000	EUR 54.560	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	11-03-2008	55.000	EUR 54.863	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	12-03-2008	35.000	EUR 34.720	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	12-03-2008	35.000	EUR 34.360	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	12-03-2008	35.000	EUR 34.720	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	12-03-2008	35.000	EUR 34.913	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	17-03-2008	50.000	EUR 49.600	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	17-03-2008	50.000	EUR 49.600	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	17-03-2008	50.000	EUR 49.875	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	19-03-2008	50.000	EUR 49.085	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	20-03-2008	66.000	EUR 65.472	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	20-03-2008	66.000	EUR 65.472	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	20-03-2008	66.000	EUR 65.835	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	26-03-2008	93.000	EUR 91.298	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	26-03-2008	27.000	EUR 26.784	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	26-03-2008	27.000	EUR 26.933	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	26-03-2008	27.000	EUR 26.784	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	28-03-2008	79.000	EUR 78.368	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	28-03-2008	79.000	EUR 78.368	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	31-03-2008	79.000	EUR 77.554	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	02-04-2008	293.000	EUR 290.656	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	02-04-2008	293.000	EUR 293.000	



BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	02-04-2008	293.000	EUR 290.656
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	04-04-2008	293.000	EUR 287.638
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	17-04-2008	50.000	EUR 50.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	21-04-2008	245.000	EUR 240.590
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	21-04-2008	245.000	EUR 243.040
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	21-04-2008	274.000	EUR 274.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	21-04-2008	245.000	EUR 243.040
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	22-04-2008	50.000	EUR 49.600
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	22-04-2008	15.000	EUR 15.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	22-04-2008	50.000	EUR 49.600
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	22-04-2008	50.000	EUR 50.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	23-04-2008	15.000	EUR 14.880
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	23-04-2008	500.000	EUR 496.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	23-04-2008	15.000	EUR 14.880
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	23-04-2008	500.000	EUR 500.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	23-04-2008	500.000	EUR 496.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	28-04-2008	565.000	EUR 554.661
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	30-04-2008	50.000	EUR 49.600
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	30-04-2008	50.000	EUR 49.085
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	30-04-2008	50.000	EUR 49.600
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	30-04-2008	50.000	EUR 50.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	02-05-2008	8.000	EUR 7.936
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	02-05-2008	370.000	EUR 367.040
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	02-05-2008	8.000	EUR 8.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	02-05-2008	8.000	EUR 7.936
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	02-05-2008	41.000	EUR 41.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	02-05-2008	370.000	EUR 367.040
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	02-05-2008	329.000	EUR 329.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	07-05-2008	378.000	EUR 371.083
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	08-05-2008	800.000	EUR 773.040
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	08-05-2008	800.000	EUR 785.440
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	08-05-2008	800.000	EUR 785.440
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	13-05-2008	735.000	EUR 721.623
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	13-05-2008	65.000	EUR 65.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	20-05-2008	25.000	EUR 24.548
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	27-05-2008	25.000	EUR 24.563
BANIF FINANCE CAYMAN	Compra	17-06-2008	100.000	EUR 98.180



2004-2014					
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	17-06-2008	100.000	EUR 100.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	06-08-2008	130.000	EUR 127.634	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	06-08-2008	130.000	EUR 127.959	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	06-08-2008	130.000	EUR 127.959	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	06-08-2008	130.000	EUR 129.220	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	08-08-2008	190.000	EUR 186.542	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	08-08-2008	190.000	EUR 187.017	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	08-08-2008	190.000	EUR 189.050	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	08-08-2008	190.000	EUR 187.017	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	08-09-2008	25.000	EUR 24.608	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	08-09-2008	25.000	EUR 24.800	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	08-09-2008	25.000	EUR 24.608	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	12-09-2008	25.000	EUR 24.608	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	29-09-2008	10.000	EUR 9.817	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	29-09-2008	10.000	EUR 9.843	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	29-09-2008	10.000	EUR 9.950	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	29-09-2008	10.000	EUR 9.843	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	17-10-2008	16.000	EUR 15.424	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	20-10-2008	16.000	EUR 15.424	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	20-10-2008	16.000	EUR 15.424	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	25-11-2008	50.000	EUR 49.800	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	25-11-2008	50.000	EUR 49.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	25-11-2008	50.000	EUR 49.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	28-11-2008	34.000	EUR 33.660	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Compra	26-12-2008	55.000	EUR 54.065	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2014	Venda	26-12-2008	55.000	EUR 54.230	EUR 0
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	08-01-2008	518.000	EUR 518.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	08-01-2008	518.000	EUR 518.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	29-01-2008	100.000	EUR 97.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	29-01-2008	1.000.000	EUR 995.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	29-01-2008	729.000	EUR 723.314	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	29-01-2008	100.000	EUR 97.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	29-01-2008	390.000	EUR 378.300	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	29-01-2008	390.000	EUR 378.300	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	31-01-2008	120.000	EUR 114.480	



BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	01-02-2008	85.000	EUR 82.450	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	14-02-2008	100.000	EUR 97.900	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	14-02-2008	34.000	EUR 33.286	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	25-02-2008	100.000	EUR 91.600	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	25-02-2008	100.000	EUR 91.600	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	27-02-2008	20.000	EUR 18.320	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	27-02-2008	20.000	EUR 18.320	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	29-02-2008	154.000	EUR 143.220	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	29-02-2008	154.000	EUR 146.300	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	29-02-2008	154.000	EUR 146.300	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	13-03-2008	75.000	EUR 75.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	28-03-2008	79.000	EUR 79.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	20-05-2008	20.000	EUR 18.280	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	27-05-2008	20.000	EUR 18.300	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	25-06-2008	1.000.000	EUR 1.000.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	25-06-2008	1.000.000	EUR 1.000.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	26-06-2008	30.000	EUR 30.150	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	26-06-2008	30.000	EUR 30.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	27-06-2008	300.000	EUR 300.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	27-06-2008	300.000	EUR 301.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	30-06-2008	626.000	EUR 629.130	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	30-06-2008	626.000	EUR 626.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	02-07-2008	35.000	EUR 35.175	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	02-07-2008	35.000	EUR 35.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	12-08-2008	75.000	EUR 66.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	19-08-2008	75.000	EUR 66.188	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	19-08-2008	135.000	EUR 121.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	29-09-2008	135.000	EUR 121.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Venda	30-10-2008	23.000	EUR 20.528	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	30-10-2008	23.000	EUR 20.470	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	30-10-2008	23.000	EUR 20.528	
BANIF FINANCE CAYMAN 2004-2049	Compra	22-12-2008	92.000	EUR 85.652	EUR 115.000
BANIF PRIMUS 2004-2014	Compra	19-05-2008	300.000	EUR 315.000	
BANIF PRIMUS 2004-2014	Venda	20-05-2008	300.000	EUR 315.000	EUR 0
BANIF 2005-2010 EUR MULTIATIVOS	Compra	14-02-2008	500.000	EUR 520.000	
BANIF 2005-2010 EUR	Compra	20-02-2008	10.000	EUR 10.400	



MULTIACTIVOS					
BANIF 2005-2010 EUR	Venda	02-06-2008	40.000	EUR 41.080	
MULTIACTIVOS					
BANIF 2005-2010 EUR	Compra	12-12-2008	9.000	EUR 8.460	EUR 1.762.000
MULTIACTIVOS					
BANIF SFE OB.CX 2004-2008	Venda	11-01-2008	110.000	EUR 110.385	
REND. DINAMICO - USD					
BANIF SFE OB.CX 2004-2008	Venda	24-01-2008	73.000	EUR 73.000	EUR 0
REND. DINAMICO - USD					
BANIF SFE 2005 -2010 (USD	Compra	02-01-2008	1.000	EUR 1.000	
STEP UP)					
BANIF SFE 2005 -2010 (USD	Compra	06-03-2008	100.000	EUR 99.700	
STEP UP)					
BANIF SFE 2005 -2010 (USD	Venda	26-03-2008	7.000	EUR 7.049	
STEP UP)					
BANIF SFE 2005 -2010 (USD	Venda	26-03-2008	167.000	EUR 168.169	
STEP UP)					
BANIF SFE 2005 -2010 (USD	Compra	21-04-2008	25.000	EUR 25.200	
STEP UP)					
BANIF SFE 2005 -2010 (USD	Venda	07-05-2008	10.000	EUR 10.180	
STEP UP)					
BANIF SFE 2005 -2010 (USD	Compra	02-06-2008	10.000	EUR 10.180	
STEP UP)					
BANIF SFE 2005 -2010 (USD	Reembolso	17-06-2008	25.000	EUR 25.000	EUR 0
STEP UP)					
BANIF FINANCE 2005-2008	Compra	29-09-2008	750.000	EUR 749.100	
BANIF FINANCE 2005-2008	Venda	29-09-2008	750.000	EUR 749.100	EUR 0
BANIF SA 2005-2010	Compra	20-05-2008	25.000	EUR 24.138	
BANIF SA 2005-2010	Venda	27-05-2008	25.000	EUR 24.150	
BANIF SA 2005-2010	Venda	08-09-2008	25.000	EUR 24.450	
BANIF SA 2005-2010	Venda	09-09-2008	25.000	EUR 24.300	
BANIF SA 2005-2010	Compra	09-09-2008	25.000	EUR 24.300	
BANIF SA 2005-2010	Compra	12-09-2008	25.000	EUR 24.188	
BANIF SA 2005-2010	Venda	18-09-2008	60.000	EUR 58.680	
BANIF SA 2005-2010	Venda	19-09-2008	60.000	EUR 58.320	
BANIF SA 2005-2010	Compra	19-09-2008	60.000	EUR 58.320	
BANIF SA 2005-2010	Compra	26-09-2008	60.000	EUR 58.320	EUR 0
BANIF SFE 2005 -2010 (USD					
MULTIACTIVOS)	Venda	26-05-2008	103.000	EUR 106.090	EUR 0
BANIF FINANCE CAYMAN					
2006-2010	Venda	18-01-2008	5.000.000	EUR 4.862.500	
BANIF FINANCE CAYMAN	Compra	18-01-2008	5.000.000	EUR 4.862.500	
2006-2010					
BANIF FINANCE CAYMAN	Venda	20-02-2008	32.000	EUR 31.440	
2006-2010					
BANIF FINANCE CAYMAN	Compra	20-02-2008	32.000	EUR 31.440	
2006-2010					
BANIF FINANCE CAYMAN	Venda	20-02-2008	32.000	EUR 31.616	
2006-2010					
BANIF FINANCE CAYMAN	Compra	22-02-2008	32.000	EUR 31.136	
2006-2010					
BANIF FINANCE CAYMAN	Compra	05-03-2008	24.000	EUR 22.973	
2006-2010					
BANIF FINANCE CAYMAN	Venda	05-03-2008	24.000	EUR 23.712	
2006-2010					
BANIF FINANCE CAYMAN	Venda	05-03-2008	24.000	EUR 23.712	
2006-2010					



BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Compra	05-03-2008	24.000	EUR 23.712	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Compra	06-03-2008	4.300.000	EUR 4.115.960	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Venda	06-03-2008	4.300.000	EUR 4.115.960	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Venda	01-04-2008	200.000	EUR 196.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Compra	01-04-2008	200.000	EUR 196.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Venda	01-04-2008	200.000	EUR 197.600	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Compra	04-04-2008	200.000	EUR 191.440	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Compra	28-05-2008	300.000	EUR 297.750	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Venda	28-05-2008	300.000	EUR 297.780	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Compra	18-06-2008	474.000	EUR 467.269	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Venda	18-06-2008	474.000	EUR 467.269	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Compra	02-07-2008	3.000.000	EUR 2.898.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Venda	02-07-2008	3.000.000	EUR 2.905.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Venda	24-07-2008	250.000	EUR 243.150	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Compra	24-07-2008	250.000	EUR 243.125	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Compra	24-11-2008	15.000	EUR 13.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Venda	30-12-2008	100.000	EUR 98.401	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2010	Compra	30-12-2008	100.000	EUR 98.599	EUR 15.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	29-01-2008	1.000.000	EUR 1.000.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	29-01-2008	1.000.000	EUR 1.000.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	25-02-2008	110.000	EUR 98.450	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	25-02-2008	110.000	EUR 98.450	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	27-02-2008	20.000	EUR 17.900	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	27-02-2008	20.000	EUR 17.900	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	17-03-2008	10.000	EUR 9.580	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	17-03-2008	10.000	EUR 9.550	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	17-03-2008	10.000	EUR 9.580	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	18-03-2008	519.000	EUR 519.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	18-03-2008	519.000	EUR 519.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	18-03-2008	519.000	EUR 521.595	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	19-03-2008	509.000	EUR 509.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	08-05-2008	50.000	EUR 43.445	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	08-05-2008	20.000	EUR 16.292	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	08-05-2008	30.000	EUR 27.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	13-05-2008	584.000	EUR 584.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	13-05-2008	359.000	EUR 362.590	



BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	13-05-2008	225.000	EUR 227.250
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	13-05-2008	584.000	EUR 584.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	15-05-2008	584.000	EUR 584.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	20-05-2008	35.000	EUR 30.800
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	27-05-2008	35.000	EUR 30.800
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	02-07-2008	100.000	EUR 86.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	02-07-2008	100.000	EUR 86.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	10-07-2008	50.000	EUR 42.735
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	10-07-2008	50.000	EUR 42.760
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	06-08-2008	2.500.000	EUR 2.100.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	19-08-2008	593.000	EUR 552.973
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	20-08-2008	325.000	EUR 295.750
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	20-08-2008	268.000	EUR 225.120
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	20-08-2008	325.000	EUR 288.438
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	20-08-2008	268.000	EUR 238.520
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	20-08-2008	325.000	EUR 295.750
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	20-08-2008	268.000	EUR 238.520
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	20-08-2008	268.000	EUR 225.120
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	29-09-2008	2.232.000	EUR 1.874.880
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	03-10-2008	2.232.000	EUR 1.874.880
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	27-11-2008	2.900.000	EUR 1.885.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	28-11-2008	5.132.000	EUR 3.760.216
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	28-11-2008	5.132.000	EUR 3.760.216
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	03-12-2008	500.000	EUR 310.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	04-12-2008	3.700.000	EUR 2.405.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	05-12-2008	1.969.000	EUR 1.358.610
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	10-12-2008	3.400.000	EUR 2.210.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	12-12-2008	1.500.000	EUR 1.035.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	22-12-2008	50.000	EUR 31.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	23-12-2008	7.200.000	EUR 4.824.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	23-12-2008	1.300.000	EUR 858.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	23-12-2008	2.000.000	EUR 1.320.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	29-12-2008	25.000.000	EUR 16.770.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	29-12-2008	25.000.000	EUR 17.062.500
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	29-12-2008	25.000.000	EUR 16.770.000
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	29-12-2008	25.000.000	EUR 25.000.000
BANIF FINANCE CAYMAN	Venda	29-12-2008	25.000.000	EUR 25.000.000



2006-2049					
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	31-12-2008	1.751.000	EUR 1.195.058	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Compra	31-12-2008	1.751.000	EUR 1.174.571	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2049	Venda	31-12-2008	1.751.000	EUR 1.174.571	EUR 0
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	25-02-2008	1.000.000	EUR 948.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	25-02-2008	1.000.000	EUR 948.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	26-03-2008	1.200.000	EUR 1.137.840	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	26-03-2008	1.200.000	EUR 1.131.840	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	14-05-2008	5.000	EUR 4.850	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	14-05-2008	5.000	EUR 4.900	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	14-05-2008	5.000	EUR 4.850	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	15-05-2008	5.000	EUR 4.725	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	27-05-2008	5.000	EUR 4.850	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	27-05-2008	5.000	EUR 4.745	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	27-05-2008	5.000	EUR 4.850	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	27-05-2008	5.000	EUR 4.918	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	09-07-2008	500.000	EUR 467.150	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	09-07-2008	500.000	EUR 467.150	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	09-07-2008	500.000	EUR 467.150	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	29-09-2008	500.000	EUR 467.150	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	29-09-2008	500.000	EUR 467.500	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	29-09-2008	500.000	EUR 467.150	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	03-10-2008	523.000	EUR 492.928	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	03-10-2008	523.000	EUR 491.620	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	03-10-2008	523.000	EUR 492.928	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	03-10-2008	157.000	EUR 149.150	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	03-10-2008	157.000	EUR 149.150	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	03-10-2008	209.000	EUR 198.550	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Venda	30-12-2008	100.000	EUR 99.000	
BANIF FINANCE CAYMAN 2006-2012	Compra	30-12-2008	100.000	EUR 99.200	EUR 0
BCA - OB. CX 2006-2011	Compra	25-02-2008	21.000	EUR 20.223	
BCA - OB. CX 2006-2011	Compra	04-04-2008	10.000	EUR 9.640	
BCA - OB. CX 2006-2011	Compra	19-05-2008	50.000	EUR 48.000	
BCA - OB. CX 2006-2011	Compra	22-10-2008	10.000	EUR 9.350	
BCA - OB. CX 2006-2011	Compra	18-11-2008	5.000	EUR 4.800	EUR 210.000
BCA - OB. CX SUBORDINADAS 2006-2016	Venda	07-01-2008	13.000	EUR 12.675	



BCA - OB. CX SUBORDINADAS 2006-2016	Compra	12-11-2008	114.750	EUR 109.931	
BCA - OB. CX SUBORDINADAS 2006-2016	Compra	26-12-2008	64.000	EUR 61.696	
BCA - OB. CX SUBORDINADAS 2006-2016	Venda	29-12-2008	178.750	EUR 172.047	EUR 0
BCA - OB. CX SUBORDINADAS 2007-2017	Venda	07-01-2008	10.000	EUR 9.700	
BCA - OB. CX SUBORDINADAS 2007-2017	Compra	18-11-2008	50.000	EUR 47.250	
BCA - OB. CX SUBORDINADAS 2007-2017	Compra	26-12-2008	114.000	EUR 108.414	
BCA - OB. CX SUBORDINADAS 2007-2017	Venda	29-12-2008	164.000	EUR 155.800	EUR 0
BANIF CAYMAN - USD CREDITOS BRAZIL 2008-2010	Compra	27-03-2008	10.000.000	EUR 10.000.000	
BANIF CAYMAN - USD CREDITOS BRAZIL 2008-2010	Venda	28-03-2008	5.000	EUR 5.000	
BANIF CAYMAN - USD CREDITOS BRAZIL 2008-2010	Venda	28-03-2008	3.037.000	EUR 3.037.000	
BANIF CAYMAN - USD CREDITOS BRAZIL 2008-2010	Venda	28-03-2008	6.958.000	EUR 6.958.000	
BANIF CAYMAN - USD CREDITOS BRAZIL 2008-2010	Compra	03-11-2008	100.000	EUR 96.700	EUR 100.000
BANIF CAYMAN - ACÇÕES SECTOR FINANCEIRO 2008-2010	Venda	24-04-2008	70.000	EUR 70.000	
BANIF CAYMAN - ACÇÕES SECTOR FINANCEIRO 2008-2010	Venda	24-04-2008	20.000	EUR 20.000	
BANIF CAYMAN - ACÇÕES SECTOR FINANCEIRO 2008-2010	Venda	24-04-2008	1.460.000	EUR 1.460.000	
BANIF CAYMAN - ACÇÕES SECTOR FINANCEIRO 2008-2010	Compra	24-04-2008	2.000.000	EUR 2.000.000	
BANIF CAYMAN - ACÇÕES SECTOR FINANCEIRO 2008-2010	Venda	24-04-2008	360.000	EUR 360.000	
BANIF CAYMAN - ACÇÕES SECTOR FINANCEIRO 2008-2010	Venda	28-04-2008	70.000	EUR 70.000	EUR 20.000
BANIF SA 2008-2011	Compra	15-07-2008	7.000	EUR 7.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	3.000	EUR 3.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	3.000	EUR 3.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	3.000	EUR 3.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	3.000	EUR 3.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	14.000	EUR 14.000	
BANIF SA 2008-2011	Compra	15-07-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	40.000	EUR 40.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	73.000	EUR 73.000	
BANIF SA 2008-2011	Compra	15-07-2008	37.000	EUR 37.000	
BANIF SA 2008-2011	Compra	15-07-2008	26.000	EUR 26.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	1.000	EUR 1.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	1.000	EUR 1.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	1.000	EUR 1.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	3.000	EUR 3.000	



BANIF SA 2008-2011	Compra	15-07-2008	17.000	EUR 17.000	
BANIF SA 2008-2011	Compra	15-07-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SA 2008-2011	Compra	15-07-2008	59.000	EUR 59.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	15-07-2008	1.000	EUR 1.000	
BANIF SA 2008-2011	Compra	04-08-2008	1.000	EUR 997	
BANIF SA 2008-2011	Compra	06-08-2008	148.000	EUR 147.527	
BANIF SA 2008-2011	Venda	12-08-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	12-08-2008	25.000	EUR 25.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	18-08-2008	50.000	EUR 50.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	19-08-2008	13.000	EUR 13.000	
BANIF SA 2008-2011	Venda	20-08-2008	46.000	EUR 46.000	
BANIF SA 2008-2011	Compra	26-08-2008	2.000	EUR 1.972	
BANIF SA 2008-2011	Venda	02-10-2008	2.000	EUR 1.990	
BANIF SA 2008-2011	Compra	13-10-2008	74.000	EUR 72.890	
BANIF SA 2008-2011	Compra	17-10-2008	30.000	EUR 28.800	
BANIF SA 2008-2011	Compra	20-10-2008	242.000	EUR 239.580	
BANIF SA 2008-2011	Venda	21-10-2008	19.000	EUR 18.810	
BANIF SA 2008-2011	Compra	03-11-2008	6.000	EUR 5.760	
BANIF SA 2008-2011	Compra	06-11-2008	68.000	EUR 66.300	
BANIF SA 2008-2011	Compra	11-11-2008	4.000	EUR 3.880	
BANIF SA 2008-2011	Compra	14-11-2008	16.000	EUR 15.504	
BANIF SA 2008-2011	Compra	28-11-2008	2.000	EUR 1.942	
BANIF SA 2008-2011	Compra	03-12-2008	1.000	EUR 970	
BANIF SA 2008-2011	Compra	16-12-2008	7.000	EUR 6.797	
BANIF SA 2008-2011	Compra	18-12-2008	1.000	EUR 971	
BANIF SA 2008-2011	Compra	23-12-2008	1.000	EUR 971	EUR 433.000
BANIF SA 2008-2018	Compra	18-08-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	18-08-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SA 2008-2018	Compra	20-08-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	20-08-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	21-08-2008	20.000	EUR 20.000	
BANIF SA 2008-2018	Compra	21-08-2008	20.000	EUR 20.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	22-08-2008	15.000	EUR 15.000	
BANIF SA 2008-2018	Compra	22-08-2008	115.000	EUR 115.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	22-08-2008	100.000	EUR 100.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	22-08-2008	16.000	EUR 16.000	
BANIF SA 2008-2018	Compra	22-08-2008	16.000	EUR 16.000	
BANIF SA 2008-2018	Compra	27-08-2008	10.000	EUR 10.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	27-08-2008	10.000	EUR 10.000	
BANIF SA 2008-2018	Compra	27-08-2008	5.000	EUR 5.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	27-08-2008	5.000	EUR 5.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	01-09-2008	10.000	EUR 10.000	
BANIF SA 2008-2018	Compra	01-09-2008	10.000	EUR 10.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	10-09-2008	125.000	EUR 125.000	
BANIF SA 2008-2018	Compra	10-09-2008	125.000	EUR 125.000	
BANIF SA 2008-2018	Venda	18-09-2008	5.000	EUR 5.000	
BANIF SA 2008-2018	Compra	18-09-2008	5.000	EUR 4.950	



BANIF SA 2008-2018	Compra	01-10-2008	2.000	EUR 1.980	
BANIF SA 2008-2018	Compra	01-10-2008	3.000	EUR 2.970	
BANIF SA 2008-2018	Venda	01-10-2008	5.000	EUR 5.000	
BANIF SA 2008-2018	Compra	06-11-2008	3.000	EUR 2.820	
BANIF SA 2008-2018	Compra	11-12-2008	1.000	EUR 939	
BANIF SA 2008-2018	Venda	11-12-2008	4.000	EUR 4.000	EUR 0
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	02-01-2008	5.000	EUR 5.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	02-01-2008	4.000	EUR 4.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	02-01-2008	5.000	EUR 5.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	03-01-2008	3.561.000	EUR 3.561.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	08-01-2008	1.364.000	EUR 1.364.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	08-01-2008	880.000	EUR 879.837	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	08-01-2008	245.000	EUR 245.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	08-01-2008	200.000	EUR 200.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	08-01-2008	100.000	EUR 100.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	09-01-2008	6.000	EUR 5.994	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	11-01-2008	75.000	EUR 75.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	11-01-2008	2.000	EUR 2.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	11-01-2008	10.000	EUR 10.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	11-01-2008	75.000	EUR 75.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	15-01-2008	5.000	EUR 5.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	15-01-2008	59.000	EUR 59.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	16-01-2008	26.000	EUR 26.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	16-01-2008	19.000	EUR 19.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	14-02-2008	35.000	EUR 35.035	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	17-03-2008	10.000	EUR 10.150	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	28-03-2008	474.000	EUR 474.474	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	28-03-2008	5.000	EUR 5.025	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	01-04-2008	3.000	EUR 3.045	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	01-04-2008	2.000	EUR 2.030	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	02-04-2008	50.000	EUR 50.250	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	03-04-2008	11.000	EUR 11.165	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	09-04-2008	15.000	EUR 15.225	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	11-04-2008	12.000	EUR 12.180	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	11-04-2008	12.000	EUR 12.180	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	16-04-2008	5.000	EUR 5.025	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	17-04-2008	3.000	EUR 3.030	



BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	05-05-2008	1.000	EUR 1.005	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	13-05-2008	50.000	EUR 50.250	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	28-05-2008	15.000	EUR 15.225	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	06-06-2008	8.000	EUR 8.040	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	20-06-2008	5.000	EUR 5.025	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	24-06-2008	45.000	EUR 45.675	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	25-06-2008	2.000	EUR 2.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	30-06-2008	18.000	EUR 18.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	01-07-2008	83.000	EUR 83.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	01-07-2008	100.000	EUR 100.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	04-07-2008	3.000	EUR 2.985	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	22-07-2008	6.000	EUR 5.940	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	24-07-2008	55.000	EUR 55.083	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	28-07-2008	163.000	EUR 163.408	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	01-08-2008	2.000	EUR 1.980	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	18-08-2008	10.000	EUR 9.900	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	28-08-2008	1.000	EUR 980	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Venda	08-09-2008	13.000	EUR 12.805	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	29-10-2008	20.000	EUR 16.000	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	18-11-2008	1.000	EUR 870	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	21-11-2008	33.000	EUR 28.710	
BANIF FINANCE PREF. 2007-2017	Compra	28-11-2008	2.000	EUR 1.737	EUR 56.000
BANIF FINANCE 2008-2018	Venda	29-12-2008	25.000.000	EUR 25.000.000	
BANIF FINANCE 2008-2018	Compra	29-12-2008	25.000.000	EUR 25.000.000	EUR 0
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	327	EUR 445	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.137	EUR 1.546	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.400	EUR 1.904	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.193	EUR 2.982	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.807	EUR 3.818	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	3.000	EUR 4.110	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	4.990	EUR 6.886	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	990	EUR 1.366	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	10	EUR 14	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	10	EUR 14	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	9.810	EUR 13.538	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	190	EUR 262	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.380	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.030	EUR 2.842	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	5.000	EUR 7.000	



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.400
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.970	EUR 4.158
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	5.000	EUR 7.050
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.820
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	20.000	EUR 28.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	7.500	EUR 10.575
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.820
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.500	EUR 3.550
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.500	EUR 3.550
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	10.000	EUR 14.200
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	3.957	EUR 5.619
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.840
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.860
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.500	EUR 3.575
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.860
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	543	EUR 776
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	4.800	EUR 6.864
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	200	EUR 286
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.430
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.500	EUR 3.575
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	500	EUR 715
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	55	EUR 79
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	9.968	EUR 14.354
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	10.918	EUR 15.722
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	9.145	EUR 13.169
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	937	EUR 1.349
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.567	EUR 2.256
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	510	EUR 734
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	490	EUR 706
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	950	EUR 1.368
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	50	EUR 72
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	950	EUR 1.368
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	50	EUR 72
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.440
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.400	EUR 2.016
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.440
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	913	EUR 1.324
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	32	EUR 46
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	32	EUR 46
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	3.000	EUR 4.350
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	33	EUR 48
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.450
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	288	EUR 418
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.200	EUR 1.740
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	2.500	EUR 3.625
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	10.000	EUR 14.500
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	40.000	EUR 58.000



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.460
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	300	EUR 438
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	913	EUR 1.333
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	87	EUR 127
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	5.500	EUR 8.085
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.470
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.470
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	500	EUR 740
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	312	EUR 462
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.900	EUR 2.831
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.490
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.490
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	100	EUR 150
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	07-10-2008	100	EUR 150
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	2.000	EUR 2.760
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	285	EUR 399
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	5.000	EUR 7.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	1.500	EUR 2.100
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	5.000	EUR 7.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	3.215	EUR 4.501
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	2.000	EUR 2.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	5.000	EUR 7.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	1.250	EUR 1.750
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	10.000	EUR 14.000
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	66.750	EUR 93.450
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	1.080	EUR 1.555
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	400	EUR 576
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	3.500	EUR 5.040
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	20	EUR 29
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	09-10-2008	2.820	EUR 4.061
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	3.500	EUR 3.850
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	6.500	EUR 7.150
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	8.200	EUR 9.020
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.800	EUR 2.016
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	654	EUR 739
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	2.000	EUR 2.260
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	634	EUR 716
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.712	EUR 1.935
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	8.470	EUR 9.571
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	2.000	EUR 2.280
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.530	EUR 1.744
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	7.000	EUR 7.980
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.132	EUR 1.302
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	5.000	EUR 5.750
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	4.581	EUR 5.268
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	2.482	EUR 2.854
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	2.937	EUR 3.378
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	2.046	EUR 2.353



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	7.954	EUR 9.147
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	384	EUR 442
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	5.000	EUR 5.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.832	EUR 2.125
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	7.036	EUR 8.162
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	971	EUR 1.126
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	5	EUR 6
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.024	EUR 1.188
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	3.000	EUR 3.480
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	616	EUR 715
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	28.900	EUR 33.524
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.500	EUR 1.740
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	600	EUR 696
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	5.000	EUR 5.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	4.000	EUR 4.640
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	3.000	EUR 3.510
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.000	EUR 1.170
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	704	EUR 838
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	2.100	EUR 2.499
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	35	EUR 42
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	2.161	EUR 2.572
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.096	EUR 1.326
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.500	EUR 1.815
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	2.105	EUR 2.547
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	3.688	EUR 4.462
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.300	EUR 1.573
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	1.000	EUR 1.250
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	10-10-2008	311	EUR 392
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	3.835	EUR 4.449
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	8.982	EUR 10.419
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	187	EUR 217
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	20.996	EUR 24.355
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	985	EUR 1.143
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	15	EUR 17
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	985	EUR 1.143
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	15	EUR 17
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	5.000	EUR 5.800
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	985	EUR 1.143
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160



ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-10-2008	6.624	EUR 7.419	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-10-2008	22.958	EUR 25.713	
ACÇÕES BANIF SGPS , SA	Compra	24-10-2008	3.500	EUR 3.920	EUR 571.951

2. Informação nos termos do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao disposto no Art.º 448.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais e segundo os registos da Sociedade e informações prestadas, informa-se que, na data do encerramento do exercício a que se reporta o presente relatório anual, a Rentipar Financeira – SGPS, SA era titular de mais de metade e menos de dois terços do capital social da Banif – SGPS, SA.

3. Informação sobre acções próprias

Durante o exercício de 2008, o Banif– Banco de Investimento, SA, sociedade dominada pela Banif-SGPS, SA, efectuou as transacções a seguir descritas de acções da Banif - SGPS, SA, as quais foram todas executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa), em execução do contrato de liquidez celebrado entre o Banco e a Euronext Lisboa.

Face ao disposto no art.º 325.º-A do Código das Sociedades Comerciais, são as acções acima referidas e a seguir descritas, consideradas acções próprias da sociedade dominante.

Natureza do negócio	Movimentos			
	Tipo de Transacção	Data	Quantidade	Valor
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-01-2008	100	EUR 409
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	09-01-2008	100	EUR 375
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	09-01-2008	100	EUR 380
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	09-01-2008	100	EUR 385
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	09-01-2008	200	EUR 780
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	1.500	EUR 5.235
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	7.100	EUR 24.850
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	1.000	EUR 3.530
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	2.100	EUR 7.455
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	1.500	EUR 5.340
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	4.500	EUR 16.110
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	1.100	EUR 3.960
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	1.000	EUR 3.680
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	100	EUR 370
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	1.000	EUR 3.730
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-01-2008	100	EUR 374
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-01-2008	100	EUR 345
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-01-2008	11.000	EUR 38.500
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-01-2008	971	EUR 3.408
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-01-2008	6.000	EUR 21.240
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-01-2008	6.000	EUR 21.300
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-01-2008	7.500	EUR 26.700
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-01-2008	2.000	EUR 7.140
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-01-2008	6.500	EUR 23.335



Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	20.000	EUR 67.800
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	8.000	EUR 27.200
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	6.474	EUR 22.141
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	1.000	EUR 3.430
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	2.000	EUR 6.880
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	20.026	EUR 69.090
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	1.100	EUR 3.817
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	3.000	EUR 10.500
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	1.000	EUR 3.520
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	500	EUR 1.770
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	1.300	EUR 4.641
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-01-2008	100	EUR 359
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	15-01-2008	100	EUR 360
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.090
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.100
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	2.000	EUR 6.300
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	4.000	EUR 12.640
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.170
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	3.914	EUR 12.407
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.180
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	86	EUR 273
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.190
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	2.000	EUR 6.440
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	2.000	EUR 6.460
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	2.000	EUR 6.500
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	1.500	EUR 4.890
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	1.000	EUR 3.270
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-01-2008	500	EUR 1.650
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-01-2008	100	EUR 312
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-01-2008	500	EUR 1.570
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-01-2008	3.000	EUR 9.450
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-01-2008	500	EUR 1.595
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-01-2008	500	EUR 1.600
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-01-2008	100	EUR 322
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	18-01-2008	500	EUR 1.475
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	18-01-2008	1.000	EUR 2.970
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	18-01-2008	1.000	EUR 2.990
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	18-01-2008	2.000	EUR 6.000
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	18-01-2008	1.000	EUR 3.050
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-01-2008	453	EUR 1.223
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-01-2008	1.000	EUR 2.710
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-01-2008	1.000	EUR 2.750
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-01-2008	1.000	EUR 2.780
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	23-01-2008	1.000	EUR 2.750
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	23-01-2008	1.500	EUR 4.275
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	23-01-2008	38.175	EUR 106.890
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	23-01-2008	1.500	EUR 4.365
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	24-01-2008	1.000	EUR 2.800
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	25-01-2008	500	EUR 1.490



Execução de Contrato de Liquidez	Compra	25-01-2008	3.000	EUR 9.210
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	25-01-2008	1.795	EUR 5.511
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	5.000	EUR 14.900
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	500	EUR 1.490
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	5.000	EUR 15.250
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	5.000	EUR 15.450
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	1.795	EUR 5.547
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	667	EUR 2.094
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	1.590	EUR 5.009
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	5.000	EUR 15.800
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	5.582	EUR 17.695
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	6.000	EUR 19.080
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-01-2008	2.000	EUR 6.380
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	28-01-2008	100	EUR 308
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-01-2008	14.400	EUR 43.200
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-01-2008	1.000	EUR 3.010
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-01-2008	1.000	EUR 3.030
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-01-2008	100	EUR 308
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-01-2008	2.603	EUR 8.069
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-01-2008	1.000	EUR 3.150
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-01-2008	1.000	EUR 3.160
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-01-2008	8.421	EUR 26.947
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-01-2008	579	EUR 1.859
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-01-2008	2.000	EUR 6.460
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-01-2008	3.000	EUR 9.720
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	30-01-2008	325	EUR 1.069
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	31-01-2008	190	EUR 589
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	31-01-2008	2.975	EUR 9.342
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	31-01-2008	200	EUR 628
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	31-01-2008	1.000	EUR 3.160
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	31-01-2008	6.000	EUR 19.200
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-02-2008	1.000	EUR 3.360
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-02-2008	5.000	EUR 16.850
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	05-02-2008	1.000	EUR 3.200
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	05-02-2008	1.000	EUR 3.230
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	05-02-2008	2.000	EUR 6.480
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	05-02-2008	1.000	EUR 3.250
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	05-02-2008	2.000	EUR 6.720
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	05-02-2008	3.000	EUR 10.110
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	05-02-2008	3.500	EUR 11.900
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	06-02-2008	2.300	EUR 7.314
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-02-2008	3.000	EUR 9.570
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-02-2008	8.616	EUR 27.571
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-02-2008	1.384	EUR 4.443
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-02-2008	1.000	EUR 3.250
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-02-2008	1.000	EUR 3.260
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-02-2008	1.000	EUR 3.270
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-02-2008	1.000	EUR 3.280
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	08-02-2008	900	EUR 2.979



Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-02-2008	100	EUR 318
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	11-02-2008	32.169	EUR 104.871
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	12-02-2008	600	EUR 1.974
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	13-02-2008	1.000	EUR 3.200
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	13-02-2008	1.000	EUR 3.210
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-02-2008	5.000	EUR 15.300
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-02-2008	10.000	EUR 30.700
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-02-2008	5.000	EUR 15.400
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-02-2008	10.000	EUR 31.000
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-02-2008	8.000	EUR 24.880
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-02-2008	3.860	EUR 12.043
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	18-02-2008	100	EUR 315
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	18-02-2008	8.984	EUR 28.749
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	18-02-2008	1.000	EUR 3.250
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	19-02-2008	1.000	EUR 3.090
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	19-02-2008	1.000	EUR 3.100
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	19-02-2008	100	EUR 315
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	20-02-2008	10.000	EUR 30.000
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	21-02-2008	15.000	EUR 46.800
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	21-02-2008	31.419	EUR 98.341
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	21-02-2008	10.000	EUR 30.900
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	21-02-2008	31.419	EUR 97.399
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	21-02-2008	5.000	EUR 15.550
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	21-02-2008	10.000	EUR 31.300
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	22-02-2008	8.000	EUR 24.960
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	27-02-2008	5.000	EUR 15.900
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	27-02-2008	5.000	EUR 16.000
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-02-2008	62.000	EUR 186.000
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-02-2008	3.000	EUR 9.030
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-02-2008	10.000	EUR 31.000
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	03-03-2008	20.000	EUR 58.000
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	03-03-2008	10.000	EUR 29.100
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	03-03-2008	5.000	EUR 14.650
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	03-03-2008	15.000	EUR 44.250
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	04-03-2008	2.500	EUR 7.250
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	04-03-2008	10.000	EUR 29.100
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	05-03-2008	100	EUR 290
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	06-03-2008	5.000	EUR 14.500
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	06-03-2008	1.000	EUR 2.910
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	06-03-2008	1.000	EUR 2.970
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	06-03-2008	1.000	EUR 2.980
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	10-03-2008	100	EUR 285
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	13-03-2008	100	EUR 285
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-03-2008	500	EUR 1.415
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-03-2008	100	EUR 270
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-03-2008	100	EUR 275
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-03-2008	100	EUR 280
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	19-03-2008	100	EUR 275
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	20-03-2008	5.000	EUR 13.600



Execução de Contrato de Liquidez	Venda	20-03-2008	5.000	EUR 13.550
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	25-03-2008	100	EUR 279
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-03-2008	1.000	EUR 2.780
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-03-2008	5.024	EUR 14.067
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-03-2008	6.000	EUR 16.860
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-03-2008	1.000	EUR 2.830
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-03-2008	5.000	EUR 14.250
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	26-03-2008	500	EUR 1.375
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	26-03-2008	7.000	EUR 19.460
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	26-03-2008	6.000	EUR 16.740
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	26-03-2008	4.000	EUR 11.200
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	27-03-2008	6.000	EUR 16.920
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	27-03-2008	2.600	EUR 7.358
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-03-2008	45.000	EUR 126.450
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-03-2008	47.625	EUR 134.303
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-03-2008	1.000	EUR 2.830
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-03-2008	1.000	EUR 2.850
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	31-03-2008	28.000	EUR 78.960
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	31-03-2008	9.000	EUR 25.470
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	31-03-2008	500	EUR 1.415
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	31-03-2008	20.489	EUR 58.189
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	31-03-2008	5.032	EUR 14.341
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	01-04-2008	1.000	EUR 2.880
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	01-04-2008	1.000	EUR 2.890
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	01-04-2008	1.000	EUR 2.900
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	01-04-2008	1.000	EUR 2.940
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-04-2008	2.000	EUR 6.000
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-04-2008	1.000	EUR 3.010
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-04-2008	1.000	EUR 3.030
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-04-2008	1.000	EUR 3.050
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-04-2008	1.000	EUR 3.060
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-04-2008	3.000	EUR 9.240
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-04-2008	1.000	EUR 3.100
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	03-04-2008	10.000	EUR 31.000
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	03-04-2008	1.000	EUR 3.120
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	03-04-2008	1.500	EUR 4.695
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	03-04-2008	1.000	EUR 3.150
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	04-04-2008	4.936	EUR 15.450
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	04-04-2008	5.000	EUR 15.800
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-04-2008	500	EUR 1.580
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-04-2008	2.500	EUR 7.925
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-04-2008	1.500	EUR 4.770
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-04-2008	1.000	EUR 3.190
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-04-2008	1.000	EUR 3.200
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-04-2008	500	EUR 1.615
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	08-04-2008	1.500	EUR 4.695
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	08-04-2008	1.500	EUR 4.785
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	14-04-2008	2.000	EUR 6.420
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-04-2008	4.000	EUR 12.160



Execução de Contrato de Liquidez	Venda	15-04-2008	4.000	EUR 12.400
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-04-2008	4.000	EUR 12.440
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	16-04-2008	4.000	EUR 12.520
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	23-04-2008	4.000	EUR 12.080
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	23-04-2008	1.000	EUR 3.050
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	23-04-2008	2.000	EUR 6.120
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	21-05-2008	4.000	EUR 11.280
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	21-05-2008	46	EUR 132
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-05-2008	4.000	EUR 10.960
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	22-05-2008	1.023	EUR 2.834
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	23-05-2008	4.000	EUR 10.880
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	26-05-2008	4.000	EUR 10.960
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	03-06-2008	4.000	EUR 10.320
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	03-06-2008	4.000	EUR 10.440
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	04-06-2008	3.896	EUR 8.610
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	04-06-2008	4.839	EUR 10.743
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	04-06-2008	6.174	EUR 13.768
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-06-2008	8.000	EUR 17.600
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-06-2008	4.000	EUR 8.880
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-06-2008	1.000	EUR 2.230
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-06-2008	5.000	EUR 11.500
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-06-2008	3.161	EUR 7.365
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-06-2008	1.457	EUR 3.409
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-06-2008	1.264	EUR 2.970
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-06-2008	292	EUR 689
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	05-06-2008	4.000	EUR 8.880
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	06-06-2008	4.000	EUR 8.480
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	06-06-2008	4.000	EUR 8.600
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	12-06-2008	5.000	EUR 9.850
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	12-06-2008	5.000	EUR 9.900
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	12-06-2008	5.000	EUR 9.950
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	13-06-2008	5.000	EUR 9.700
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	13-06-2008	5.000	EUR 9.900
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-06-2008	5.500	EUR 11.000
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	16-06-2008	5.500	EUR 11.110
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-06-2008	10.000	EUR 20.500
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-06-2008	3.222	EUR 6.605
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-06-2008	3.222	EUR 6.573
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	19-06-2008	5.000	EUR 10.200
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	20-06-2008	3.408	EUR 6.748
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	20-06-2008	251	EUR 515
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	23-06-2008	5.945	EUR 11.712
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	24-06-2008	3.000	EUR 5.670
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	24-06-2008	5.500	EUR 10.505
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	24-06-2008	3.000	EUR 5.700
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	25-06-2008	5.500	EUR 10.285
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	25-06-2008	5.500	EUR 10.340
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-06-2008	5.500	EUR 10.450
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	26-06-2008	5.500	EUR 10.010



Execução de Contrato de Liquidez	Compra	26-06-2008	1.009	EUR 1.887
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	27-06-2008	6.000	EUR 10.440
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	27-06-2008	6.000	EUR 10.620
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	27-06-2008	18.000	EUR 33.660
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	30-06-2008	6.000	EUR 10.560
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	01-07-2008	6.000	EUR 9.960
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	01-07-2008	6.000	EUR 10.020
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	01-07-2008	3.813	EUR 6.444
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	01-07-2008	2.187	EUR 3.740
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	01-07-2008	6.000	EUR 10.200
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	01-07-2008	6.000	EUR 10.380
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-07-2008	2.715	EUR 4.588
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-07-2008	3.285	EUR 5.617
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	03-07-2008	6.500	EUR 10.790
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-07-2008	6.500	EUR 11.050
Execução de Contrato de Liquidez	Aumento Capital	27-12-2008	1.853	EUR 3.706
Execução de Contrato de Liquidez	Aumento Capital	27-12-2008	645	EUR 1.290
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	07-07-2008	533	EUR 906
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-07-2008	33	EUR 57
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	11-07-2008	6.500	EUR 11.050
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-07-2008	6.500	EUR 10.595
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	15-07-2008	6.500	EUR 10.725
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-07-2008	100.000	EUR 165.000
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	16-07-2008	100.000	EUR 165.000
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-07-2008	32.069	EUR 57.083
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-07-2008	1.250	EUR 2.238
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-07-2008	33.857	EUR 60.943
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	26.800	EUR 45.292
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	5.000	EUR 8.500
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	19.090	EUR 32.644
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	6.500	EUR 11.180
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	5.000	EUR 8.700
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	6.500	EUR 11.375
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	5.000	EUR 8.800
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	2.000	EUR 3.560
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	6.000	EUR 10.740
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	1.250	EUR 2.238
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	34.000	EUR 61.200
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	1.000	EUR 1.810
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	2.000	EUR 3.640
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	17-07-2008	6.500	EUR 11.895
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	18-07-2008	645	EUR 1.174
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	18-07-2008	6.000	EUR 11.220
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	21-07-2008	32.000	EUR 65.920
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	21-07-2008	6.000	EUR 12.000
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	21-07-2008	14.000	EUR 28.980
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	21-07-2008	6.000	EUR 12.480
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-07-2008	5.000	EUR 9.650
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-07-2008	5.000	EUR 9.800



Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-07-2008	5.000	EUR 9.900
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-07-2008	2.000	EUR 4.000
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-07-2008	3.900	EUR 8.034
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	22-07-2008	5.000	EUR 10.000
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	22-07-2008	15.000	EUR 30.450
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	22-07-2008	900	EUR 1.854
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	24-07-2008	5.100	EUR 10.149
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	24-07-2008	5.100	EUR 10.353
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	25-07-2008	5.500	EUR 10.835
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	25-07-2008	5.500	EUR 11.000
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	28-07-2008	5.500	EUR 10.505
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	29-07-2008	6.000	EUR 10.800
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	29-07-2008	5.500	EUR 10.120
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	29-07-2008	1.000	EUR 1.860
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	29-07-2008	1.000	EUR 1.880
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-07-2008	5.500	EUR 10.175
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-07-2008	1.000	EUR 1.880
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-07-2008	1.000	EUR 1.910
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	30-07-2008	6.000	EUR 10.920
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	30-07-2008	6.000	EUR 11.040
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	01-08-2008	5.600	EUR 10.248
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-08-2008	6.336	EUR 11.532
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	05-08-2008	6.000	EUR 11.280
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	06-08-2008	1.680	EUR 3.192
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	07-08-2008	6.000	EUR 11.040
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	08-08-2008	6.000	EUR 11.340
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-08-2008	2.116	EUR 3.936
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	14-08-2008	6.000	EUR 11.160
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	19-08-2008	864	EUR 1.529
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	19-08-2008	864	EUR 1.547
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-08-2008	6.000	EUR 10.680
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	22-08-2008	6.000	EUR 10.800
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	28-08-2008	6.000	EUR 10.440
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-08-2008	6.000	EUR 10.620
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	02-09-2008	5.150	EUR 9.425
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	02-09-2008	5.150	EUR 9.476
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	05-09-2008	6.000	EUR 10.560
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	05-09-2008	6.000	EUR 10.680
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	15-09-2008	6.000	EUR 10.860
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-09-2008	2.000	EUR 3.480
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-09-2008	6.000	EUR 10.560
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-09-2008	2.000	EUR 3.540
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	18-09-2008	6.089	EUR 10.473
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	18-09-2008	6.000	EUR 10.440
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	19-09-2008	933	EUR 1.661
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	19-09-2008	6.000	EUR 10.740
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	19-09-2008	5.067	EUR 9.121
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	19-09-2008	4.089	EUR 7.442
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-09-2008	2.896	EUR 5.097



Execução de Contrato de Liquidez	Venda	22-09-2008	2.896	EUR 5.126
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	23-09-2008	6.000	EUR 10.320
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	23-09-2008	6.000	EUR 10.380
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	24-09-2008	6.000	EUR 10.200
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	24-09-2008	5.588	EUR 9.611
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	25-09-2008	6.000	EUR 10.200
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	25-09-2008	5.588	EUR 9.611
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	29-09-2008	6.000	EUR 9.960
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-09-2008	6.000	EUR 10.320
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	30-09-2008	1.000	EUR 1.540
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	30-09-2008	10.000	EUR 15.800
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	30-09-2008	1.005	EUR 1.618
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	30-09-2008	12.000	EUR 19.680
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	30-09-2008	6.000	EUR 9.960
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	01-10-2008	6.005	EUR 10.148
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	06-10-2008	27	EUR 39
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	06-10-2008	10.227	EUR 15.341
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	06-10-2008	4.667	EUR 7.327
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	06-10-2008	7.000	EUR 10.500
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	06-10-2008	1.000	EUR 1.530
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	07-10-2008	1.200	EUR 1.596
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	07-10-2008	9.067	EUR 12.694
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	07-10-2008	5.800	EUR 8.178
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	07-10-2008	7.500	EUR 10.650
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	07-10-2008	1.079	EUR 1.554
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-10-2008	6.343	EUR 9.070
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-10-2008	1.567	EUR 2.256
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-10-2008	2.620	EUR 3.799
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	07-10-2008	8.036	EUR 11.813
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	09-10-2008	7.500	EUR 9.900
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	10-10-2008	10.000	EUR 11.700
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	13-10-2008	5.815	EUR 7.152
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	13-10-2008	4.000	EUR 5.120
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	13-10-2008	1.017	EUR 1.261
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	13-10-2008	6.188	EUR 7.859
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	13-10-2008	900	EUR 1.152
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	13-10-2008	2.795	EUR 3.606
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	13-10-2008	3.100	EUR 3.999
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-10-2008	8.000	EUR 10.240
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	14-10-2008	4.485	EUR 5.920
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	14-10-2008	3.015	EUR 4.040
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	14-10-2008	4.840	EUR 6.679
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	14-10-2008	2.660	EUR 3.697
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	15-10-2008	7.000	EUR 9.030
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	15-10-2008	1.000	EUR 1.320
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-10-2008	3.100	EUR 3.565
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-10-2008	5.584	EUR 6.477
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	16-10-2008	500	EUR 590
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	16-10-2008	500	EUR 580



Execução de Contrato de Liquidez	Venda	16-10-2008	5.562	EUR 6.563
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	16-10-2008	3.122	EUR 3.778
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-10-2008	3.684	EUR 4.163
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	17-10-2008	5.000	EUR 5.850
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	21-10-2008	10.000	EUR 11.800
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	22-10-2008	7.953	EUR 9.305
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	22-10-2008	7.953	EUR 9.464
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	23-10-2008	10.000	EUR 11.500
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	24-10-2008	5.000	EUR 5.500
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	24-10-2008	5.000	EUR 5.550
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	27-10-2008	6.000	EUR 6.600
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	27-10-2008	4.416	EUR 4.902
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	27-10-2008	2.910	EUR 3.288
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	28-10-2008	10.000	EUR 11.500
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	29-10-2008	50	EUR 58
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	29-10-2008	10.000	EUR 11.800
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	31-10-2008	350	EUR 410
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	03-11-2008	8.374	EUR 9.965
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	04-11-2008	16.500	EUR 21.285
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-11-2008	8.500	EUR 10.540
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-11-2008	8.000	EUR 10.320
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	05-11-2008	9.000	EUR 11.250
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	05-11-2008	4.528	EUR 5.796
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	06-11-2008	5.251	EUR 6.511
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	06-11-2008	4.442	EUR 5.641
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	06-11-2008	30	EUR 38
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	10-11-2008	4.251	EUR 5.399
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	10-11-2008	1.000	EUR 1.280
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	14-11-2008	8.500	EUR 10.540
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	19-11-2008	8.500	EUR 10.455
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	20-11-2008	8.500	EUR 9.860
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	20-11-2008	8.500	EUR 10.200
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	20-11-2008	9.000	EUR 10.530
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	21-11-2008	1.580	EUR 1.833
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	21-11-2008	17.200	EUR 20.124
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	21-11-2008	8.500	EUR 9.945
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	21-11-2008	8.500	EUR 10.115
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	24-11-2008	5.690	EUR 6.544
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	24-11-2008	3.000	EUR 3.540
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	02-12-2008	530	EUR 610
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	03-12-2008	9.000	EUR 10.080
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	03-12-2008	5.920	EUR 6.690
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	03-12-2008	1.716	EUR 1.956
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	03-12-2008	5.920	EUR 6.749
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	04-12-2008	4.419	EUR 4.993
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	04-12-2008	9.000	EUR 10.260
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	05-12-2008	9.000	EUR 10.170
Execução de Contrato de Liquidez	Compra	08-12-2008	2.324	EUR 2.673
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	08-12-2008	7.685	EUR 8.991



Execução de Contrato de Liquidez	Venda	10-12-2008	8.600	EUR 10.062
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	18-12-2008	8.500	EUR 10.115
Execução de Contrato de Liquidez	Venda	19-12-2008	8.300	EUR 10.043
Número Total de Acções detidas pelo Banif – Banco de Investimento, SA em 31-12-2008: 14.374				

Por outro lado, durante o período em apreciação, foram efectuadas as seguintes transacções de acções próprias pela Banif - SGPS, SA, todas executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa):

Natureza do negócio	Movimentos			
	Tipo de Transacção	Data	Quantidade	Valor
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	327	EUR 445
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.137	EUR 1.546
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.400	EUR 1.904
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.193	EUR 2.982
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.807	EUR 3.818
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	3.000	EUR 4.110
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	4.990	EUR 6.886
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	990	EUR 1.366
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	10	EUR 14
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	10	EUR 14
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	9.810	EUR 13.538
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	190	EUR 262
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.380
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.030	EUR 2.842
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	5.000	EUR 7.000
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.400
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.970	EUR 4.158
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.800
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	5.000	EUR 7.050
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.820
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	20.000	EUR 28.200
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	7.500	EUR 10.575
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.820
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.500	EUR 3.550
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.500	EUR 3.550
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	10.000	EUR 14.200
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	3.957	EUR 5.619
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.840
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.860
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.500	EUR 3.575
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.000	EUR 2.860
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	543	EUR 776
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	4.800	EUR 6.864
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	200	EUR 286
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.430
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.500	EUR 3.575



Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	500	EUR 715
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	55	EUR 79
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	9.968	EUR 14.354
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	10.918	EUR 15.722
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	9.145	EUR 13.169
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	937	EUR 1.349
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.567	EUR 2.256
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	510	EUR 734
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	490	EUR 706
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	950	EUR 1.368
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	50	EUR 72
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	950	EUR 1.368
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	50	EUR 72
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.440
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.400	EUR 2.016
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.440
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	913	EUR 1.324
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	32	EUR 46
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	32	EUR 46
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	3.000	EUR 4.350
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	33	EUR 48
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.450
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	288	EUR 418
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.200	EUR 1.740
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	2.500	EUR 3.625
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	10.000	EUR 14.500
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	40.000	EUR 58.000
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.460
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	300	EUR 438
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	913	EUR 1.333
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	87	EUR 127
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	5.500	EUR 8.085
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.470
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.470
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	500	EUR 740
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	312	EUR 462
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.900	EUR 2.831
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.490
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	1.000	EUR 1.490
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	100	EUR 150
Transacção de Acções Próprias	Compra	07-10-2008	100	EUR 150
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	2.000	EUR 2.760
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	285	EUR 399
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	5.000	EUR 7.000
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	1.500	EUR 2.100
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	5.000	EUR 7.000
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	3.215	EUR 4.501
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	2.000	EUR 2.800
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	5.000	EUR 7.000



Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	1.250	EUR 1.750
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	10.000	EUR 14.000
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	66.750	EUR 93.450
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	1.080	EUR 1.555
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	400	EUR 576
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	3.500	EUR 5.040
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	20	EUR 29
Transacção de Acções Próprias	Compra	09-10-2008	2.820	EUR 4.061
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	3.500	EUR 3.850
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	6.500	EUR 7.150
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	8.200	EUR 9.020
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.800	EUR 2.016
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	654	EUR 739
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	2.000	EUR 2.260
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	634	EUR 716
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.712	EUR 1.935
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	8.470	EUR 9.571
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	2.000	EUR 2.280
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.530	EUR 1.744
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	7.000	EUR 7.980
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.132	EUR 1.302
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	5.000	EUR 5.750
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	4.581	EUR 5.268
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	2.482	EUR 2.854
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	2.937	EUR 3.378
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	2.046	EUR 2.353
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	7.954	EUR 9.147
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	384	EUR 442
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	5.000	EUR 5.800
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.832	EUR 2.125
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	7.036	EUR 8.162
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	971	EUR 1.126
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	5	EUR 6
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.024	EUR 1.188
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	3.000	EUR 3.480
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	616	EUR 715
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	28.900	EUR 33.524
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.500	EUR 1.740
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	600	EUR 696
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	5.000	EUR 5.800
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	4.000	EUR 4.640
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	3.000	EUR 3.510
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.000	EUR 1.170
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	704	EUR 838
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	2.100	EUR 2.499
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	35	EUR 42
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	2.161	EUR 2.572
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.096	EUR 1.326
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.500	EUR 1.815



Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	2.105	EUR 2.547
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	3.688	EUR 4.462
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.300	EUR 1.573
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	1.000	EUR 1.250
Transacção de Acções Próprias	Compra	10-10-2008	311	EUR 392
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	3.835	EUR 4.449
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	8.982	EUR 10.419
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	187	EUR 217
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	20.996	EUR 24.355
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	985	EUR 1.143
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	15	EUR 17
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	985	EUR 1.143
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	15	EUR 17
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	5.000	EUR 5.800
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	985	EUR 1.143
Transacção de Acções Próprias	Compra	16-10-2008	1.000	EUR 1.160
Transacção de Acções Próprias	Compra	24-10-2008	6.624	EUR 7.419
Transacção de Acções Próprias	Compra	24-10-2008	22.958	EUR 25.713
Transacção de Acções Próprias	Compra	24-10-2008	3.500	EUR 3.920
Número Total de Acções detidas pela Banif – SGPS, SA em 31-12-2008: 571.951				

O total de acções próprias existente em 31 de Dezembro de 2007 era, assim, de 586.325 unidades.

4. Titulares de participações sociais qualificadas

Nos termos do art.º 8.º n.º 1, al. b) do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informa-se, com referência à data de 31 de Dezembro de 2008, sobre os accionistas titulares de participações qualificadas, no final do ano em apreciação, de acordo com o artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com os elementos existentes na sociedade:

- **HORÁCIO DA SILVA ROQUE**, residente na Av. Conde de Barcelona, 1057, Estoril.
Detinha, directamente, em 31 de Dezembro de 2008, 1.090.740 acções da Banif - SGPS, SA., correspondentes a 0,31% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:
 - 180.543.414 acções, correspondentes a 51,58% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Rentipar Financeira, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
 - 839.062 acções, correspondentes a 0,24% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que são titulares os **membros do órgão de administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA** – Dr. Fernando José Inverno da Piedade: 14.644 acções , Dr. José Marques de



Almeida: 814.800 acções e Sr. Vitor Hugo Simons: 9.618 acções - (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

- 36.020.093 acções, correspondentes a 10,29% do capital social e direitos de voto da Banif - SGPS, SA de que é titular a **Renticapital – Investimentos Financeiros, SA**, sociedade dominada pela Rentipar Financeira SGPS, S.A. (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);
- 12.100.655 acções, correspondentes a 3,46% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Vestiban – Gestão e Investimentos, SA**, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);
- 223.125 acções, correspondentes a 0,06% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, S.A. de que é titular a **Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda.**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio.

Num total de 230.817.089 acções, correspondentes a 65,95% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.

- **INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL – FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL**, pessoa colectiva n.º 501 328 599, com sede na Av. de Berna, n.º 19, 1050-037, Lisboa, era titular de 8.906.095 acções, representativas de 2,54% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.
- **JORGE SÁ**, residente à Rua do Til, n.º 56, no Funchal, contribuinte n.º 102.136.297, com o B.I. n.º 47528.9.

Detinha, directamente 7.241.473 acções da Banif - SGPS, SA., correspondentes a 2,07% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 1.060.000 acções, correspondentes a 0,30% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Oliveira, Freitas e Ferreira, Lda**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 120.000 acções, correspondentes a 0,03% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **J. Sá & Filhos, Lda**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;

Num total de 8.421.473 acções, correspondentes a 2,41% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.

- **JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM**, com domicílio na Rua da Corticeira, 34, 4536-902, Mozelos, contribuinte n.º 174.303.050, a quem são imputáveis os direitos de voto referentes às seguintes acções:
 - 8.029.113 acções, correspondentes a 2,29% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA de que é titular a **Evaesco, SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
 - 7.351 acções, correspondentes a 0,002% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que é titular um **membro do órgão de administração da Evaesco, SGPS, SA** – Carla de Castro Amorim (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

Num total de 8.036.464 acções, correspondentes a 2,29% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.



IX. RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

A informação que segue, relativa à transparência da informação e à valorização dos activos, consubstancia o cumprimento do disposto na Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, e Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008, ambas do Banco de Portugal, sobre a “Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos”.



I. Modelo de Negócio

- 1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).***

O modelo de negócio do Grupo encontra-se pormenorizadamente descrito na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2008” do Relatório de Gestão.

- 2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).***

As estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados encontram-se descritos nas notas “28. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS” e “25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS”, respectivamente, do ponto “2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras” consolidadas, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

- 3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).***

As actividades desenvolvidas pelo Grupo e respectiva contribuição para o negócio encontram-se pormenorizadamente descritas na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2008” do Relatório de Gestão.

- 4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.***

O tipo de actividades desenvolvidas, instrumentos e produtos/investimentos encontram-se pormenorizadamente descritos na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2008” do Relatório de Gestão.



5. *Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.*

Os objectivos e envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2008” do Relatório de Gestão.

II. Riscos e Gestão dos Riscos

6. *Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.*

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados pelo Grupo encontram-se pormenorizadamente descritos no ponto “2.3 Controlo dos Riscos de Actividade” da parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2008” do Relatório de Gestão.

7. *Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.*

As práticas de gestão de risco encontram-se pormenorizadamente descritas no ponto “2.3 Controlo dos Riscos de Actividade” da parte II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2008” do Relatório de Gestão.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. *Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados.*

Descrição apresentada no ponto seguinte.

9. *Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).*



No mapa seguinte são apresentados os valores registados em resultados (potenciais e realizados) e em reservas por tipo de produto definido, nomeadamente: *commercial mortgage-backed securities* (CMBS), *residential mortgage-backed securities* (RMBS), *colateralised debt obligations* (CDO) e *asset-backed securities* (ABS), para os períodos em referência.

(valores em Euros)

Tipo Produto	31-12-2007		31-12-2008		
	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas
ABS	-1.121.271	-545.061	1.147.719	0	-785.618
CDO	-1.930.863	-3.000	54.432	-1.844.267	-4.395
CLO	-2.049.411	0	-3.332.143	0	-245.341
CMBS	-149.877	-2.879	644.666	0	-16.796
RMBS	-284.622	-19.635	431.231	0	-56.064
Total	-5.536.044	-570.575	-1.054.096	-1.844.267	-1.108.214

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.

As perdas no mercado americano de crédito hipotecário *sub-prime* foram o principal factor que despoletou a crise iniciada no Verão de 2007, a qual se traduziu num acentuado alargamento dos spreads e redução generalizada da liquidez no mercado, com fortes perdas a fazerem-se sentir, em particular, nas estruturas complexas de activos. A aversão ao risco dos investidores cresceu substancialmente, manifestando-se em uma enorme relutância em transaccionar todo o tipo de instrumentos estruturados - o mercado tornou-se ilíquido -, fazendo aumentar a pressão sobre os respectivos preços de mercado. O colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008 veio agravar ainda mais a situação, despoletando uma crise ímpar no sector financeiro, com particular impacto na vertente de liquidez, traduzindo-se num contínuo agravamento dos spreads de crédito e níveis históricos de aversão ao risco por parte dos investidores, com especial impacto nos activos do sector financeiro e de maior complexidade, entre os quais, os produtos estruturados.

Ao nível do Grupo Banif, um dos principais impactos resultantes da turbulência sofrida nos mercados financeiros adveio, desta forma, do risco de mercado inerente às exposições em produtos estruturados, reavaliados integralmente *marked-to-market* até à primeira metade do ano, o que se reflectiu em fortes desvalorizações nesta classe de activos, com as menos-valias potenciais da carteira sedeadas no banco de investimento (incluindo reservas de reavaliação) a atingirem cerca de €2.2 milhões no ano de 2008. As menos-valias realizadas cifraram-se em €1.8 milhões, pelo que as perdas totais, realizadas e potenciais, atribuíveis a esta classe de activos ascenderam a cerca de €4 milhões em 2008.



11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.

A comparação dos impactos entre períodos (relevantes) está apresentada no ponto 9 deste Anexo. As rubricas de balanço e demonstração de resultados nas quais se reflectiram os referidos impactos do período de turbulência são os seguintes (em milhares de euros):

BALANÇO	31-12-2008	
	Valor líquido	Valor líquido sem o impacto do período de turbulência
...	...	...
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	525.170	528.068
Activos financeiros disponíveis para venda	159.476	160.584
Activos por impostos diferidos	41.874	41.580
...	...	...
Total do Activo	12.876.616	12.880.328
...	...	...
Passivos por impostos diferidos	16.415	17.183
...	...	...
Total do Passivo	12.013.846	12.014.614
...	...	...
Reservas de reavaliação	19.656	20.470
Resultado do exercício	59.237	61.367
...	...	...
Total do Capital	862.770	865.714
Total do Passivo + Capital	12.876.616	12.880.328

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31-12-2008	
	Valor líquido	Valor líquido sem o impacto do período de turbulência
...	...	...
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	23.136	26.034
...	...	...
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	81.938	84.836
Impostos	(15.175)	(15.943)
Correntes	(27.582)	(27.582)
Diferidos	12.407	11.639
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	66.763	68.893
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-
Interesses minoritários	(7.526)	(7.526)
Resultado consolidado do exercício	59.237	61.367



12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados.

Informação apresentada no ponto 9 deste Anexo.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.

Conforme já referido anteriormente neste Anexo e ao longo do Relatório de Gestão, o período de turbulência nos mercados financeiros, iniciado em meados do ano anterior, traduziu-se numa crise generalizada dos mercados accionistas e obrigacionistas internacionais. Ao nível do sector financeiro, as preocupações com a qualidade e os riscos dos activos detidos pelas instituições, originou uma crise de liquidez que se traduziu num acréscimo dos spreads de crédito e, consequentemente, num aumento dos custos de *funding*, colocando dúvidas relativamente à capacidade destas instituições em dar continuidade aos seus planos de crescimento da actividade e nos ROE evidenciados nos últimos anos.

Esta conjuntura de extrema aversão ao risco, de crise de liquidez e de incerteza relativamente à capacidade de crescimento e de rendibilidade futura, levou a uma quebra muito acentuada das cotações de mercado das acções das instituições financeiras.

A cotação das acções da Banif SGPS, SA acompanhou esta evolução do mercado, evidenciando uma maior volatilidade em períodos mais turbulentos, explicada pela menor dimensão da instituição, pela elevada concentração accionista e logo menor “*free-float*” e liquidez.

O facto de o Grupo ter numa estratégia de forte crescimento orgânico e em termos de quota de mercado contribuiu igualmente para essa maior volatilidade pontual, embora a quebra verificada na cotação das acções da Banif SGPS se situar perto da média verificada no sector, transaccionando no final de 2008 as acções da Banif - SGPS a um valor correspondente a cerca de 2/3 do respectivo valor contabilístico (*book value*).

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.

A 31 de Dezembro de 2008, a exposição a produtos estruturados do Grupo, que se encontrava sedeadada no BBI, ascendia a cerca de 69 milhões de euros em termos de valor de mercado, o que corresponde a menos de 1% do activo líquido consolidado do Grupo Banif e cerca de 8% dos capitais próprios, incluindo interesses minoritários. A mitigar este risco existe ainda uma compra de protecção (*credit default swap*) que cobre cerca de 65% da carteira de produtos estruturados, em que o risco de crédito é transferido para terceiros,



e cujo montante *outstanding* ascende a cerca de €45 milhões, conforme informação detalhada abaixo apresentada no ponto 17 deste Anexo.

Desta forma, o impacto sobre o Grupo é pouco significativo, mesmo admitindo o cenário extremo de perda total do valor dos activos, situação de probabilidade reduzida tendo por base os dados observáveis no mercado, nomeadamente as taxas de *default* e as taxas de recuperação para instrumentos comparáveis aos detidos em carteira. Com efeito, a 31 de Dezembro de 2008, cerca de 86% dos títulos detidos em carteira possuíam notações *Investment Grade* atribuídas pelas principais agências internacionais: Moodys, S&P e Fitch (acima de BBB-), sendo que o principal risco de perda advém da variação desfavorável do valor de mercado das posições detidas, pelo que o prolongamento ou agravamento do período de turbulência reflecte-se directamente nos preços de mercado. De referir que, tendo-se verificado que os produtos estruturados deixaram de ser um mercado activo com uma extrema falta de liquidez e face às alterações à IAS 39, emitidas pelo IASB em Outubro de 2008 – “Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition” –, o Banif – Banco de Investimento procedeu à reclassificação da larga maioria dos produtos estruturados detidos para a carteira LaR (*Loans and Receivables*), tendo em consideração o objectivo de mantê-los em carteira a prazo (*foreseeable future*) e a qualidade creditícia dos mesmos, usufruindo de um tratamento contabilístico idêntico a uma carteira de crédito.

A salientar ainda que a alocação de capital à carteira de produtos estruturados é feita tendo por base os requisitos de capital prudenciais para cobertura de risco de crédito, de acordo com as regras actuais de Basel II, o que constitui uma posição mais conservadora do que a alocação de capital tendo por base os requisitos de capital para cobertura do risco de mercado, e que se encontra em linha com as recomendações do FSF publicadas no relatório de Abril de 2008.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.

A presente informação está incluída na nota “44. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do ponto “2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras” consolidadas, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.



IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”.

Detalhe do valor nominal (*outstanding*) e justo valor das posições “vivas” nos instrumentos acima identificados.

(valores em Euros)

Tipo Produto	31-12-07		31-12-08	
	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor Mercado	Valor Nominal
ABS	30.395.390	31.482.475	35.944.672	37.469.206
CDO	8.954.805	10.858.604	4.248.230	6.437.092
CLO	19.675.796	21.717.208	13.482.200	21.874.184
CMBS	7.069.512	7.225.118	7.149.509	7.104.336
RMBS	9.013.441	9.245.549	8.244.941	8.443.936
Total	75.108.944	80.528.954	69.069.552	81.328.755

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.

O quadro seguinte apresenta o detalhe do *credit default swap* em que se efectuou uma compra de protecção para alguns instrumentos que compõem a carteira em análise.

(valores em Euros)

Tipo Produto	31-12-2008	
	CDS Outstanding	CDS +/- Valia
ABS	10.000.000	355.995
CDO	2.000.000	-63.897
CMBS	6.562.908	-347.907
RMBS	4.000.000	158.366
CLO	20.642.924	5.814.092
Grand Total	43.205.832	5.916.649

18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:

- *Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;*
- *Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages);*
- *Áreas geográficas de origem;*
- *Sector de actividade;*
- *Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);*



- **Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;**
- **Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio “loan-to-value”, privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.**

A 31 de Dezembro de 2008, a exposição do Grupo a produtos estruturados sediada no Banif – Banco de Investimento (BBI) ascendia a cerca de €69 milhões em termos de valor de mercado, com o segmento dos ABS, excluindo crédito hipotecário, a representar a principal fatia com um peso de cerca de 52%, diversificado por vários sectores, entre os quais financiamento ao consumo e dívidas fiscais de governos centrais conforme se apresenta no quadro abaixo.

Dentro do segmento de crédito hipotecário, a exposição a CMBS (*commercial mortgage backed securities*) representava 10% e os RMBS (*residential mortgage backed securities*) 12%, não existindo qualquer exposição a crédito *sub-prime* nestes segmentos. Os restantes 26% da carteira de produtos estruturados encontravam-se distribuídos por CDOs e CLOs (*collateralised debt and loans obligations*), existindo nestes produtos uma exposição marginal a *sub-prime*.

Em termos de senioridade das posições detidas, por regra, o Grupo investe nas tranches mais seniores das operações. A 31 de Dezembro de 2008, o Grupo possuía apenas duas exposições correspondentes a *first loss position*, com um peso total de 2.5% na carteira, em que cerca de 2% dizem respeito a uma exposição cujo colateral tem rating AAA (Europa).

Em termos de qualidade de crédito, cerca de 86% da carteira total de produtos estruturados a 31 de Dezembro de 2008 era *Investment Grade*, sendo que 72% possui rating superior ou igual a A- atribuído pelas principais agências de rating internacionais, Moody's, S&P e Fitch (valor médio das notações) – ver quadro 18.2. Assistiu-se, no entanto, a um *dowgrade* dos ratings médios dos produtos estruturados detidos em carteira face à primeira metade do ano, em linha com o movimento generalizado de descida das notações de crédito nas várias classes de activos (peso de 95% de títulos *Investment Grade* e 86% acima de A-). Entre as exposições cujo rating médio é *Non-Investment Grade*, encontra-se um título que tem como colateral as dívidas fiscais do Governo Português, correspondente a um peso de 4% na carteira global de produtos estruturados. As posições sem rating atribuído representam cerca de 2% do valor de mercado da carteira, em que o principal contributo advém de uma estrutura com capital garantido emitido por um banco europeu de primeira linha (rating AA-).

Todas as exposições foram adquiridas, maioritariamente no mercado primário, à excepção das posições detidas referentes às titularizações do Grupo Banif, como por exemplo a Azor



Mortgage, que é anulada em termos de posição consolidada do Grupo Banif, uma vez que estes SPE de veículos de titularização são consolidados.

18.1 – REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO/SECTOR

Tipo de Produto/ Sector	Valor Mercado	
	Exposição (€)	Peso
ABS	35.944.672	52,0 %
Crédito Automóvel	5.068.300	7,3%
Crédito ao Consumo	2.008.200	2,9%
Cartões de Crédito	3.393.995	4,9%
Leasing	2.990.400	4,3%
Credito PME	4.339.083	6,3%
Recebíveis	4.836.000	7,0%
Dívidas Fiscais	7.195.610	10,4%
Outros	6.113.085	8,9%
CDO	4.248.230	6,2 %
CLO	13.482.200	19,5 %
CMBS	7.149.509	10,4 %
RMBS	8.244.941	11,9 %
TOTAL	69.069.552	100,0 %

Valores em euros

18.2 – REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR RATING DE EMISSÃO

Ratings	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
AAA	5.615.683					5.615.683	8,1%
AA+	3.003.900				1.227.556	4.231.456	6,1%
AA			1.686.094			1.686.094	2,4%
AA-					2.587.500	2.587.500	3,7%
A+	3.413.110			2.364.038	1.479.900	7.257.047	10,5%
A	7.727.957		11.796.106	4.785.471	2.094.750	26.404.284	38,2%
A-	1.957.500					1.957.500	2,8%
BBB+					855.235	855.235	1,2%
BBB	7.505.079	1.481.400				8.986.479	13,0%
BB+	6.721.444					6.721.444	9,7%
B+		1.368.750				1.368.750	2,0%
NR		1.398.080				1.398.080	2,0%
TOTAL	35.944.672	4.248.230	13.482.200	7.149.509	8.244.941	69.069.552	100,0 %

Valores em euros. Ratings médios das emissões, atribuídos pelas agências Moody's, S&P e Fitch.



18.3 – REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR REGIÃO/ PAÍS DE ORIGEM

Região / País de Origem	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
Alemanha	956.000			1.824.018	2.094.750	4.874.768	7,1%
Bélgica	361.210					361.210	0,5%
Brasil	1.264.641					1.264.641	1,8%
Espanha	779.683					779.683	1,1%
EUA			990.300			990.300	1,4%
França				2.797.308		2.797.308	4,0%
Holanda	3.051.900			1.988.164		5.040.064	7,3%
Itália	2.990.400					2.990.400	4,3%
Portugal	6.834.400					6.834.400	9,9%
Reino Unido	5.425.795				6.150.191	11.575.985	16,8%
Rússia	7.917.044					7.917.044	11,5%
Europa Global	4.836.000	1.481.400	12.491.900	540.020		19.349.320	28,0%
Supranacional	1.527.600	2.766.830				4.294.430	6,2%
TOTAL	35.944.672	4.248.230	13.482.200	7.149.509	8.244.941	69.069.552	100,0%

Valores em euros.

18.4 – REPARTIÇÃO A VALOR DE MERCADO POR VINTAGE

Vintage	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
2003	7.887.900					7.887.900	11,4%
2004	13.218.795	2.850.150	2.701.300	3.337.327	6.150.191	28.257.763	40,9%
2005	2.393.010		5.617.000	1.988.164	2.094.750	12.092.923	17,5%
2006	11.414.272	1.398.080	4.178.700	1.824.018		18.815.069	27,2%
2007	1.030.696		985.200			2.015.896	2,9%
TOTAL	35.944.672	4.248.230	13.482.200	7.149.509	8.244.941	69.069.552	100,0%

Valores em euros. Vintage corresponde ao ano de emissão da estrutura

18.5- WAL e Spread Médios¹

	WAL Média (anos)	Spread Médio (bps)
ABS	1,7	852,6
CDO	9,2	541,1
CLO	7,5	414,3
CMBS	1,4	829,1
RMBS	3,1	488,6
TOTAL	3,6	686,3

Fonte: Bloomberg

¹ Weighted Average Life (WAL) das estruturas a 30 de Junho de 2008 de acordo os dados da Bloomberg; na ausência de informação sobre a WAL foi utilizado o prazo da estrutura. Spread médio calculado sobre o valor contabilístico dos títulos, apenas para as exposições para as quais existia informação disponível (excluídos títulos no valor de €7 milhões).



19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.).

Os movimentos ocorridos durante os períodos em referência foram os seguintes:

(valores em Euros)

Tipo Produto	Tipo de Transacção	31-12-07	31-12-08
ABS	REEMBOLSO	5.000.000	934.500
	COMPRA		
	VENDA	13.370.425	
CDO	COMPRA		1.351.000
	REEMBOLSO	3.000.000	4.346.957
	VENDA		
CMBS	COMPRA		
	REEMBOLSO	6.250.007	
	VENDA	5.010.500	
RMBS	VENDA	1.452.165	6.632.457

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

Não se verificavam exposições nesta situação.

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados:

- Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido;
- Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respectiva protecção de crédito;
- Valor dos “write-downs” e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;
- Decomposição das exposições por rating ou contraparte.

No âmbito de exposição a *Monoline Insurers*, o Grupo tem apenas em carteira cerca de 6,3 milhões de Notes Trade Invest Série 14 cujo activo subjacente é um portfolio sintético composto por diversas emitentes, incluindo a MBIA Insurance Corp. Estas Notes têm vencimento em 30/07/2010 e 50% do seu reembolso está condicionado à performance de crédito do referido portfolio baseado no conceito de *first-to-default*. Assim, caso uma das



entidades entre em incumprimento, de acordo com as definições standard internacionais (contempladas na documentação ISDA), o título vence antecipadamente e o seu subscritor receberá o valor de mercado da dívida em incumprimento. Tendo em conta a estrutura de risco da emissão, o valor da exposição indirecta ao risco da MBIA Insurance Corp (ratings: AA/A2) é de 50% do valor da exposição às notes ou seja, cerca de 3,2 milhões.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. *Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.*

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota “3.9 instrumentos financeiros” do ponto “2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras” consolidadas, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

23. *Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.*

Os SPE e outros “veículos” incluídos no perímetro de consolidação estão discriminados na nota “4. EMPRESAS DO GRUPO” do ponto “2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras” consolidadas, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”. A exposição destas entidades a produtos estruturados afectados pelo período de turbulência está descrita no ponto 21 deste Anexo.

24. *Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:*

- *Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;*
- *Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);*
- *Tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa);*
- *Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).*

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota “3.9 instrumentos financeiros” e na nota “44. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do ponto “2.5 Anexo às



Demonstrações Financeiras” consolidadas, da parte “VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:

- *Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;*
- *Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);*
- *Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;*
- *Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);*
- *Stress scenarios.*

Informação incluída no ponto anterior.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira encontram-se descritos no ponto “III.12. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar” da parte “VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE”.



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o exercício de 2008, e presta igualmente parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração de BANIF- SGPS, SA.
2. O Conselho Fiscal manteve, como habitualmente, um diálogo permanente com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Quadros Superiores e Administração da Sociedade, essenciais para que muitos dos aspectos fundamentais da acção fiscalizadora possam ser levados a cabo.
3. Nesse contexto, o Conselho Fiscal solicitou às referidas entidades todas as informações e documentos referentes à sociedade, nos diversos aspectos e áreas da sua actividade, tendo igualmente solicitado e obtido todos os esclarecimentos complementares que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.
4. O Presidente do Conselho Fiscal esteve presente em todas as reuniões do Conselho de Administração, teve acesso a toda a documentação que instruiu as referidas reuniões, acompanhou o processo de formação das deliberações tomadas e tomou conhecimento do teor das respectivas actas.
5. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente o que foi a actividade das diversas empresas do Grupo durante o exercício de 2008.



6. O Conselho Fiscal analisou o Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das mesmas, com que declara concordar, para os efeitos do disposto no nº 2 do Art.º 452º do Código das Sociedades Comerciais.

7. O Conselho Fiscal procedeu ao exame das Contas Consolidadas da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2008, e à apreciação da concordância, com essas contas, do Relatório Consolidado de Gestão de acordo com o nº 1 do Artº 508º-D, do Código das Sociedades Comerciais.

8. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Artº 145º, nº 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, aplicável por remissão da alínea a) do nº 1 do Artº 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, *infra* identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Banif - SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Banif - SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

9. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008;

b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;



- c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis;
- d) Aprove o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas da Sociedade referentes ao mesmo período; e
- e) Nos termos do Art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 13 de Março de 2009

Dr. FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA – Presidente _____

Dr. ANTÓNIO ERNESTO NETO DA SILVA _____

Dr. JOSÉ LINO TRANQUADA GOMES _____

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, da BANIF - SGPS, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 695.813 milhares de euros e um total de capital próprio de 480.565 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 29.719 milhares de euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BANIF - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas no Aviso 1/2005 do Banco de Portugal, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, objectiva e lícita.

Lisboa, 13 de Março de 2009

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, da BANIF - SGPS, S.A., as quais compreendem: o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 12.876.616 milhares de euros e um total de capital próprio de 583.369 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 59.237 milhares de euros), a Demonstração de Resultados Consolidados, a Demonstração de Variações dos Capitais Próprios Consolidados e a Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das entidades incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da BANIF - SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 13 de Março de 2009

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)